

Leandro Vieira Cavalcante

Organizador

HISTÓRIA DOS SERTÕES: A TERRA E A ÁGUA



COLEÇÃO
SERTÕES,
CAMINHOS E
FRONTEIRAS



PPGHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)	Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)	Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)	Kleiton Souza de Moraes (UFC)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)	Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Antonio José de Oliveira (UFRN)	Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)	Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)
Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)	Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)	Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)	Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)	Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)	Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)	Marina Monteiro Machado (UERJ)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)	Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Fabiola Cristina Alves (UFRN)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)	Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)	Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)	Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)	Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)	Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)	Robson William Potier (SEEC-RN)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)	Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)	Thiago Reisdorfer (UESPI)
Joaquim dos Santos (URCA)	Tiago Bonato (UNILA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)	Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)	Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
José Vieira da Cruz (UFS)	Wania Alexandrino Viana (UFOPA)



HISTÓRIA DOS SERTÕES: A TERRA E A ÁGUA

Leandro Vieira Cavalcante

Organizador



PPGHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

Organizadores da Coleção
Ane Luíse Silva Mecenas Santos
Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Juciene Batista Félix Andrade

História dos Sertões: A Terra e a Água (n. 9)

Organizador

Leandro Vieira Cavalcante

ISBN

978-85-8413-391-8

Projeto Gráfico

Adilma Menezes

EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

C377h

Cavalcante, Leandro Vieira (org.).

História dos Sertões: A Terra e a Água / Organizador: Leandro Vieira Cavalcante. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

287 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, **n.9**).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-391-8

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 981.3

CDU 94(81)

Coleção Sertões, caminhos e fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufrn>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escritvães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

Ane Luíse Silva Mecenas Santos

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

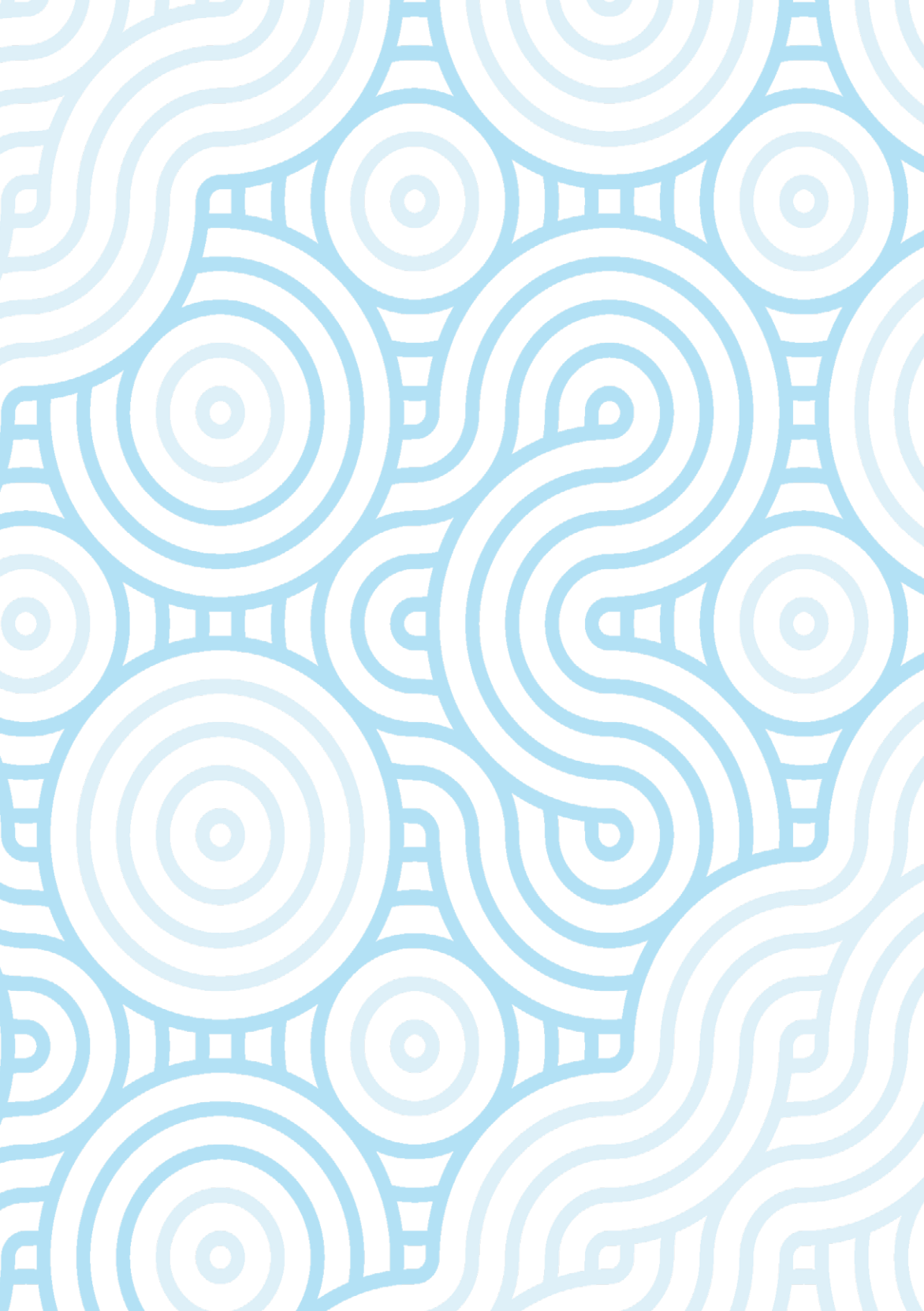
Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

Juciene Batista Félix Andrade

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*





APRESENTAÇÃO

A terra e a água, em uníssono, são dois elementos intrínsecos à própria História dos Sertões, que foi erguida sob o alicerce de uma sociedade patriarcal, patrimonialista, oligárquica, machista e racista que negou e/ou restringiu o pleno acesso à terra e à água para as populações originárias, pretas e camponesas. Isso resultou numa estrutura hídrico-fundiária fortemente concentrada que representa a herança de um passado colonial com profundas repercussões no tempo presente, a partir da qual são travados muitos dos conflitos no campo e que revelam toda sorte de desigualdades e violação de direitos.

Tal marca hídrico-fundiária dota a História dos Sertões de grande complexidade, que, através das contribuições tecidas pela História Agrária e demais áreas do conhecimento voltadas à apreensão do mundo rural, revela-se nas múltiplas dimensões e dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra e da água, em diferentes espaços e tempos. Se no Sertão não há nem portas nem janelas, como contou Guimarães Rosa, sobram cercas, muros, limites, fazendas, sítios, currais, barragens, açudes, rios, ribeiras, veredas, caminhos e estradas, que demarcam a centralidade que a terra e a água assumem na multifacetada questão agrária regional e nos rumos da história de suas gentes.

Essa é a tônica do presente livro “História dos Sertões: a terra e a água”, que contempla um conjunto de 17 capítulos reunidos a partir da realização do II Seminário Nacional de História Social dos Sertões e IV Jornada de História dos Sertões, em três distintos simpósios temáticos, a saber: “O Brasil, o agrário, a civilização e o sertão”, “História da água no sertão: entre chuvas, rios e reservatórios” e “Seca, trabalho e



migração”. Os trabalhos apresentados em tais simpósios temáticos foram aqui compilados de modo a evidenciar a complexidade de relações que permeiam o debate sobre a terra e a água no âmbito da História dos Sertões, a contemplar também a discussão sobre a seca e a migração.

Nessa empreitada, Francisco Maciel Soares Modesto e Renata Felipe Monteiro discorrem sobre as frentes de serviços e as demais ações de convivência com a seca no município de Pedra Branca (Ceará). Na mesma direção, Roberto Ramon Queiroz de Assis e Tatiana Olegário da Silva discutem o cenário de secas, cotidiano e políticas públicas em Monte Horebe (Paraíba), com foco nas frentes de emergência. João Paulo de Lima Silva, por sua vez, elabora uma análise acerca das Frentes de Trabalho no Rio Grande do Norte e o papel das Ligas Camponesas em Pernambuco como movimentos de resistência contra as secas e o poder secular do latifúndio. Já Francisco Ruy Gondim Pereira retrata as principais referências do documento “Igreja e problemas da terra”, a fim de averiguar os deslocamentos em curso na Igreja Católica ao situar suas conexões com as lutas e resistências do campesinato.

No âmbito do debate sobre as águas, Priscilla Régis Cunha de Queiroz discute as políticas de combate à seca, em especial a construção de reservatórios hídricos, como os açudes, permeados de contradições, intencionalidades e desvios. Do mesmo modo, Ládina Gildo do Nascimento analisa a memória dos atingidos por uma barragem construída em Itapiúna (Ceará), no bojo das ações de combate à seca e da migração dela resultantes. Maiara Brenda Rodrigues de Brito, por seu turno, reflete sobre a circulação de notícias relacionadas ao projeto Baixo-Açu (Rio Grande do Norte), identificando os discursos envolvidos à construção desse perímetro irrigado. Já João Domingos Pinheiro Filho, Edson Hely Silva e Maristela Casé Costa Cunha discorrem acerca das políticas de abastecimento hídrico e da história ambiental de Caruaru (Pernambuco), a partir de reportagens veiculadas na imprensa.

A discussão sobre migração e sua íntima relação com a terra, a água e a seca é realizada por Pedro Jardel Fonseca Pereira, ao tencionar



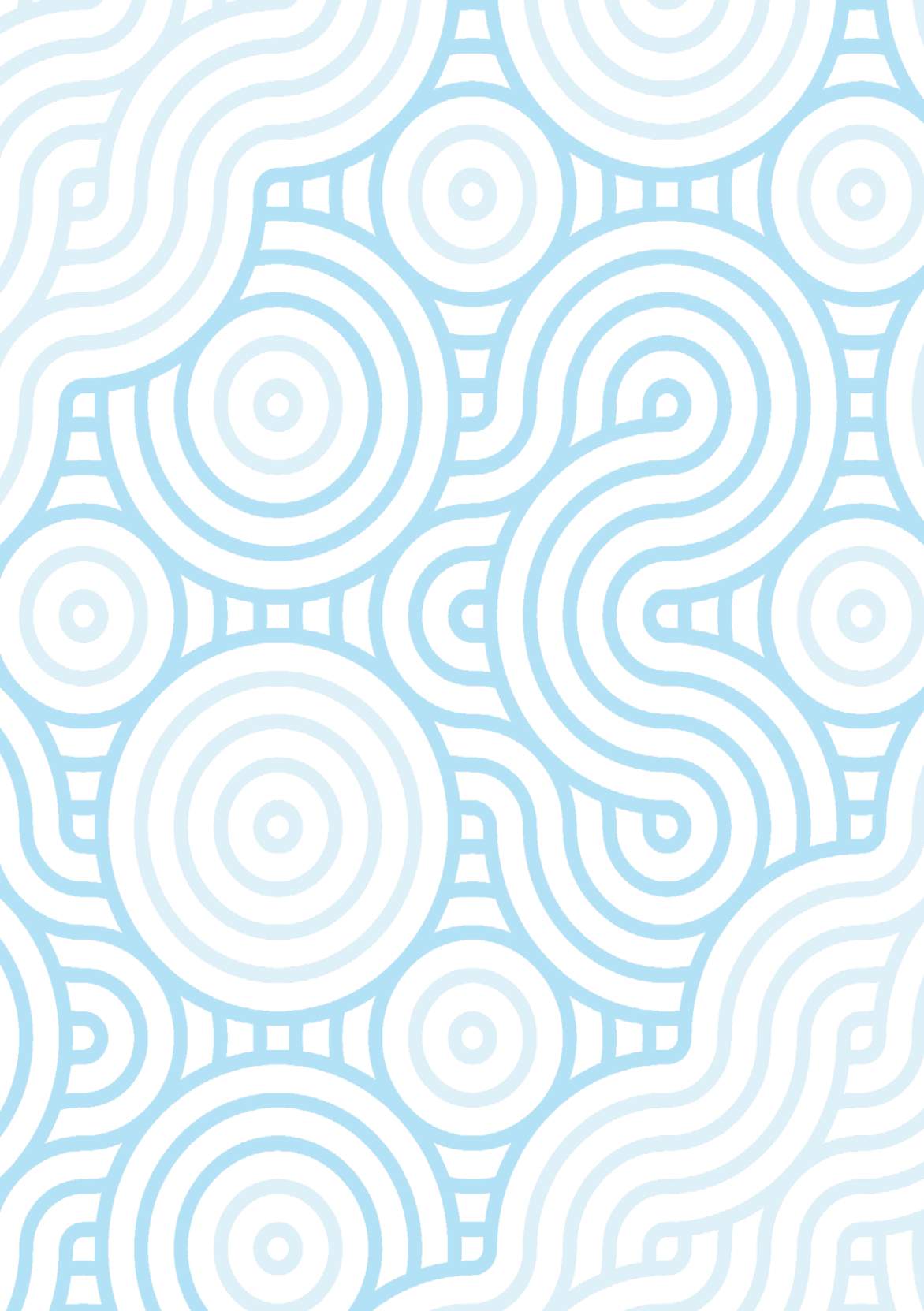
a cidade de Montes Claros (Minas Gerais) como ponto de retenção, rejeição e concentração de trabalhadores migrantes. Renata Felipe Monteiro também reflete acerca da experiência de sertanejos abrigados numa hospedaria em Fortaleza (Ceará), antes de seguir com suas trajetórias migrantes. Ronald de Figueiredo e Albuquerque Filho igualmente discute o contexto de migração e necropolítica instaurado na cidade do Crato (Ceará). Ainda no bojo da migração, Tuylla Rayane Tavares da Cunha discute o deslocamento de sertanejos do Rio Grande do Norte para a Amazônia e Victória Régia dos Santos Lima e Vívian Raquel dos Santos Lima refletem o cenário de migração de trabalhadores no Piauí.

Findando o livro, Dandriel Henrique da Silva Borges tece reflexões sobre o processo de dominação do atual Centro-Oeste do Brasil, face às relações entre os luso-brasileiros e os indígenas mbayá-guaicuru. Já Francivaldo Alves Nunes analisa o modo de vida de caboclos e indígenas nos sertões da Amazônia, em particular através da obra de João Barbosa Rodrigues. José Gomes Ferreira, por sua vez, averigua as representações dos retirantes da seca nas páginas do jornal *O Retirante*, enquanto André Vilaça Guerra Monteiro e Maria Elisa Noronha de Sá analisam a representação do conceito de sertão nos jornais do Brasil Imperial, de modo a constatar a construção imagética e identitária em torno dos Sertões.

Leandro Vieira Cavalcante

Professor do Departamento de Geografia (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES-UFRN)







Sumário

- 15** **As Frentes de Serviços e o Cestão no Município de Pedra Branca/CE: Uma Breve Análise Dessas Ações de Convivência Com a Seca nas Décadas de 1980 e 1990**
Francisco Maciel Soares Modesto; Renata Felipe Monteiro
- 27** **“Água, Rapadura e Farinha para Eles”: Secas, Cotidiano e Políticas Públicas em Monte Horebe-PB (1958 a 1983)**
Roberto Ramon Queiroz de Assis; Tatiana Olegário da Silva
- 45** **Das Frentes de Trabalho às Ligas Camponesas: Espaços de Resistência Contra as Secas e o Poder Secular do Latifúndio (1960-1976)**
João Paulo de Lima Silva
- 61** **Igreja Católica e os Problemas da Terra na Década de 1970**
Francisco Ruy Gondim Pereira
- 77** **“Doutor, Esse Açudão Também vai Ser Fiado?”: Críticas à Ação da IFOCS (1930-1934)**
Priscilla Régis Cunha de Queiroz
- 91** **Seca, Barramento e Migração: Memória dos Atingidos por Barragem em Itapiúna/CE (1980-1996)**
Ládina Gildo do Nascimento
- 108** **O Diário de Natal: Contribuição Discursiva e Circulação de Notícias Sobre o Projeto Baixo-Açu (1975-1979)**
Maiara Brenda Rodrigues de Brito

- 125 **Reflexões Sobre o Abastecimento e a História Ambiental no Semiárido: As Águas para Caruaru-PE nos Noticiosos da Imprensa**
João Domingos Pinheiro Filho; Edson Hely Silva; Maristela Casé Costa Cunha
- 143 **A Cidade de Montes Claros, no Sertão Norte Mineiro, Como Ponto de Retenção, Rejeição e Concentração de Trabalhadores Migrantes, 1926 –1950**
Pedro Jardel Fonseca Pereira
- 158 **“Territórios da Espera”: Experiência dos Sertanejos Abridados na Hospedaria Getúlio Vargas e suas Trajetórias de Migração Para Diversas Paragens (Ceará, Década de 1950)**
Renata Felipe Monteiro
- 173' **Migração e Necropolítica: A Cidade do Crato, Ceará, na Primeira Metade do Século XX**
Ronald de Figueiredo e Albuquerque Filho
- 191 **A Seca de 1942 no Sertão Potiguar e a Migração para a Amazônia**
Tuylla Rayane Tavares da Cunha
- 206 **Braços Fortes e Desvalidos: Migração e Trabalho no Piauí Oitocentista**
Victória Régia dos Santos Lima; Vivian Raquel dos Santos Lima
- 222 **Reflexões Iniciais Sobre o Processo de Dominação dos Sertões na Fronteira Oeste e as Relações Entre Luso-Brasileiros e Indígenas Mbayá-Guaicurus Durante os Oitocentos**
Dandriel Henrique da Silva Borges
- 233 **O Rio Tapajós por João Barbosa Rodrigues (1875): Caboclos, Indígenas e o Modo de Vida nos Sertões Amazônicos**
Francivaldo Alves Nunes
- 251 **Autorrepresentação do Retirante da Grande Seca (1877-1879). Análise a Partir do Jornal o Retirante**
José Gomes Ferreira
- 267 **Construindo Imaginário e Identidade: A Representação do Conceito de Sertão nos Jornais do Brasil Imperial (1830 – 1840)**
André Vilaça Guerra Monteiro; Maria Elisa Noronha de Sá
- 282 **Índice Remissivo**

AS FRENTES DE SERVIÇOS E O CESTÃO NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA/CE: UMA BREVE ANÁLISE DESSAS AÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM A SECA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

 Francisco Maciel Soares Modesto¹

 Renata Felipe Monteiro²

INTRODUÇÃO

Não é novidade as consequências naturais e sociais que advém dos efeitos da seca. Diante de tal situação, as massas sertanejas³ que sentem essa dura realidade tendem a se manifestar em busca de alternativas para que lidem com ela. Este artigo busca compreender como os sujeitos compreendidos no espaço temporal das décadas de 1980 e 1990 no município de Pedra Branca, no sertão central cearense, lidavam com as intempéries provenientes destas situações calamitosas.

O objeto de estudo aqui caracteriza-se pela análise das políticas de enfrentamento/convívio com a seca no referido município, referindo-se mais especificamente a aplicação dos bolsões e a distribuição de gêneros alimentícios. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de re-

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará UAB/UECE.

² Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal de educação de Fortaleza. Professora formadora, na modalidade à distância, do curso de História pela Universidade Estadual do Ceará.

³ Para entender melhor sobre o conceito de sertão, ver: AMADO, J. . Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995.



conhecimento dessa conjuntura social que envolve vários agentes: os atingidos pela seca e o poder público.

Portanto, pretende-se entender um pouco da dinâmica dessas duas políticas de convivência com a seca nas décadas supracitadas, com destaque para as secas de 1979 – 1983, 1993 e 1998. Busca-se aliar as ações aplicadas nestes períodos de seca sobretudo com as experiências dos próprios sujeitos que dela participavam. Busca-se, portanto, mostrar o desenvolvimento dessas ações pela ótica dos que delas participaram, seja nas frentes de serviço ou no programa de distribuição de alimentos do município, o cestão.

A metodologia baseou-se numa pesquisa de campo, de caráter qualitativo em sua maioria, utilizando-se dos discursos obtidos através de entrevistas. Em menor grau, utilizou-se fontes documentais, arquivos da secretaria de agricultura do município/Ematerce; e da secretaria de ação social. Tais fontes passaram por um processo de análise que será discutido nas próximas seções deste artigo.

OS SERTANEJOS E A BUSCA POR SOLUÇÕES DIANTE DA SECA

O historiador José Wayne Freitas Souza (2015) aponta um conceito que seria o termo socorros públicos. Depreende-se, pois, segundo o historiador, que a finalidade dos socorros públicos demanda ações de emergência em favor do sertanejo atingido pela seca e seus efeitos. Vemos já no século XIX tais políticas sendo aplicadas, durante a seca de 1877-1879, e que muito se confunde com as ações emergenciais adotadas dentro do recorte temporal desta pesquisa, bem como os atores sociais envolvidos. Assim, para o autor citado acima, naquela época

(...) pais, tios e avôs terminavam tendo a função de prover a família, empregando-se em trabalhos desgastantes nas obras públicas em execução na capital, como o transporte de pedras, a construção de pontes e estradas, a edificação de igrejas e escolas e o carregamento de mercadorias até os armazéns centrais das Comissões de Socorros. (SOUZA, 2015, p. 193).



Frederico de Castro Neves aponta uma política assistencialista aos chamados retirantes que vai da grande seca do triênio 1877-1879 até meados de 1915. Um período de experiência para as autoridades políticas que ali começariam, a princípio, a propor soluções para estas pessoas que saíam do interior rumo à capital em busca de melhores condições de vida. Dessa forma, segundo Neves (1995), as experiências iniciais davam conta de distribuição de gêneros alimentícios, bem como a aquisição de passagens para outras regiões do país, como as regiões Norte e Sul por exemplo.⁴ Essa prática em especial (distribuição de alimentos) não se distancia da realidade do povo pedrabranquense dos anos 1980 e 1990. O desenvolvimento de uma política de distribuição de alimentos no município é o que marca as ações de socorros públicos na cidade.

No tocante a essa questão, o que se torna visível como causa direta de aplicação dessas políticas de ações emergenciais é a pressão social⁵ com que aqueles flagelados exerciam como forma de conseguir benefícios, soluções para a situação de calamidade que se encontravam. Nessa perspectiva, os saques (ou ameaças) são fundamentais para uma ação efetiva contra o Poder Público. De acordo com Rui Gondim

Estimulada pelas secas que de tempos em tempos castigam o Sertão Nordestino, a multidão – suas ameaças, invasões e saques – tornou-se uma ‘tradição’, no sentido de continuidade ao longo do tempo e utilização prática e retórica por parte dos camponeses, que dela lançaram mão para demandar a reimposição de ‘padrões costumeiros de relacionamento’ em momentos de escassez, reivindicando das autoridades proteção através da distribuição de alimentos e aplicação de ‘sal-

⁴ Vale ressaltar que entre o século XIX e o início do século XX não havia sido criado o conceito de Nordeste. As províncias do Ceará, Pernambuco e de outros atuais estados do nordeste eram denominados de províncias do Norte.

⁵ De acordo com Frederico de Castro Neves (1995), essa pressão induzia também a uma prática de negociação, uma vez que a partir do poder da multidão e da pressão social os sertanejos conseguiam negociar com as autoridades algumas melhorias.



vaguardas' no mercado de trabalho (frentes de emergência) e de alimentos (tabelamento de preços). (PEREIRA, 2008, p. 109)

Como percebe-se, a ação da multidão, desse povo sofredor do sertão, é a força motriz para a geração do objeto de análise dessa pesquisa: a aplicação de ações de emergência em Pedra Branca nas principais secas de 1980 e 1990. Não é novidade tais ocorrências, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

O CESTÃO COMO POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO MUNICÍPIO

Silva (2014) nos traz importantes referências de projetos, programas de segurança alimentar que vigoraram durante todo o século XX. Percebemos uma política constante por meio do governo em assegurar meios de distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis, através da fundação de agências e instituições, com objetivos de combater a fome e a miséria. O Prodea (Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos) surge nesse contexto, em 1993.

Um dos entrevistados, Professor e memorialista da cidade de Pedra Branca, membro do Comissão do Prodea⁶, Mário Ângelo Sá Freitas, nos relata sobre a logística de distribuição, desde a busca de alimentos na CONAB⁷ de Senador Pompeu até sua efetiva distribuição para os mais carentes. Inclusive ele mesmo teria sido o responsável por essas ações de ir pegar os alimentos no município vizinho.

⁶ Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, “fruto da fusão de outras três empresas públicas que atuavam em áreas distintas no fomento à atividade agrícola: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP),¹⁴ a Cobal e a Cibrazem.”. (Silva, 2014, p. 22)

⁷ Companhia Nacional de Abastecimento. Criada em 1990 e vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).



(...) não tinha pagamento. Era voluntarismo. E eu fui, fui. Ganhava cinco reais porque pagava o carro, que era o Zé catorze o motorista e a gente ia pra Senador Pompeu, lá a gente tinha direito ao alimento né, ao almoço e ao lanche. E quando pagava o alimento sobrava cinco conto. Me dava o dinheiro né o (prefeito) Monteiro, pra pagar o alimento de treze carreteiros(...). (Mário Freitas, entrevista concedida em 12/09/2018)

No mais, o voluntarista em toda a logística de transporte e distribuição relata a qualidade dos alimentos distribuídos à população.

(...) o pobre rapaz já é menosprezado, já é humilhado...só em tá ali cara naquela fila para ganhar um pacote daquele...daquele cestão, isso é humilhante cara. Se tu visse a cor do feijão, o óleo, o açúcar roxo, o macarrão aquele mais 'fuleragem' que tinha, chega era escuro o macarrão... o arroz, era mais palha do que arroz, era pra dá pra bicho, pra porco mesmo. O feijão, tinha que botar um prego dentro da panela, quando derretesse o prego o feijão tava bom. Eu brincando sabe. Mas a logística era essa (...). (Mário Freitas, entrevista concedida em 12/09/2018)

A partir da citação acima podemos discutir sobre a qualidade dos alimentos que eram distribuídos, já que essa problemática é uma constante nas falas dos entrevistados. A partir da fala do Sr. Mario Ângelo, confirmado por outros entrevistados, os alimentos eram de péssima qualidade. Isso reforça a matéria da gravidade da situação. O feijão, alimento essencial e que não pode faltar na mesa do brasileiro e especialmente na mesa do sertanejo, é caracterizado como algo praticamente inútil, que não servia para digerir, uma vez que o mesmo não cozinhava, segundo as palavras do Sr. Mário Ângelo.

As palavras do Sr. Jessé Rodrigues⁸ (entrevista concedida em 18/09/2018) reforçam essa afirmação da péssima qualidade da alimen-

⁸ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agricultura Familiar de Pedra Branca.



tação: “quando vinha os fornecimentos, umas migalhas, muito pouca. O feijão vencido, encruado, você passava o dia cozinhando ele e ele não cozinhava...”. E ainda nas declarações do Sr. Raimundo Antero⁹ (entrevista realizada em 10/01/2020), a respeito da qualidade dos alimentos:

... daquele tempo todo, tudo enquanto era bom, tu sabe que era. Porque tinha um feijão véi no setenta que ele era desse feijão véi o caroço branco, o caroço desse tamanho passava até doze horas no fogo e ele não cozinhava e nós tinha que comer... era o que tinha, nós tinha que comer ele. Era só as bandas. Aí tudo enquanto era bom, tudo enquanto era bom. Não existia sabe? Tudo enquanto era bom.

Percebe-se então uma dinâmica que marca os sertões durante os períodos mais carentes. São ações que remontam ao século XIX, mas que continuam vigentes nas décadas finais do século XX. A política de distribuição de alimentos caracteriza-se pela necessidade de amenizar as consequências da baixa da produção agrícola. No entanto, as entrevistas da pesquisa de campo apontam que a variedade de gêneros alimentícios distribuídos aos carentes da seca não correspondiam com o mínimo de dignidade possível para a subsistência do organismo.

Ainda em sintonia com essas declarações, os agricultores Ovídio Alves Ferreira e José Vicente Moreira também nos dão indícios de que realmente deixava a desejar. O primeiro relata que “o alimento era meio ruim, o alimento. Era um arroz com casca, um feijão preto, botava no fogo o bicho se abria as bandas...” (gravação audiovisual realizada em 28/10/2020). Já o segundo afirma que

(...) tinha o cestão, às vezes vinha todo mês, às vezes não. Não era muito boa a qualidade não, mas não tinha outro, o jeito que tinha era a gente comer. O feijão você passava três dias cozinhando, ele abria as bandas... e o arroz às vezes vinha um arroz que de

⁹ Atualmente aposentado, mas estava alistado para as frentes de serviço em 1993.



longe a gente sentia a catanga.¹⁰ (gravação audiovisual realizada em 28/10/2020)

Expressões, metáforas, ideias atribuídas a esses alimentos, ressaltando-se aqui principalmente o feijão, reforçam a má qualidade desse produto. Por outro lado, a realidade destes não lhes permite um direito de aceitar ou não o que lhes era dado, uma vez que o que estivesse a disposição “era bom”, segundo declarações, mesmo sabendo que não era. Valia mais um prato com algo na mesa para saciar a fome do que um prato vazio.

AS FRENTE DE EMERGÊNCIA

A princípio é válido ressaltar que desde o século XIX havia a ideia de combater a seca no Ceará por meio da realização de obras públicas. No final do século XIX o debate passava pela importância da construção de açudes e estradas de ferro, como obras que poderiam resolver o problema da mão de obra ociosa durante as secas. Os açudes, na concepção de muitos estudiosos, poderiam resolver definitivamente o problema da ausência de água no sertão¹¹.

¹⁰ Essas gravações audiovisuais fazem parte do material didático exigido no curso de História da Universidade Estadual do Ceará, modalidade à distância, para compor o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

¹¹ Para entender melhor esse debate sobre as grandes obras públicas, sobretudo estradas de ferro e açudes, como soluções para o problema da seca no Ceará no século XIX e início do século XX ver: CÂNDIDO, Tyrone Proletários das secas: arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2014; FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 2009; LIMA, Aline Silva. Um projeto de combate as secas: os engenheiros civis, as obras públicas na Inspeção de Obras Contra as Secas-IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919). 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2010; MONTEIRO, Renata Felipe. Um monumento ao Sertão: ciência, política e



Uma prática que se observa bastante, sobretudo na segunda metade do século XX, é a cultura dos saques aos comércios, armazéns e afins. Tudo aquilo que comportasse alimentos era uma presa fácil para aqueles sujeitos cheios de fome, ou, mesmo que na ausência dela, era percebida como uma legitimação para que as autoridades públicas resolvessem o problema com a distribuição de empregos em obras públicas. Enfatizamos, portanto, a ideia de pressão sobre as autoridades, pois a simples ameaça de saque já possibilitava negociações entre os sertanejos e as autoridades governamentais. Em Pedra Branca vemos essa prática dos saques como legitimação de um grupo de pessoas que exigem que providências sejam tomadas para amenizar a situação de calamidade advinda das secas que assolaram o município durante as secas de 1980 e 1990. O agricultor e participante das obras públicas emergenciais, Raimundo Pereira de Souza (Sr. Raimundo Antero) faz referência à essas ocorrências, não raras

O que acontecia é que o povo não tinha emprego. O quê que ia fazer? Então o povo ficava querendo invadir os comércios, invadir as carretas nas estradas. Aí eles iam dá aquele ‘intertimentim’ pro povo, se ‘interter’ né pra ver se deixava aquilo de mão. (Raimundo, entrevista concedida em 10/01/2020).

O saque aos comércios locais era uma realidade. Como bem dito pelo senhor Raimundo, além dos piquetes, os comerciantes locais tiveram por várias vezes seus estabelecimentos invadidos pelos flagelados. Muitos desses até insatisfeitos com a situação de calamidade, de fome, de desemprego. Certamente a impaciência não é um bom estado para aqueles que na barriga carregam um vazio. Pode-se perceber uma questão interessante nessas ações de insurreição popular. Elas permitem

trabalho na construção do açude Cedro (1884-1906). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2012.



mostrar duas causas para que tais ações se consumam. Primeiramente tem-se uma causa natural, a mais aceitável para a situação: a fome. No entanto uma segunda causa deve ser levada em consideração e que muito se relaciona com a declaração do Sr. Raimundo supracitada: a questão do desemprego. Faz-se necessário também perceber uma situação de caráter conflituoso entre agentes do poder público e os flagelados pela seca. A expressão citada pelo entrevistado, a saber, “... intertintim, pro povo se interter né, pra ver se deixava aquilo de mão”, revela uma certa insatisfação também com a falta de ação do poder público local para ao menos amenizar a situação desconfortante de então.

A organização desses trabalhos ficava na responsabilidade do chamado feitor. Este comandava o ritmo e dava instruções de como se realizaria o trabalho que foi destinado àquelas pessoas. O Sr. Raimundo Pereira de Souza (Raimundo Antero), que trabalhou nas obras de construção de açudes de 1981 a 1983 relatou como era feito

o açude era o seguinte, você trabalhava pro dono da terra. Ele dando uma fichinha em sua mão, você botando... vamos supor, você tinha que botar aqueles carrinhos de terra. Se era cem carrinhos de terra por dia, você tinha que botar tudo eles. Cada vez que você tinha que passar ele dava uma fichinha na mão entendeu, entregando. E o pagamento era um contracheque que você recebia ai já levava pro comerciante pra trocar por aquele bagulho. Você não via dinheiro, certo. (Raimundo, entrevista concedida em 10/01/2020).

Apesar dessa declaração apresentar uma forma de receber o benefício pelo serviço prestado, quer seja, pela troca por alimentos, constata-se que, na década de 1990 havia também a forma de pagamento com dinheiro em espécie. Isso é confirmado pelas folhas de pagamento dos alistados nos serviços. Dentre os principais serviços destacava-se a construção de açudes de pequeno porte, de cacimbas e cacimbões, destocamentos. Cabe um adendo com relação à construção de açudes em



cooperação, realizado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e os grandes proprietários, que na prática beneficiava estes últimos com obras em suas propriedades usando mão de obra barata, a dos sertanejos pobres.

O dia a dia nessas obras requeria muito esforço, uma vez que se submetiam a cansativas jornadas diárias de carregamentos de pedras para a construção de açudes, por exemplo. Outra entrevistada para a composição do corpo de fonte oral da pesquisa é a senhora Filomena Teixeira¹² Sua contribuição é muito bem vinda para analisarmos o período da seca de 1979-1983. Sua visão da situação remonta uma época em que as pessoas sofriam com fome e sede e isso era bem dificultoso. Para ela, se referindo à seca de 1979-1983, especificamente ao ano de 1983. “a fome deixava o povo fraco, desempregado, sem ter como sobreviver” e, ainda, que “o trabalho era árduo, mas que sustentava na alimentação... o trabalho era muito pesado” (gravação audiovisual realizada no dia 05/11/2020). É importante destacar que não só nessa perspectiva, mas os trabalhos nas frentes de serviço eram considerados pesadíssimos, o que de alguma forma é compatível com as colocações de Ruy Gondim, onde usando de suas fontes, afirma que “os pobres estão com a mão na cabeça, pois o salário não compensa o árduo trabalho e a dureza com que passam o dia sol a sol.” (PEREIRA, 2008, p. 113)

Ressalte-se que, apesar de ser um período conturbado e de dificuldades, tais empregos de socorros públicos eram vistos como “uma benfeitoria para a comunidade”, de acordo com o Sr. José Vicente Moreira¹³ (gravação audiovisual realizada em 28/10/2020). Também deve-se levar em consideração que o alistamento nessas obras era de suma importância para ganhar o “pão de cada dia” e “conseguir sustentar a família, os filhos e não passar fome naqueles tempos difíceis”, como aponta o

¹² Filomena Teixeira era responsável por ajudar na fiscalização do cumprimento diário dos serviços e organizava as folhas de pagamento, durante a seca de 1979-1983.

¹³ Beneficiário do cestão e alistado nas obras de emergência da seca de 1993.



também agricultor Sr. Ovídeo Alves Ferreira¹⁴ (gravação audiovisual realizada em 28/10/2020). Nota-se em suas falas, a característica intrínseca desses trabalhos: a atuação na construção de reservatórios de água, em sua maioria açudes, barreiros e cacimbão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, percebemos a dinâmica dessas duas ações de enfrentamento à seca e suas consequências. O cestão mostrou-se como uma alternativa viável para amenizar a problemática da fome de muitos sertanejos do município de Pedra Branca. Uma vez aplicada, a resposta de alguns beneficiados mostrou um lado negativo dessa política de assistência: a má qualidade dos alimentos. Mesmo diante desse fato, deve-se levar em consideração a aparente satisfação com o que era oferecido, haja visto a real necessidade de se ter o que comer.

As frentes de emergência (bolsões) surgiam, muitas vezes, como uma resposta às organizações em massa dos pobres do sertão, como as ameaças de saques ou até a sua efetivação. Como num sistema trabalho-recompensa, os serviços mais comuns para a época eram desenvolvidos, dando destaque para as obras hídricas de pequeno porte. A arduidade era uma característica desses serviços, estando os trabalhadores propensos a toda sorte sofrimento para obter alimentos ou dinheiro em espécie por aquele serviço que realizava.

No mais, apesar dessas duas ações de enfrentamento e convivência com o fenômeno da seca estarem à disposição da população mais sofrida de Pedra Branca, com seus pontos negativos e desgaste humano inerente, ressalta-se que eram as únicas alternativas propostas pelo Poder Público, servindo ao menos para amenizar a fome e a miséria vigente na época.

¹⁴ Beneficiário do cestão e alistado nas obras de emergência da seca de 1993.



REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII a XIX)**. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1953.

AMADO, J. . Regiao, Sertao, Nacao. **Estudos Historicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1990/1129>. Acesso em: 07 mai. 2021

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Estud. av., São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, Dec. 2014.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: um estudo das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns)**. Teoria & Pesquisa, São Carlos, p. 135-168, 2004.

CÂNDIDO, Tyrone. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos na fronteira do trabalho (1877-1919)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2014;

CASTRO, Lara de. **As retiradas para os campos de açudagem na seca Do Quinze** . Revista Historiar, ano 2, n.1, p.97 -122, 2010.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em História, Salvador, 2009.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de combate as secas: os engenheiros civis, as obras públicas na Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919)**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2010.

MONTEIRO, Renata Felipe. **Um monumento ao sertão: ciência, política e trabalho na construção do Açude Cedro (1884-1906)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral de bárbaros: Os campos de concentração no Ceara (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História 15, no. 29 (1995), 97.

NEVES, F. C. **Seca, Pobreza e Política: o que é politicamente correto para os pobres?** Trajetos (UFC). v. 13, p. 186-199, 2009.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. **Os camponeses e a mobilização popular: igreja católica, saques e movimentos sociais em Itapiúna - CE (1980-1993)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SOUZA, J. W. F. **Secas e Socorros Públicos no Ceará**. Projeto História, v. 52, p. 1-70, 2015.



“ÁGUA, RAPADURA E FARINHA PARA ELES”: SECAS, COTIDIANO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MONTE HOREBE-PB (1958 A 1983)

 Roberto Ramon Queiroz de Assis¹

 Tatiana Olegário da Silva²

O INÍCIO DAS EMERGÊNCIAS

Foi durante o governo de JK que foi lançado o Decreto nº 43.558, de 22 de abril de 1958 autorizando a execução de obras de emergência em “estados do Nordeste flagelados pelas secas”.

O decreto:

Considerando que, conforme foi verificado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, várias regiões dos Estados compreendidos no “Polígono das Secas” continuam sofrendo as consequências de grave crise climática, que, pela sua intensidade e pela extensão da área flagelada, impõe o socorro imediato da União, através de obras de emergência e de serviços de assistência às populações da zona seca (BRASIL, 1958).

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Mestre em História, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em História do Centro de Humanidade (PPGH-CH-UFCG).

² Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Mestranda em História, Cultura e Sociedade no PPGH do CH da UFCG na linha de pesquisa Cultura e Poder.



Vemos que o investimento que foi direcionado para a região Nordeste, tendo por base a verificação da necessidade de “várias regiões dos Estados compreendidos no ‘Polígono das Secas’ que continuam sofrendo as consequências de grave crise climática” justificou o investimento “pela sua intensidade e pela extensão da área flagelada, impondo o socorro imediato da União, através de obras de emergência e de serviços de assistência às populações da zona seca” (BRASIL, 1958).

O ato do poder executivo que destinou cerca de 50 milhões de Cruzeiros para serem investidos em obras públicas geridas por órgãos estaduais e federais, chegou até a cidade de Monte Horebe e marca o início de uma saga que perdurou até a segunda metade da década de 1980, aonde foram construídas algumas obras públicas paliativas, de caráter assistencial e temporário, que na maioria das vezes não conseguiam de forma efetiva solucionar o tão famigerado “problema do polígono das secas”.

A criação de leis que iriam liberar verbas para os indivíduos chamados de “flagelados” vinham com a intenção de minorar os efeitos das secas e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos homens e mulheres que fossem assistidos por essas ações. Mas, me vem ode vida aos homens e mulheres que fossem assistidos por essas ações. Mas, me vem o questionamento sobre até que ponto essas políticas assistencialistas ajudavam esses camponeses e em que medida precarizava sua qualidade de vida, expondo-os em situações insalubres e em condições de trabalho desumano (CASTRO, 2020).

Mal se imaginava como essas políticas seriam recepcionadas dentro do cotidiano de homens, mulheres e crianças do meio rural da cidade de Monte Horebe de uma forma particular; e até que ponto elas têm a capacidade de alterar seu cotidiano. Aqui entendemos essa “submissão” como uma forma de adaptar-se a uma nova realidade que é imposta por um sistema dominante, o que não implica dizer que esses agentes históricos deixam de resistir. Sobre uma nova realidade, que se desenvolve a sua frente, eles inventam novos modos de fazer no seu dia a dia para lidar com as mudanças.



É partir dessas premissas abordadas que pretendemos entender os engendramentos dessa política pública no cotidiano de moradores da cidade de Monte Horebe entre os anos de 1958 e 1983. Partimos em duas frentes: a primeira de mostrar que a pobreza assistida pelas Frentes de Emergência precarizam os moradores na medida em que são assistidos, tanto pelo enquadramento dos sertanejos como flagelados como pelas condições de trabalho das quais são submetidos. Segundamente apresentamos a ideia de que apesar dos trabalhadores das emergências serem caracterizados como tal, nos discursos legislativos e nas leis, pela oralidade os moradores nos revelam que não são tão submissos assim, dentro de seus cotidianos eles que adaptam a política pública a suas atividades diárias, sem se desfazer-se de si e de seus afazeres.

A utilização das fontes orais e das fontes oficiais do legislativo foi importante para pensar esses dois pontos citados acima, um jogo de fontes foi utilizado na medida em que estávamos confrontando a informações que ambas apresentavam, desse modo podemos revelar que as informações divergem e convergem para compreensão de que as secas são vivenciadas de formas diferentes entre as políticas e os assistidos, não existindo de fato uma submissão de um sobre o outro.

Desse modo achamos conveniente, para atender os objetivos desse estudo, fazer o uso de fontes orais enquanto um recurso “que guarda vestígios de manifestação da oralidade humana” (MEIHY, 2018, p. 13), e por meio da metodologia da história oral, nos ajudou a compreender que estamos lidando com um dado real, de uma manifestação humana, que por meio da fala esses agentes expressam as suas diversas experiências, sejam elas vividas em situações de coletividade com a sociedade ou em experiências mais íntimas com a família ou as vividas individualmente. Entendo, neste sentido, que a dimensão narrativa desta pesquisa pode proporcionar a expressão de memórias das diversas vivências que o sujeito manteve no passado.

Nesse contexto o texto que segue apresenta “O caso da cidade monte Horebe”, trazendo as obras públicas e como elas foram empreen-



didadas a partir das ações de camponeses da localidade. Partindo já da instalação da política, buscamos pensar o movimento de precarização do trabalho e do trabalhador nas obras públicas no tópico “Tornando-se flagelados: convívio e cotidiano entre as obras públicas e a lavoura”. Nos tópicos “As emergências chegam ao fim” e “Para além das emergências” discutimos mais a fundo as táticas de resistência e como a oralidade e as experiências dos trabalhadores revelam os meios de quebrar uma ordem que é imposta pela política, nos mostrando desse modo uma não submissão e sim a existência do protagonismo dos trabalhadores que inventam seu cotidiano para além das obras públicas.

O CASO DE MONTE HOREBE

Foi dentro de um cenário de secas que se agravavam cada vez mais que homens começaram rodear a cidade de Monte Horebe, tumultuar os espaços públicos e ameaçavam invadir o mercado central. Não se sabe bem de onde vieram esses homens: se de Santa Fé ou de outras localidades, de certo era homens do campo trabalhadores rurais, que por meio da pressão social exigia dos poderes públicos locais respostas as suas demandas.

[...] acúmulo dos flagelados em toda cidade e, inclusive aos arredores da Prefeitura e Câmara de Vereadores, forçando o presidente e os demais vereadores a suspender a reunião e tomarem providências no sentido de amparar a situação dos flagelados naquele dia³.

Os dados do legislativo, como se vê, fez menção à ação de camponeses dentro da cidade de monte Horebe no ano de 1983, mas não se faz revelar de que forma foi solucionada a situação. Quando nos deparamos com os relatos orais, ela nos fala que esses homens vinham de

³ LIVRO DE ATA 02. Ata de reunião da câmara de vereadores de Monte Horebe do segundo período legislativo aos 20 dias de setembro de 1983, p. 97.



todas as partes da zona rural da cidade e que eles exigiam emergências, que aqui na cidade de Monte Horebe se resumia a obras públicas que podiam empregar esses homens.

Diante da situação, então vem à tona a resposta paternalista de um tipo político com características de coronel: “*Bote ali que eu vou ajeitar a alimentação para eles*”⁴; uma fala registrada na memória da colaboradora que expressa bem o papel que o poder público local assumia diante dessas situações, as respostas que não foram evidenciadas se resumiu a oferta de alimento para sanar fome e permanência das obras de emergências, mecanismos de controle social que evitou uma possível revolta em meio à cidade.

Dentro desse cenário, vemos que as políticas públicas Frentes de Emergência na prática foram utilizadas como um mecanismo político para assistir os flagelados da secas. As governanças locais se faziam desses socorros públicos, também como um modo de silenciar possíveis revoltas que poderiam ser ocasionadas. Estamos falando de um período em que eram bastante comuns os saques em feiras públicas, essa era uma das ameaças que estava preocupando o poder local e a vizinhança, o medo de invasões, que prontamente ajudaram esses homens para “conter possíveis revoltas”.

Atender as reivindicações da população era necessário, apesar do modo que seria feito, não importava se estaria de fato produzindo efeitos que pudessem solucionar problemas ou se eram apenas uma medida paliativa que pudesse ajudar de forma momentânea à população que passa por a fome e a necessidade de empregos.

Essa ajuda que a sociedade esperava foi solucionada com alguns punhados de farinha, rapaduras e copos de água, as obras das emergências foram acionadas, mas rápido elas acabam, caso contrário o sertão se tornaria um verdadeiro canteiro de obras intermináveis.

⁴ Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).



No outro dia lá ele tomou providência, foi no outro dia (pausa) eles se controlaram quando foi outro dia Luiz Pedrosa fez para cada um a feira distribuiu a feira eles foram pra casa. Aí pediu emergência novamente ai veio emergência⁵.

A partir desse momento inicia-se, mais uma vez, a saga de um assistencialismo precário que foi prestado para aqueles homens e mulheres do campo, onde a resposta do poder público se resumiu na oferta de alimento e um trabalho temporário.

TORNANDO-SE FLAGELADOS: CONVÍVIO E COTIDIANO ENTRE AS OBRAS PÚBLICAS E A LAVOURA

Observamos esse dado quando notamos que os agentes sociais não questionam o porquê dos poderes públicos os submeterem a um trabalho insalubre que os rendia tão pouco:

Mas um pouco que agente comprava uma feira um mantimento, vinha uma sexta básica que eles davam, o governo do estado mandava essas sextas básicas e despachava ai em Monte Horebe e todo trabalhador que tava na frente de emergência recebia uma sexta básica daquela, quando era para receber ia tudo para rua, tinha o dia de receber a sexta básica, só era sexta, agora no dia do pagamento só era pagamento não tinha outra coisa⁶.

Desse modo, percebemos que as Frentes de Trabalho Emergenciais e toda ajuda vinda do governo está registrada na memória dos colaboradores como uma assistência precária, que não solucionava as demandas da sociedade e tem um caráter de complemento. É interes-

⁵ Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).

⁶ Entrevista concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).



te observar que os colaboradores não se lembram da política pública como um trabalho, mas como uma assistência que lhes fornecia alguns subsídios complementares.

Vemos uma via de mão dupla: um governo que mal administrava as verbas destinadas para ações emergenciais e as medidas tomadas que eram aplicadas de forma paliativa, resolvendo temporariamente os problemas de uma sociedade que, quando era assistida por esses socorros, continha possível revolta como os saques a feira pública. Vemos que essas medidas assistências nem sempre eram efetivas porque não conseguiam dar respostas eficazes à falta de água: construíam açudes que secavam, e atendiam interesses políticos eleitorais e abriam estradas que nem sempre eram utilizadas ou necessárias.

Foi no ano de 1970 que foi empreendida uma emergência para construção do “Açude de Aldo” e o asfalto da PB-400 no trecho que passa em Monte Horebe. Os colaboradores me falam que o trabalho infantil existia apenas para as crianças do sexo masculino, obra da qual existem vários relatos desses trabalhos, que como mostrado anteriormente já era uma prática comum desde o ano de 1958. As obras eram temporárias, poderiam durar anos ou meses, mas eram intercaladas por várias chamadas para esses trabalhos.

Os trabalhos nas emergências foram caracterizados de maneira diferente. Aqueles homens que trabalhavam nessas obras tinham o apelido de cassacos, que é o nome popular que se dá a um animal fétido e feio que é encontrado por todos os estados da região Nordeste. Aqueles homens submetidos a trabalhos insalubres e com vestes inadequadas chegavam ao fim do serviço com seus corpos sujos, o cheiro não era muito peculiar. Aos poucos foram sendo comparados com o animal citado. As Frentes de Emergência tornou-se uma política pública que mais precarizou, ao longo do tempo do que assistiu (CASTRO, 2011; ASSIS, 2020).

Feitos por mulheres e homens eles quebravam pedras, cavavam açudes e poços, e atuavam em construções de prédios públicos. Os trabalhos eram manuais e não existia a mínima preocupação com o



emergente, nem sequer ferramentas eram fornecidas, como mostra o relato oral:

Carregando pedras, juntado, cavaqueira, acabava aqui, umas arrancava as pedra.

Só ajuntando as peda lá só para dar o que ter as muler pa trabalhar para não ganhar sem fazer nada ai eu comecei a trabalhar um dia eu me senti ruim .. Ai Fulana disse: não! não dou Licença de jeito nenhum. ai eu digo é danado mesmo.

Eu subia e descia e Quando eu chegava tinha que ter que fazer comida para meus dois filhos que estava em casa e para mim também⁷

Quebrar pedras e amontoá-las: uma rotina enfadonha que era repetida cotidianamente “só para não ganhar sem fazer nada”; Arlete me fala de um desses locais onde essas pedras estavam amontoadas nas matas do sítio Serrinha, e de fato estavam lá até certo tempo. Assim era o trabalho das mulheres emergentes, onde os seus direitos básicos eram negados, como uma folga por motivos de saúde, e licenças maternidades eram negados.

A memória é seletiva, não nos lembramos de tudo, mas também não nos esquecemos de tudo. Nossa mente recorda das coisas na medida em que elas nos causam algum impacto, que faz com que elas se tornem marcos da memória e elementos de reconhecimento. Uma colaboradora, nesse sentido, nos conta sua vivência como gestante nessas obras:

Ai quando foi uma vez, veio a fiscalização aí chegou um primo de Delfino, meu esposo, ai ele foi na casa de mãe; ele disse “quede a esposa de meu primo? Que eu vim conhecer ela”, ai mãe disse: “ela ta quebrando pedra”, ai ele foi e disse: “ela grávida e quebran-

⁷ Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).



do pedra?” Ai mãe disse: “sim”. Ai ele disse “apois diga a ela que quando ela chega, ela vá na prefeitura tire licença, que ela só tem direito a três meses de licença, ela vai receber em casa sem trabalhar”.

Aí assim eu fiz, fui na prefeitura, peguei a licença e entreguei a fiscal. Que era ordem, ela não podia tá liberando ninguém, né? Que o certo é certo. Entreguei pra Fulana e fiquei recebendo meu salariozinho em casa⁸.

Por meio da arte de lembrar, o passado se faz presente por meio das lembranças dessa senhora que nos apresenta suas vivências a partir dos olhos do presente. Assim conseguimos entender a forma como uma realidade é construída e pensada por quem a vivenciou, mostrando, ainda, que as lembranças de um tempo vivido no passado, na arte de lembrar, esse passado que não é mais passado, é produto do presente (ALBUQUERQUE, 2007).

À medida que experimentamos o mundo, ganhamos novas leituras de nossas experiências, essas memórias do passado também são reelaboradas quando buscado, o tempo sem dúvida à fez superar o seu passado, que no tempo vivido da memória pode ter sido traumático, mas pelas ações do, que permite tais mudanças pontuadas, no presente fala sobre esses acontecimentos de uma forma tranquila, mas com marcas de superação. Neste sentido percebemos a resiliência do indivíduo em relação ao seu passado, notado pela maneira à qual ele é superado e ressignificado, sem rancores, sem raiva e entendendo que é algo que ficou no passado e lembrado por ter produzido impacto em sua vida.

Vemos que experiências com as emergências ainda criam histórias de vida para a cidade de Monte Horebe, já que boa parte da população recorria a esses trabalhos como uma forma de angariar uma “ajuda” para seus lares. Não existiam empregos formais e a única renda gerada era por meio da agricultura e dos seus derivados. Ao questionar

⁸ *Idem*



sobre o trabalho de homens e mulheres, se fazia algumas distinções e geralmente as mulheres trabalhavam como barraqueiras ou quebrando pedras e os homens trabalhavam diretamente nas obras.

Um dos aspectos das ações dessas Frentes de Emergência, que ocorreram na região de Monte Horebe, é que eram ações que atuavam dentro de dois aspectos: um voltado para o desenvolvimento regional, por meio dessas diversas obras que eram construídas; e o outro aspecto se resume ao assistencialismo através de trabalhos temporários, que era prestado por esses sujeitos em troca de dinheiro e alimentos, e que eram fornecidos como uma forma de “ajuda” entregue aos emergentes que ofereciam sua mão de obra barata ao estado (ASSIS, 2020).

Pensar essas políticas públicas e o caráter que elas assumem no poder local por vez é uma tarefa complexa, principalmente quando tratamos de espaços que possuem uma cultura de mando e de estreita relação com o coronelismo, onde o poder é localizado na mão de uma elite. A rede de poder que se instala em todos os níveis da administração pública que ocorrem de forma a favorecer um grupo específico de políticos. A esfera pública assume outro caráter, passando a ser administradas com práticas patrimonialistas onde as esferas públicas e privadas se integram, ou seja, a esfera pública é utilizada para atender demandas pessoais e fazem uso dela de modo a favorecer suas demandas e de terceiros de forma “cordial”.

AS EMERGÊNCIAS CHEGAM AO FIM (1983 A 1985)

No ano de 1985 ocorreram as últimas obra das Frentes de Emergência em Monte Horebe. A construção do açude da emergência no Sítio Serrinha durou cerca de cinco anos: uma procrastinação das obras. Enquanto as obras existissem era um modo de reter investimentos na região e manter aqueles homens tidos como “flagelados” trabalhando.

Essa obra foi gerida pelo Exército Brasileiro, que segundo o colaborador da pesquisa era responsável por coordenar a obra:



No ano de 1981, aí vem uma frente de emergência aqui para Serrinha pá esse açude da Serrinha. Era o exército quem comandava aquele trabalho e todinho era o Exército Brasileiro. E o certo, Ramon, é dizer que muita gente trabalhava, Ramon. Tinha muitos dias de nos contar de 500 homens trabalhando naquele açude tudo a braço⁹.

Eram tantos homens trabalhando que as atividades eram divididas em dois turnos de trabalho. A força humana de 500 pessoas foi utilizada para construir o açude de emergência no sítio Serrinha. Até os dias de hoje é um dos poucos açudes que conseguem reter e distribuir água para a população por um maior tempo de estiagem, tanto pelo seu tamanho quando pelo local que favorece a sua captação de água por meio de riachos que desaguam no local.

O governo forneceu algumas ferramentas para auxiliar na obra, mas a sua parede foi toda construída e “batida” à mão, um trabalho organizado por aqueles homens.

A última coisa que os agricultó fizeram foi umas mão de pilão de pau, toda de miolo de aroeira, os sargento, ainda hoje me lembro de nome: sargento Araújo, ele era por conta da frente de serviço, o sargento Araújo e o capitão Maiolino; eles mandaram aquelas pessoas que eram mestre cortar miolo de pau, miolo de aroeira, pauzão de aroeira e fazer as mão de pilão que a água era quase no pé do serviço!¹⁰

Existia um sistema de organização e funcionamentos dos campos de trabalho, homens chamados “cabos de turma”. Eram os responsáveis por organizar grupos de cerca de 25 homens para o trabalho. O cabo de turma trabalhava e supervisionava o trabalho do seu grupo. O apontador era o responsável por fazer a chamada nominal dos homens que

⁹ Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).

¹⁰ *Idem*.



trabalhavam na obra e o fiscal do trecho da obra era o responsável geral pela supervisão da obra.

Com o fim dessas obras, me questiono o que aconteceu com esses 500 homens que trabalharam nessa obra? O discurso da política pública “Frentes de Emergência” prega a fragilidade do sertanejo, nos fazendo pensar que em sua ausência esses homens e mulheres estão vulneráveis a seca e expostos a fome e a morte.

Na experiência particular desses sujeitos na década de 1980, nos revela uma experiência contrária, mostrando que essas obras, como já pontuado, não era o único meio de sobrevivência desses homens. Eles não sobreviviam e dependiam unicamente dela.

Mas era bom porque todo mundo tava empregado, tava ganhando um sustento, fazendo suas rocinha nas hora que podia trabalhar, eu fiz, muitos fizeram! não atrapalhava. Era bom a luta, não atrapalhava ninguém, todo mundo fazia suas roças, ganhava seu dinheirinho, as coisa era mais barata mais em conta e todo mundo escapou, não morreu ninguém aqui, escapemos, tudim contando a história¹¹.

Os relatos orais nos mostra que os efeitos da seca impactam de forma diferente as famílias. O convívio com a seca no sertão não é algo recente, e os períodos longos de estiagem tem uma história pregressa no sertão. Os colaboradores me falam de um fenômeno chamado de “*secas verdes*”, em que apesar das secas, eram sempre feitas as colheitas.

Mas era assim, as secas era nesses anos nessas datas determinada mesmo. Como já houve essas secas agora né! Mas uma seca verde! Sempre quem fazia quem... Quem botava uma rocinha colhia alguma coisa¹².

¹¹ *Idem.*

¹² Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe (PB).



Esses homens lidavam com essas secas por meio de observações da natureza, da sua própria experiência: “Quem é esperto tira uma coisinha, quem não é não tira nada”, onde mesmo nos anos que foram marcados de difícil convívio com como na década de 1970 (ASSIS, 2018), os colaboradores falam que suas casas ficaram “cheia de legume”.

O que quisemos aqui expor é que as políticas trazem em seu discurso generalizações e coloca as pessoas assistidas por ela em uma situação de vulnerabilidade e que o seu discurso de certa maneira anula o protagonismo desses agentes sociais, negando sua sabedoria e forma de viver sem a assistência pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DAS EMERGÊNCIAS

Paralelo aos trabalhos das emergências dos anos de 1959 a 1985 esses camponeses buscaram outros meio de subsistir, pois o ganho dessas emergências era uma “*coisinha pouca*”. Esse trabalho, por si só, não seria capaz de assistir essas famílias em períodos de seca. Afirma-se, então, que os ganhos eram oriundos principalmente da roça

Era mais da roça porque os anos eram fracos, mas um fraco que botava as roças cedo, porque o homem do campo cuida das roças dele cedo! Tacava roça cedo, cedo plantava toda chuva que desse, pouca ou muito os legume estava desenvolvendo.

O que plantava na roça naquele tempo era milho, feijão de corda, fava mandioca, macaxeira, jerimum, melancia e pepino era coisa do sustento do nordestino era essas coisa.¹³

Os plantios a qual se refere eram seus próprios cultivos, de milho, feijão e macaxeira, que eram feitos aos arredores de suas casas em pequenos pedaços de terra. Aqueles que não possuem terras, trabalhava

¹³ Entrevista de História Oral concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).



como meeiros de latifundiários, ou de pessoas que dispunham de espaço excedente.

Assim esses indivíduos afirma que existiam outros meios de renda, como a cultura da mandioca, matéria prima para a produção de goma e farinha; mostra que as casas de farinha era outra forma de renda e reunia uma parte da comunidade para trabalhar no processamento da raiz.

Era uma fonte de renda as casas de farinha, porque veja bem, o caba botava a mandioca na casa de farinha, 14 pessoas para trabalhar numa arranca de mandioca, 2 arrancado , 2 carregador, 1 destroncador, 4 raspadeira um preneiro, um forneiro, 2 carregador de água e uma lutadeira dentro de casa ajudando a dona da casa a cozinhar e fazia a farinhada!¹⁴

Os produtos que eram feitos nessa comunidade eram integrados aos comércios locais, e esses camponeses se tornavam tropeiros para comercializar seus produtos feitos em suas terras e vendiam o excedente de suas produções.

vendia goma, vendia farinha, pagava os trabalhador e sobrava goma e farinha. Eu, seu avó e meu pai, muito, muitos aqui plantou mandioca. Seu avó não está vivo aqui para provar, mas ele desceu muitas vezes aqui por dentro tangendo caiga de farinha, caiga de goma aqui por dentro saia ali na ponta da serra e descia e ia sair ali, lá nos cacau, lá nos menino de louro marinho, tangendo de pé o animal com uma caiga para vender no comércio em são José de Piranhas. Ah meu filho, eu já passei muita coisa.¹⁵

Salientamos que nem todos tinham acesso a esses bens como a casa de farinha, nem todos podiam plantar a mandioca, mas como se viu existiam outras formas de estarem inseridos nesses trabalhos, tra-

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*



balhando por diárias para os produtores de farinha, e aqueles que não dispunham de casa de farinha e tinham plantações de mandioca alugavam o espaço aos donos que recebiam uma parte da produção em troca.

Durante a segunda metade do século XX na cidade de São José de Piranhas, existiam grandes produtores e fábricas de descaroçamento de algodão que foi importante fator para o desenvolvimento, crescimento e sustento das populações das comunidades rurais dos municípios vizinhos, como o de Monte Horebe (SILVA, 2017, p. 32).

A cultura do algodão foi muito abundante no sertão paraibano e possibilitou, também, aos pequenos agricultores outra fonte de renda. Trabalhavam de “aluguel” ou por diária para os produtores da região. Esses camponeses que cultivavam em suas roças os bens de subsistência como milho, feijão e fava, nos dias propícios iam trabalhar aos grandes produtores que lhes pagavam pelo seu serviço de catadores de algodão, que como mostrado era bem lucrativo.

Eu só catava, eu não ia plantar, eu botava minha roça aqui, eu tinha meu legume aqui, já que eu colhia a roça aqui eu ia catar algodão lá ganhar dinheiro, catava o algodão entregava para o dono, no fim da semana ele pesava aquele algodão que cada um catava e passava lê o dinheiro vivo! Até porque o dono do algodão se precisasse de dinheiro ele ia lá nos corretor em Cajazeiras, lá em Cajazeiras tinha uma Sanbra , trazia os maço de dinheiro para pagar os trabalhador.¹⁶

O algodão passou a dividir espaço com a agricultura e a pecuária, proporcionando ao agricultor e aos seus trabalhadores uma fonte de renda para além das que já existiam. São José de Piranhas, como umas das notáveis cidades produtoras desse bem na região, passa a receber os agricultores das comunidades adjacentes que não tinham cultivo do algodão.

¹⁶ *Idem.*



O senhor José ao fazer um relato sobre outras formas de ganho na região, nos revela essa integração dos camponeses com a cultura do algodão que estava em ascensão na região:

Era a mira do sertanejo aqui, isso tudo aqui é sertão! A mira era algodão, não havia esse tempo que tem hoje eles e desloca para São Paulo cortar cana, de primeiro homem novo, homem velho, vivia a vida dele aqui porque plantava a mandioca aqui em cima dessa serra que nós mora; ai depôs do Braga, tem sertão ai que dá algodão para se perder, é ali nas terras do João Mane, finado Marinho Mané, Felizardo Mané, Joaquim Ribeiro, em São José de Piranhas, diversos homem que tinha muita propriedade grande, plantava muito algodão e era um dinheiro sorto! (bate com a mão) o caba novo ia catar algodão, ganhar dinheiro no fim da semana tinha dinheiro.¹⁷

Vemos que o colaborador ao relatar suas vivências nos apresenta uma cultura do trabalho que integrava esses pequenos agricultores aos sistemas econômicos da cidade de São José de Piranhas, que comercializava o algodão com outras cidades da região da Paraíba e do Ceará (SILVA, 2017).

E durante os períodos de seca os alistamentos nas obras públicas, como mostrado, possibilitava o ganho de um auxílio que era complementar às atividades já praticadas no sertão. Os colaboradores afirmam esse aspecto quando mostram os rendimentos vindos dos seus trabalhos nas obras:

Não sei se era 15 contos era uma coisa assim era coisinha pouca, mas na época era muita coisa ajudava. Ai ainda vinha também a gente recebia uma ferinha também nós ia para prefeitura e recebia. Era um feijão preto nós botava bicarbonato para poder cozinhar. (...) O arroz... Mais aveia essas coisas que vinha assim. (...)

¹⁷ *Idem.*



Distribuía na prefeitura quando era o dia certo todo mundo já ia receber o pagamento e a feira ¹⁸.

Nos ganhava pouco viu, Ramon, trabalhava e recebia por mês. Era quanto fosse, era um salário, só que era uma coisa pouca um negócio pouco¹⁹.

As falas dos colaboradores se complementam quando ambos concordam que o rendimento advindo dos trabalhos nas emergências era pouco, um pouco que complementava a renda familiar. O que nos impacta é que essas as formas de sobrevivência adotadas por eles; o que prevalece é uma readaptação da vida cotidiana desses homens entre os trabalhos da agricultura que aqui foram mostradas e as políticas públicas que passam a surgir na segunda metade do século XX.

Certeau (1994) nos mostra que homens e mulheres ordinários inventam o seu cotidiano de diversas maneiras como uma “caça não autorizada”, onde buscam escapar de forma silenciosa a essas conformações que são impostas; inventadas no seu cotidiano ou adaptando a novas formas de convívio. Assim, esses homens por meio de seus fazeres diários se adaptam a essas novas formas de convívio com a seca e fabricam um cotidiano condizente com sua realidade vivida.

Esta fabricação do cotidiano se dá por meio do que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência” que vão alterando o cotidiano como lhe é imposto, possibilitando ao indivíduo estabelecer (re)apropriações do espaço e dos seus usos na conformação que for peculiar a cada sujeito. Então, o camponês que faz parte dessas políticas públicas não é submisso a ela. O que existe é outra forma de compreensão e convívio com novos sistemas que se instalam no seu cotidiano (CERTEAU, 1994).

¹⁸ Entrevista concedida por Maria Arlete Dias de Araújo no dia 10 de março de 2020 em sua residência na cidade de Monte Horebe(PB).

¹⁹ Entrevista concedida por José Barbosa Sobrinho em 05 de abril de 2020 em sua residência no sítio Serra Verde dos Martins da cidade de Monte Horebe (PB).



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: SP: EDUSC, 2007.

ASSIS, Roberto Ramon Queiroz de. **“Uma questão do sentir”: memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses, Monte Horebe – PB (1958-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2020.

ASSIS, Roberto Ramon Queiroz. Um exercício entre história e imagem: a seca e as frentes de emergência em Monte Horebe-pb na década de 1970. **Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S.l.], v. 6, n. 12, p. 57-72, set. 2018. ISSN 2357-8556.

BRASIL. Lei nº 43.558, de 22 de Abril de 1958. **Autoriza a execução de obras de emergência em Estados do Nordeste associados pelas secas**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43558-22-abril-1958-382538-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

CASTRO, L. “Cassacos”: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

CASTRO, Lara de. Jornadas da fome: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas (ceará, anos 1950). **Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 12, p. 1-24, 14 dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75380>.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.


LIVRO DE ATAS 02. **Atas de sessão da câmara municipal de Monte Horebe-PB, 1976 a 1983**. Ata de reunião do segundo período legislativo aos 20 dias de setembro de 1983, p. 97.

MEIHY, J. C. S. B; Holanda, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Noeme Tomaz da Silva. **História e memórias de rotas de luta e de comércio no alto sertão: “experiências dos tropeiros de São José de Piranhas-PC (1940-1950)”**. 2017. 128f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017.



DAS FRENTES DE TRABALHO ÀS LIGAS CAMPONESAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA CONTRA AS SECAS E O PODER SECULAR DO LATIFÚNDIO (1960-1976)

 João Paulo de Lima Silva¹

INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos da década de 1960, quando a América Latina tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos haja vista tenha sido considerada como a “região mais perigosa do mundo”. A administração do então presidente John Fitzgerald Kennedy utilizou-se fartamente daquela construção discursiva para criar a Aliança para o Progresso (PEREIRA, 2005, p. 25-26).

A Aliança para o Progresso surgiu propagandeada como um programa de ajuda humanitária, onde regiões mais empobrecidas receberam ajuda alimentícia e financeira. Esses países assumiram como compromisso quitar parte dos empréstimos realizados a médio ou longo prazo, como também, cumprir metas nas áreas da educação e construção. Ampliar o número de salas de aulas e construir açudes e estradas apareceu no âmago dessas negociações.

Tendo em vista que a América Latina era vista como a região mais perigosa do mundo, devido sua importância geopolítica, o Nordeste

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó – RN, Especialista em História dos Sertões pela UFRN, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões do CERES-UFRN, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Jailma Maria de Lima.



brasileiro ganhou fama de uma região explosiva, não apenas por ser a região mais empobrecida do país, como também o lugar onde a ameaça comunista era mais fortemente estabelecida. Perigoessemais evidente em Pernambuco, onde as Ligas Camponesas e o governador Miguel Arraes não escondiam uma forte posturaantiamericana.

Tendo coo base essa conjuntura, pensamos uma abordagem que envolva e torne compreensíveis as ações estabelecidas nas Frentes de Trabalho no Rio Grande do Norte e as Ligas Camponesas em Pernambuco. Uma vez que esses espaços de resistência e conflitos, ao tornarem os retirantes da seca os principais agentes mobilizadores dos conflitos, também, a partir do programa norte americano Aliança para o Progresso e as ações ditas modernizadoras, os tornam vítimas e, ao mesmo tempo um entrave para a sociedade.

Eric Hobsbawm descreve o sentimento antiamericano como uma forma de preocupação da identidade nacional. A chegada de muitos imigrantes aos Estados Unidos na metade do século XIX estimulou a criação de uma imagem do cidadão norte-americano. O “bom americano” deveria demonstrar seu patriotismo através de rituais formais e informais afirmando todo tipo de ideal convencional e institucional estabelecido como característica que reafirmasse sua condição (HOBSBAWM, 1984, p. 288).

Ao observarmos a fala do autor, percebemos o surgimento desse sentimento antiamericano tendo início no interior do próprio país norte americano, onde para ser visto como tal bastava que houvesse um pensamento de oposição a qualquer que fosse o termo da política estadunidense. Atitude essa que atravessou suas fronteiras e foi demonstrada também de forma muito hostil por vários países por onde passaram suas comitivas.

A produção historiográfica que informa sobre o tema², ao ser confrontada com matérias do jornal Diário de Natal das décadas entre

² Sobre os impactos da Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, ver informações extraídas de PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues, Criar Ilhas



1960 e 1970 se tornou insuficiente, uma vez que ambos recursos apontam informações distintas, de certo modo tal fato se torna relevante, uma vez que nos é possibilitada uma ampliação de fatos e contestações sobre o tema discorrido.

Podemos verificar que, as muitas intervenções realizadas entre as décadas de 1960 e meados de 1970 surgem como um paliativo diante das intempéries climáticas nordestinas, além do reflexo da proposta de modernização estabelecida pelos Estados Unidos da América aos países que aderissem ao programa.

O Brasil foi o país latino-americano que mais recebeu investimentos do então novo programa de política externa e o Nordeste foi o alvo principal da Aliança no Brasil (PEREIRA, 200, p. 6).

Certamente os Estados Unidos observavam a situação de miséria formulada pela seca um campo fértil para a proliferação de seus ideais. À medida que o convênio beneficiava a população necessitada e, de certo modo a classe política, uma ampla ocupação norte americana ia acontecendo gradualmente nas áreas atendidas por programas.

AS LIGAS CAMPONESAS E O ANTEAMERICANISMO

A capital de Pernambuco, Recife, está localizada na Zona Metropolitana e no início dos anos de 1960 a cidade foi considerada como “o centro dos grandes problemas relacionados à pobreza encontrados no Nordeste” (PAGE, 1972, p. 30).

Entre as várias dificuldades que assolavam Recife, talvez o mais grave fosse o habitacional. Boa parte da população mais carente era

de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966). Tese de doutorado, defendida na PUC-SP em maio de 2005. Neste trabalho, o autor examina a política externa norte-americana para a América Latina em geral, em particular para o Brasil durante a década de 1960. O foco do trabalho foi a Aliança para o Progresso no Brasil, com destaque para a atuação do programa na região Nordeste e no Rio Grande do Norte. O capítulo cinco realiza o estudo dos conflitos e aproximações entre a Aliança para o Progresso e a Política e o governo Aluísio Alves.



composta de retirantes provenientes da Zona da Mata e Sertão que perambulavam na esperança de melhores condições de vida.

Ao chegarem à cidade essas pessoas eram apresentadas a um cenário sem grandes expectativas. Fatores como a desigualdade social, e as condições precárias de trabalho acentuavam ainda mais a péssima condição dos menos favorecidos, que viam como último refúgio buscar emprego na região do açúcar, localizada na Zona da Mata, e onde se encontrava grande parte do latifúndio responsável pela exploração do trabalhador rural.

O problema foi agravado com a modernização do campo ou quando os poderes dos senhores de engenho começou a ser dividido com os usineiros. A instalação das indústrias de açúcar na região transformou os engenhos em fornecedores de matéria-prima para as usinas. O refino industrializado provocou a venda de muitos engenhos. Desta forma, os industriais do açúcar passaram a acumular poderes econômicos e políticos em Pernambuco (PAGE, 1972, p. 37).

A estrutura fundiária provocou diretamente o problema da fome. Josué de Castro descreve que isto foi resultado da organização socioeconômica instalada não só em Pernambuco como em todo Nordeste:

O que se verifica no Nordeste açucareiro é que a fome de que sofrem suas populações é produto exclusivo do seu tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial [...] em torno da monocultura do açúcar. A fome aparecendo como uma espécie de subproduto da economia da cana e os famintos como uma forma de bagaço de sua estrutura social: o bagaço humano do latifúndio açucareiro (CASTRO, 1975, p. 73).

O autor aborda o problema da fome como um resultado da monocultura do açúcar, pois a região oferecia condições climáticas e de solo propícias para o cultivo de gêneros destinados à alimentação da população. Aliado a isso, essa monocultura renunciou a produção de outros alimentos agravando a situação local.



A insatisfação por parte dos trabalhadores serviu de estopim para o início dos movimentos de revolta encabeçados por líderes que emergiam contra os grandes latifundiários e as ações do governo americano por observarem nisso um conjunto de ideias que cada vez mais aprisionava e empobrecia os trabalhadores.

Nesse contexto destacaram-se os trabalhadores rurais, que liderados por Francisco Julião, um atuante advogado, político, filho de pessoas influentes na agricultura e inspirados por Fidel Castro e Mao-Tsé-Tung, começou a chamar a atenção de governos estrangeiros, e principalmente grandes latifundiários locais que viram aos poucos os seus antigos regimes de poder sendo menosprezados.

A repercussão foi tanta que em setembro de 1960 o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, desembarcou no Recife para coletar informações sobre os desdobramentos das Ligas Camponesas em Pernambuco. Procurou conhecer a atmosfera local através de visitas *in loco* e coletando dados durante uma semana. Ao retornar aos Estados Unidos publicou as informações coletadas no jornal entre os meses de outubro e novembro sendo a primeira de muitas reportagens reproduzida em capa. O tom sensacionalista reproduzido pelo autor apontou para uma situação caótica em pleno desenvolvimento assinalando para uma possível situação revolucionária cada vez mais latente em toda vastidão pobre do Nordeste (BARROS, 2017, 62).

O documentário “The Troubled Land” retratou os trabalhadores que compunham as Ligas Camponesas como homens ignorantes por natureza, pertencentes a uma estatística onde trabalhar para sobreviver era o único direito que possuíam. Em alguns momentos a fala dos personagens traduz a educação como algo muito distante, uma realidade totalmente estagnada, onde o discurso do senhor do latifúndio era a única lei.

Michel Foucault aponta a questão educacional como um dos meios pelo qual chegamos à apropriação social dos discursos. Entender a educação como o instrumento articulador para que todo indivíduo,



em uma sociedade como a nossa, possa ter acesso a qualquer tipo de discurso, torna a sua utilização indispensável nas mais diversas áreas, e, também, no âmbito das lutas sociais. Nesse sentido, a educação seria uma maneira política de modificar a realidade dos trabalhadores, porém o medo era uma constante entre eles (FOUCAULT, 1970, p. 43-44).

Durante determinada cena, os tiros de Constâncio Maranhão diante da câmera mostraram bem o poder secular do latifúndio. É contra isso que Francisco Julião vai se posicionar negativamente, e, buscar a partir de um discurso humanitário e persuasivo, realizar um chamamento revolucionário. É mais um político que, assim como os estadunidenses, descobriu a importância das Ligas para as contendas políticas.

As ações do governo norte americano voltadas para impedir qualquer que fosse a iniciativa de cunho comunista, sempre estiveram voltadas mais diretamente para Recife. Como já citado, o estado de Pernambuco possuía certa postura antiamericana, fosse através do comportamento das ligas camponesas e seus líderes ou do próprio governador. Isso pedia uma maior vigilância, levando à instalação do mais importante escritório da Aliança para o Progresso estar situado em Recife, o que culminava com a frequente visita de comitivas norte-americanas. Tal fato não ocorreu no Rio Grande do Norte, uma vez que, o governo potiguar nutria de certa proximidade ideológica com os Estados Unidos da América.

O ORDENAMENTO DO LATIFÚNDIO DIANTE DA SECA

Francisco Julião se posicionava contra esses desmandos impostos pelos senhores de terra, alertava os trabalhadores na tentativa de despertar essa massa, ao mesmo tempo despertava a ira dos grandes latifundiários.

A historiadora norte-americana Jan Knippers Black afirma que a ajuda norte-americana ao Nordeste do Brasil não foi motivada pela po-



breza existente na região, mas, resultado das mobilizações sociais das Ligas Camponesas e do seu líder Francisco Julião (BLACK, 2009, 161).

Muito convincente essa afirmação se realmente analisarmos o fato de que, qualquer projeto estabelecido no Nordeste seria estreitamente relacionado à seca. Uma vez que geralmente eram apresentados como solução para os problemas advindos da estiagem. Existia sempre uma apropriação pelas classes proprietárias de modo a buscar, através de seus discursos ocultos, manter seus privilégios locais e assegurar espaços ameaçados, tendo em vista a ascensão de outros grupos.

As ações da Aliança voltadas à agricultura brasileira vivenciaram ao longo da década de 1960 uma série de processos, que vão desde a ascensão dos movimentos sociais rurais cada vez mais organizados, passando pelas ferrenhas discussões em torno da reforma agrária e da modernização, desembocando na formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAI). O programa estadunidense lançado por Kennedy integrou de forma mais direta ou indireta, todos esses processos, deixando a marca de sua ingerência na agricultura brasileira (NATIVIDADE, 2018, p.21).

A temática envolvendo a reforma agrária e conseqüentemente seu desenvolvimento, foi algo que gerou muitos conflitos entre os líderes dos movimentos sociais, seus adeptos e os grandes latifundiários no Nordeste. Tais conflitos ocorreram com tanta frequência e brutalidade que despertaram a atenção da crítica norteamericana. Para melhor argumentar tais fatos, temos como fonte audiovisual o já citado documentário “The Troubled Land”, traduzido para o português como “A terra problemática”, o documentário produzido no Brasil a mando do governo estadunidense em 1961, mostrou de forma concreta como era o tratamento entre os chamados coronéis da terra e seus empregados.

Filmado em Pernambuco, o filme mostrou como era a vida dos cortadores de cana-de-açúcar na fazenda do latifundiário Constâncio Maranhão, um homem com arma em punho, que se dizia simples, e ao mesmo tempo dava tiros para o ar enquanto falava que, “aquilo”, era o que teriam aqueles trabalhadores que o desobedecessem.



Em cenas posteriores, Francisco Julião, grande nome das ligas camponesas, sempre é visto discursando em locais de grande impacto popular: feiras livres e canaviais. Sempre utilizando uma fala em tom encorajador, ele se dirige à classe trabalhadora para que esses se libertassem dos abusos de seus senhores.

O documentário foi produzido para a rede de televisão estadunidense ABC, que escolheram o Nordeste como cenário perfeito para documentar o suposto surgimento de uma “Nova Cuba”, os perigos da atuação de Francisco Julião sobre a massa camponesa. Uma atitude premeditada, uma vez que, posteriormente tais fatos registrados justificariam perante a opinião pública, o apoio dado ao golpe militar no Brasil, fato ocorrido no mesmo ano de exibição do filme.

AS FRENTES DE TRABALHO COMO LUGAR DE RESISTIR

Desde a implantação da Aliança para o Progresso no Brasil. O Nordeste ocupou espaço privilegiado nas agendas dos governos brasileiro e norte-americano. Entretanto, muitos anos antes do início daquele programa de política externa, a região já havia recebido atenção prioritária, tanto nos Estados Unidos como no Brasil (PEREIRA, 2005, p. 288).

Desde o final do século XIX, o Nordeste tornou-se um problema de repercussão nacional, os efeitos da seca eram o que caracterizavam essa região. Visto como um campo fértil para a realização de futuros enlances políticos, diversos investimentos foram realizados e muitas instituições criadas com o intuito de gerir toda a situação.

Celso Furtado afirmou em uma de suas obras sobre o tema, que essa ação do Estado não resultou em melhorias para a população que era vitimada pelas secas. Nesse sentido, como observa o autor, os investimentos federais no Nordeste desde a década de 1950 para combater o problema da seca “foi desviado de seu autêntico objetivo social para transformarem-se em instrumento de consolidação dos latifú-



dios de pecuária, ameaçados em suas próprias bases pelas grandes calamidades sociais em que se haviam transformado as secas” (FURTADO, 1985, p.22).

No Nordeste, o Rio Grande do Norte foi o ponto preferencial de atuação da Aliança para o Progresso. Visto como a principal “Ilha de sanidade”, expressão criada pelo embaixador norte-americano Lincoln Gordon, para nomear os benefícios que os Estados Unidos através do Programa Aliança para o Progresso poderiam ofertar para o Nordeste, Brasil e América Latina (PEREIRA, 2005, p.27).

O estado possuía uma localização geográfica vista como estratégica no que diz respeito à prevenção e possíveis investidas comunistas. Esse fato foi decisivo para que a comitiva responsável pela articulação do programa norte-americano visualizasse a referida região como a melhor porta de entrada e possível campo de permanência das tropas e ideais anticomunistas, oportunizando com isso, um elo junto à administração Aluizio Alves (1961-1966) que colheu significativos frutos políticos.

No Rio Grande do Norte as manifestações populares, compostas também por trabalhadores insatisfeitos se mostraram mais tímidas, tendo em vista que essas funcionavam como uma forma de ocupação para esses flagelados que viam nas Frentes de Trabalho, talvez de forma ingênua, uma área em crescimento, além de seu único refúgio de sobrevivência, de início tudo funcionou de forma organizada e pacífica. Sobre a função dessas organizações trabalhista e conseqüentemente emergenciais, Duarte nos explica:

As medidas de enfrentamento dos efeitos da escassez de recursos hídricos seguiam três frentes: a intensificação na construção de açudes e outras obras complementares, o aumento da construção de estradas de rodagem e de ferro e o incentivo à emigração para outros estados, principalmente nas áreas onde o desemprego assumiu grandes proporções, garantindo a ocupação e os meios de subsistência da população (DUARTE, 2002a, p.33).



Constam nos acervos da Paróquia de Santana em Caicó, no Rio Grande do Norte, documentos referentes à administração das frentes de trabalho por parte do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER). Neles, encontramos a composição das Frentes. Isso partindo do montante de operários, as condições de trabalho, desde as atividades desenvolvidas, até como estes eram conceituados a partir do trabalho.

Em um relatório produzido no ano de 1976, encontramos dado como, jornada de trabalho de 8 horas diárias registra com assinatura de ponto, salário líquido da época referente a 502 Cruzeiros, sendo estes já descontados impostos referentes ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), pago quinzenalmente em moeda, na própria Frente de Trabalho e não na cidade onde estivesse localizada. Isso certamente se deu pela dificuldade de locomoção desses trabalhadores até a zona urbana³.

Havia uma lista de itens a ser evitado, e entre eles destacava-se a presença de menores/escolaridade, certamente alegando que os menores de acordo com suas idades deveriam estar frequentando as séries escolares e não atuando nas Frentes.

Podemos observar no documento as prioridades que deveriam ser respeitadas ao se compor os grupos de trabalhadores. Entre elas estão, que os homens deveriam ser casados, solteiros arrimo⁴ de família, e menores com mais de 14 anos/arrimo.

Nesses relatórios o homem era tratado como um sujeito que possui valores reconhecidos pelos chefes, sendo estes; respeitador, dóceis, pacífi-

³ O documento manuscrito (relatório) encontra-se no Acervo de documentos da Paróquia da Diocese de Caicó. No primeiro andar do Centro Pastoral Dom Wagner, depositados em pastas plásticas e armários de ferro. Os documentos do acervo não se encontram enumerados por se encontrarem em processo de catalogação. Acesso em 02.05.2018.

⁴ Diz-se da pessoa que dá proteção, auxílio ou amparo. No caso do documento, quando o homem é solteiro e responsável pelo sustento de uma família e, quando se é menor, mas está protegido por seus familiares. Ver: BUENO, Silveira. Minidicionário da língua portuguesa. 3ª edição, São Paulo. FTD, 2016.



cos, trabalhadores, inteligentes e que, se sentem honrados pelo trabalho, não podendo por isso ficar parados. Essas eram as impressões que deveriam ser enviadas aos escritórios que geriam o programa, quando na verdade a situação nas Frentes de Trabalho começava a se agravar.

Criadas a partir do Programa Alimentos para a Paz para buscar de soluções para os problemas da pobreza, no entanto, com o passar dos anos e, diante da seca cada vez mais frequente, estas passaram a ser não só o único refúgio dos mais necessitados, bem como um grande comércio para os mais abastados. Assim sendo, qualquer que fosse a ameaça de fim destas, a população de flagelados ficava temerosa e angustiada por notícias, a demora por declarações gerou o clima de tensão que se alastrou pelo Estado.

Boatos de que o trabalho estava sendo improdutivo e que suas atividades iriam parar fez com que tivesse início uma onda de invasões e saques por várias cidades do Nordeste. A situação se agravou, pois o salário se tornou insuficiente para o sustento, e até mesmo o alimento recebido como parte do pagamento chegou a ser vendido e os filhos desses trabalhadores passaram a virar pedintes como forma de complementar uma renda para tantas necessidades.

A seca deixou de ser um problema natural e começou a ser tratado como um problema econômico. No meio de tudo isso, uma massa desesperada que não media esforços para obter uma solução a seu favor. As manchetes dos jornais eram claras e cada vez mais traziam fatos que representavam o desespero dos flagelados e a falta de interesse dos políticos em resolver a situação.

Diante da situação, Edward Thompson colabora com suas ideias ao nos dizer que:

Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superscrição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e em-



pregando o simbolismo do protesto e do ridículo (THOMPSON, 2001, p. 239-234).

Um dos muitos fatos que narram essa história e compuseram as páginas dos jornais locais, foi quando no ano de 1967, não suportando mais a situação de miséria e descaso, 700 homens que há dias aguardavam em Santa Cruz no interior do Rio Grande do Norte ser alistados pelo escritório da SUDENE, não obtendo resposta que deveria vir da cidade de Natal, como informou o prefeito Clodoaldo Medeiros, por volta das 15 horas iniciou os saques à cidade. Um depósito no centro foi o primeiro saqueado, suas portas foram arrombadas, pessoas foram pisoteadas e durante 15 minutos as pessoas subtraíram todos os gêneros alimentícios do local. Dalí a população faminta buscou novos lugares para repetir a cena, e só encerrariam o episódio após intervenção da polícia que por ordem do delegado controlou os saques⁵.

As pressões sociais tornaram-se explosivas e evidenciaram ser um risco para a segurança interna do Brasil. Para o governo norte-americano, a conjuntura atual favorecia a possibilidade de uma segunda Revolução Cubana, desta vez em solo brasileiro.

As Frentes de Trabalho continuaram sendo mantidas com recursos vindos da Aliança destinados aos flagelados, no entanto, agora as Frentes conviviam, não só com a fome, a má administração e a exploração, também aumentaram os problemas de saúde resultado das péssimas condições às quais estavam expostos os trabalhadores nesses locais.

Mesmo diante de tantas irregularidades e fatalidades, o homem sertanejo teve de ser apresentado a aquele que seria o seu maior medo, o fim das Frentes de Trabalho. Em novembro de 1970, foi noticiado que a SUDENE iniciaria as dispensas. O Ministro do Interior José Costa Cavalcante declarou que, agora os flagelados teriam mais um dia de folga

⁵ Operação saque. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10. Acesso em 17.08.2018.



remunerado, para que pudessem preparar as suas terras para o inverno que segundo eles se aproximava. Ele afirmou ao Diário de Natal que:

“...a desmobilização das frentes de trabalho em todo o Nordeste será em ordem progressiva, dependendo apenas, das chuvas que forem caindo em toda a região. Inicialmente, vamos dar mais um dia de folga ao flagelado para ele ter melhores condições de preparar sua terra e aguardar o inverno de 1971”.⁶

Não demorou muito, o Diário de Natal noticiou a desarticulação de todas as Frentes de Trabalho existentes no Rio Grande do Norte desde o dia anterior. As notícias foram que tudo aconteceu normalmente, que as últimas 13 frentes existentes no Estado, englobando um total de 10 mil homens foram desmobilizadas na mais completa ordem, e que agora, o Estado seria beneficiado com bens, como por exemplo, viaturas que antes serviam à SUDENE como forma de apoio. As Frentes de Trabalho não deixaram de existir em definitivo, pois com o agravamento de outras secas, essas tornaram a surgir em menor número e proporções, porém ainda abastecidas pelo Programa Alimentos Para a Paz, que mesmo com o período de desarticulação das Frentes, ainda enviavam os mantimentos para que estes fossem utilizados junto às comunidades carentes⁷.

O governo agora estava sob a tutela de Cortez Pereira. Candidato também eleito com a promessa de modernizar o estado e promover apoio aos movimentos populares nacionalistas. Os mesmos que apoiaram o governo Aluizio Alves e tempos depois foram apontados como subversivos. Ao mesmo tempo em que Aluizio rompeu com esses movimentos populares que o apoiaram em 1960, foi retomando as velhas práticas conservadoras e oligárquicas que tanto tinha condenado du-

⁶ SUDENE começou dispensas nas “frentes de trabalho”. Diário de Natal, Natal, 19 de novembro de 1970, p. 04. Acesso em 17.08.2018.

⁷ Sem anormalidades, frentes de trabalho foram extintas. Diário de Natal, Natal, 16 de abril de 1971, p. 01. Acesso em 17.08.2018.



rante a campanha eleitoral. O fato é que essa prática ainda perdurou o suficiente, mostrando que no momento da desarticulação das Frentes de Trabalho, nem uma relação em prol dessa massa de desempregados foi tomada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que envolvem lugares de resistência e conflitos populares entre as décadas de 1960 e 1970 nos levam à observar como tantos arranjos e desarrajos que compuseram essas ações, em grande parte do percurso, se atrelaram às imagens de poder e autoridade por agentes que se sobrepuseram aos marginalizados.

A literatura memorial e acadêmica encontrada sobre esse período nos mostra personagens oligárquicos e populistas, como é o caso de Aluizio Alves e Constâncio Maranhão, considerados “tradicionais” cada um no seu respectivo meio. Além disso, trata da modernização elaborada a partir dos investimentos por parte da Aliança para o Progresso, mas também, nos mostra uma modernização meramente emergencial e paliativa.

Somos detentores de poucas fontes acessíveis pelas quais possamos obter mais conhecimento referente aos pormenores desse período. No entanto, o que possuímos se faz suficiente para iniciar e ampliar a pesquisa de novas contribuições para essa literatura. Problematizar as dúvidas sempre será o método de aprimorar os conceitos.

FONTES

Jornais

Operação saque. Diário de Natal, Natal, 24 de janeiro de 1967, p. 10.

SUDENE começou dispensas nas “frentes de trabalho”. Diário de Natal, Natal, 19 de novembro de 1970, p. 04.



Arquivos da Paróquia da Diocese de Caicó:

Relatório do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ano de 1976. Arquivo da Paróquia da Diocese de Caicó.

Fontes audiovisuais (Documentário)

THE Troubled Land. Direção e produção de Helen Jean Rogers. Recife: ABC Studios, 1961.

REFERÊNCIAS

BARROS, Victor Goncalves Gomes de. **A pobreza como estopim da revolução: análises sobre a atuação da Aliança Para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

DUARTE, R. S. (Org.). **A seca de 1958: uma avaliação pelo ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002 a. (Série Estudos sobre as Secas no Nordeste, v.1).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)**. 2005.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: A TERRA E A ÁGUA

23 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil**. XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo; Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.



IGREJA CATÓLICA E OS PROBLEMAS DA TERRA NA DÉCADA DE 1970

 Francisco Ruy Gondim Pereira¹

“Igreja e problemas da terra”² foi um dos manifestados mais contundentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contra as iniquidades do regime empresarial-militar. A despeito das divisões em torno do engajamento da Igreja com as lutas populares na passagem das décadas de 1970 e 1980, e da aproximação de setores da instituição com as esquerdas, os bispos lograram um amplo consenso a respeito das críticas contra voracidade do capitalismo brasileiro sobre as comunidades rurais e as nações indígenas. A novidade não estava apenas na condenação ao modelo econômico baseado na valorização da grande propriedade rural, ou nas violações aos direitos humanos, já presentes nos pronunciamentos anteriores, mas na assunção pela representação máxima do catolicismo brasileiro de uma análise crítica mediada pelo Evangelho que incorporava elementos de interpretação sociológica inspirada nos instrumentos analíticos do marxismo para compreender as contradições históricas da questão agrária no país. Com o manifesto, a CNBB trazia para o centro do debate a perspectiva de atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionários (CIMI), revestindo de oficialidade eclesial a atuação de suas pastorais

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará / Professor rede pública de ensino (Seduc-CE).

² Aprovado durante a 18ª assembleia geral da CNBB em fevereiro de 1980, em Itaici/SP.



dedicadas a questão agrária e indígena. Neste artigo objetivo analisar as principais referências do documento a partir dos deslocamentos em curso na Igreja situando suas conexões com as lutas e resistências do campesinato abraçadas pela instituição nos anos 1970.

DITADURA MILITAR E A RENOVAÇÃO DA IGREJA

No transcurso da década de 1970, a Igreja Católica foi lançada num turbilhão de conflitos e perseguições relacionadas à defesa de comunidades marginalizadas a partir da atuação de clérigos e militantes católicos. A decretação do AI-5 em 1968 ativou a fúria do aparato repressivo contra todas as formas de organização, mobilização e manifestação do livre pensamento. As liberdades civis e atuação política vinculadas às classes médias foram sufocadas, mas o peso mais severo foi certamente dirigido contra as entidades de representação das classes populares. Todas as formas de organização dos pobres empenhadas na autodefesa contra a injustiça ou na luta por direitos foram criminalizadas. Todo um vocabulário militante foi amordaçado pela capacidade evocativa de expressar, por meio do discurso, práticas de militância política que deveriam, a luz da repressão, ser eliminadas. A lei de segurança nacional foi tornada o próprio instrumento jurídico da exceção contra o *direito* por meio da espionagem, da intimidação e das múltiplas ameaças à vida.

A luta armada, como radicalização máxima das esquerdas revolucionárias, forneceu o pretexto para a banalização da tortura, dos assassinatos e do terrorismo institucional. Neste cenário nefasto, a Igreja foi tornada a própria expressão da resistência, imagem símbolo do *povo marginalizado*. Tornou-se *voz do que não tinham voz*, na célebre expressão de dom Paulo Evaristo Arns, ao ocupar o vácuo político criado pela devastação dos partidos de esquerda e das organizações populares. Essa capacidade de se dilatar sobre o terreno da política foi possível pelo fato de que a repressão e o terrorismo podiam alcançar suas beiradas, atacar lideranças, criar constrangimentos localizados, mas não eram capazes



de desmontar uma instituição que representava o divino e o sagrado numa sociedade ciosa de sua identidade católica.

O trabalho de base, a mobilização de comunidades e a conscientização dos subalternos sobre as causas da pobreza fora erigida (numa grande diversidade de dioceses, prelazias, congregações e paróquias) à condição de missão, instituindo o exercício da religiosidade enquanto dimensão inseparável dos problemas concretos do mundo.³ A superação de uma fé estritamente devocional deslocada do tempo presente rompia a dicotomia entre religião e política por meio de uma atitude que tomava o pecado não apenas pela sua dimensão moral, mas sobretudo como fato social. A pobreza deixava de ser lida pela ótica paternalista e caritativa para ser auscultada em suas causas estruturais. Essa politização das pastorais resultou, enfim, em ira das forças comprometidas com a ditadura, sintetizada numa célebre declaração de dom Helder Câmara: *quando dou comida aos pobres, me chamam de santo; quando pergunto porque são pobres, me chamam de comunista e subversivo.*

Como sabemos, foram as encíclicas *Pacem in Terris* (João XXIII, 1963) e *Populorum Progressio* (Paulo VI, 1967), o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência do Episcopado Latino-Americano de Medellín (CELAM, 1968) que assimilaram inovações desenvolvidas nas bases, as institucionalizam e as difundiram ao ponto de estimularem uma imensa transformação na ação pastoral da Igreja. O Brasil foi celeiro de grande quantidade de inovações pastorais assimiladas pelas hierarquias. As experiências desenvolvidas na região Nordeste – Movimento de Natal, MEB (e o método Paulo Freire), CEBs – nas décadas de 1950 e 1960 foram incorporadas pela Igreja nacional e influenciaram o católi-

³ A renovação foi mais forte onde o bispo assumia a pastoral popular como projeto, como ocorreu nas (arqui)dioceses de Crateús, Paraíba, Recife/Olinda, Goiânia, Goiás, São Paulo, São Felix do Araguaia. O clima de renovação nestas regiões contagiou seminários, paróquias, congregações religiosas, tornando bispos não-alinhados à *Igreja da libertação* simpáticos (ou tolerantes) ao desenvolvimento de iniciativas renovadoras em seus territórios.



cismo universal. Desde então, a *pastoral profética* (cf IOKOI, 1996, p.28) conquistou adeptos pelas dioceses, paróquias e seminários como parte de um esforço de renovação e modernização da instituição, assumindo a *opção preferencial pelos pobres* enquanto desejo de uma *Igreja povo de Deus*.

Esse *tomar partido dos oprimidos* significou afastar-se das elites e romper a secular aliança com os centros decisórios do poder. O recrudescimento do terror e os ataques a clérigos e militantes católicos estimularam a unidade da instituição. Os entusiastas da *Igreja popular* – e da nascente teologia da libertação – ergueram uma voz de resistência e conquistaram legitimidade sem precedentes no conjunto do episcopado nacional, demonstrando a distinção brasileira em relação às conferências nacionais de outros países latino-americanos que mantiveram a aliança preferencial com o Estado a despeito do Vaticano II, de Medellín e das violações aos direitos humanos durante as ditaduras (cf MAINWARING, 2004).

A assimilação deste *novo jeito de ser Igreja* assumia uma vontade de potência contra a ordem estabelecida, tomando partido dos humilhados e ofendidos. Encontrou entre as populações rurais o cerne das desigualdades, da opressão e da expropriação praticada pelas classes dominantes e pelo Estado (IOKOI, 1996, p.25). Em grande medida, o campesinato foi referência preferencial da ação pastoral renovada porque o imaginário simbólico católico percebia o mundo rural como uma ordem moral positiva, lugar de prevalência de relações mais diretas com a terra, de fortaleza dos laços comunitários e de conexões com o *tempo do sagrado*, associando a *Santíssima Trindade* com o tempo da colheita, do nascimento e da fertilidade (IOKOI, 1999, p.64).

No plano da política agrária, o início dos anos 1970 marca o abandono da face reformista, distributiva e modernizadora das relações de trabalho no campo a que originalmente se propunha o Estatuto da Terra (1964), substituindo-a pelo projeto de colonização das fronteiras (no Cerrado e Amazônia) e pelo estímulo à modernização das lavouras



em todo o país. Nas duas situações, tratou-se “de incentivar um novo padrão agrícola, baseado em técnicas modernas, na utilização intensa de insumos químicos”, na predação do meio natural e na redução da mão-de-obra intensiva, lançando as bases do que hoje conhecemos por agronegócio (MEDEIROS, 2019, p.223). As consequências desta política foram nefastas, provocando uma onda de violência inimaginável sobre as populações que resistiram e insistiram em permanecer nos territórios sob disputa.

A PASTORAL DA TERRA: TEMPO GERMINAL⁴

Em 1975, após um longo processo de articulação que remonta à sistematização dos desafios pastorais explicitados por dom Pedro Casaldáliga no manifesto “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (1971), o encontro Igrejas da Amazônia Legal (Goiânia) estabeleceu a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como resposta a “dramática situação” no campo e às “aspirações do povo sem-terra” (POLETTO e CANUTO, 2002, p.56). A CPT nascia como organismo *oficioso* e *autônomo* da CNBB e se valeria da legitimidade da principal entidade do catolicismo nacional para exercer seu compromisso pela reforma agrária, reivindicando a aplicação do Estatuto da Terra, o cumprimento da legislação trabalhista rural e o desenvolvimento de instrumentos de proteção a posseiros e indígenas que permitissem a rápida imissão de posse das terras ocupadas.

A entidade assumiu uma função articuladora fundamental, mobilizando organismos e pessoas comprometidas com a luta pela terra, estimulando a formação de equipes locais para conhecer os problemas dos pobres no campo, oferecendo assessoria jurídica para as comunidades afetadas por conflitos de terra e promovendo campanhas de cons-

⁴ Expressão de Ivo Poletto (2002) em referência aos movimentos que estão na origem da CPT.



cientização para militantes e trabalhadores rurais (POLETTO e CANUTO, 2002, p.56). Ao mesmo tempo, a CPT tinha como objetivo menos divulgado a intenção de pressionar e estimular a CNBB a assumir como missão evangelizadora os anseios do mundo camponês.

A criação e fortalecimento do CIMI e da CPT resultavam da mobilização de bispos, clérigos/as e militantes contra as arbitrariedades dos anos de terror. No princípio dos anos 1970, um grupo informal de bispos *progressistas*⁵ vinha se articulando para apoiar as vítimas do regime e pressionar a CNBB a assumir *coerência evangélica* diante do arbítrio. Desejavam que a entidade fizesse uso de seu prestígio político para assumir posições claras de oposição contra as políticas de concentração de terra/riqueza/poder, negação de direitos e exclusão social.

Em 1973, enquanto CNBB afirmava, sem fazer referência direta ao governo brasileiro, que a pobreza extrema e o abismo social constituíam claras violações aos direitos humanos (em documento comemorativo aos 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU que continha passagens conciliatórias com o regime), o grupo lançou uma trilogia de *manifestos proféticos*⁶ com críticas implacáveis à crueldade da ditadura. Neles assumiam a centralidade da vida contra a violência do mercado e anunciavam uma utopia de transformação social em direção a um mundo cristão e *pós-capitalista*. A trilogia foi um divisor de águas no catolicismo nacional. Disseminou as bases do *cristianismo da libertação* (cf LÖWY, 2007) enquanto movimento que animou a ação de

⁵ Autodenominado grupo-não-grupo, tinha liderança informal de dom Fernando e “sede” em sua arquidiocese (Goiânia). Dom Helder Câmara (Recife/Olinda), dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia), dom Tomás Balduino (Goiás), dom Antonio Fragoso (Cratêus), dom José Maria Pires (João Pessoa) e dom Paulo Evaristo Arns (São Paulo) foram seus integrantes de maior proeminência nacional. Utilizo as definições político-ideológicas *progressista, moderado e conservador* para os grupos no interior da Igreja de Scott Mainwaring (2004).

⁶ “Eu ouvi os clamores do meu povo”, assinado por bispos e superiores religiosos do Nordeste; “Marginalização de um povo: o grito das Igrejas”, assinados por bispos do Centro-Oeste; “Y-Juca-Pirama, o índio - aquele que deve morrer”, assinado por missionários e bispos da Amazônia.



amplios setores da Igreja no trabalho com populações marginalizadas através das comunidades de base.⁷

Em 1980, quando a CNBB referendava o documento “Igreja e problemas da terra”, assumia a perspectiva do CIMI e da CPT como desígnio do episcopado e missão para suas dioceses e prelazias, demonstrando como signatários da trilogia profética de 1973 haviam conseguido produzir um significativo deslocamento da entidade em direção à *Igreja popular*.⁸ A criação, difusão e territorialização⁹ nacional da CPT significou o primeiro momento na consecução de seus objetivos seminais e a publicação do documento o reconhecimento da centralidade da questão agrária para a Igreja.

“Igreja e problemas da terra” fora precedido por estudos e manifestações pontuais que revelavam a progressiva assimilação da questão agrária como elemento fundante dos problemas nacionais. “Comunicação Pastoral ao Povo de Deus”, de 1976, foi um marco na elevação de tom contra o regime militar. Sua publicação foi motivada pelo assassinato dos padres Rodolfo Lunkenbein e João Bosco P. Burnier (ao defenderem indígenas e posseiros no estado do Mato Grosso) e pelo sequestro e tortura de dom Adriano Hypólito (bispo de Nova Iguaçu/RJ) praticado por milícias militares. Estes eventos dramáticos levaram a uma forte reação da entidade e fortalecimento de sua unidade em torno dos perseguidos pela ditadura. O documento contém levantamento da repressão e do terrorismo em curso,

⁷ O *cristianismo da libertação* está na origem dos maiores movimentos e partidos de esquerda brasileira: o Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Atingidos por Barragens e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

⁸ Scott Mainwaring afirma que entre 1976-1982, a Igreja popular conquistou hegemonia na CNBB apesar de sua condição minoritária. Agregou 20% do episcopado nacional em seu auge. Sua força esteve na capacidade de influenciar os bispos politicamente não alinhados, mas simpáticos aos princípios do Vaticano II e do CELAM de Medellín (1968) e Puebla (1979).

⁹ A difusão das bandeiras da CPT pelo país foi possível, ao nível local, pela presença crescente das comunidades eclesiais de base.



incluindo a perseguição a pessoas da Igreja tachadas pela *segurança nacional* de “subversivas, agitadoras e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas” (CNBB, 1976, p.4).

Ele denuncia as raízes da violência em curso e aponta três dimensões em que estavam assentadas. Primeiro, na criminalização da pobreza (visível em prisões arbitrárias e torturas), na cidadania negada aos *sem-dinheiro*, na proteção e impunidade a policiais criminosos e na supressão da proteção individual diante da guerra antissubversiva alimentada pela doutrina da segurança nacional contra o comunismo. Segundo, na marginalização dos índios, na expulsão de suas terras e na continuidade do genocídio. Terceiro, na má distribuição da terra, problema secular acentuado pela “política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias”, da qual resultava “desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do país” por “grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros”, acabam com os pequenos proprietários, expulsam indígenas e posseiros, e criam uma massa de marginalizados apossados pela violência dos conflitos ou fugidos para a periferia das cidades (CNBB, 1976, p.5).

Como resposta crítica, os bispos afirmam que a Igreja não mais reclama “esmola das sobras que caem da mesa dos ricos”, mas se colocava a serviço “dos direitos dos marginalizados” para conquistar a “repartição mais justa dos bens”. Sua missão seria de trabalhar para que o povo passasse *de situações menos humanas, para situações mais humanas*. Neste sentido, a punição dos executores dos crimes relatados não podia tranquilizar a consciência enquanto o sistema sociopolítico e econômico continuasse gerando uma ordem social marcada por injustiças e violências (CNBB, 1976, p.8-9).

“Subsídios para Puebla”, aprovado em 1978, tem uma retórica referenciada na teologia da libertação e em elementos analíticos do marxismo para compreensão sociopolítica da crueldade presente nas desigualdades sociais. Reconhece o papel e contradições das classes sociais



no capitalismo latino-americano, mas encaminha soluções que recusam o aprofundamento da luta de classes. Aceita a opção preferencial (mas não exclusiva) pelos pobres e salienta que a luta contra a opressão é preceito divino e missão da Igreja em Cristo. Destaca que os objetivos de um projeto verdadeiro de libertação são a conquista da paz e o fim das divisões que dilaceram a comunidade cristã. Sua análise da realidade constata a exacerbação de conflitos entre opressores e oprimidos motivada pela gritante iniquidade social.

Acentuou-se a injustiça na posse e uso da terra, pela pressão exercida por grandes empresas sobre os que a ocupam e dela tiram os meios de subsistência, incentivando a proletarização do homem rural. Aos mecanismos de pressão dessas empresas, soma-se a criminosa política agrária de alguns países sul-americanos, que ameaça a sobrevivência da pequena propriedade rural, trabalhada em regime de economia familiar. Os grandes projetos oficiais, que acarretam desapropriação de terras de pequenos proprietários e posseiros a preços injustos e paga tardia, levam os camponeses despreparados e sem recursos à marginalização social nas periferias das grandes cidades. Essa pressão vem atingindo também as populações indígenas dizimadas progressivamente pela redução de suas reservas, pelas migrações forçadas, pelo contágio com as frentes de expansão do capitalismo agrário que acaba por absorvê-las como mão-de-obra indefesa e facilmente explorada (CNBB, 1978, p.12).

Em 1979, “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil” afirmava que a sociedade brasileira padecia sob um modelo de desenvolvimento puramente quantitativo orientado para o lucro, “com exploração predatória dos recursos naturais, acentuando uma situação estrutural de injustiça, na qual formas de produção estão ligadas a interesses multinacionais do capital, da sociedade de consumo e do mercado de exportação” (CNBB, 1979. p.2). Destacava como o modelo organizado sob o latifúndio, era gerido por grandes empresas agroindustriais que incentivavam a expansão do capitalismo agrário às custas



dos direitos dos pequenos proprietários e posseiros, resultando na proletarização do trabalhador rural através do sistema iníquo dos boias-frias e no aumento de mortes e conflitos. Em positivo, o documento visualizava o crescimento da consciência sobre os “perigos criados por tal situação, ao mesmo tempo em que as bases comunitárias se articulam para a defesa de seus direitos e para a reabilitação do Estatuto da Terra” (CNBB, 1979. p.2). A preservação da religiosidade católica entre os humildes, a valorização de sua espiritualidade e a busca por formas comunitárias de viver eram destacadas como armas de resistência contra as “forças organizadas do mal”.

O DOCUMENTO E A REALIDADE DOS FATOS

Em 1980, “Igreja e problemas da terra” aprofunda as reflexões anteriores sobre a questão agrária e explicita com clareza o posicionamento da Igreja sobre a reforma agrária, assumindo a perspectiva do CIMI e da CPT.¹⁰ Ao se debruçar sobre a *realidade dos fatos*, o documento denuncia o aumento da concentração fundiária, intensificada por um modelo político à serviço da grande propriedade que negava aos pobres o direito à terra. O censo de 1975 revelava que menos de 1% dos estabelecimentos (os latifúndios com mais de 1.000 hectares) ocupavam quase metade de todas as terras enquanto metade dos estabelecimentos tinham menos de 10 hectares e ocupavam pouco menos de 3% das terras.¹¹ Os dados mostravam como a “terra vinha se tornando inacessível a um número crescente de lavradores, que dela necessitam para trabalhar e não para negociar” (CNBB, 1980, p.2).

¹⁰ O documento foi em grande parte adaptado (com alguns trechos copiados *ipsis litteris*) de “Expropriação e violência: a questão política no campo”, de José de Souza Martins (1980). Martins era assessor da CPT e foi um dos redatores convidados pela CNBB, junto com Ivo Poletto, para a preparação do documento.

¹¹ A realidade seria ligeiramente piorada em 1980 e 1985.



A expansão das grandes propriedades acontecia às custas das populações tradicionais e em detrimento da agricultura familiar. Sua causa fundamental estava enraizada na política de incentivos fiscais implementada, em especial, pelas superintendências de desenvolvimento regional. Ela promovia o desvio de recursos públicos para uso de uma minoria, sem atender as exigências do bem comum, tanto em relação ao bem-estar das pessoas que vivem do trabalho como da preservação da natureza. Esse estrangulamento da pequena agricultura estava intimamente associado à expansão das pastagens, à política inadequada de reflorestamento e à transformação das relações de trabalho na lavoura. Era uma realidade em que a pequena propriedade estava sitiada pelo latifúndio e submetida aos interesses do grande capital (MARTINS, 1980, p.42-47).

A concentração fundiária produzia a tragédia das migrações com a expulsão em massa de populações. Na última década, milhões de pessoas haviam sido forçadas a sair do lugar de origem motivadas pela impossibilidade de conquistar um pedaço de terra para sobreviver. O aumento das pastagens e a “modernização” da agricultura fizeram diminuir o acesso a lotes para cultivo e as oportunidades de emprego no campo. O avanço sobre áreas de posseiros deixava um lastro de sangue, revelando a extrema violência da luta pela terra no Brasil, com características de uma guerra de extermínio contra os pobres.

Esse avanço da grande propriedade ampliava o ataque sobre as terras indígenas. Os conflitos se tornavam mais violentos e tinham se agudizado pela ausência de demarcação das reservas. Aos povos originários, eram negadas suas demandas de reconhecimento sobre a terra, costumes e memória histórica. Permaneciam sendo tratados como estorvo ao desenvolvimento nacional (CNBB, 1980, p.3).

Os bispos concluíaam que a responsabilidade por essa iniquidade estava nos

que montam e mantêm no Brasil um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da



maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios e trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão. É, antes, a concretização localizada da “injustiça institucionalizada” de que nos fala o documento de Puebla [CELAM, 1979]. Isto acontece quando a propriedade é um bem absoluto, usado como instrumento de exploração. Essa situação tornou-se exacerbada com o caminho do desenvolvimento econômico que vem sendo percorrido em nosso país, escolhido sem a participação popular (CNBB, 1980, p.3).

A política de incentivos fiscais havia tomado a terra de assalto, lançando-a à voracidade da especulação imobiliária e às negociatas empresariais, transformando grandes capitalistas em “pastores de incentivos fiscais” (MARTINS, 1980, p.49). A manutenção e radicalização da estrutura fundiária desigual tornou-se política de Estado durante o regime militar, com consequências previsíveis e duradouras (cf MEDEIROS, 2019). Essa política atacava posseiros, arrendatários e indígenas e ameaçava a própria soberania alimentar do país ao priorizar assustadoramente a produção de *comodities* para exportação. Resultava na degradação das condições de vida, na expulsão da terra, no renascimento do trabalho escravo e no crescimento da violência contra camponeses e seus apoiadores. A própria concepção de política governamental para a questão agrária estava baseada num conceito de desenvolvimento “inaceitável para uma visão humanista e cristã da sociedade”. Não era razoável aceitar que os objetivos econômicos, em qualquer etapa, sacrificassem as necessidades e os valores fundamentais da pessoa humana (CNBB, 1980, p.5).

A noção da terra como “dom de Deus a todos os homens” fundamentava a denúncia empreendida pela CNBB e o apoio a causa dos *deserdados*. Fiel a tradição de sua *doutrina*, a Igreja reconhecia a legitimidade da propriedade individual sobre a terra e os meios de produção desde que cumprissem sua função social. Nesse sentido, ela evocava à



defesa da *terra de trabalho* (incorporando a ela noções coletivistas de posse) contra a *terra de exploração*¹². Dizia:

Há no país uma clara oposição entre dois tipos de regimes de propriedade: de um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é a propriedade capitalista; de outro, os regimes alternativos de propriedade, que estão sendo destruídos ou mutilados pelo capital: o da propriedade familiar, como a dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da posse, no qual a terra é concebida como propriedade de todos a cujos frutos pertencem à família que nela trabalha, regime difundido em todo o país e sobretudo na chamada Amazônia Legal; a propriedade tribal e comunitária dos povos indígenas e de algumas comunidades rurais (CNBB, 1980, p.12).

A noção da terra como dádiva de Deus, bem natural de pertença coletiva que não é produto do trabalho, mas que tem sua posse e ocupação legitimada pelo trabalho, própria do direito popular e da experiência histórica do campesinato brasileiro, era definitivamente incorporada à *doutrina social* pela CNBB. O direito à terra de trabalho demarcava uma oposição à absolutização da propriedade capitalista sobre a terra.

O documento encerra assumindo os seguintes compromissos pastorais: i) “denunciar situações abertamente injustas e violências” que se cometam nas dioceses e prelazias; ii) apoiar “às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores”, colocando as forças e meios da pastoral da terra à serviço de sua causa; iii) estimular a participação autônoma, livre, “consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação” na defesa dos

¹² José de Souza Martins (1980), explica a contradição entre *terra de trabalho* e *terra de exploração* nos seguintes termos: “Quando o capital se apropria da terra, ela se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalho se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto completo um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito de lucro direto ou indireto” (p.60).



interesses de toda a classe; e iv) apoiar os “esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo” garantindo direitos trabalhistas e previdenciários. Para tanto, firma o compromisso de “valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, a propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho” (CNBB, 1980, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notemos uma sutileza, indicadora das contradições entre os presentes naquela assembleia geral e reveladora de uma estratégia para alcançar consenso entre bispos aqueles pouco afeitos à retórica marxista. O texto evita referências explícitas a luta de classes – tema aceito pelos *progressistas*, mas combatido pelos *conservadores* e causador de desconforto em parte dos *moderadores*, mesmo entre aqueles simpáticos ao tema da libertação. A despeito desse silêncio estratégico, a tecitura do manifesto constrói uma argumentação que revela conflitos políticos no mundo rural brasileiro e encaminha soluções que desejam o fortalecimento de lutas que representam inevitável confrontação de interesses irreconciliáveis, conflitos que pela sua própria natureza são parte das lutas de classes.

As várias facetas da resistência indígena e camponesa na diversidade de regiões do país revelam oposição à apropriação capitalista da terra e evocam mobilizações de claro teor anticapitalista. O comportamento da Igreja, tanto ao nível das iniciativas particulares como nos pronunciamentos da CNBB, recusa o liberalismo e o capitalismo como saídas para a questão agrária sem, todavia, assumir um projeto socialista ou propor uma fuga em direção a um passado *pré-capitalista* e *pater-nalista*. Quando a Igreja valora a diversidade da experiência indígena e camponesa, e as várias formas que se apresentam como transitórias, indica um destino histórico em direção a uma utopia que deseja instituir



formas de enfrentamento contra o capital que valorizam a experiência comunitária de ocupação da terra, um projeto histórico que enxerga na vivência partilhada solução para a problemática agrária brasileira. Foi esse conteúdo camponês e o destino histórico que advoga, que agregou bispos de diferentes matizes político-ideológicos em torno do documento (cf MARTINS, 1985, p.125). A tradição da *doutrina social* em relação ao mundo rural, as conexões entre *terra e tempo do sagrado* no imaginário social católico, e a origem camponesa de grande parte do episcopado, ajudam a explicar à unanimidade em torno do texto aprovado em Itaiaci/SP em fevereiro de 1980.

REFERÊNCIAS

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida**: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996.

CNBB. **Comunicado Pastoral ao Povo de Deus**. Rio de Janeiro: 1976. Disponível em <https://efosm.wordpress.com/biblioteca-material-didatico/documentos-da-igreja-2/cnbb/>. Acesso em: 22/05/2021. Documentos da CNBB n.8.

CNBB. **Igreja e problemas da terra**. Itaiaci/SP: 1981. Disponível em <https://efosm.wordpress.com/biblioteca-material-didatico/documentos-da-igreja-2/cnbb/>. Acesso em: 22/05/2021. Documentos da CNBB n.17.

CNBB. **Subsídios para Puebla**. Itaiaci/SP: 1979. Disponível em <https://efosm.wordpress.com/biblioteca-material-didatico/documentos-da-igreja-2/cnbb/>. Acesso em: 22/05/2021. Documentos da CNBB n.13.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e Camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: Editora HUCITEC; FAPESP, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, pp.305-327.

LÖWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos sociais após os anos 1960. Capinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pp. 411-437.



MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A Igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, Vanilda Pereira (org). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de Medeiros. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N. **O tempo do regime autoritário**: ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985). 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, pp. 179-208.

POLETTI, Ivo e CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.



“DOUTOR, ESSE AÇUDÃO TAMBÉM VAI SER FIADO?”: CRÍTICAS À AÇÃO DA IFOCS (1930-1934)

 Priscilla Régis Cunha de Queiroz¹

Associando demandas antigas e ideais de renovação, o Governo Provisório (1930-1934)² instaurado sob a chefia de Getúlio Vargas produziu uma ação de combate à seca permeada pelo sentido moral, patriótico e racional, elementos que deram base às primeiras medidas do governo pós-revolucionário. O projeto que abalizou as ações políticas dos revolucionários de 1930, bem como as mudanças administrativas promovidas pelo Governo Provisório, influíram no entendimento histórico acerca da seca e de seus combates. O apego ao discurso em prol da defesa da moralidade do gasto público e atenção aos negligenciados pelo antigo regime, calcava a exigência por novas relações políticas e uma nova arquitetura institucional. As ideias por trás desse movimento se espalharam, chegando a influir nas demandas estabelecidas durante a seca de 1932. Nesse sentido, aventar providências somente para efeito de publicidade era uma das mais severas críticas endereçadas aos órgãos responsáveis pelo combate à seca.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Cariri. Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

² Getúlio Vargas governou o país em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Em 1929 candidatou-se à presidência da República pela Aliança Liberal. Após sua derrota no pleito, comandou o movimento revolucionário de 1930, vitorioso, assumiu a chefia do país em novembro deste mesmo ano, instaurando o Governo Provisório (1930-34). Nesse período, Getúlio Vargas nomeou interventores para os governos estaduais, instaurou a justiça revolucionária, além de criar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre outras medidas.



Argumentos pautados na crítica ácida alicerçaram também as demandas por mais recursos para o combate à seca ao longo do Governo Provisório. No jornal cearense *O Debate*, de 2 de janeiro de 1932, acompanhamos os rumores acerca do “Nordeste flagelado pelas secas” e a conexão estabelecida entre a realidade catastrófica e o senso de patriotismo. Nas páginas do periódico, a desolação do Ceará seguia marcada pela fome e sede em um país que ensaiava “uma regeneração e uma organização em todos os seus aspectos, políticos e morais”. Nesse contexto, os argumentos governistas entorno das dificuldades econômicas do país não eram suficientes. A situação enfrentada pela população do baixo Jaguaribe exigia ação pois, mais uma vez, os cearenses sucumbiam “sem assistência dos homens que são responsáveis pelo destino de seu povo”.

Logo nos primeiros momentos do Governo Provisório, os males da seca fizeram-se presentes e as impressões sobre as verbas até então disponibilizadas aos serviços de emergência nas zonas secas foram consideradas irrisórias e insuficientes. A sorte das zonas assoladas era das piores, não chovia desde dezembro de 1931, e, segundo as críticas, o Governo ainda não havia se dado ao trabalho de auscultar o estado das populações, mas não perdia a ocasião de fazer declarações sobre a penúria nordestina. Os rumos escolhidos pelos revolucionários no poder não parecia ser o melhor para a região. Parte do problema era o pagamento dos técnicos que, segundo denúncia, englobavam cerca de 5% do percentual empregado na remuneração dos servidores. Para os críticos, eram valores avultados que poderiam ser melhor empregados na compra de material e pagamento de custos das obras.

Segundo o editorial do jornal *O Debate*, de 2 de janeiro de 1932, em meio a “umas das mais terríveis secas da história”, o Ministro José Américo³ não estaria suficientemente interessado pela sorte de seus patrícios: “Os

³ José Américo de Almeida foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas entre os anos de 1930 e 1934. Nos jornais a escolha foi recebida de forma positiva, sobretudo diante da projeção nacional que a figura do paraibano ganhou no desenrolar da campanha revolucionária.



cofres da nação supridos mais vez pelos impostos exorbitantes extorquidos a economia de nosso povo, sempre são declarados sem um numerário quando se faz imprescindível evitar que os nordestinos morram a fome”.

Inegavelmente, a penúria da seca era o principal ponto evocado, mas, também era evidente a demanda por investimentos na região. Os horrores da seca poderiam ser o mote para tempos realmente melhores, e aí morava parte da indignação com o novo regime que sempre propalou intenções de modificar o país por meio da modernização. No entanto, naquele momento, a ação empregada pelo Governo Provisório foi pouco concreta em relação aos milhares de brasileiros do setentrão. Tão velho como o Brasil, o problema social das secas poderia ser redimensionado no novo contexto político, acreditavam. A campanha pela restauração da moralidade, exaltando valores como justiça, ordem e patriotismo, indicavam que era do Ministro José Américo, superintendente da pasta da viação, a responsabilidade de contemplar as demandas de seus irmãos nordestinos.

Entretanto, segundo as críticas, nunca em tempo algum, e mesmo naquele momento, houve falta de dinheiro para gastos suntuosos com regabofes oficiais para recepções a figurões estrangeiros. Não fosse o povo sertanejo, tão pacato e crente nas funções do governo, haveria nova ebulição nacional. Se não fosse a docilidade do sertanejo, segundo a crítica, a situação calamitosa na região jaguaribana não chegaria ao patamar de penúria alcançado em 1932, e os homens públicos fariam mais que promessas.

No livro *As secas do Nordeste*, publicado em 1953, José Américo comentou a persistência do esgotamento dos fundos públicos para os pagamentos das obras da seca, um dos motivos que concorriam para que as construções atrasassem, impactado na confiabilidade do órgão que encabeçavam o combate ao flagelo.⁴

⁴ Durante seca de 1952, José Américo de Almeida se licenciou do cargo de governador do Estado da Paraíba para ocupar novamente o cargo de Ministro da Viação e Obras



As secas (como se diz vulgarmente) sempre foram responsáveis por tradição de impontualidade nos pagamentos. Conta-se mesmo no Ceará uma anedota que define esse mau costume. Encontrando-se Arrojado Lisboa em inspeção ao Orós, perguntou-lhe um caipira: “Dr., e esse açudão também vai ser fiado?”. (ALMEIDA, 1953, p. 7)

A questão dos valores gastos na obra fora também ponto de atenção àqueles que acompanhavam os desdobramentos dos socorros no início da década de 1930. Nesse ensejo, entidades como a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas seriam averiguadas de perto. Na fala proferida pelo engenheiro Pereira de Miranda da IFOCS:

Gastaram-se nessa construção, Sr. Inspetor, 7.800 contos de reis, incluindo o acervo de materiais existente no acampamento, e a despesa do material empregado na estrada de acesso Choró – Quixadá. Em muito menor tempo poderia ter sido ela concluída; bem inferior seria o seu custo se não houvesse iniciado numa fase de calamidade das maiores, senão a maior, talvez, até hoje, registrada na história triste e sombria das secas do nordeste, este pedaço do Brasil, sofredor e sem altivo, martirizado e sempre forte. (IFOCS, 1934. Vol. 1. N.º 2. p. 109)

Para o engenheiro, a calamidade aparece como embargo para um uso racional das verbas. Fossem feitas em melhor momento as obras seriam mais eficientes, porém, como é possível observar, a seca era, pois, a premissa para o início de esforços mais vultuosos por parte da Federação. Pereira de Miranda prossegue:

O dinheiro que o Governo Provisório do Brasil mandou para o Nordeste, pela mão do ilustre ministro José Américo, não só matou a fome desse povo necessitado; não lhe garantiu, tão somente,

Públicas no qual permaneceu até o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. Suas ações nesse período foram registradas no livro *As secas do Nordeste*, publicado em 1953.



a vida; esse povo soube ser grato; manifestando, firmando, pujantemente a rija fibra do nordestino cheio de estoicismo sublime de resignação, ele regou, com o seu suor, as inúmeras obras que, hoje, vemos por toda parte, iniciadas umas, em franco prosseguimento outras; e se terminarem várias; concluídas diversas, como sejam os açudes Choro, Lima Campos, Joaquim Távora, Pilões, Solidade, Riacho dos cavalos, Totoró, Itaberaba, aforra as centenas de quilômetros de estradas de rodagem com as respectivas obras parte que se estiram e serpenteiam do Piauí à Bahia. (IFOCS, 1934. Vol. 1. N.º 2. p. 110)

Como expresso na fala do engenheiro da IFOCS, os trabalhos de combate à seca envolviam estudo e construção de grandes barragens, num misto de modernização e caridade para com o flagelado transmutado, pela pedagogia do trabalho, em operários. Como parte das mudanças políticas e de escopo na década de 1930, mas também por não conseguir romper com a lógica patrimonialista e titubeante do planejamento e execução dos planos de combate à seca construída ao longo dos anos pelo Estado brasileiro, a Inspetoria esteve envolta em diversos escândalos que impactaram na recepção da sua propalada missão histórica de combate à seca. O gasto excessivo do dinheiro público e problemas de execução das obras colocava a Inspetoria e figurões da política nacional em maus lençóis junto à boa-fé pública.

O êxito das iniciativas para construção de grandes obras era duvidoso porque, de fato, sobrepuñam-se a realização de obras monumentais aos morosos estudos para projetá-las e executá-las. Por outro lado, os dados técnicos registrados eram incompletos, esse fato implicava no desempenho duvidoso das obras realizadas pela Inspetoria. (MOLLE, 1994. p. 35)

O primeiro Interventor Federal do Ceará, Fernandes Távora, iniciou sua gestão instaurando inquéritos para apurar malfeitos na Instituição, essa postura persecutória ocupou também as páginas dos jornais cearenses. No jornal *A Razão*, de 17 novembro de 1930, irregularidades e inquéritos administrativos na Inspetoria de secas e na Rede de Viação



Cearense são sondados. O texto iniciava-se indicando “Sugestões que o governo poderia aproveitar”, pois, corria na IFOCS, desde o início da administração Urbano de Almeida,⁵ um inquérito para apurar a responsabilidade nas inúmeras irregularidades verificadas naquela repartição. A tese era de que o órgão federal, com as suas inúmeras ramificações nos estados e de atuação, transformara-se a “mercê do filhotismo e da falta de compostura funcional”, em viveiro de trapaceiros que “aumentavam as suas fortunas particulares em detrimento do erário público”.

Segundo a matéria do Jornal *A Razão*, de 17 de novembro de 1930, não foi sem júbilo que o Ceará recebeu a notícia de uma devassa nas regras e nos mistérios da “velha casa de malandragem e defesa”. O jovem dr. Urbano de Almeida apontou os nomes para formar a comissão de inquérito, assim, esperava-se que logo as mazelas na Inspetoria surgiriam aos olhos do público. Apontou-se a família Demétrios como a que mais se aproveitou das verbas que o governo federal. Segundo o folhetim, os membros da comissão de inquérito não poderiam se perder, voltando suas vistas “exclusivamente para os membros da família Demétrio, sem se aperceberem de inúmeros outros responsáveis pelas irregularidades da inspetoria e que enriqueceram escandalosamente, às vistas do público”. Como se percebe na matéria, as impressões em torno das ações da Inspetoria não eram das melhores. O argumento é concluído com acidez: “A verdade portanto, é que naquela repartição agiam tantos espertalhões, tamanha leva de ambiciosos, que dificilmente se conclui quem mais avançou”.

Os escândalos administrativos envolvendo a Inspetoria eram descritos como vergonha nacional. As divulgações contra a Inspetoria Federal de Obras Contra Secas fervilhavam e o periódico *A Razão* dedicou uma

⁵ Antônio Urbano de Almeida, nasceu no município de Quixadá, Ceará em 1900. Formou-se em engenharia civil pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1924. Logo depois da Revolução de 1930, assumiu a chefia do 1º Distrito da então Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (atual DNOCS), sediado em Fortaleza. Em 1931, ocupou o cargo de Prefeito de Fortaleza.



série de matérias e informações que vinham sendo colhidas a respeito da Inspetoria de Secas, contando, inclusive, com entrevistas. No exemplar de *A Razão*, 13 de abril de 1931, o jornal ouviu o sr. Mario Rozal, ex-funcionário da IFOCS. As motivações para as denúncias, segundo Rozal, era sua vontade de justiça, de esclarecer “a verdadeira situação dos homens e das coisas” focalizadas no trabalho da Inspetoria. O Engenheiro Urbano, parte do corpo técnico da IFOCS, verdadeiro homem de ciência, foi eximido das críticas. Sua atitude perante os escândalos foi descrita por Rozal como moralizadora, em face dos manejos indecorosos dos grandes ladrões. A resolução do problema, no entanto, estaria no alto escalão do Governo Provisório. O retorno do comando local da Inspetoria acerca das revelações foi desacreditado por Rozal que caracterizou a nota publicada na Imprensa pelo Dr. Urbano de fraca, “extemporânea e inoportuna”.

As revelações do ex-funcionário, além de publicadas pelo jornal, foram transmitidas àqueles que, naquele momento, foram identificados com detentores das rédeas do funcionamento da Inspetoria, o Presidente Vargas e o Ministro da Viação. Via telegrama, Rozal confirma que a roubalheira era promovida há muito tempo, executada por outros funcionários da instituição. Um telegrama endereçado pelo funcionário ao Presidente Vargas foi transcrito pelo *O Jornal* de 13 de abril de 1931. Nele, Rozal informa que vinha publicando graves ocorrências na Inspetoria desde o governo Washington Luiz, pedindo comissão inquérito não sendo atendido. Apesar das poucas respostas, garantia: “Continuarei enfrentando campanha arriscando perder própria vida patrioticamente desejando moralidade república. Rogo vossa excelência pelo sangue sagrado João Pessoa salvar obras Nordeste das garras quadrilhas ladrões”.

Todo o imaginário construído ao longo da campanha eleitoral e mais tarde adensada pelas ações revolucionárias de 1930 fora mobilizado pelo ex-funcionário da IFOCS para denunciar problemas na Inspetoria. Nesse ensejo, a postura acusatória surge como defesa da República. As considerações acerca da forma como a Inspetoria atuava



era definidora para a recuperação moral e social na nação. Tendo tão importante causa em mente, Mario Rozal continuou com o tom belicoso da entrevista publicada no *O Jornal*, de 13 de abril de 1931, indicando que fora “testemunha das mais grossas patifarias” e que havia de “frisá-las todas”. A despeito dos históricos serviços prestados pela Inspetoria ao combate à seca, o ex-funcionário indica o grau de insatisfação alcançado pelo órgão naquele momento: “A inspetoria de secas a bem da moralidade pública do país deveria ser extinta aproveitando-se certos funcionários honrados, que lá existem e metendo-se a guabirúzada na cadeia”.

Tal estado de coisas se devia aos inúmeros casos de desvios constatados nas obras espalhados pelo Ceará. Em matéria de 3 de abril de 1931, referindo-se às roubalheiras dali mesmo, *O Jornal* publicou o seguinte comentário: “A São Francisco, o bondoso Santo que igualmente foi levado no embrulho, só lhe rogo uma coisa: - dê-me saúde e tempo para realizar a grande obra de saneamento moral da legendária inspetoria de secas”. Em outra nota publicada pelo *O Jornal*, exemplar de 27 de abril de 1931, falando sobre o açude Santo Antônio de Russas, a dupla Aberlado dos Santos e Jonas Demétrio, Inspetores da IFOCS, são indicados como aqueles que fazem sumir o pudor, o critério, o brio das ações de combate ao flagelo. Nas obras do açude Forquilha, a pedreira que fornecia parte do material para a obra, distante 3 quilômetros do local do açude, a Inspetoria pagava aos Demétrio como se fosse de 7 quilômetros. Em um caso de desvio de material de construção, em Sobral, uma fábrica de mosaico, estaria consumindo, exclusivamente cimento da Inspetoria. Os envolvidos nos desvios vendiam até mesmo as barricas vazias, com as iniciais IFOCS ao comércio sobralense.

Averiguada e exposta pela sanha investigativa do primeiro Interventor cearense, a Inspetoria sofreu uma devassa tornada pública. No entanto, com a queda de Fernandez Távora e a acomodação burocrática e política promovida pelo novo Interventor, Capitão Carneiro de Mendonça, o desfecho do ruidoso inquérito da Inspetoria não foi o



esperado pelo ex-funcionário Mário Rozal ou pela sociedade brasileira imersa na pauta moralizadora que emergiu com a Revolução de 1930. Segundo o mesmo *O Jornal*, José Américo, Ministro da Viação, confirmou o parecer da junta de correição do Rio de Janeiro, mandando arquivar o processo instaurado na IFOCS, no Estado do Ceará, contra o engenheiro Aberlado Andrea dos Santos e senhores Adalgizo Bezerril, Jonas Demétrio, Batista Demétrio e outros funcionários do quadro da mesma repartição. O processo, instaurado por ordem do ex-Interventor Fernandes Távora, no início de seu governo e presidido pelo engenheiro Antônio Urbano de Almeida, tivera estrondosa vitória dos acusados. Mais que chamados de volta ao serviço ativo da Inspetoria, foram restituídos de seus vencimentos, suspensos durante o tempo que estiveram afastados.

Passada a seca, as críticas a Inspetoria voltaram aos jornais, em matérias poucas elogiosas. *O Jornal*, sediado em Sobral, passou a dar conta da principal reclamação daquele momento: as contas atrasadas da Inspetoria. No exemplar de 3 de setembro de 1933, a partir de reportagens publicadas no *O Povo*, de Fortaleza, o periódico sobralense endossa as críticas à IFOCS. As dívidas da Inspetoria, no entanto, eram somente parte do problema: “Os senhores da Inspetoria estão opondo serias dificuldades quando se trata de gente modesta sem recomendação sem apoio e sem pistolão. Enquanto se verifica esse revoltante procedimento, os grandes [...] ganham centenas de milhares de contos”.

A inconstância nos repasses financeiros era antiga e patente. A dificuldade em conseguir a liberação de verbas junto ao governo federal sempre foram responsáveis por tradição de impontualidades nos pagamentos da Inspetoria, marcando a história do combate à seca. Um dos elementos mais dramáticos da matéria do *O Jornal* de 3 de setembro de 1933 acerca da dívida pós-seca de 1932 era a denúncia sobre a seletividade com que o órgão quitava as dívidas, priorizando os fornecedores com trânsito político, levando fornecedores de menor trato à bancarota. Segundo a denúncia, os prejudicados deviam erguer seu protesto,



recorrendo ao Ministro José Américo para enquadrar os funcionários relapsos.

As denúncias chamavam de asfixiante e opressiva a posição dos que exploravam o comércio de fornecimento da IFOCS, sobretudo porque tinham que concorrer com empresas relacionadas a funcionários do órgão. Com a dificuldade de crédito e cercado de inadiáveis compromissos em consequência da falta de prestação de contas por parte da Inspetoria, os fornecedores instalados nas proximidades das obras esperavam pelo pagamento por meses, tendo, inclusive, que recorrer a “agiotas gananciosos e desalmados” para tocar seus negócios, como indicava o texto publicado no *O Jornal* de 3 de setembro de 1933.

Manchetes como “O Money vem aí”, do *O Jornal*, de 6 de agosto de 1933, expõe a expectativa para a disponibilização das verbas pelo Governo Provisório. O Estado, em sérios apuros econômicos decorrentes da incipiente economia duramente afetada pela estiagem, poderia respirar melhor. Segundo a notícia, o próprio Ministro da Viação confirmou a verba de trinta mil contos, criada para socorrer o pagamento das dívidas da Inspetoria estava garantida. O Ministro José Américo era frequentemente citado nas matérias sobre as dívidas da IFOCS. Na versão recorrente nos jornais cearenses, o patriotismo do emérito Ministro seria fundamental para que mais crédito fosse disponibilizado o quanto antes. As atitudes do ilustre filho do Nordeste permaneceria na admiração e conceito de seus conterrâneos, desde que a causa da região recebesse atenção. As palavras, em geral, respeitadas, tornavam o Ministro o responsável pelas ações da Inspetoria.

Segundo a notícia do *O Jornal* de 3 de setembro de 1933, a bancada cearense também esteve mobilizada, junto ao Governo Provisório, para afrouxar “um pouco os cordéis da bolsa econômica e enviarem para o Ceará, a importância mais ou menos suficiente para solver os compromissos da Inspetoria”. O Deputado cearense Figueiredo Rodrigues e Valdemar Falcão, solicitaram o máximo andamento de decreto para liberação dos valores.



Apesar de contar com amplo apoio dos jornais, nem todos aprovavam as decisões tomadas pelo Ministro José Américo. Para o engenheiro Piquet Carneiro, a supressão da Diretoria de Obras e Viação, no respectivo Ministério foi um dos problemas do combate à seca efetivado pelo Governo Provisório:

Esse antigo departamento, que esteve sempre a cargo de engenheiros de prestígio pelo seu passado, e que eram a tradição viva de nossos serviços públicos, mantinham pela autoridade do próprio cargo, o respeito devido aos contratos e impediam mesmo a invasão da política na administração. Suprimida àquela diretoria e criadas, em substituição, inspetorias com sede nesta capital e em detrimento, portanto, dos serviços em estados que lhes estavam confiados, em breve reconheceu-se seus inconvenientes ante as irregularidades no andamento dos processos e na observância dos contratos como a fé sentir a comissão revisora de contratos, em 1921. Dessa desorganização foi que resultaram graves abusos, que são de domínio público, mas que não me cabe aqui citá-los. (CARNEIRO, 1935. p. 9)

Para ele, havia valor no engajamento dos engenheiros que, “por seu preparo e idoneidade”, estudavam os socorros em tempo de calamidade “de acordo com a situação econômica, em que se encontra o país” (CARNEIRO, 1935. p. 9). Ao pontuar cirurgicamente a falha, Piquet critica o caráter generalista do planejamento feito no Governo Provisório, ao tempo em que se ressentia da diminuição da figura do engenheiro como real responsável pelo combate aos efeitos das secas. A acusação se faz de maneira expressa: “Dessa desorganização foi que resultaram graves abusos, que são de domínio público, mas que não me cabe aqui cita-los”. (CARNEIRO, 1935. p. 9)

Além de perder espaço de destaque na opinião pública, o funcionamento e credibilidade da Inspeção foram alvos de outras tantas críticas. O *Jornal* de 3 de setembro de 1933 reporta o nepotismo presente nas obras, elemento que teria marcado o saldo que se fez sobre a ação



da Inspetoria durante o auge da seca de 1932. Segundo o periódico, nas obras do açude Tucunduba, por exemplo, o Governo Federal criou uma verba de 400 contos para a consolidação da barragem pública, “que realmente estava merecendo as vistas dos poderes competentes”. A direção desse serviço coube ao Dr. José Olímpio, Chefe da 3ª residência da estrada de rodagem Ceará-Teresina e da construção do açude Jaibara, portanto, um técnico com experiência no ramo do combate à seca.

O *Jornal* de 3 de setembro de 1933 informava que o ilustre profissional Doutor Olímpio, no entanto, destacou para Tucunduba um funcionário seu afeiçoado, que, segundo matéria de 3 de setembro de 1933, recebeu “poderes para dar as cartas de jogo e mão”. O referido funcionário teria colocado “jeitosa mente os seus filhos (3) e um futuro genero!”, conduzindo os serviços “com a presteza de quem não tem vontade de chegar ao ponto de destino. Ao que estamos informados a folha administrativa é superior à folha operária!”. A atividade da Inspetoria passou, então, a ser medida pela forma inconveniente com que uma série de outras alocações de caráter nepotista se deram na obra. As implicações da prática antiética se expressavam no andamento técnico dos trabalhos, elemento profundamente disseminado pela Inspetoria como sendo a marca da atuação do órgão.

A matéria leva a crer que a razão de ser da obra de Tucunduba seria mais um favor de ordem pessoal do que de benefício público, pondo em xeque a lógica de socorro aos flagelados que permeava a missão da Inspetoria. O atraso de cerca de 10 meses verificável naquela obra, por exemplo, tornava altamente repreensível o funcionamento dos trabalhos da IFOCS, sobretudo porque a demora na entrega poderia significar a perda do contexto em que a disponibilidade de mão-de-obra e verbas públicas era facilitada. Na marcha lenta, o açude não seria concluído em dois anos, tempo suficiente para que a chuva e a produção se adensassem.

Os problemas nas obras e nas prestações de contas ganharam espaço na mídia do período, mas foram, ao longo do tempo, obscurecidos



ou diminuídos na memória institucional da Inspetoria e do combate à seca de 1932. Em meio a críticas, mas, sobretudo, diante das dificuldades que fizeram demorar a execução de obras de acumulação de água, os projetos de modernização da agricultura e a promoção da irrigação fizeram-se precários por ainda muito tempo. Ainda assim, o argumento prosseguia, sendo que era urgente que o governo mantivesse os repasses de verbas, pois o salvamento dos flagelados era muito mais importante. Bastava olhar quantas vidas eram salvas e bem empregadas nas construções que transformariam o Sertão.

FONTES

HDBN – Jornal **O Debate** de 2 de janeiro de 1932.

HDBN - **O Jornal** de 13 de abril de 1931.

HDBN - **O Jornal** de 17 de abril de 1931.

HDBN - **O Jornal** de 18 de novembro de 1932.

HDBN - **O Jornal** de 27 de abril de 1931.

HDBN - **O Jornal** de 3 de abril de 1931.

HDBN - **O Jornal** de 3 de setembro de 1933.

HDBN - **O Jornal** de 6 de agosto de 1933.

HDBN - **O Jornal** de 7 de dezembro de 1933.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) – Jornal **A Razão** de 17 novembro de 1930.

Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). **Boletim da Inspetoria**. Fev. de 1934. Vol. 1. N.º 2.



REFERÊNCIAS


ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953.

CARNEIRO, Piquet. **O Nordeste**. Memorial justificativo de providências complementares que se acham em execução pela inspetoria Federal de obras contra as secas. Rio de Janeiro: Typ. do jornal do comércio Rodrigues & c. 1935.

MOLLE, François. **Marcos Históricos e Reflexões sobre a Açudagem e seu aproveitamento**. Recife: SUDENE, DPG. PRN, HME, 1994.



SECA, BARRAMENTO E MIGRAÇÃO: MEMÓRIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM EM ITAPIÚNA/CE (1980-1996)

 Ládina Gildo do Nascimento¹

AÇÕES ANTRÓPICAS: MIGRAÇÃO E IMAGENS DESÉRTICAS

Na reflexão filosófica e científica tradicional do século XVIII a natureza influenciava o curso da história humana e sua condição de vida. Na concepção moderna acontece o movimento contrário. A natureza, enquanto cenário que se constrói e se reconstrói, interage com o homem a partir que este subjetivamente a percebe modificada, iniciando, assim, um processo de mudança na prática do contexto social (PÁDUA, 2003, p.88). Neste sentido, a indústria da seca tornou-se um dos principais fatores que mobiliza as ações do homem sobre a natureza, através do uso e exploração da água. E embora seja importante refletir sobre as concepções da natureza e de suas rupturas no tempo histórico, o objetivo desta investigação é analisar, por meio da História Oral, as expectativas, experiências e memórias dos sujeitos impactados direta e indiretamente pela construção da Barragem do açude Castro em Itapiúna, que possam desconstruir a ideia de experiências “únicas” da seca, a partir dos usos múltiplos da água.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras – MIHL, FECLESC/UECE – Universidade Estadual do Ceará.



O barramento do rio Castro² (1995/1996) foi o evento histórico de maior impacto socioambiental do município frente às dificuldades de abastecimento de água que afetava a população nos períodos de seca. Assim, o açude Castro destaca-se como principal reservatório de água local (PREFEITURA, 1998, p.7). A obra foi resultado das políticas de gestão dos recursos hídricos do Governo do Estado do Ceará. Aqui a ideia de salvação, do “agora”, “que como modelo messiânico abrevia num resumo incomensurável a história” (BENJAMIN, 1994b, p.232) das populações atingidas por obras de infraestrutura, associa o açude Castro às aspirações pela conquista de fornecimento de água possibilitada pela realização dessa grande obra. Essas aspirações foram amealhadas pela percepção do *tempo do progresso* que norteavam as políticas públicas dos *Governos das Mudanças* (cf GONDIM, 1998).

A Barragem resultou na reconfiguração dos espaços urbanos e ruais, a partir do processo migratório da população indireta e diretamente atingida (em especial as comunidades de Carnaubinha, Garrote, Poço dos Porcos e Barra Santo Antonio) também atraída pelo maior fornecimento de água nos “novos” espaços. Ao analisar as experiências de profundas mudanças na vida quotidiana dos sujeitos, busquei compreender a dimensão dos impactos causados pela ruptura com os *lugares de memória*, a resignificação das relações sociais e as formas de assimilação dos sujeitos sobre as transformações ocorridas na paisagem e na passagem do tempo histórico. Esse quadro constitui alguns dos principais fatores de impacto, que corresponde a questões muito mais complexas, considerando as intervenções antrópicas.

A ideia de que “a ação do homem molda o sistema Terra de modo mais decisivo que as forças não antrópicas”, abrange uma discussão sobre a relação entre homem e natureza, que vem sendo realizada desde

² O Rio Castro, afluente do Rio Choró, percorre boa parte da extensão territorial do município de Itapiúna e sua bacia hidrográfica engloba ainda os municípios de Aratuba e Canindé - Ceará.



o final do século XVIII por diferentes contribuições científicas (MARQUES, 2018, p. 461). A pauta ambientalista que emerge sobretudo após as duas Grandes Guerras, aponta o capitalismo como a grande ameaça socioambiental. As atividades de exploração dos recursos hídricos no planeta é um dos exemplos da ação antrópica; destrói florestas, plantações, casas, desequilibra a plenitude da fauna, mata, rouba, fragmenta vínculos comunitários e modifica a paisagem. Isso significa que “uma vez escolhido o local da barragem e seu sistema de operação, quanto maior a barragem maiores serão seus impactos” (VIANA, 2003, p.21). Uma vez que a natureza e o homem deixam de ser autônomos entre si, esta relação torna-se, em suma, uma relação social (MARQUES, 2018, p.473-475).

Em Itapiúna, a construção da barragem do açude Castro foi realizada dentro de um curto intervalo de tempo – entre agosto de 1995 e fevereiro de 1996.³ Isso significa que a cidade passou por rápidas e significativas mudanças em sua paisagem natural, afetando, por sua vez, a vida social dos sujeitos direta e indiretamente atingidos pelos impactos da água. As narrativas apontam que, dois anos após a execução da Barragem, a água permanecia em desuso para o consumo humano, pois existiram (e ainda existem) alguns fatores de atividades antrópicas comprometendo a qualidade da água. O monitoramento qualitativo do açude Castro, realizado pela COGERH entre 1998 e 2007, classificou a água como “ruim a regular” para o consumo humano, indicando a *eutrofização* do manancial, ou seja, excesso de nutrientes ocasionado pelo acúmulo de matéria orgânica em estado de decomposição (COGERH, 2007, p. 25).

Nesse sentido, a limpeza parcial da vegetação na bacia hidráulica foi a primeira ação humana diretamente ligada à contaminação e

³ A construção do Açude Castro foi desenvolvida, entre 1995 e 1996, a partir do Projeto de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará / Infraestrutura de Recursos Hídricos – PROURB/CE, criado em 1993, em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH.



ao impacto da água. Algumas pessoas narram que a construtora Getel, principal responsável pela execução da obra, não conseguiu realizar a limpeza completa da bacia, devido a insuficiência de recursos, de máquinas, de mão de obra e, por causa da precipitação de chuvas iniciada em janeiro de 1996, fazendo com que a acelerada aproximação das águas deixasse a vegetação submersa.⁴ Questões que a meu ver remetem as contradições do discurso do tempo do progresso, apontam dilemas concretos das escolhas feitas em sua defesa sem um maior debate de suas possíveis consequências, bem como suas falhas e falta de transparência diante a comunidade atingida:

O açude já tinha água, ele captou água logo, logo. E a empresa meio preocupada, ela não fez nem a limpeza da bacia, se você olhar hoje [2017], que tá seco, ele tem muito mato ainda, muita árvore seca, porque não deu tempo fazer a limpeza. Uma empresa pequena com poucas máquinas, entendeu? Se fosse uma empresa maior, tinha sido mais rápido ainda. Mas a empresa doida pra entrar nas obras do governo do estado, fez um preço lá embaixo que foi a sorte dela e nossa. Na verdade, uma empresa maior teria elevado o preço do custo da obra, mas dava a garantia de uma obra mais rápida. [...] Chegou o inverno, ela [a barragem] já tinha captado água no começo do ano de 96, aí faltou a limpeza realmente (JOAQUIM, 2017).

A falta de limpeza dos resíduos orgânicos fez com que a água do Castro permanecesse imprópria para o consumo humano anos após o seu término: “eu lembro que tinha muita matéria orgânica que a água cobriu e essa água fedia. Até o ano de 2002 a gente ainda tinha uma água que chegava na torneira com mau cheiro.”⁵ A alteração da qualidade da água pode ser melhor explicada por Viana, a partir do estudo

⁴ O registro sobre a precipitação de chuvas em Itapiúna consta na tabela de execução da obra.

⁵ Francisco Ruy Gondim Pereira, servidor público, reside em Itapiúna desde 1981. O mesmo contribuiu com a pesquisa, indicando e participando da entrevista realizada com o ex-prefeito de Itapiúna, Joaquim Clementino.



sobre os impactos ambientais causados pela construção da barragem de Itá em Santa Catarina.

A alteração está relacionada à decomposição da vegetação e do solo submerso pelo reservatório. Durante os primeiros anos do enchimento do reservatório, a decomposição desse material pode reduzir drasticamente o nível de oxigênio na água. O apodrecimento de matéria orgânica também pode levar a uma liberação de gases como o metano e o dióxido de carbono. O tempo de maturação de um reservatório, nas regiões temperadas, é de aproximadamente uma década. Nos trópicos, a decomposição de matéria orgânica pode demorar algumas décadas, até mesmo, séculos (VIANA, 2003, p.21).

Outros fatores condicionantes da qualidade da água devem ser levados em consideração, como a pecuária extensiva e a piscicultura, que liberam significativos níveis de fósforo e nitrogênio no reservatório. Além disso, o esgoto doméstico lançado nos rios, as lavagens de roupas, a construção de balneários e matadouros, o banho e os animais soltos são outras fontes de poluição existentes às margens do rio e do açude Castro (COGERH, 2007). Neste sentido, adentraremos na discussão sobre como a ocupação dos territórios podem causar, por sua vez, impactos na paisagem, na economia e na vida social dos sujeitos. O desmatamento da bacia hidráulica do Castro resultou no processo de desocupação compulsória de terras e a realocação de comunidades inteiras. A primeira comunidade é composta pelas famílias diretamente atingidas pelo barramento – Carnaubinha, Garrote, Poço dos Porcos e Barra Santo Antonio – forçadas ao deslocamento de suas terras, sujeitas a perda dos tradicionais meios de sobrevivência material e de seus “lugares de memória.” Como resultado desse processo cito o relato de dona Eurides, que narra o drama da época em que a comunidade Poço dos Porcos praticamente desapareceu:

Se mudaram, sabe que muita gente, viu? Porque o finado Manel Correia, quando ele morreu morava aqui na Sede, o Salviano que



também era de lá do Poço dos Porcos, veio morar aqui também, o pessoal do finado Zé novo a família toda veio toda morar aqui na rua. Oh! Lá ficou somente um irmão meu e depois que recebeu a indenização também veio pra cá, o Luis que era o pai do Wauston também veio pra cá, depois voltou e já veio de novo. Era ruim minha filha, a gente lá. Porque antes era muito bom, era muita gente, tudo vizinho. Aí depois ficou ruim demais, tudo vazio, deserto, era ruim (MARIA, 2017).

As imagens desérticas dos espaços atingidos, promovidas pela desocupação compulsória de terras, causou muita estranheza entre os moradores que resistiam permanecendo em suas casas localizadas nas áreas não inundadas pelas águas do Açude. Existe aqui um efeito bumerangue. A estranheza do lugar, por sua vez, também motivou a migração de uma grande parcela da população para outros espaços. Por esse motivo algumas localidades foram “extintas” do seu espaço de origem, sendo refeitas em outras demarcações, onde havia um contingente populacional maior, fosse em outras comunidades na zona rural, fosse na cidade-Sede. O processo migratório levou parte das comunidades diretamente atingidas pelo barramento ao reassentamento na nova comunidade, Agrovila, constituída às margens do Rio Castro. Os moradores foram lançados, ao mesmo tempo, no desafio de constituir novos meios de produção de subsistência e readaptação social. Para estes, deixar para trás suas terras, os laços e os vínculos comunitários e seus patrimônios socioculturais, implicou, na maioria dos casos, em dificuldades no reinício das atividades produtivas nos novos espaços e no risco de empobrecimento. Vale ressaltar que nem todas as famílias atingidas foram morar na Agrovila. Algumas poucas permaneceram nas áreas remanescentes das comunidades atingidas, mesmo que isso significasse viver em um vilarejo fantasma, como relatou dona Eurides anteriormente.

A segunda comunidade a ser impactada pelos efeitos do processo migratório é muito diversa, mas, em tese, portadora de uma construção



identitária positiva em relação à Barragem. São os moradores de áreas não atingidas pelo alagamento, dos quais se destacam os residentes em áreas urbanas (cidade-sede e distritos). Estes em número imensamente superior às demais comunidades, representam a grande maioria da população do município, imediatamente beneficiada pelo abastecimento ininterrupto de água encanada. Deste grupo, também fazem parte as comunidades ribeirinhas e remanescentes, não afetadas pelo deslocamento forçado e, em tese, beneficiadas pela proximidade das águas e de possíveis potenciais econômicos (irrigação, pesca, turismo) como se verá adiante. O processo migratório resultou na reconfiguração urbana da cidade-Sede e Distritos. No primeiro caso, os bairros periféricos Conjunto Nova Itapiúna e Cosmo Santos são o reflexo da ocupação desordenada do espaço, principalmente, porque, durante o processo de desapropriação de terras, as políticas públicas planejadas para a mediação e reinserção social das famílias remanejadas não foram levadas às suas últimas consequências.

Assim, as pessoas foram, aos poucos, apropriando-se de novos espaços adquiridos por meio das indenizações ou através da venda dos lotes que haviam recebido em troca de suas antigas propriedades e ainda através de ocupação irregular. Os bairros foram crescendo de forma desarmônica, desassistidos de políticas de saneamento básico, e desembocando em outros fatores de impacto na saúde pública. O esgotamento sanitário é o maior problema enfrentado em todo o município, uma vez que os mesmos efeitos podem ser observados em menor ou maior intensidade nos Distritos e nas comunidades rurais. E essa deficiência causa até hoje impactos profundamente nocivos à qualidade da água do Açude Castro (COGERH, 2007, p.12).

Os principais usos projetados e executados para o açude Castro dizem respeito ao abastecimento de água para o consumo humano, irrigação das várzeas próximas a jusante do barramento e piscicultura. A população da cidade-Sede de Itapiúna é a principal beneficiada pelo abastecimento doméstico. De fato, segundo o levantamento realizado



para o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB/2019, a captação de água feita no açude Castro forneceu o recurso para o SAA – Sistema de Abastecimento de Água da Sede de Itapiúna, com cobertura total de 98,79% em 2017 e 100% em 2018, totalizando 5.660 domicílios.⁶ O mesmo sistema também abastece a zona urbana dos Distritos de Caio Prado, Itans e Palmatória, totalizando 1.212 domicílios (cf PLANO, 2019). O processo de desenvolvimento das áreas urbanas em Itapiúna está diretamente ligado às perdas da produção de subsistência incorridas às populações camponesas provocadas pelo barramento e a ineficiência de políticas públicas.

Nesse sentido, observo que o processo migratório foi estimulado pelo maior fornecimento sistemático de água e demandas de emprego nas zonas urbanas da cidade e distritos. Inclusive, a própria construção da Barragem desde o início havia estimulado a migração de pessoas locais, atraídas pela oferta de emprego, para a mão-de-obra do Açude. Isso por si só, contribuiu não apenas para o crescimento urbano como para o desenvolvimento econômico do município, que vinha sendo exaltado nos discursos que defendiam a construção e que depois terá seus próprios meandros. Note-se como aqui as tensões e possibilidades de vivências do tempo aparecem expressas numa narrativa de se destacar, que naquele momento a Barragem pareceu uma expressão de oportunidades e do comércio:

No período da construção só essa movimentação ai de contratação de pessoas já foi uma mudança boa assim tanto na questão da geração de emprego e deu mais visibilidade a cidade, né. [...] Eu percebi que o comércio de Itapiúna deu uma acelerada boa naquela época, deu uma movimentada boa, houve um maior giro de capital naquele período e isso assim uma coisa leva a outra. Alguém vende uma coisa aqui, outro monta ali, alguns foram recebendo indenização montando negócio, outro foi trabalhando

⁶ Os levantamentos foram realizados no ano de 2018.



recebendo uma granazinha e investindo em alguma coisa, construindo... Então esse impacto financeiro foi positivo na época e eu acho que alguns, aqueles que souberam conduzir, ainda mantêm até hoje um comércio (FRANCISCO, 2017).

Quanto aos moradores das comunidades ribeirinhas do Rio Castro e das áreas remanescentes, estes também viveram as mudanças no aspecto cotidiano, econômico e na paisagem ao serem beneficiadas pela aproximação das águas. A exploração do Rio e do Açude Castro proporcionou o desenvolvimento da produção de milho, feijão, mandioca, cajueiro, tomate, hortaliças e frutíferas, que serviram tanto para o sustento das famílias agricultoras quanto para a venda no Mercado Central da cidade e na Central de Abastecimento do Ceará (CEASA) de fortaleza, “com baixo retorno financeiro, em função do alto custo do transporte” (PREFEITURA, 2002, p.117-118).

Nesse aspecto, a retomada das atividades agrícolas tanto para as famílias reassentadas quanto para às comunidades ribeirinhas e remanescentes foi significativamente extenuante, em diferentes graus, visto que esse novo processo não significou a total superação de suas perdas culturais. Aqui a palavra cultura tanto é usada no sentido primário (o cuidado com as colheitas e os animais) quanto sobre o processo de desenvolvimento humano (WILLIAMS, 2007, p.117-118). Se levarmos em consideração os dados do Censo Agropecuário ao longo das três últimas décadas, podemos observar um significativo aumento do número de estabelecimentos dedicados à produção do campo em Itapiúna, saltando de 1.525 em 1996 para 2.235 em 2017 (cf IBGE, 1996 e 2017). A maior parte desses espaços, historicamente falando, se estabeleceu às margens do Rio Castro e de seu reservatório. Isso significa que, apesar de causar o declínio imediato da produção agrícola de subsistência, o Açude, por outro lado, proporcionou o aumento na produção agropecuária a longo prazo e, em tese, melhorias à vida das famílias agricultoras.



LUGAR, PAISAGEM E MEMÓRIA.

De um modo geral, a análise das fontes aponta os impactos da água como fator determinante de uma nova estrutura social, econômica e da paisagem. Evidentemente esses aspectos são ressignificados de forma conflituosa, no campo da memória. De qualquer forma, os fatores que se divergem nesse campo contribuíram para que as formas de assimilação das transformações sociais e da paisagem fossem construídas a partir das experiências individuais e coletivas dos sujeitos, assim como são atribuídas à intensidade dos efeitos dessas mudanças na vida de cada um. Para Simon Schama (1996), a construção simbólica de nacionalidade (ou de pertencimento) acontece a partir da interpretação da paisagem: a natureza e a percepção humana são inseparáveis.

Em outras palavras, “a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (p.17). A subjetividade da construção simbólica mostra que, é imprescindível redirecionar todas as questões relativas às formas de como pensam e agem as populações atingidas por barramentos e como as mudanças no tempo e na paisagem são percebidas por elas. Fernandes cita um exemplo dessas mudanças ao descrever a “nova estrada que eles fizeram para acessar” as comunidades de Agrovila, Garrote, Poço dos Porcos e Barra Santo Antonio:

A estrada que ia pra Barra [Santo Antonio] e Garrote, ela foi tomada pela água, então tiveram que fazer uma estrada nova para das acesso à essas localidades. Ia direto ali pelo alto, onde a gente subia e descia direto [trecho que ligava as comunidades à cidade-Sede], aí tiveram que fazer uma nova estrada ali na Carnaubinha. A maioria dos moradores fizeram só sair do terreno deles, tinha uma boa parte que não foi atingida lá, e eles fizeram só se mudar de local, mas continuaram na Carnaubinha, uma nova Carnaubinha, só se afastaram. E precisou fazer essa nova estrada também para dar acesso a Poço dos Porcos, Belém até chegar no Garrote (FRANCISCO, 2017).



Aqui mais uma fala em que disputas do tempo são apresentadas e narradas de acordo com a inserção dos sujeitos em suas temporalidades em transformação. Temos, pois, nova narrativa que articula significados distintos do tempo vivido. Mais que isso. Como as transformações da paisagem são simbolicamente mediadas e permanecem em construção diante aos impactos causados pela Barragem. Por outro lado, devemos considerar que os fragmentos da memória, como afirma Simon Schama, não se limitam aos espaços de impacto da água. Ela percorre caminhos e se ressignifica em outros espaços sociais, os quais apresentam, por exemplo, estruturas paisagísticas diferentes daqueles que os atingidos saíram e não puderam retornar. Nesses novos cenários, onde os sujeitos parecem estar *deslocados em seu ambiente*, “os cursos d’água não são os únicos elementos da paisagem que transportam a carga da história” (SCHAMA, 1996, p. 16).

E, certamente, as narrativas apresentam significados peculiares acerca dos acontecimentos. Contudo, ao buscar interpretar o significado dos acontecimentos passados para a vida dos sujeitos hoje, percebo que a memória está constante transformação, tanto pela forma de organização seletiva dos narradores quanto pelo momento presente que os depoimentos foram registrados. Existe aqui uma pergunta que marca o cerne deste ponto da investigação, para qual foi direcionada aos colaboradores. Ela expressa, de um modo geral, o significado da barragem para a vida de cada sujeito. Nesse sentido, dona Fátima lembra de quando retornou à Itapiúna, após uma longa temporada de trabalho em Fortaleza. Em sua ausência a Barragem havia sido construída e, para ela, o choque de ver as mudanças dentro de sua própria casa foi ainda maior, em comparação à outras pessoas, visto que ela não pôde acompanhar e assimilar o processo das mudanças na paisagem em seu tempo. Mas as mudanças das práticas quotidianas as quais ela consegue assimilar, enquanto dona de casa, também fazem parte do processo de transformação como um todo.

Era assim antes: a gente lavava a louça era numa...tinha aqui uma mesa. Era eu e a Marilene que lavava a louça de noite e de manhã



também. A gente botava água na bacia e lavava a louça todinha e jogava ela lá no quintal, pegando [água] lá do pote nessa época. Aí depois [da Barragem] foi encanada e aí a gente achou essa diferença, porque diminuiu mais o trabalho da gente (pegava água, rebolava) e foi uma diferença muito boa (MARIA, 2016).

Ao refletir sobre o que mudou, dona Fátima consegue descrever o significado da Barragem, quando se trata de maior fornecimento de água, para a grande maioria da população. Essa representatividade, como já mencionei, diz respeito aos moradores das áreas urbanas da cidade-sede e distritos ou ainda aqueles que migraram para essas áreas após o barramento. Ao lançar a mesma pergunta para Fernandes, ele responde:

Eita, rapaz, forte hein?! Assim de tanto a gente ouvir falar de histórias dos mais velhos, acho que foi assim uma construção histórica para o município. Ela abalou assim de várias maneiras. [...] Pessoalmente, para mim, o impacto maior foi ter que sair da localidade, a gente nunca...eu vivi lá por 17 anos já tô aqui na Sede com mais tempo do que lá, mas para mim é como se eu não tivesse saído de lá ainda. Eu fui contar (vixe, rapaz!) eu tô com mais tempo aqui do que lá! O tempo passou tão rápido que nem percebi e também parece que a infância marca mais (FRANCISCO, 2017).

A partir das palavras de Fernandes, é imprescindível discutir sobre a memória, enquanto construção social. Ela se organiza a partir do conjunto de informações armazenadas ao longo das experiências vividas e de sua interpretação por meio das figuras de linguagens. Assim, memória e linguagem, formam um *sistema que se auto-organizam* antes de serem expressadas pela fala ou pela escrita. Mas, é importante considerar que, ao ser falada, a memória pode apresentar algumas alterações sob influência política, social ou até mesmo sob algum fato traumático. A palavra não dita, carrega em si vários significados. Nesse sentido, “as perturbações da memória” também são resultado dessa construção, e não apenas no indivíduo. A memória coletiva ainda “pode determinar



perturbações graves da identidade coletiva” (LE GOFF, 2003, p.421). Sobre esses fatos traumáticos, cito o relato de Marleide:

Foi muito sofrimento, muitas famílias se dividiram, houve separações. Tiveram pessoas que morreram de depressão, enfim, não foi fácil, né. Muita gente também foi lesada pelos próprios doutores e engenheiros, digamos assim, por pessoas que também da própria comunidade se engajaram em ajudar e depois de alguns anos a gente descobriu que só fizeram foi atrapalhar, porque chegaram a sacar dinheiro daquelas pessoas há de idade que não tinham tanto acesso ao banco. Eu só sei que até hoje tem gente pagando indenizações a familiares (MARLEIDE, 2020).

O conjunto de condições psíquicas associadas aos traumas da memória, como menciona Marleide, é outro aspecto resultante da construção social. A depressão, assunto antes não comentado pelas famílias, só hoje traz à tona a mensuração dos efeitos catastróficos e simbólicos causados pelo rompimento com os lugares de memória. Assim, ouvindo e lendo esses relatos, percebo a importância dessas questões virem à público e de serem (re)pensadas dentro do processo de construção social. Compreendo, por outro lado, que o silêncio parece ser a melhor alternativa de refúgio. Embora, penso que as rupturas ainda devem causar fissuras imensuráveis à memória resguardada pelas famílias. A divisão das famílias é outro exemplo clássico dessas rupturas, quando se trata dos atingidos por barragens.

Neste caso, a memória coletiva e individual está diretamente ligada aos aspectos da vida social e política dos sujeitos, que podem conservar traumas dos acontecimentos passados, através de suas experiências. E devem ambas, memória coletiva e individual, como “dividida” e em interação sendo que, “a memória, como prioridade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p.419),



cabendo sempre o debate das disputas e interações relativas a essas “atualizações de impressões”.

A análise das narrativas possibilitou destacar dois tipos de memórias: a que rememora aspectos positivos construção da Barragem e suas expectativas sobre o desenvolvimento socioeconômico da cidade e a memória resguardada pelas famílias impactadas pelo barramento. Os atingidos pela Barragem narram prejuízos, injustiças, frustrações incorridas por suas perdas, ganhos, pessoais e/ou coletivos. Por outro lado, as comunidades atendidas pelo abastecimento ininterrupto de água não impactadas pelo deslocamento tendem a minimizar esse “descaso”. No entanto, essas perspectivas não são únicas quando se fala na construção da Barragem. A advertência de Portelli (2005) é válida para este caso:

Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas (p.126).

A subjetividade das narrativas mostra que, o empreendimento tanto fragmentou o vínculo social existente nas comunidades diretamente atingidas, quanto permitiu desenvolver novas relações sob outros aspectos da vida cotidiana entre os moradores da cidade. Esses aspectos apontam para uma retórica incomum entre os sujeitos. Isso significa dizer que não há unanimidade entre as narrativas. O que ocorre na maioria das vezes (se não em todos os levantamentos sobre impactos hídricos) é a presença de duas ou mais memórias, ou melhor dizendo, memórias fragmentadas. A obra alimentou, e foi alimentada, por algum tempo, um imaginário desenvolvimentista de superação dos problemas sociais.



De fato, o principal impacto da Barragem se fez presente na garantia ininterrupta do abastecimento de água pela CAGECE, rompendo ciclos regulares de colapso hídrico e proporcionando a segurança alimentar às famílias agricultoras e àquelas que sobrevivem de outras formas. Isso corroborou para que o sofrimento das famílias atingidas pelo reassentamento fosse minimizado, assim como os impactos socioambientais que atingiram e atingem o município. Esse aspecto está diretamente relacionado ao fato de que o impacto deste evento na memória dos atingidos seja vocalizado de forma contraditória, entre o desenvolvimento necessário e a perda irreparável. De qualquer forma, do ponto vista da experiência em relação a construção da Açude, enquanto evento de impactos profundos na vida local, os dois grupos (atingidos e não-atingidos pelo alagamento) representam as múltiplas dimensões fundamentais de assimilação das transformações históricas em Itapiúna na passagem do século XX para o XXI. A completa degradação do Rio Castro é outra marca das ações antrópicas posteriores à construção.

Uma década e meia após a construção do Açude Castro, quase seco, consolidou-se na população a percepção da Barragem como mero detalhe na paisagem, uma visão utilitarista da mesma – um lago para a garantia de abastecimento de água – que difere dos modos de concebê-la na primeira década de existência. As mudanças no tempo histórico novamente lançaram à população o desafio de enfrentar diversas dificuldades em suas práticas culturais, fossem elas domésticas, de produção agrícola ou de qualquer outra ordem. Mas isso não significou, necessariamente, as rupturas de outrora. Após seguidas secas e decréscimo na vazão do Rio Castro, o Açude hoje é percebido essencialmente como reservatório em agonia. A sequência dessa nova ruptura atravessou “os anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014”, e se estende até os dias atuais (FRANCISCO, 2015). Mas, se existe algo que transmuta e carrega consigo elementos de transformação social, é o tempo histórico. Dito isto, podemos considerar que essas múltiplas percepções possam ser



vocalizadas de outra maneira, em outros eventos e em outro tempo independente de sua duração.

Mas, é preciso ponderar cuidadosamente as experiências, afim de evitar generalizações sobre a constituição da narrativa histórica acerca desses eventos. De todo modo, as experiências de profundas transformações na vida social dos sujeitos ora analisadas, representam as formas de assimilação das transformações ocorridas na passagem do tempo histórico. Destaco a incompletude do “tempo imediato”, sobre o qual escrevo. É uma história do tempo presente, do tempo vivido, pensado a partir de um lugar sobre vários tempos. Mais que oferecer respostas definitivas, esta pesquisa pretende propor questões e construir fontes para releituras posteriores.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Sobre o conceito de História. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**. Obras Escolhidas Volume I. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

COGERH. **Inventário Ambiental do Açude Castro**: fatores condicionantes da qualidade das águas. Fortaleza: 2007.

FRANCISCO Alves Pereira, entrevista realizada em 27/01/2015.

FRANCISCO Fernandes de Araújo, entrevista realizada em 19/01/2017.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e Modernidade nas Políticas Públicas**: os “Governos das Mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 1996 e 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em 31/05/2021.

JOAQUIM Clementino Ferreira, entrevista realizada em 15/01/2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.



MARIA de Fátima Temoteo Campelo, entrevista de 30/12/2016.

MARIA Pereira Monte (Dona Eurides), entrevista realizada em 25/01/2017.

MARLEIDE Cavalcante da Silva, entrevista 05/02/2020

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *In: Estudos Avançados*, n.24 (68), 2010.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum). *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). Usos e Abusos da História Oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PREFEITURA Municipal de Itapiúna. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Itapiúna (2002-2005)**. Fortaleza, 2002.

PREFEITURA Municipal de Itapiúna. **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB/2019: Recursos Hídricos**. Fortaleza, 2019.

PREFEITURA Municipal de Itapiúna. **Programa de Recenciamento de Fontes de Abastecimento de por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Itapiúna**. Fortaleza, 1998.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes Barragens, Impactos e Reparações**: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá. Dissertação de mestrado apresentada a UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.



O DIÁRIO DE NATAL: CONTRIBUIÇÃO DISCURSIVA E CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS SOBRE O PROJETO BAIXO-AÇU (1975-1979)

 Maiara Brenda Rodrigues de Brito¹

INTRODUÇÃO

O jornal é um importante meio de comunicação social, pois apresenta diferentes informações ao leitor como: economia, política, educação, anúncios, assuntos populares e policias. Os periódicos foram reconhecidos como fonte histórica a partir de um movimento crítico e intelectual promovido pela Escola do Annales², durante o século XX. No Brasil até 1970, poucos trabalhos utilizavam desse material como fonte para discutir a história nacional.

As primeiras experiências do uso dos jornais, enquanto fonte primária, foram marcadas por desconfianças. Havia uma preocupação por parte dos estudiosos no tocante à qualidade do material oferecido por essas fontes. Não sabiam até que ponto esses periódicos sofriam

¹ Graduada em História pelo CERES-UFRN. Aluna do programa de pós-graduação em História do Sertões CERES-UFRN. Orientadora: Dr. Airan Santos Borges de Oliveira. Email: maiara.brendaaa@hotmail.com

² LAPUENTE (2015) aponta que a partir de 1930 a Escola do Annales faz críticas à concepção de que os jornais eram inadequados para o estudo do passado. A terceira geração dessa corrente historiográfica abraçou os novos aportes teóricos e abriu oportunidades para novas contribuições documentais, como os periódicos.



intervenções e pronunciavam os interesses de instituições, grupos econômicos, financeiros e governamentais.

O século XX marcou um período de grande mudança para imprensa. O aprimoramento das técnicas permitirá a profissionalização dos jornais e a agilidade na impressão, bem como o barateamento dos mesmos. Houve modificação na distribuição dos conteúdos, na estruturação das produções e surgiu a necessidade de mão de obra especializada como “repórteres, desenhistas, fotógrafos, articulistas, redatores, críticos, revisores, além dos operários encarregados da impressão propriamente dita” (LUCA, 2005, p.138). Em síntese, os aspectos físicos dos jornais foram modificando-se ao longo do tempo. A estruturação e divisão de conteúdo, as relações com a publicidade, mercado e público também são mutáveis, tendo em vista os objetivos a serem alcançados. Desta forma, vemos que as “condições materiais e técnicas em si são dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos” (LUCA, 2005, p. 138).

Com o avanço do tempo, verifica-se a importância dos jornais para o entendimento de novos objetos de estudos. Temos a apropriação de textos literários para a abordagem de assuntos sociais diversos, inclusive para veiculação de ideia de luta. Além de “gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiência e prática políticas cotidianas, formas de lazer” (LUCA, 2005, p. 119-120), esse recurso servia como “veículo privilegiado para divulgar seus manifestos” (LUCA, 2005, p.125), fossem esses políticos ou sociais. Verificamos que é necessário associar cada material e produção ao seu contexto. Assim como é obrigatório problematizar aspectos como os recursos econômicos e tecnológicos disponíveis.

Considerando as possibilidades de análises históricas permitidas pela fonte jornalística, optamos pelo uso do periódico potiguar *O Diário de Natal* para entender algumas informações que circularam sobre um evento que ocorreu no interior do Rio Grande do Norte, a implantação do Projeto Baixo Açú.



O Projeto Baixo-Açu foi uma política pública modernizadora³, direcionada para a microrregião do Vale do Açu⁴, interior do Estado do Rio Grande do Norte, que objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do estado. A ideia da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, remonta a primeira metade do século XX, quando em 1937, o atual DNOCS autorizou o início de estudos para a identificação de um espaço apropriado para tal obra. Em 1971, o vale do Açu foi o espaço indicado para a instalação da barragem. No entanto, o projeto Baixo-Açu saiu do papel somente em 13 de julho de 1975, com o Decreto de número 76.046, durante o governo do presidente Ernest Geisel.

Dividido em três etapas, essa ação implicou no barramento do leito do rio Piranhas-Açu⁵. A primeira fase do projeto, consistia na construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que atualmente é o maior reservatório artificial do estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

A construção da barragem foi realizada entre os anos de 1979 e 1983, a sua inauguração contou com presença de consideráveis políticos do Estado e com o presidente da República da época, João Batista

³ A ideia de política pública modernizadora dentro deste estudo, parte das discussões de Andrade (2007). Esta pensa as intervenções no espaço citadino de Caicó, cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte, por meio da eletricidade, automóvel, imprensa. Em período correlato que Caicó buscava transforma-se, inspirado em grandes centros urbanos nacionais e internacionais, presenciava a permanência de velhos costumes dado pelas secas e presença dos flagelados. Dessa forma, a modernização pensada para o Baixo-Açu é aquela que traduz o combate contra às secas no Nordeste por meio de intervenções espaciais realizadas pelos órgãos IOCS, IFOCS, DNOCS.

⁴ A microrregião do Vale do Açu, fica localizada na mesorregião Oeste Potiguar e é composta por nove municípios: Assú, Alto dos Rodrigues, Itajá, Ipanguaçu, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael.

⁵ O rio Piranhas/Açu, nasce na Serra do Bongá, município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, e desemboca no município de Macau, litoral do Rio Grande do Norte. Seus principais afluentes são: rio Espinhara, Picuí e Seridó.



de Figueiredo⁶. Como notabilizava o projeto, algumas cidades foram atingidas e tiveram comunidades rurais inundadas, é o caso de Jucurutu, Açú e Ipanguaçu. A cidade de São Rafael, além de sofrer com a inundação dos espaços rurais, vivenciou a deslocamento do seu núcleo urbano. A execu o desse projeto trouxe efeitos múltiplos aos indivíduos e espaços afetados, havendo assim a necessidade de compreender fatos específicos que tangem esse contexto que marcado por profundas discursões e incertezas.

Baseando-se na Análise do Discurso, o referido trabalho analisa publica es de cunho acad mico e regional que investigam a temática Projeto Baixo Açu. O objetivo dessa pesquisa   pensar a circula o das notícias sobre essa obra e entender que tipo de discurso⁷ era veiculado pelo periódico *O Diário de Natal*. Também analisaremos as ideias modernizadoras lançadas para o Vale do Açu, buscando entender que tipo de sert o⁸ era apresentado por esse jornal.

⁶ Souza (2011) e Pinheiro (2018) apontam o referido recorte de tempo, para a constru o da barragem.

⁷ Conceito discutido a partir da obra de Foucault (2002). O texto retrata uma aula inaugural realizada no 2 de dezembro de 1970 no Coll ge da França. Fala sobre o discurso, como esse   construído, interpretado e repassado dentro de uma institui o e/ou meio social. O autor aponta que o discurso   um elemento marcado por controle, sele o, organiza o e distribuído por meio de procedimentos que procura conservar seus interesses e fugir dos perigos. Também lembra que esses procedimentos de interdi o estão relacionados ao desejo e poder.

⁸ O conceito de Sertão será discutido a partir de reflexões e autores como Amado (1995); Moraes (2003) e Neves (2003), e versará sobre os aspectos simbólicos e ideológicos, desenvolvido ao longo do tempo, que pensa esse termo como categoria espacial, referenciando regiões e espaços marcados pela pobreza, seca e carentes de interven es modernizadoras.



O PROJETO BAIXO-AÇU

Desde do início do século XX, o Vale do Açu foi objeto de estudos⁹ que investigavam as condições do solo semiárido brasileiro. Procuravam espaços que possibilitassem intervenções hídricas e que ajudasse no combate à seca, questão essa que ainda é considerado um dos maiores problemas nacionais, com destaque para a região Nordeste. Identificado a condição do solo favorável ao aproveitamento da agropecuária e reconhecido como um celeiro econômico no interior no estado¹⁰, o Vale do Açu passou a ser alvo de políticas públicas ao longo do tempo.

Em 1910 a “Inspetoria de Obras Contra as secas (IOCS)¹¹ publicou o primeiro relatório técnico que incluía discussões a respeito da Várzea do Açu. A ideia, entretanto, só viria a tomar corpo na década de 1940, com o projeto de construção da barragem de Oiticica” (PINHEIRO, 2015, p. 15). O projeto da barragem de Oiticica foi germinado no final da década de 1930. Os estudos retomados na região do Baixo Vale do Açu, objetivava definir o local para a construção de um grande reservatório que auxiliasse na disciplinaridade do rio Piranhas. Essa intervenção implicaria na garantia de água para todo o ano, combatendo assim o período de estiagem, a violência das enchentes durante o inverno e inci-

⁹ Em seus estudos, Pinheiro (2018) aponta que em 1910 o IOCS publicou as investigações do geólogo e engenheiro Roderic Crandall sobre o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Esse documento referência a bacia Piranhas-Açu e caracteriza um dos primeiros estudos sistemáticos, sob a responsabilidade do IOCS que falou sobre o Vale do Açu. O engenheiro Crandall apontou aquele espaço como um lugar potencialmente irrigável. Afim de entender cientificamente os sertões, a IOCS também contratou o engenheiro hidrólogo Geraldo A. Warring. Este percorreu o semiárido entre 1910 e 1912 e apontou duas áreas irrigáveis na bacia do rio Açu, a primeira ao longo do curso do próprio rio Açu e o outro no vale que segue aos longos dos rios Piranhas e do Peixe.

¹⁰ O reconhecimento do Vale do Açu, como um espaço propício para intervenções técnicas, foi inicialmente apontado pelos estudiosos da IOCS, posteriormente retomada na década de 1930 pelos técnicos da IFOCS e por fim, pelos profissionais do DNOCS.

¹¹ Criada no contexto do governo de Nilo Peçanha (1909-1910), a IOCS foi transformada em 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e posteriormente no de 1945 em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).



taria a produção da agricultura baseada na irrigação. Em 21 de outubro de 1954 foi publicado um Decreto Presidencial de nº 36.370, o mesmo indicava a desapropriação de uma área de 143.063.500 m³ no município de Jucurutu, para a construção de uma barragem.

O projeto da barragem de Oiticica foi interrompido “quer por falta de verbas, quer pela mudança de abordagem do DNOCS, ou até pela falta de empenho dos gestores públicos, e talvez por esses e mais outros conjugados, mas o interesse pela irrigação do Vale do Açu nunca foi de todo abandonado” (PINHEIRO, 2018, p. 130). Diante dos fatos, vimos outro surgir, o Projeto Baixo Açu e como já mencionado, este previa a construção da barragem Armando Ribeiro Gonsalves, próximo da cidade de Açu. Direcionado ao Vale do Açu, este projeto foi uma política pública que ficou marcado por um discurso de caráter modernizador. O mesmo objetivava amenizar as consequências dos ciclos de estiagens do interior do estado e a construção do lago artificial que aconteceu entre 1979 e 1983.

Retomando a fonte principal do nosso estudo, o jornal *O Diário de Natal*, vemos que os discursos que rodeiam o Projeto Baixo Açu, tocam os interesses de instituições e carregam a carga simbólica construída para o sertão nordestino ao longo do tempo, no tocante ao combate do atraso da região. A partir deste periódico, analisaremos quais as principais notícias que circularam no Rio Grande do Norte, durante o período de 1975 até 1980.

O Diário de Natal é um jornal potiguar que foi fundado em 1939. Inicialmente intitulado de “*O Diário*”, o mesmo teve como idealizadores Rivaldo Pinheiro, Waldemar Araújo, Aderbal França e Djalma Maranhão. A partir de 1945, o periódico passou a integrar o Diário Associados S/A¹² e em 1947 teve o nome modificado para “*Diário de Natal*”. O

¹² Diário Associados S/A é uma empresa de mídia da imprensa fundada na década de 20 no Brasil pelo jornalista Assis Chateaubriand. A trajetória desse grupo teve início quando Chateaubriand adquiriu o impresso *O jornal*. Este circulava no Rio de Janeiro.



jornal circulou por mais 70 anos e informava sobre fatos diversos. Por muito tempo, foi considerado uma grande referência editorial para diferentes áreas como administração pública, política, economia, artes. O Periódico foi extinto em 2012, em razão da nova realidade jornalística dada pela emergência da internet¹³.

Acerca do projeto Baixo Açu, o periódico trouxe notícias diversas. Essas tangiam todos os aspectos e falas dos envolvidos nesse evento que marcou a história da açudagem do Rio Grande do Norte. Intitulado “DNOCS termina projeto para irrigar Piranhas”¹⁴ a matéria do ano 1975, expõe aos seus leitores o projeto em estudo. Constatamos a apresentação dos objetivos a serem alcançados. A notícia decorre sobre o tempo de estudo, as ações que serão realizadas pelo DNOCS, o tempo do processo e os benefícios oferecidos à população, como emprego. A empregabilidade anunciada paira pelo processo de execução do projeto e pelas atividades econômicas projetadas, como a agricultura irrigada e o setor da piscicultura.

No mesmo ano, é anunciado a implantação de seis grandes projetos para o Estado que relacionava açudagem à agricultura irrigada. A edição 09870(1)¹⁵ afirmavam que todas as atividades pensadas para as cidades de Cruzeta, Pau dos ferros, São João do Sabugi, Apodi, São Rafael e Ceará-Mirim estariam concluídas no intervalo de quatro anos de 1975 até 1979. Focando no nosso assunto principal que é o Projeto Baixo Açu, afirmamos que a execução do mesmo extrapolou a data prevista, tendo em vista que a Nova São Rafael foi concluída no ano de 1983. Vale lembrar que a realocação desse espaço citadino estava envolvida no projeto principal. Os resultados destes, almejavam valores expressivos:

¹³ Informações extraídas do site: http://ftp.editora.ufrn.br/handle/123456789/1456?subject_page=10. Acessado em 29 de outubro de 2020.

¹⁴ DNOCS termina projeto para irrigar piranhas. Diário de Natal, Natal. P 5. 09 de janeiro de 1975.

¹⁵ DNOCS implantará seis grandes projetos no RN. Diário de Natal, Natal. P 5. 19 de julho de 1975.



[...]A barragem do Baixo-Açu terá 17 mil hectares irrigados, com um volume de 2,3 bilhões de metros cúbicos d'água-duas vezes a capacidade do Itans[...].O projeto Cruzeta está em conclusão no Vale de Piranhas[...].O assentamento é de 24 famílias, devendo produzir 910 toneladas de banana, 156 de laranja, 62 de alho, 312 de tomate, 195 de cebola 105 de feijão, 281 de milho, 232 de oleaginosas, 20 de carne e 31 toneladas de leite. O projeto Ceará-Mirim [...] Serão irrigados 12 mil hectares para hortaliças, cereais e pastagens. O Projeto Itans-Sabugi está em fase final de implantação e será concluído em março de 1976. Vai ter uma área irrigada de 1.026 hectares, destinado a produzir 938 toneladas de uva, 805 de bananas, 138 de laranja, 355 de tomate, 1076 de cebola. O projeto Pau dos Ferros produzirá 222 toneladas de uva, 1860 de banana, 1040 de cebola, 260 de laranja, 1040 de tomate, 650 de cebola, 1768 de milho, num total de 8.938 toneladas de gêneros[...]¹⁶

O Baixo Açu foi implantado durante um contexto político marcado por discurso desenvolvimentista, que apontava para eficiência técnica e administração moderna. Como fruto desses pensamentos surgiram uma série de programas e planos para a sociedade brasileira, entre eles destacamos o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁷. Implantado em 1975, este previa que até 1980, a sociedade brasileira alcançasse um patamar de industrialização e modernidade. Defendia que o desenvolvimento da sociedade, estaria atrelado à uma política de emprego, projetando o recebimento de salários, a elevação consumo e aumento da economia. A qualificação da mão de obra seria dada por meio de educação e treinamento profissional. Entre tantas ideias apresentadas e sensíveis ao nosso estudo, a integração do Brasil ao mercado mundial para a exportação de produtos manufaturados e primários, saltam os

¹⁶ DNOCS implantará seis grandes projetos no RN. Diário de Natal, Natal. P 5. 19 de julho de 1975.

¹⁷ Informações extraídas do site:<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acessado em 30 de outubro de 2020.



nossos olhos. Os produtos frutos dos sistemas de irrigação seria para o consumo nacional e internacional, escoado para fora do país, por meio desta relação econômica prevista.

A implantação desse projeto de açudagem no Rio Grande do Norte, relaciona-se com o discurso da problemática da seca no Nordeste. Tema sensível desse local, que possui a caatinga como vegetação predominante e está inserida no contexto do clima semiárido. Pensar o sertão dessa região, é permear numa categoria espacial, marcada por construções simbólicas e ideológicas. Durante o século XIX, “sertão” assumiu duas significações, “um associado a ideia de semiárido; outra priorizando atividades econômicas e padrões de sociabilidade, articulado à pecuária” (NEVES, 2003, p. 155, 156). Ambos sentidos, traduzia uma ideia espacial e passou a referenciar espaços do interior, desérticos e pouco habitado.

Por caracterizar-se pela construção de um imaginário, o sertão reúne “um conjunto de juízos e valores adaptáveis a diferentes discursos e a distintos projetos” (MORAES, 2003, p. 3) intervencionistas, sobretudo aqueles que defendem a superação da “condição sertaneja”¹⁸. Desta forma, Morais afirma que, “o sertão é qualificado para ser superado” (MORAES, 2003, p. 4). Diante do exposto, vemos que a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves traduzia essa ideia de superação da seca do Nordeste.

O uso da imprensa escrita é fonte importante para o estudo da sociedade, como também para identificar os discursos que evocam o sertão. Em 1976, na edição 10148(1)¹⁹ a implantação do setor de irrigação no Vale do Açu é novamente noticiada. A repetição da informação denota a complexidade do projeto que estava em andamento, mas também revela a necessidade de potencializar um espaço fértil no sertão, o Vale do Açu. Desse modo, o Projeto Baixo-Açu reflete a ideia de modernização

¹⁸ Ideia apresentada por MORAIS (2003) em discursão do texto “O sertão: um outro geográfico”.

¹⁹ Diretor do DNOCS vai dizer tudo que será feito no vale do Açu. Diário de Natal, Natal. P 8. Sexta-feira, 24 de setembro de 1976.



que os técnicos tinham para o sertão nordestino, que era a açudagem junto ao setor de irrigação.

Paralelamente a construção da barragem, o DNOCS vai implantar um projeto de irrigação com a finalidade de se quadruplicar a produção hort-fruti-granjeira do Vale do Açu - um dos maiores vales secos mais produtivos do Nordeste. Ontem à noite em Açu, técnicos do DNOCS e da Secretaria de Trabalho explicaram os objetivos do projeto aos agricultores da região. O projeto denominado “Baixo-Açu” - desapropriação de terras, construção de barragem e implantação de um programa de irrigação-está orçado em Cr\$ 720 milhões, segundo informações do ministro do Interior, sr, Rangel Reis, quando esteve pela última vez no Estado. Será um dos maiores projetos do Governo Federal na região nordestina²⁰.

O sertão é um lugar assinalado por um conjunto de discursos. Esses elementos de anunciações, são marcados por controle, seleção, organização e é distribuído por meio de procedimentos que procuram conservar seus interesses e fugir dos perigos. Esses procedimentos de interdições, estão relacionados ao desejo e poder. Por vezes, esses mecanismos são perceptíveis na mídia, pois os jornais se adequam ao contexto histórico social no qual está inserido. Intitulada “Ulisses critica projeto do Açu e pede mudanças”²¹, em 1977 vemos um posicionamento crítico a esse projeto, essa notícia evidenciou no *Diário de Natal* pontos negativos que atingiria parte da população.

Ulisses Potiguar²², na época deputado do Rio Grande do Norte e

²⁰ Diretor do DNOCS vai dizer tudo que será feito no vale do Açu. *Diário de Natal*, Natal. P 8. Sexta-feira, 24 de setembro de 1976.

²¹ Ulisses critica projeto do Açu e pede mudanças. *Diário de Natal*, Natal. P. 13. 01 de novembro de 1977.

²² Ulisses Bezerra Potiguar, nasceu em Parelhas (RN) e foi deputado federal entre 1975 até 1979. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), após contexto da extinção dos partidos políticos através do Ato Institucional nº 2 e instauração do bipartidarismo. Informações extraídas do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ulisses-bezerra-potiguar>. Acessado em 02 de novembro de 2020.



membro da Arena²³, proferiu um discurso na Câmara Federal, mostrando-se contrário ao modo como estava acontecendo a implantação do Projeto Baixo Açu. Sua fala evidenciou problemas sociais graves que ocorreriam com o implante do Baixo Açu, caso não houvesse reformulações. Este dizia que parte do espaço afetado seria transformado em minifúndios, “seguramente antieconômicos”.

Ulisses Potiguar defendia mudanças no projeto como “o aproveitamento dos reservatórios já existentes na região: Mendubim, Piató, Ponta Grande, com 400 mil metros cúbicos, além do grande lençol freático, na extensão de 30 quilômetros em centenas de poços em funcionamento com 16 mil metros cúbicos horários”. O mesmo afirmou que essas revisões implicariam na redução de uma série de problemas como: destruição de fruteiras, carnaubeiras, erosão do solo, destruição de cidades e habitações, entre outros. Vale pensar que o discurso do deputado em análise é significativo aos estudos que envolvem a temática do Projeto Baixo Açu, pois parte das problemáticas previstas por ele, são pontos de partida para entender reflexos negativos deste projeto. Vejamos:

Com esta reivindicação aceita, afirmam os colonos, evitaria um problema social mais extenso; destruição de cidades e habitações, construídas em padrões modernos; a destruição de milhares de fruteiras já produzindo e exportando somas vultuosas e a erradicação de milhões de carnaubeiras, produzindo anualmente cerca de um milhão e 200 mil quilos de cera de quatro tipos, exportando, criando divisas, dando emprego durante seis meses, acima do salário local a 60 por cento do vale. A medida evitaria também problemas de erosão; deslocamento sem destino de 30 mil cabeças de animais, bovinos, ovinos, caprinos, cavalares e muares; desabrigo a 70m por cento da população, acima de 70 50 anos de idade e

²³ Partido intitulado de Aliança Renovadora Nacional (Arena). O mesmo era de caráter conservador e de sustentação ao regime militar brasileiro, que foi instalado no país em abril de 1964. Informações extraídas do site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ulisses-bezerra-potiguar>. Acessado em 02 de novembro de 2020.



abaixo de 18, nos dois sexos; submersão das jazidas de mármore e o prejuízo aos direitos humanos. Ulisses Potiguar concluiu seu pronunciamento na Câmara afirmando não possuir propósitos contestatórios: “estou demonstrando apenas minha viva repulsa a esses métodos e princípios, esperando que as reivindicações dos meus conterrâneos sejam atendidas pelas autoridades responsáveis desses Projeto tão danoso aos interesses as regiões”²⁴.

Os jornais possuem relação de poder. Eles estão imbricados com o público e por isso são formadores de opinião pública. Por esse motivo, nem sempre apresentam todas as informações que envolvem determinados fatos. Em abril do ano 1978²⁵ foi divulgado a concorrência para a construção da primeira etapa para execução do Projeto Baixo Açú. Segundo as notícias, várias firmas nacionais e internacionais estavam concorrendo à vaga. “A firma vencedora da concorrência pública, arcará com financiamento total da obra, cuja barragem terá altura máxima de quarenta metros, inundando quarenta mil hectares de terra”²⁶.

Os procedimentos que envolveram o concurso para a construção do reservatório foram suspensos por um “mandado de segurança impedido pelas construtoras Empresa Industrial Técnica S/A (EIT) e Queiroz Galvão, eliminadas do julgamento na segunda etapa”²⁷. Segundo o noticiário, essas teriam sido eliminadas “na abertura dos envelopes contendo proposta técnicas e, insatisfeitas com o resultado, que beneficiou e a firma mineira Andrade Gutierrez”²⁸. Esse evento implicou no retardamento do início da obra, pois:

²⁴ Ulisses critica projeto do Açú e pede mudanças. Diário de Natal, Natal. P. 13. 01 de novembro de 1977.

²⁵ Concorrência para barragem do Açú será esta semana. Diário de Natal, Natal. P. 4. Terça-feira, 11 de julho de 1978.

²⁶ Concorrência para barragem do Açú será esta semana. Diário de Natal, Natal. P. 4. Terça-feira, 11 de julho de 1978.

²⁷ Barragem do Açú: Conclusão da concorrência agora depende da justiça. Diário de Natal, Natal. P. 4. 19 de julho de 1978.

²⁸ Barragem do Açú: Conclusão da concorrência agora depende da justiça. Diário de Natal, Natal. P. 4. 19 de julho de 1978.



De acordo com as declarações de João Batista Marques de Souza, diretor geral adjunto do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), responsável pela obra, não existia ainda uma previsão para a conclusão da concorrência, vez que a comissão de licitação está aguardando a decisão judicial, já tendo enviado respostas à perguntas formuladas pelo juiz. As construtoras foram eliminadas na abertura dos envelopes contendo proposta técnicas e, insatisfeitas com o resultado, que beneficiou e firma mineira Andrade Gutierrez, resolveram unir-se, impetrando o mandado de segurança. Para João Batista M Marques de Souza, realmente a firma mineira seria beneficiada com a eliminação antecipada de suas concorrentes, afirmando: “pelo menos a idéia que se tem aqui é esta”. Enquanto o problema não se resolve, diminui cada vez mais a possibilidade de a obra ser construída dentro do prazo previsto²⁹

O ano de 1979 foi marcado por diversos debates que envolveu a construção do reservatório. Parte desses questionamentos e resistência, saíram de grupos defensores dos indivíduos diretamente afetados pelas realocações e indenizações, em virtude do alagamento da área habitada. A igreja católica do Rio Grande Norte foi um dos principais órgãos atuantes nessa luta, sobretudo nas causas que envolviam a cidade de São Rafael³⁰, espaço citadino totalmente realocado em virtude da construção da barragem.

Na edição 10649(1)³¹, o chefe do 1º Distrito de Engenharia Rural do DNOCS, Carlos Queiroz afirmou que a construção do reservatório era irreversível e que “com Mario Andrezza à frente do Ministério do Interior ninguém vai impedi-la”. Mas uma vez, constatamos a dominação sobre esse espaço, pois “ultrapassar a condição sertaneja é

²⁹ Concorrência para barragem do Açú será esta semana. Diário de Natal, Natal. P 4. Terça-feira, 11 de julho de 1978.

³⁰ A cidade de São Rafael foi totalmente realocada no ano 1983. A cidade foi totalmente construída e era citada no jornal como Nova São Rafael.

³¹ DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. Diário de Natal, Natal. P 7. Sábado, 13 de janeiro de 1979.



a meta implícita dos discursos que buscam levantar e explicar a sua essência”³².

Nesse ano podemos ver o tamanho da força e interesse dos grupos que estavam à frente da implantação do Baixo Açu. Em entrevista, Carlos Queiroz apontou que o governo federal estaria presente na obra, por meio de uma comissão executiva nomeada pelo Ministro do Interior, Mario Andreazza. Esse grupo seria formado pelo “engenheiro Eldan Veloso (presidente) Carlos Queiroz, (substituto do presidente) e outro engenheiro do DNOCS, [que] montaria um escritório em Natal”³³, afim de facilitar o trabalho da comissão que seria fiscalizar e supervisionar a obra. Desse modo, o *Diário de Natal* também noticiou a formação de uma comissão executiva para as obras da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e pontuou as novas estimativas de custos para a realização da mesma. Vejamos:

[...] uma comissão executiva nomeada pelo Ministro do Interior, Mario Andreazza, em entrevista coletiva realizada na tarde de ontem, no 4º andar do Edifício Café Filho, nas Rocas, Carlos Queiroz acrescentou ainda que dentro de 30 dias deverá ser dado início à construção da Barragem Armando Ribeiro Gonsalves, a cargo da empresa “Andrade Guiterez”, de Minas Gerais. O prazo de conclusão é de três anos e custo de estimativo fica de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiro incluído o projeto de irrigação, colonização e indenização das terras, desapropriadas pelo DNOCS.

Uma comissão executiva, nomeada pelo Ministro do Interior, estará em Natal na próxima semana para supervisionar e fiscalizar a execução do projeto de irrigação no Rio Grande do Norte. A comissão terá todos os poderes sobre o andamento das obras da Barragem Armando Ribeiro Gonsalves e uma verba de 400 milhões de cruzeiro já está liberada para o início dos trabalhos[...]³⁴

³² (MORAES, 2003, p. 4).

³³ DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. *Diário de Natal*, Natal. P 7. Sábado, 13 de janeiro de 1979.

³⁴ DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. *Diário de Natal*, Natal. P 7. Sábado, 13 de janeiro de 1979.



A circulação das notícias sobre as etapas da execução do Projeto Baixo-Açu, era de suma importância para todos os envolvidos. Pois informava a população sobre os trâmites da obra e auxiliava na ratificação de ideias como a de superação dos problemas das secas por meio de intervenções técnicas. Desse modo, as notícias também serviram para evacuar discursos sobre a referida obra.

A construção do discurso manifesta a necessidade de mostrar uma verdade, e a propagação do mesmo é conduzido por forças, interesses e instituições. Assim, é necessário atentar para o espaço de atuação dos periódicos, considerando aspectos como contextos sociais e políticos que envolvem o Estado e o País. Dessa forma, Foucault (2002) nos lembra que a política é um tema sensível, e o modo como o mesmo é abordado, pode gerar fortes impactos no âmbito social. Considerando a temática em estudo, vemos que as notícias dadas pelo *Diário de Natal* sobre o Projeto Baixo-Açu, causavam ebulição no meio social, sobretudo no Vale do Açu, espaço diretamente afetado pelas intervenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia transforma fatos sociais em notícias. O profissional dessa área é responsável por organizar seu espaço de fala atendendo critérios como: contexto sociopolítico, postura política, ética profissional e o principal, seu público alvo, o leitor. Para todo modo, os jornais e os seus profissionais, exercem papéis fundamentais na sociedade, pois apresentam e discutem os mais variados temas que tocam o cotidiano das pessoas.

Os jornais impressos foi um dos veículos de comunicação mais utilizados pela sociedade, durante o período estudado. Através do *Diário de Natal*, a população potiguar teve acesso as notícias diversas a respeito da execução do Projeto Baixo-Açu. Além dos interesses políticos, a população pôde manifestar as suas dificuldades e frustrações no decorrer da execução da mesma.



Enquanto fonte histórica para a temática vimos que foi possível detectar os discursos que tocam o sertão, enquanto uma categoria simbólica, imaginária e geográfica, carregada de estereótipos. O sertão do Rio Grande do Norte, especificamente a região do Vale do Açu, era um espaço fértil dentro do espaço potiguar, que passou por estudos para ser potencializado. Projetaram assim, a superação da condição sertaneja de espaços circundantes ao rio Piranhas-Açu através da açudagem e perenização do curso da água do mesmo. Assim, a condição discursiva desses enredos configurava-se por apresentar uma estrutura moderna no sertão potiguar.

FONTES

Acervo do Arquivo da Biblioteca Nacional Digital

Barragem do Açu: Conclusão da concorrência agora depende da justiça. Diário de Natal, Natal. P 4. 19 de julho de 1978.

Concorrência para barragem do Açu será esta semana. Diário de Natal, Natal. P 4. Terça-feira, 11 de julho de 1978.

Diretor do DNOCS vai dizer tudo que será feito no vale do Açu. Diário de Natal, Natal. P 8. Sexta-feira, 24 de setembro de 1976.

DNOCS implantará seis grandes projetos no RN. Diário de Natal, Natal. P 5. 19 de julho de 1975.

DNOCS reafirma que barragem vem mesmo. Diário de Natal, Natal. P 7. Sábado, 13 de janeiro de 1979.

DNOCS termina projeto para irrigar piranhas. Diário de Natal, Natal. P 5. 09 de janeiro de 1975.

Ulisses critica projeto do Açu e pede mudanças. Diário de Natal, Natal. P 13. 01 de novembro de 1977.



REFERÊNCIAS

- AMADO, J. **Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.
- ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- LAPUENTE, R. S. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica**. In.: Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan.- jun. 2016 - Seção Artigos.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **O sertão: um outro geográfico**. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.
- NEVES, E. F. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural**. POLI-TÊIA (UESB), Vitória da Conquista, v.3, p. 153-162, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis**. In.: Revista Brasileira de História. Vol.27, n 53°. São Paulo 2007.
- PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O VALE DAS MIRAGENS: GRANDES PROJETOS HÍDRICOS E A 'REDEÇÃO' DO BAIXO AÇU (1910-1983)**. 2018. 246f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- SILVA, L. L. **A influência da estratégia corporativa na criação de valor: um estudo de caso dos Diários Associados em Minas Gerais**. Revista Organizações em Contexto (Online), v. 5, p. 57-80, 2009.
- SOUZA, Francisco das Chagas S. **Escafandristas do tempo: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN**. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. _____. **Teias da saudade: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN**. Natal: Editora do IFRN, 2011.
- WEBER, Daniela Maria. **Metodologia para pesquisa em imprensa: experiências através d'o paladino**. Revista Signos, ano 33, n. 1, p. 9-21, 2012.



REFLEXÕES SOBRE O ABASTECIMENTO E A HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO: AS ÁGUAS PARA CARUARU-PE NOS NOTICIOSOS DA IMPRENSA

 João Domingos Pinheiro Filho¹

 Edson Hely Silva²

 Maristela Casé Costa Cunha³

INTRODUÇÃO

O povoamento na atual região de Caruru, município agrestinense no Semiárido pernambucano, surgiu nas margens do intermitente rio Ipojuca no entorno de uma fazenda e mais tarde uma feira de gado, local de pouso dos tangedores das boiadas do Sertão para o Litoral e ainda encruzilhada da estrada entre Alagoas e o Sertão paraibano. Se a localização fomentou o rápido crescimento populacional, água para o consumo humano, os animais e plantios sempre foi um desafio. A pesquisa foi realizada em jornais, no *Vanguarda*⁴, periódico de publicação

¹ Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB); Mestre em Gestão e Política Ambientais (UFPE). Professor nas redes municipal e estadual de ensino em Caruaru/PE.

² Professor Titular de História da UFPE, Doutor em História Social (UNICAMP).

³ Doutorado em Oceanografia (UFPE). Leciona na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/ Campus VIII, Paulo Afonso, professora no Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB).

⁴ O jornal *Vanguarda* foi acessado nos arquivos físicos da própria empresa, dispostos em álbuns seriados. O *Diário de Pernambuco* na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>



local, com edições iniciadas em 1932 até o ano de 2020. A outra fonte de notícias, o *Diário de Pernambuco* (DP), em atividade desde 1825, sendo o mais antigo em circulação da América Latina. Observamos como a temática água foi noticiada a partir dos anos de 1852, com especial atenção nas apropriações para o abastecimento urbano de Caruaru.

O Semiárido Brasileiro (SAB), área abrangente excede a totalidade dos estados nordestinos e territorialmente em 80% do estado de Pernambuco, excetuando-se as porções das pequenas bacias hidrográficas litorâneas e a regiões inclusas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, todas os demais territórios hídricos são de corpos integralmente com regimes intermitentes ou em sua maior parte. Na zona do Agreste a relativa baixa oferta natural de águas elevam a faixa aos patamares dos maiores déficits de balanço hídrico (relação oferta e demanda), potencializados pela dinâmica econômica intensiva dos múltiplos usos e pelos adensamentos urbanos sempre em expansão demográfica.

O presente artigo se insere nas reflexões de História Ambiental sob um contexto regional permanentemente envolto no desafio do abastecimento de água para os núcleos urbanos, igualmente compartilhado, em vários aspectos, pelas três maiores cidades no interior da Região Nordeste, a saber: Feira de Santana (BA) como primeira colocada, Campina Grande (PB) na segunda posição e Caruaru (PE) em terceiro lugar.



Figura 1. Os caminhos do rio Ipojuca



Fonte: SILVA, CUNHA, PINHEIRO FILHO, 2022, p.80.

A HISTÓRIA AMBIENTAL E O SEMIÁRIDO: PENSANDO CARUARU/PE

Para a presente discussão, das relações entre as comunidades humanas e as águas com perspectivas aos sistemas de abastecimento, uma abordagem em História Ambiental é oportunamente enriquecedora, pois, como escreveu Donald Worster (2003) a História Ambiental “lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana”, incorporando para as análises o aprofundamento de compreensão através do tempo dos impactos mútuos, pois:

O ambiente tecnológico, o conjunto de coisas que as pessoas produziram, que pode ser tão onipresente a ponto de constituir um tipo de “segunda natureza” em torno dela, também é parte deste estudo, mas no sentido muito específico em que a tecnologia é um produto da cultura humana assim como condicionada pelo ambiente não-humano. (WORSTER, 2003, p. 25)



No SAB, sobressai a paisagem com longas estiagens ou secas periódicas, solos e vegetações ressequidas (a maior parte do tempo). Contudo, um complexo cenário desafia a suposta monotonia do território, para além das grandes unidades dos padrões de relevo, conjuntos bióticos ou climático (CORREIA et al, 2011), dentre estes diferenciais estão os chamados Brejos de Altitudes, áreas percentualmente pouco expressivas, contudo, ambientes excepcionalmente distintos do entorno, como “ilhas” florestadas em meio aos domínios da Caatinga, chegando a cotas de 1.000 m e com chuvas orográficas de precipitações superiores a 1.200 mm/ano (TABARELLI; SANTOS, 2004).

Os Brejos de Altitude são maciços residuais do Planalto da Borborema, esse grande platô, resultado de processos geológicos no período Cretáceo, iniciado acerca de 30 milhões de anos, sob efeitos do clima, e, ainda, de atividade magmática e uma anomalia térmica profunda (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2012). As intempéries teriam proporcionado as “terras altas que dão um ar montanhoso a porções do interior da Paraíba, de Alagoas, do Rio Grande do Norte” e de Pernambuco, a exemplo das Serra do Pau d’Arco, Serra do Ororubá, Serra dos Ventos, Serra dos Cavalos e a Serra Negra em Bezerras, todas na Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca (ver Figura 1). Ambientes consagrados em estudos clássicos por João de Vasconcelos Sobrinho, Raquel de Caldas Lins e Gilberto Osório de Andrade, e muitos outros pesquisadores atuais. Com elevada importância para a conservação da biodiversidade, sendo também espaços históricos de disputas, favoráveis a defesa em territórios de resistências de indígenas e quilombolas, e agricultores familiares. Áreas úmidas de nascentes e recargas naturais de águas.

Ainda, o SAB requer atenção aos aspectos sociopolíticos, dos questionados “vazios”, construídos a partir de visões de áreas distantes do controle estatal e progressivamente reconstruídos na passagem dos séculos XIX e XX, na incorporação, sob a organização do poder político associado ao econômico, mediados pela “técnica” enquanto um conjunto diversificado de “ferramentas” da intervenção do Estado (SIMONINI,



2020). O conjunto das “técnicas” imprimiram memórias do “construído”, tubulações e aquedutos, muito mais que meros resquícios de artificialidades da engenharia, podendo ser consideradas como expressão de significados de valores e visões de mundo. Aceitas desta forma, são fontes geradoras para possíveis análises de interdependências dos postulantes, permeadas de discursos potencialmente fazendo emergir as evidências pouco discutidas ou silenciadas, tensões e disputas. A ambiência de muitos dos artefatos arquitetônicos do primeiro sistema de abastecimento público na cidade de Caruaru, particularmente, ainda são presentes e precisam ser estudados, reconhecidos como patrimônios e testemunhos da trajetória histórica de urbanidades nos sertões nordestinos.

Adotando como uma estratégia provocativa, buscamos fazer emergir os “dizeres” dessas memórias dos “construídos”, escolhemos os “ditos” dos textos jornalísticos, mesmo reconhecendo e resguardando as particularidades de cada uma das fontes. Como oportunidade metodológica recorreremos a fonte documental impressa posto que esta fixa nos discursos os conteúdos significantes de parcela privilegiada, embora não uma interpretação clássica da História, dos sujeitos operadores, os campos de disputas e interesses, dissimulados ou assumidos.

Os jornais apresentam vantagens como fontes históricas de pesquisas, pela disponibilidade espacial (inserção do fato histórico num contexto), o tipo de censura (apenas instantânea e imediata) e, especificamente para os relatos no presente texto, a vantagem da periodicidade. Assim, os conteúdos entendidos como “arquivos do cotidiano”, estabelecendo a “memória do dia a dia” em uma cronologia dos fatos (ZICMAN, 1985), não sendo apenas uma fonte de informação secundarizada ou “objeto morto”, mas em diálogos com outras fontes, constituindo vínculos e conexões com a história social mais ampla (LEITE, 2014). Na abordagem, adotaremos, com ênfase a “análise temática”, compreendida como os conteúdos ou “(...) itens de *significação* relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termos de sua pre-



sença e frequência de aparecimento nos textos analisados” (ZICMAN, 1985, p.95).

CARUARU: CIDADE SEDENTA OU ENXUTA

O rio Ipojuca, como os demais rios na região do Agreste no SAB pernambucano, foram “caminhos” da colonização, intensificada após “vencidas” as resistências dos povos indígenas. No livro *Terra de Caruaru*, o escritor José Condé relatou em detalhes de explicação ao afirmar “porque as águas abundantes e o verde pasto crescendo nas várzeas do rio Ipojuca faziam do sítio pouso obrigatório da vaqueirama em trânsito” (CONDÉ, 2011, p. 25). Com os impedimentos do rio Ipojuca, resultado de toda sorte de impactos de degradação ao corpo hídrico, fonte natural e inicial de abastecimento de água por meio das cacimbas às margens ou em seu leito, constituíram um desafio a partir de então para a cidade de Caruaru, uma permanente mobilização de esforços na busca de captação do inestimado líquido.

Os represamentos das águas foram transformados em possibilidades de contornar a escassez, nos períodos de secas, estações com redução drástica de volume no Rio Ipojuca. Um rio, assim, de oportunidades e desafios, impondo limites como noticiado no *Diário de Pernambuco* em 1852, sendo “desconveniente” a realização das “obras do açude de Caruaru” (Lei Provincial nº 283 de 1851), em “consequencia de se achar abundante de agoa o rio Ipojuca”. Noutros momentos o próprio rio Ipojuca foi obstáculo para o abastecimento da cidade, quando por mais de uma vez foram interrompidos o fornecimento de águas, a exemplo do informado pelo jornal *Vanguarda* em março 1941 (p.3), sobre os danos na adutora da Serra dos Cavalos arrastada pela força das cheias, igual teor do registrado no mesmo noticioso em junho de 1954 (capa).

Regular o fluxo do transporte, exigiu (como alternativa adotada) acumular, e, deste modo, a açudagem perpassará, então, por décadas como uma estratégia dos governos locais, estadual e federal. Em maio



de 1949, noticiou o *Vanguarda* (p.3), que o Presidente Dutra aprovaria regulamentação da Lei nº. 26.596, autorizando empréstimo para a construção de pequenos açudes em benefício dos agricultores das “zonas secas” entre Caruaru e Araripina, cobrados os juros de 3% ao ano. Conforme o pesquisador estadunidense, ao escrever “Pensando como um rio” (WORSTER, 2008), as características vivas da água “móvel e esqui-va” na dinâmica, “inflexível e vulnerável”, imperiosas para o sucesso das práticas na relação com os demais elementos físicos da Natureza, sendo mesmo, as águas, o “modelo do mundo natural” aos humanos no percurso da História. Uma constância cíclica poderosa de limites ao próprio conceito prático de sustentabilidade.

Com a dinâmica contínua por obras se requereu um fluxo incessante por créditos financeiros, seja para limpeza, reparos e outros aperfeiçoamentos, um crescente pelos recursos externos e demandando significativos contingentes de trabalhadores, preferencialmente a baixo custo, a exemplo da solicitação ao Presidente do Ceará Coronel Liberato Barroso no envio de “200 flagellados pela secca” em 1916, solteiros, para as ações nos açudes de Caruaru” (DP, 19/03/1916, p.1), ou, ainda, trabalho compulsório de “presos de correção” na retirada das baronessas no rio Ipojuca em Caruaru (DP, 6/11/1919, p.2). Desta feita, Caruaru, de vila a cidade, demonstra nas origens a “marca” do “seu maior problema” ou “praga”, um legado até os dias atuais.

O PIONEIRISMO DE ANTÔNIO MENINO E O ABASTECIMENTO DE CARUARU

Em janeiro de 1916 com a aprovação em Sessão Ordinária na Câmara Municipal foi aprovado um projeto para o primeiro sistema de abastecimento a partir da Serra dos Cavalos⁵, inviabilizado de realiza-

⁵ A nomeação de Serra dos Cavalos, segundo narrativas dos moradores, refere-se ao meio de transporte desde outrora até a atualidade, por vezes, o único possível em períodos chuvosos.



ção pelo poder público devido elevado valor das obras. Entregue a iniciativa do empresário Antônio Joaquim Alves Menino, este identificou a dupla oportunidade de exploração comercial do abastecimento da cidade e o fornecimento de água a unidade fabril de sua propriedade, fazendo sociedade com o irmão, próspero comerciante Miguel Menino, para viabilizar os recursos para o empreendimento.

O empresário Antonio Menino, tratado como capitão e coronel, com diversificada atuação e registros publicados no *Diario de Pernambuco* entre os anos de 1910/1918. Sendo dono de uma cerâmica, a experiência empresarial decisiva para a montagem do sistema de abastecimento d'água, utilizando manilhas de barro cosidos e na edificação de aquedutos, tijolos e canos de fabricação própria. Com o relativo sucesso dos feitos em Caruaru, investiu também no abastecimento de outros municípios pernambucanos, a exemplo de Canhotinho, embora sem concluir as obras por falta de recursos, resultando ação judicial em 1939 de cobrança a municipalidade (DP, 20/5/1939, p.5).

Os feitos do sistema edificado pelo matuto Antonio Menino sempre demandaram permanente reparos e aperfeiçoamentos, esforço de contingente significativo de trabalhadores braçais e a posterior contratação de orientações técnicas de engenharia. Muitos foram os colaboradores, com qualificação de formação profissional superior, a exemplo do experiente Gouvêa Moura, especialista na área, redefinindo o dimensionamento e o traçado da rede, e do jovem e recentemente formado em engenharia Meyer Fainbaum (filho de imigrantes judeus russos), encarregado do serviço de abastecimento d'água. Os canos de barro cosidos foram revestidos e, posteriormente em alguns casos, substituídos por ferro fundido⁶ (4 polegadas), assim como promoveram correções nos cálculos aplicadas aos declives, curvas, pressões etc.

⁶ Notórias foram as dificuldades de escassez dos materiais e de equipamentos no período da 2ª Guerra Mundial (1939/1945) e posterior proliferação das ofertas dos anúncios com o fim dos conflitos.



Contudo, segundo o jornalista Mário Melo, em texto no *Diário de Pernambuco* (outubro 1933, p.3), sob o título de “O problema da Água potável em Caruarú”, sentenciava, “(...) uma coisa essencial fora desperada: a previsão do futuro”. A sede febril em Caruaru, maior centro industrial do interior de Pernambuco, seria representada pela dimensão avantajada dos canos de abastecimento das fábricas, drenando as águas em flagrante vantagem sobre os menores diâmetros das canalizações para as residências. Proporcionam insatisfações expressa nos meios de comunicação à época, particularmente os jornais, situações amplamente denunciadas e debatidas, como em maio de 1932 no jornal *Vanguarda*. Após a publicação de “Nota Editorial” questionando a empresa, o jornal recebeu carta, publicada, com explicações do Gerente, o proprietário Antonio Menino. Este, apaziguando as críticas, reconhece que o abastecimento às grandes companhias e fábricas “tem tido a mesma deficiência”. Rebatendo opiniões, acrescenta que a deficiência não ocorria pela má distribuição dos canos e sim da “falta de capacidade da atual linha de educação”, que em breve seria substituída por outra de “comprovada eficiência”. Ou seja, todos, sem distinção, estariam igualmente desassistidos nas suas demandas, e, portando, igualmente insatisfeitos.

Os relatos acima podem parecer prosaicas discussões do cotidiano, porém, evidenciam novas formas de controle da água, desta feita sobre o “volume”, afirmando-a como um bem apropriado individualmente e “reforçando o sentimento de posse” e as consequentes disputas (SANT’ANNA, 2007, p.81). Reafirmando assim, o lugar e o *status* do consumo por meio do objeto tecnicamente coisificado, não coincidentemente, como exposto nas primeiras linhas da Nota Editorial do jornal: “Pra tudo é preciso felicidade, até nas casas que têm água encanada, há uns que são mais felizes do que outros” (VANGUARDA, 1932, p.3). A lógica dos racionamentos, rodízios e alternância ao abastecimento, além de uma efetividade prática, exemplificam as dimensões do exercício do poder de controle.

Em perspectivas aparentemente contraditórias, nos conteúdos jornalísticos se diferenciaram, indícios evocando as particularidades nas



relações da cidade com as “suas” águas. Por um lado, enaltecendo as virtudes, a exemplo da empresa listando os minerais e a alta qualidade terapêutica das águas, o *Vanguarda* informava em agosto de 1934, a inauguração do “serviço publico” das “Aguas thermaes de Carapotós”, iniciativa da Empresa Florencio & Cia., dos diretores prof. José Leão Florencio e o Pe. Julio Cabral. No mesmo ano (1934), em dezembro, foi noticiado a construção de uma “estação dagua”, de “curas admiráveis”, com “poucos banhos apenas, ficam completamente restabelecidas de doenças da pele”. Empreendimento posto adiante após disputa judicial que ficou conhecido como “O Caso da Fonte e Lagôa de Carapotós”, entre os diretores e a municipalidade, com sentença judicial favorável a Florencio & Cia. (VANGUARDA, 1933, p.3).

Por outro lado, em outubro de 1934, foi publicado um “Comunicado do Pôsto de Higiene” (p.4), recomendando os cuidados para evitar a febre tifoide e outras doenças transmitidas no consumo das águas em Caruaru. Contexto em que as fontes Carapotós (Agua Mineral Caruaru Carapotós) alcançaram renome, conforme reportagem de março de 1935, portadoras de alegada “radioatividade”, e recebendo “diploma de honra” do Instituto Agrícola Brasileiro em maio de 1937. No mesmo ano, o Grande Hotel em Caruaru dispunha, de um pacote promocional: diariamente era ofertado aos hóspedes as afamadas águas, mais passagens ida e volta do Recife pelos trens da *Great Western*. Tais águas de elevado prestígio, se contrapondo ao rio Ipojuca e as providencias do chefe do Posto de Higiene para a extinção da grande quantidade de muricocas na cidade. As informações jornalísticas, fazem pensar acerca dos indícios de convergência das iniciativas privadas e da gestão pública local. Seja no reconhecimento oficial da precarização da qualidade das águas disponíveis a maioria da população e nas possibilidades da oferta segura, diferenciada, de consumo privado.

A proposta por um sistema de abastecimento de água se fortaleceu não apenas pelo aumento quantitativo da oferta, mas, grandemente no aspecto qualitativo e de regulação, todos ancorados na racionalidade



da técnica. Contudo, foram necessários, a existência prévia de uma fonte acumuladora de água, a barragem nominada de Serra dos Cavalos (nome do lugar da edificação), a instalação de 14 km de tubulações e uma adutora perfazendo um total de 27 km, trazendo a água por declividade das terras altas até a sede municipal, uma caixa receptora e inicialmente três chafarizes para atendimento na distribuição à cidade de Caruaru, então com uma população aproximada de 10.000 habitantes. As águas foram comercializadas ao preço de uma lata por dois vinténs (\$020), gerando longas filas (FERREIRA, 2016). A objetivação do retorno financeiro fez a oportunidade do investidor e a efetivação do sistema.

Na edição do jornal *Vanguarda*, em maio de 1937, o Governador do Estado publicou o Regulamento da Diretoria de Saneamento do Interior, com a normatização dos serviços “das cidades de Olinda, Vitória, Caruarú e Garanhuns e aos que de futuro forem estabelecidos em outras cidades do interior” (p.3). Inclusive, definindo a “Tabela de Preços de Caruarú”, cobrando por metro cúbico e diferenciando os custos conforme o valor locativo dos imóveis. Em 1938, mês de julho, o mesmo jornal noticiou com grande entusiasmo na primeira página, a volta do abastecimento *dagua* como “Patrimônio Público” ao município, por Ato n. 1490 de 9 de julho do Interventor Federal no Estado (Agamenon Magalhães), e ressaltando que “o abastecimento *dagua* constitui uma fonte de receita, agora, revertida em benefício de Caruarú”. No entanto, a assinatura do Contrato de transferência viria condicionado a instalação dos “filtros no reservatório” (*International Pressure Filtrrs*), para enfim tomada a posse pela Prefeitura.

O sistema de abastecimento, após intervenção estadual, foi incorporado como patrimônio da municipalidade. Com resultados contábeis satisfatórios e acréscimos significativos de renda ao erário público, conforme os balancetes municipais das verbas 39 de “Renda do Serviço Dagua”, publicados no jornal *Vanguarda*, nos meses de setembro (p.5), outubro (p.5) e dezembro de 1938 (p.3), com arrecadações crescentes de 26:968 800, 47:095 400 e 69:052 500, respectivamente, mantidos os êxitos nas diver-



sas edições dos anos seguintes. Contudo, a propalada ineficiência, forte apelo para a destituição da empresa do Antônio Menino, não tardaram a surgir nas manchetes do *Vanguarda*. Em de abril de 1939, com o título de “Faltou Agua na cidade!” (p.1), a Prefeitura reproduzia um espetáculo inquietador após muitos anos e, agora, justificado pela “má colocação de um cano recipiente”, ou, em fevereiro de 1956 (*Vanguarda* 8/2, p1), o Prefeito Sisenando Guilherme de Azevêdo, explica a “escassez d’agua na linha distribuidora”, iniciando, a partir de então um novo direcionamento às críticas, as instituições e as autoridades públicas.

Os serviços d’água em Caruaru passou várias medidas de estruturação com a criação de setores específicos e existência de cargos funcionais. O cargo de Chafarizeiras é representativo no abastecimento público de água devido a intermediação direta do acesso de consumo da prestação dos serviços e a comunidade, sendo igualmente de destaque a ocupação dessa função exclusivamente por mulheres, informaram as fontes pesquisadas. A existência formal na administração pública ocorreu em meio a diferentes situações, criada em 27/11/1952 (Lei nº. 199), juntamente com o cargo de “Tomador de Consumo” (atual leiturista), extinto pela Lei nº. 477 (1/3/1956) e recriando em 14 cargos pela Lei nº. 0.672 (01/03/1958).

Uma Comissão de Inquérito, em 1947, foi noticiada no jornal *Vanguarda* (23/11, p.3), para apurar a responsabilidade no aumento do preço da água, cobrança de taxas superiores às estabelecidas por lei, sendo especificamente citadas as responsáveis pelos chafarizes 5, 6 e 10. O objetivo da Comissão foi “para por termo a certas divulgações tendenciosas”, isentando a responsabilidade da administração no aumento do preço da água para o público. Contudo, as discussões das taxas pelos serviços acompanharam toda a trajetória de desenvolvimento do sistema municipal. Um choque entre os resquícios de uma organização anterior privado e a modernização de um novo modelo sob gestão pública!?

Se faltava água, não faltou diversificar maneiras para o transporte e a distribuição ao espaço urbano. De longas datas pelo “trabalho de



ganho” e dos “aguadeiros”, dorso de animais ou carroças de tração. As latas eram largamente utilizadas, inclusive como medida de volume de consumo e custo. O carro ou caminhão tanque foi uma modalidade de transporte interurbano adotados. Devido ao seu sucesso (relativo) efetivou o uso até a atualidade com uma nova nomenclatura de “caminhão pipa”. A cidade de Caruaru vivenciou grandes transformações, repercutindo na incorporação dos serviços do abastecimento de água pela municipalidade, como as exigências de mudanças na própria administração pública, criação e reformulação das estruturas internas bem como dos cargos específicos para o desempenho das novas funções.

A CAEC E AS DISPUTAS POLÍTICAS LOCAIS

A Companhia de Água e Esgotos de Caruaru S/A (CAEC) foi criada em 1963 como Sociedade Anônima de Economia Mista, com participação da SUDENE, Governo do Estado, Prefeitura Municipal e acionistas privados. A CAEC foi extinta em 1970, sem significar “a volta do serviço de abastecimento à Prefeitura Municipal”, investidas do então Prefeito Drayton Nejaim, declaradamente insatisfeito com a cobertura de atendimento aos bairros da cidade e, segundo a imprensa local, informado com dirigente da CAEC aliado do prefeito anterior. Questionando uma cláusula contratual de obrigação da prefeitura em cobrir eventuais “déficit” da companhia, iniciando uma “luta judicial”. Buscou identificar falhas na criação do órgão, chegando a determinar que o povo não pagasse a água, “até segunda ordem”. A simpatia inicial de adesão da população pela criação do serviço público se transformou, especialmente com o aumento do valor das taxas, sempre questionadas na referência aos valores de outras cidades.

A expectativa, segundo o jornal, seria de uma nova distribuidora com maior capital e o “povo participaria de forma mais decisiva”. O economista João Gonçalves (SUDENE), se posicionou favorável em “sacrificar” a Companhia, como forma de superar as “briguinhas provincianas”



(DP 20/01/1965, p.5). A delegação de encargos a Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste (CAENE), com assinatura do termo Convênio de Delegação de Encargos foi firmada em 1965, e adiante com a empresa de Saneamento do Interior Pernambucano S/A (SANEPE), uma Sociedade de Economia Mista, ficando aprovada a prestação e administração dos serviços de abastecimento d'água e de esgotos sanitários de Caruaru, exploração exclusiva pelo prazo de 50 anos, posteriormente sendo firmado o Contrato de Concessão e a extinção da CAEC no início de 1970.

Após todos os anos de prestação conturbada e dos “praguejamentos da população sedenta”, direcionados ao serviço da empresa do Antônio Menino, a incapacidade de investimentos diante da crescente demanda se tornou insustentável para a continuidade. Contudo, o reconhecimento da “teimosia” do Antônio Menino, não ficou sem registro. Com o texto publicado em outubro de 1969 no DP por Antônio Miranda, também colunista do jornal *Vanguarda*, possibilita compreender como o empresário contornou as adversidades. Este teria contado ocasionalmente com o apoio de alguns dos chefes políticos locais, a exemplo do Coronel João Guilherme, por três vezes Prefeito na cidade e o reconhecimento do então Governador José Bezerra. Estes apoios possivelmente contiveram, em grande medida e por algum tempo, as investidas de apropriações do abastecimento enquanto tensionamento político decisivo, que se somaria ao indiscutível crescimento da elevação demográfica e as demandas pela ampliação da oferta de água.

“SERÁ REI QUEM DER ÁGUA À CARUARU”

Com estas afirmações, o então prefeito de Caruaru Drayton Nejaim concluiu a narrativa de avaliação do desempenho do Governador Cid Sampaio, publicado no DP em outubro de 1971 (p.16), no momento de visita a exposição de animais nesta cidade. A frase traduziria o significado do abastecimento de água, representada em sentido político, um conteúdo discursivo obrigatório a vida política em Caruaru a partir de então.



Com o sistema de abastecimento de água sob a gestão municipal foram intensificadas as interlocuções da administração local com as demais esferas governativas, um novo período marcado pela inclusão de lideranças políticas e de administradores públicos estadual e federal, e com estes, crescente ocupação dos espaços das notícias. Com apelos e “pedidos” pela liberação de recursos, discursos dos representantes legislativos e das bancadas partidárias, comitivas e reuniões de comissões, sínteses de relatórios e súmulas de estudos, requerimentos e grande quantidade de telegramas, endereçados aos detentores de cargos em instituições executivas e de financiamento. Pleitos e apresentação de soluções “definitivas” ou “redentoras” ao abastecimento de água, reduzindo o conceito de saneamento. Demandas pela realização de obras (barragens e adutoras) e na disponibilização de insumos (canos, bombas etc.), condicionantes ao desenvolvimento e correspondente ao progresso local.

O manancial da Serra dos Cavalos (riacho Capoeirão), projetado para o atendimento de dez a 15 mil habitantes, mesmo as alternativas como o “Boqueirão do Rio Ipojuca”, o “Açude das Torres”, “Bonito Grande” e a barragem da Fazenda do Cel. Jaime Nejaim (riacho Taquara), insuficientes ao crescimento da população. Foram construídos novos reservatórios e adutoras no contexto de algumas décadas, sendo os mais significativos: no riacho de Taquara (Edvaldo Ferreira), represamento do rio Tabocas (Gercino Pontes), Cipó (Antonio Menino) no riacho de mesmo nome e Guilherme de Azevedo (terceiro represamento na Serra dos Cavalos). E ainda, as barragens do Desenvolvimento, Prata (rio da Prata) tributário do Rio Una e Jucazinho (Rio Capibaribe). Sempre uma relação cada vez mais distantes entre a captação e o consumo, nas duas últimas com transposições de bacias Hidrográficas do Rio Una e do Rio Capibaribe.



INCONCLUINDO...

O aspecto distal, também, é passivo de análise e reflexões sobre o processo do sistema de abastecimento de água para Caruaru. A relação entre os pontos de distribuição e os locais de consumo apresentam um movimento de alongamento ou dispersão na expansão, em sentido irradiador a partir da área central da cidade, coincidentemente com a calha do rio Ipojuca, com evidentes registros das repercussões nos atendimentos tardios de porções intraurbana. É necessário problematizar para além de constatação do crescimento e expansão de cidade, mas, analisando como o sistema de abastecimento de água participa desta dinâmica.

O abastecimento de água para Caruaru alcançou as diversas escalas de envolvimento de participação no cenário político, com inclusão de diversificados sujeitos, que estiveram presente nos cenários e ações, sobressaindo as lideranças políticas com cargos ou em disputas, os empreendedores privados e os profissionais da área de engenharia. Alguns personagens se avultam, particularmente as mulheres no exercício exclusivo dos cargos de Chafarizeiras, evidenciam a necessidade da continuidade de aprofundamento das reflexões.

Após as sucessivas mudanças de titularidade dos serviços e diversificadas fontes de abastecimento no rio, nas cacimbas e nos açudes, formas de transporte das águas pelos agueiros, por canos, de trem e de caminhão. Na atualidade, a cidade de Caruaru é inteiramente dependente das transposições entre as bacias hidrográficas dos Rios Ipojuca, Una e Capibaribe. São novas situações, com novos atores, cenários, tramas nas discussões e ações sobre ao abastecimento de Caruaru, uma cidade sempre em expansão e sedenta no Semiárido. Com toda a população aguardando final(mente) e esperançosa pela solução “definitiva” advinda de Transposição das Águas do Rio São Francisco, como se este tivesse águas em abundância infindáveis!...



AGRADECIMENTOS

Agradecimentos: ao jornal Vanguarda de Caruaru, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e ao Arquivo da Câmara Municipal de Caruaru, em reconhecimento pela disponibilidade e salvaguarda dos acervos.

REFERÊNCIAS

BURITI, Catarina; BARBOSA, Humberto. **Um século de secas: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro?** Chiado Editora: São Paulo, 2018.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. 6. ed. rev. e amp. Caruaru: W.D. Porto da Silva, 2011.

CORREIA, et al. A região semiárida brasileira. In: VOLTOLINI, T. V. (Ed.). **Produção de caprinos e ovinos no Semiárido**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011, p. 21-48.

Diário de Pernambuco: “Parte Oficial” (1852); “Providencia em favor dos flagelados” (19/3/1916); “O ‘Diário’ nos Municípios” (6/11/1919); “O problema da Agua Potável em Caruarú” (12/10/1933); “Canhotinho” (20/5/1939); “Acção contra o municipio” (25/2/1940); “Vai Ser Extinta a Companhia de Águas e Esgôtos de Caruaru” (20/1/1965); “Teimosia de menino não traz água para Caruaru” (20/3/1969); e, “Periscópio” (18/10/1971).

FERREIRA, Josué. **Do relevo e das paisagens até as águas**. Caruaru, 2016. Dig.

Jornal Vanguarda: “A empresa de abastecimento d’água, devia ser mais concienzosa” (8/5/1932); “O caso da Fonte e Lagôa de Carapotós” (8/10/1933); “Agua thermaes de Carapotós” (19/8/1934); “Comunicado do Pôsto de Higiene” (7/10/1934); “Carapotós” (31/3/1935); “Empresa Aguas de Carapotós S/A” (30/5/1937); “Diretoria de Saneamento do Interior” (10/1/1937); “O Abastecimento Dagua de Caruarú Voltou A Pertencer Ao Municipio” (17/7/1938); “Balancete do Mês de Setembro” (25/9/1938), “Balancete do Mês de Outubro” (16/10/1938) e “Balancete do Mês de Dezembro” (4/12/1938); “Faltou agua na Cidade!” (23/4/1939); “Desde Ontem Já Temos Agua na Cidade” (16/3/1941); “Nomeada uma Comissão de Inquérito para apurar a responsabilidade de Chafarizeiras que tenham aumentado o preço da Agua” (23/11/1947); e, “Um pequeno açude em cada fazenda” (15/5/1949).

LEITE, Carlos. História e Imprensa: a importância e a contribuição dos jornais no conhecimento histórico. In: **XIV Encontro Regional de História**. UEL, 2014, p.822-828.



MEDEIROS, Walter; OLIVEIRA, Roberto. A origem da montanha. **Revista Pesquisa FAPESP**, edição 197, jul. 2012, p.56-58.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo, 1822-1901. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SANTOS, André; TABARELLI, Marcelo. Uma Breve Descrição Sobre a História Natural dos Brejos Nordestinos. In: **Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba. História Natural, Ecologia e Conservação**. PORTO, Kátia C., CABRAL, Jaime J.P. TABARELLI, Marcelo. (Orgs.). Brasília: MMA, 2004, p.17-23.

SILVA, Edson; PINHEIRO FILHO, João Domingos; CUNHA, Maristela Casé. O Ipojuca, um rio na História no Semiárido brasileiro: caminhos de águas, de terra e de ferro. In: Rios e histórias: séculos XIX e XX. Maceió, AL: Editora Olyver, 2022, p.78-104.

SIMONINI, Yuri. Do vazio incógnito a problema nacional: o Nordeste brasileiro sob o olhar Politécnico, 1877-1909. **Revista História e Cultura**, vol. 9, nº 1, 2020, p. 118-137.

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 27-46.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. 5 n.2, 2003, p.23-44.

ZICMAN, Renée. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, vol. 4, 1985, p. 89-102.



A CIDADE DE MONTES CLAROS, NO SERTÃO NORTE MINEIRO, COMO PONTO DE RETENÇÃO, REJEIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE TRABALHADORES MIGRANTES, 1926 – 1950¹

 Pedro Jardel Fonseca Pereira²

A tentativa de controle, sobretudo da parte do Estado, sobre aqueles que migram, não é algo que ocorre apenas nos dias atuais, como é constantemente noticiado nas diversas mídias sobre os grupos de imigrantes de vários países, que tentam cruzar as fronteiras, sobretudo dos Estados Unidos e dos países europeus. Embora, seja extremamente importante discutir os fatores que desencadeiam esses processos migratórios, não iremos discutir a imigração contemporânea nesse presente estudo, pois essa menção foi realizada apenas para chamar atenção para o fato de que dentro nosso próprio território nacional a mobilidade humana também foi responsável por gerar um contexto de desigualdade, exclusão, marginalização social e condições precárias de vida. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é compreender os fatores que levaram Montes Claros, situada no sertão do Norte de Minas Gerais, a torna-se, como ficou conhecida, a partir da década de 1930, como foi

¹ O presente artigo teve o título alterado em relação aquele apresentado no Simpósio. As alterações foram necessárias devido as mudanças necessárias no texto, sobretudo pela dificuldade de acesso as fontes, devido a Pandemia de Sars - cov 2 – Covid 19.

² Doutorando do Programa de Pós- Graduação em História – PPGHIS- da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.



mencionado por alguns veículos da imprensa, como “zona flagelada”, assim como as condições que esses trabalhadores permaneciam na cidade. Buscamos ainda analisar a representação dos mesmos a partir do Jornal local, que os consideravam como, “os imprestáveis”, “a legião dos rejeitados” e que esses poderiam interferir negativamente no “progresso” da cidade, o que levou à adoção de diversas estratégias, por parte da elite local, no intuito de tentarem se livraram dos migrantes.

Dentro do próprio território brasileiro é possível encontrar diversos exemplos de pessoas que migraram condições precárias e até mesmo são submetidas a uma realidade de exclusão. Basta recordar os Campos de Concentração no Ceará, que a cada seca os sertanejos seguiam em direção às cidades do Estado, e eram direcionados para esses espaços. Kênia Sousa Rios, em seu livro: *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*, destaca que nesse período ocorreu a prática de separar cidade dos ricos da miséria, e foi nesse intuito que surgiram os lugares destinados ao aprisionamento dos flagelados, assim como as frentes de trabalho e as políticas de migração forçada para outros Estados. A autora afirma ainda que: “Nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará” (RIOS, 2014, p. 9). Outro detalhe a ser observado são os ricos, mencionados sempre em situação de pânico devido à aproximação dos flagelados.

A leitura do texto da professora e pesquisadora Kênia Sousa Rios (2014) nos incitou a pensar não propriamente na mesma perspectiva dos campos de concentração do Ceará, pois o contexto é outro. Mas a pesquisa da autora nos motivou a refletir sobre as condições desses sujeitos que migram nesse período, numa outra vertente, que foi a retenção dos trabalhadores migrantes que seguiam sentido, sobretudo São Paulo, na cidade de Montes Claros. É evidente que não pretendemos fazer uma comparação com os Campos de Concentração do Ceará, mas investigamos algo que é típico da realidade do migrante e pode ser iden-



tificado em diversos contextos, que é a rejeição, exclusão e as condições precárias as quais são submetidos, pelo menos temporariamente. Tendo em vista que as circunstâncias adversas nas quais os migrantes se deparam “os obriga a desenvolver estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária” (FORTES, 2016, p. 599).

Essas retenções em Montes Claros os levavam a permanecer na cidade em condições precárias, desabrigados, privados de alimentação adequada e abrigo, muitos recorreram a mendicância para sobreviver, abrigando-se debaixo das árvores e sobre os beirais das casas, que muitas das vezes eram até alugadas pelos moradores da cidade para os trabalhadores migrantes. Antes de adentrar nessa discussão propriamente, vamos entender de maneira breve o contexto que cidade norte mineira passou a fazer parte da rota daqueles que migravam.

Primeiro precisamos considerar a chegada da ferrovia no ano de 1926, em Montes Claros, a cidade permaneceu como ponta de trilhos até a década de 1940. Não existem dúvidas de que esse evento contribuiu significativamente para a intensificação do trânsito de pessoas e do comércio na cidade. Pois o trem possibilitou o transporte dos produtos de subsistência do sertão para os centros urbanos com maior velocidade, sobretudo daqueles que estavam em crescimento. Também dos grandes centros saíram uma variedade de produtos para o sertão. Nesse sentido, Simone Narciso Lessa (1993) ainda esclarece que o trem de passageiros movimentou a economia da cidade, assim como a mobilidade de pessoas.

É importante lembrar que em Montes Claros, desde o período colonial existiam caminhos que ligavam diversas regiões, não só de Minas Gerais, mas até mesmo com outros Estados. Hermes de Paula (2007, p. 254) cita alguns desses, como: Paraty do Mar, Ouro Preto, Sabará e Rio das Contas na Bahia. Lembra ainda que depois do estabelecimento do bandeirante Gonçalves Figueira na região, a mesma tornou-se um importante entroncamento comercial. É enfatizado por Lessa (1993, p.169) que esses ficaram conhecidos como as “estradas sertanejas”, por



onde passava o gado do sertão da Bahia, e que ocorreram também as primeiras investidas dos colonizadores. Inclusive, vale ressaltar que atualmente a cidade é o segundo maior entroncamento rodoviário do Brasil. Contudo, foi em meados da década de 1920 que essa dinâmica de mobilidade foi intensificada ainda mais. Isto é, a chegada da ferrovia *Estrada de Ferro Central do Brasil*, que inaugurou em 26 de setembro de 1926 uma estação na urbe. Esse fato contribui não só mudar a dinâmica de mobilidade do sertão norte mineiro, como mencionou Lessa (1993), mas também foi responsável por atrair um imenso contingente de trabalhadores migrantes que chegavam a Montes Claros, no intuito de embarcar com destino ao Sudeste, atraídos pela oferta de mão de obra, sobretudo no Estado de São Paulo.

O incentivo da migração interna no Brasil a partir da década de 1930 é outro importante elemento a ser considerado. Odair da Cruz Paiva (2004, p. 227) ressalta que: “A opção pela recepção de trabalhadores nacionais implicou na emergência de um novo discurso que exaltasse as qualidades do trabalhador nacional, ao mesmo tempo, que construía em São Paulo um polo atrativo para esses trabalhadores”. O autor enfatiza também que: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (PAIVA, 2004, p. 105). É importante destacar que nessa ocasião a migração de trabalhadores também foi incentivada para a região, Norte, sobretudo Amazônia, os chamados “soldados da borracha”³.

Desde que a migração interna passou a ser incentivada pelo governo brasileiro, Montes Claros se tornou ponto de afluência e uma “cidade de triagem”. Inicialmente sediava “bases” das empresas que arregi-

³ Sobre ver: LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas** / Frederico Alexandre de Oliveira Lima. – 2013 158 f.: il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/3723/1/Frederico%20Alexandre%20de%20Oliveira%20Lima.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.



mentavam trabalhadores para outros estados. As incumbências eram divididas entre essas e o governo, como mostra o autor:

Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes. À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e destino dos mesmos (PAIVA, 2004, p. 123).

E a partir de 1939 foi estabelecida uma filial do serviço de migração do Estado de São Paulo, a Inspetoria do Trabalhador Migrante (I.T.M.). Observador (1939, p. 55) lembra que as cidades contempladas foram justamente aquelas de maior fluxo de migrantes: Montes Claros e Pirapora. Embora essa última seja mencionada como local de chegada desses sujeitos, não foi registrado na ocasião uma concentração desses na mesma intensidade como ocorreu em relação àquela primeira. Um dos motivos que podemos conjecturar é o fato de que Montes Claros, naquele período, já funcionava como referência para as outras cidades do Norte de Minas, no que diz respeito ao setor de serviços e o comércio em geral, inclusive, sediou diversos órgãos públicos. O que pode ter contribuído para atrair esses sujeitos. Alguns registros, encontrados, por exemplo, na *Revista Observatório Econômico e Financeiro*, mencionam que os migrantes chegavam pelo Rio São Francisco em outra cidade, Januária e se dirigiam para Montes Claros.

Outro aspecto que o autor realça é o objetivo da Inspetoria, isto é, “[...] a criação da I.T.M. também reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39” (PAIVA, 2004, p. 117). Resalta ainda que os objetivos em torno da criação da mesma perpassa pelo crescimento do fluxo migratório no final da década de 1930 para o Estado Paulista e a tendência de onerar os cofres do Estado. Ele chama atenção também para as ações centralizadoras colocadas em prática pelo poder público a partir do Estado Novo, o que acabou desarticu-



lando os interesses das companhias privadas⁴ no agenciamento de mão de obra. Em termos gerais, as elucidações realizadas acima precisam ser esmiuçadas no intuito de compreender esse processo de concentração de trabalhadores migrantes em Minas Claros. E procura sinalizar algumas pistas sobre o destino dos mesmos depois de serem retidos na cidade.

Nossa discussão é fundamentada no estudo de fontes oriundas da imprensa, como o Jornal Gazeta do Norte, que era o jornal em circulação da cidade na época, e a Revista Observatório Econômico e Financeiro, que tinha sede no Rio de Janeiro. A mesma foi localizada no endereço eletrônico Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Ao escolher trabalhar com a imprensa como aporte de pesquisa, Cruz e Peixoto (2007) lembram que é preciso transformá-la primeiramente em fonte. Nesse sentido, ela possui uma linguagem própria do social, assim como historicidade e peculiaridades que requerem ser compreendidas na relação imprensa e sociedade. Outro aspecto que as autoras chamam atenção é em relação à necessidade de identificar os grupos e forças sociais atuantes. Transformar o jornal em fonte é uma opção feita pelo pesquisador, mas é preciso lembrar que ele não é constituído para esse fim, por isso carece de um tratamento teórico-metodológico. Contudo, não se pode negar que a imprensa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 04).

No contexto da Gazeta do Norte, destaca-se a sua ligação política com o deputado Camilo Prates, defensor do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade. As matérias geralmente eram escritas por profissionais liberais, como médicos, empresários e advogados, o que tornava possível o acesso privilegiado às informações que compunham os edi-

⁴ Sobre o assunto as autoras afirmam que: “Algumas destas empresas (agências de recrutamento) eram: F. Sodré Filho, Cia Itaquerê, Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, (p. 73) (CAIC), Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda. Estas empresas, no geral, tinham entre seus sócios, empresários ligados a outros setores econômicos” (TESSARI; COSTA, 2019, p. 527).



toriais. Inclusive as reportagens não eram assinadas, o que só facilitava o posicionamento desses sem se expor. Procuravam sempre chamar atenção para a capacidade que a cidade tinha para desenvolver, sobretudo no aspecto econômico e urbano. Assim como reivindicar junto aos políticos da esfera estadual e federal os recursos financeiros públicos para obras em Montes Claros (MELLO et al, 2017).

Uma vez que a Gazeta do Norte funcionava como porta voz dos objetivos políticos, ligados sobretudo ao grupo do deputado Camilo Prates, essa imprensa se volta para o contexto da migração e vai se valendo dessa condição de local de concentração de migrantes, sob a alegação de que a chegada desses acarretou diversos “problemas”. E a partir dessa constatação é possível observar as constantes reivindicações, no intuito de que fossem destinados investimentos para o município, que tinha infraestrutura urbana precária. O posicionamento e as representações, realizadas pelo Gazeta do Norte não são neutras e visavam atender determinados interesses de quem as produzem (MELLO et al, 2017). O discurso era sempre construído em volta dos transtornos que a presença dos “retirantes” causava à cidade. Alertavam também que, devido a política de mão de obra, a qual o governo federal era incentivador e financiador, Montes Claros era ignorada no contexto desse processo. É importante observar que a partir do Estado Novo o governo federal passou a controlar a política migratória no país. Por isso pode ocorrer algumas referências no texto a esse e não ao governo de São Paulo, que estava sob intervenção federal.

De maneira concreta são diversos os fatores que contribuíram para a retenção dos trabalhadores migrantes na cidade, sobretudo questões ligadas às doenças que esses sujeitos eram portadores e a própria dinâmica do financiamento da viagem dos trabalhadores. Às vezes aconteciam alguns desentendimentos entre as Companhias agenciadoras e o governo e os subsídios eram suspensos. Citamos, por exemplo, o episódio que ocorreu no final da década de 1930, nesse sentido é mencionado que:



A seca de 1938 agravou o fluxo de imigrantes, não só pela intensidade com que se manifestou, como pela extensão da área assolada, que desta vez se estende do Norte de Minas até o extremo noroeste do país. Em Pirapora e em Montes Claros, mantem o Estado de São Paulo dois funcionários encarregados de fornecer passagem para os trabalhadores. Esse serviço, suspenso em novembro de 1938, em virtudes de certas dúvidas surgidas quanto a sua legalidade, foi restabelecido em meados de fevereiro de 1939, ao ficar plenamente esclarecida a questão. A suspensão do fornecimento de passagem, como é obvio, agravou a situação (O Observador, 1939, p. 55).

Em relação as “certas dúvidas” percebemos que já era uma atuação do governo de Getúlio Vargas no intuito dispensar os serviços das companhias privadas, que seria assumido pelo próprio governo, como de fato ocorreu. Contudo, também percebemos, a partir das análises das fontes, que mesmo quando esse serviço estava ativo, não era possível conceder passagem para todos os trabalhadores que chegavam a Montes Claros, em virtude da grande quantidade de migrantes que chegavam diariamente na cidade, cerca de 500 pessoas diariamente, como é mencionado pelo *Observatório Econômico e Financeiro*.

Outro importante fator que contribui para essa retenção foram os surtos de algumas doenças que ocorreram na região. Nesse sentido, exemplificamos um desses episódios:

Mas outra dificuldade se apresentava. O acúmulo de trabalhadores, ainda mais afectados por condições desfavoráveis de saúde, causava em São Paulo a perspectiva de um desequilíbrio na colocação de trabalhadores. Diante disso, resolveu o governo paulista suspender as ordens de embarque para o Estado em começo de Junho. A dysenteria começava a lavrar na região de Montes Claros. O major Lima Camara, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, ponderou então, que apesar dos justos motivos para a suspensão dos embarques, não era menos certo que o acúmulo de alguns milhares de criaturas na região assolada de Montes Claros



iria determinar mal maior, ainda mais quando se sabia que diariamente chegavam a cidade 500 indivíduos em média. Adptou-se, então, uma formula que foi a seguinte: o serviço de colonização de São Paulo receberia diariamente 250 pessoas, rigorosamente inspecionadas nos pontos de embarque, depois de 8 dias de observação em Montes Claros e Pirapora (O Observador, 1939, p. 55).

Percebemos que diante das circunstâncias, São Paulo não absorveria todo o contingente de migrantes que chegavam à cidade. Além das “dysenteria” outras inúmeras doenças, como: malária, Febre tifoide, tuberculose, tracoma, bócio e outras, atingiam a população em mobilidade. Por esse motivo causavam a retenção dos trabalhadores na cidade. Nesse sentido o Jornal da época afirmou que:

Os imprestáveis, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados [...]. É uma desigualdade revoltante auxiliar as pessoas fortes, e negar auxílio àquelas que são necessitadas. É uma desumanidade abandonar nas ruas de uma cidade, cegos, aleijados, tracomatôso, [tracôma], beócios, papudos e outros doentes sem casa, sem abrigo, sem pão, quando podia perfeitamente socorrê-los (Gazeta do Norte, 1939, p. 09) (grifos do autor).

A visitar Montes Claros O major Lima Camara, presidente do Conselho de Imigração e Colonização fez um relatório onde constava que: “Ao chegar à primeira cidade (Montes Claros) pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados” (O Observador, 1939, p. 55). As informações mencionam também que os mesmos se encontravam abrigados debaixo das árvores, inclusive as mangueiras, as pensões e tapera todas estavam lotadas. Referem-se ainda que: “Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morreram de fome” (O Observador, 1939, p. 55). A cidade é categorizada de acordo com esse relatório, como “zona flagelada”.



Observamos que em alguns períodos, sobretudo por volta de 1935, intensificou-se nas reportagens as referências aos migrantes como mendigos. Como podemos observar a seguir:

O número de mendigos em nossa cidade cresce diária e vertiginosamente [...], dando as ruas em certos dias da semana aspectos de uma verdadeira procissão de pedintes. E esse número vai aumentando dia a dia com os que chegam acompanhando os retirantes e aqui ficam, pois lhes são negados passes pelos agenciadores de trabalhadores que passam para o sul (Gazeta do Norte, 9 de fevereiro de 1935).

Com o aumento dos retidos em Montes Claros, e a conclusão de que seria impossível combater a chegada de novos grupos, a estratégia passou a ser reclamar a retirada dos mesmos da cidade ou dificultar a vida deles. No ano de 1936, a Gazeta do Norte divulgou que o delegado de polícia sugeriu que fosse realizada uma triagem e cadastro daqueles sujeitos que realmente estavam incapacitados para o trabalho. Mediante esse levantamento seria concedido uma “espécie de placa”, em forma de crachá para aqueles que fossem autorizados a esmolar nos locais públicos. Também foi organizado uma ação com o auxílio da Igreja Católica, especificamente os Vicentinos. Como é aludido a seguir: “Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais passando a dá-las, entretanto, ao dispensário que for organizada” (Gazeta do Norte, 1936, p. 12). Essa estratégia atenderia as reclamações dos moradores, que segundo a Gazeta do Norte se queixavam da presença dos pedintes batendo nas suas portas esmolando ajuda, como foi informado: “Torna-se ainda um perigo para a população porque na maioria dos mendigos são portadores de moléstias e vivem por ahi, em contato com o povo e creanças” (Gazeta do Norte, 1939, p. 16). A sugestão feita pela Gazeta do Norte foi sempre com base no isolamento desses sujeitos, ou seja: “É preciso hospitalizar os que requerem tratamento” (Gazeta do Norte, 1939, p. 16). E uma das maneiras de legiti-



mar essa ideia era tipificá-los sempre como vagabundos, mendigos, loucos e doentes. A própria mídia explícita a sua atuação política contrária à presença do migrante: “Iniciamos nessa coluna uma campanha contra a desigualdade, contra essa intolerável seleção de proteger aos são e negar auxílio aos que mais necessitam [...]” (Gazeta do Norte, 1939, p.16).

A “política” de manter o migrante distante da cidade, ou afastá-lo dela, contribui também para que uma parte desses “migrantes loucos” fosse de fato enviada para sanatórios. Era no famoso “trem de doido”, que os loucos da região eram conduzidos para o hospital psiquiátrico” (MACHADO; CALEIRO, 2009, p. 56). Essa seria uma viagem, na maioria das vezes, sem volta. Nesse mesmo período, pelo que constatamos, parte desses anseios da elite local foram atendidos, como constatamos no fragmento da reportagem seguinte: “Os loucos vão ser finalmente mandados para hospitais” (Gazeta do Norte, 1939, p. 16). Isto é, parte da campanha empenhada estava fazendo efeito. O encarceramento dos mesmos também foi uma solução proposta, como é mencionado: “Nele precisam colaborar a polícia e a prefeitura. A polícia pra corrigir os vagabundos, os falsos mendigos, que podem perfeitamente trabalhar [...]” (Gazeta do Norte, 1937, p. 13).

A estratégia, no entanto, que parece ter sido a mais eficaz foi adotada com a criação da Associação das Damas da Caridade. A mesma foi fundada com a justificativa de “prestar assistência social” àqueles que chegavam na cidade e permaneciam na condição de desabrigados. Contudo, essas “Damas”, geralmente esposas de pessoas “influentes” tinham um escopo fortemente político. De maneira velada elas tinham como objetivo combater os “indesejados” visitantes, como é possível verificar a seguir: “A Associação das Damas da Caridade, uma das mais humanas que aqui temos visto, justiça seja feita, tem lutado com afam no combate à desgraça dos flagelados, mas que esperança!” (Gazeta do Norte, 1936, p.12).

Outra estratégia utilizada contra a presença dos migrantes foi relacioná-los com a questão da violência urbana, que segundo a Gazeta



do Norte, teria crescido naquela ocasião. Nas diversas matérias publicadas na ocasião pela Gazeta do Norte, uma em especial nos chamou atenção, quando foi mostrado cerca de dez assaltos que foram cometidos na cidade, de maneira que seria impossível não alarmar o leitor. Nessa edição foi relatado que: “Montes Claros no momento está vivendo horas de sobressalto, isto devido uma corajosa ofensiva de uma turma de gatunos sobre a população local. Vários assaltos têm se verificado ultimamente. A cada novo dia a Gazeta do Norte noticiava uma nova invasão, sempre com o mesmo desfecho, a casa era arrombada, o morador atirava contra o suposto assaltante, mas o mesmo nunca era alvejado e sempre escapava ou sequer era preso, desses inúmeros episódios a conclusão do Jornal era sempre a mesma, como uma maneira de justificar os fatos ocorridos: “Montes Claros, cidade que, como se sabe, é ponto de convergência de todos os que residem no Norte do Estado, e no Sul da Bahia” (Gazeta do Norte, 1937). O colunista finaliza reafirmando que as mazelas urbanas ocorrem devido a presenças dos “retirantes”.

Percebemos em suma que, na medida em que os grupos de migrantes eram retidos em Montes Claros, os números dos mesmos só avolumavam ainda mais. Comparamos o contingente populacional dos moradores da cidade, com os dados referentes aos trabalhadores recém-chegados. No início da década de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes. Enquanto as informações referentes aos migrantes em 1934 são de 9.060. No ano seguinte foram contabilizados 10.101 retirantes (Gazeta do Norte, fevereiro de 1936). O que mostra que esse aumento era significativo a cada ano. Eles poderiam ser encontrados desabrigados em diversas partes da cidade, “acampados próximo da catedral em construção, praças, abrigados sob as árvores”. Inclusive, convivendo ao lado dos animais, que aguardavam o embarque nos currais da Estação (Gazeta do Norte, julho de 1936).

Montes Claros de acordo como Gazeta do Norte nesse período era “promissora” no que diz ao desenvolvimento urbano e econômico. Contudo, a presença dos migrantes, oriundos de outras regiões não condi-



zia com a pretendida nova realidade “cosmopolita”. Uma palavra comum nesse período no vocabulário da elite montesclareense. Passaram então, a ser vistos como uma “pedra no caminho” do “progresso”. Como é possível verificar a seguir:

A cidade o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infecioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnificente de trabalho e progresso (Gazeta do Norte, 26 de outubro de 1935).

Nesse sentido, Paiva (2004, p. 211) nos ajuda entender que nesse período, vigorava uma “lógica urbana” que justificava a dicotomia entre, rural e urbano, ou, campo e cidade, algo que também é constatado nas ideias presentes nas palavras dos editores do Gazeta do Norte. Tornou-se a principal preocupação da elite local liderar esse movimento que tinha como objetivo, livrar Montes Claros desses visitantes indesejados. Contudo, persistimos, nos futuros passos dessa pesquisa na hipótese de que esses sujeitos resistiram a esse processo e ao permanecer, contribuíram de maneira fundamental para o desenvolvimento urbano, demográfico e econômico de Montes Claros.

FONTES

Jornal Gazeta do Norte. Ano: 1930 – 1940.

O OBSERVADOR Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939a.



REFERÊNCIAS

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno**. Bauru, SP: EDSC, 2004.

RIOS, Kênia Sousa Rios. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014

CAPÍTULOS DE LIVROS:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas Fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos**. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio M. da Costa; BAENINGER, Rosana (Org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. **Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos “loucos improdutivos”**. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (Orgs.). *Desenvolvimento social em perspectiva*. Belo Horizonte: Sografe, 2009.

DISSERTAÇÕES

ARTIGO DE PERIÓDICO:

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980**. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa**. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.



FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. *Revista Estudos Históricos* Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações Internas**: evoluções e desafios. Exposição feita pelo autor no Seminário sobre População e Pobreza, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades) de 13 a 16 de agosto de 2001, em Brasília (DF). Disponível em: <<https://goo.gl/R3mS2m>>. Acesso. 19/08/2018.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. **Além de senzalas e fábricas**: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. **Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951)**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto 2019.



“TERRITÓRIOS DA ESPERA”: EXPERIÊNCIA DOS SERTANEJOS ABRIGADOS NA HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS E SUAS TRAJETÓRIAS DE MIGRAÇÃO PARA DIVERSAS PARAGENS (CEARÁ, DÉCADA DE 1950)

 Renata Felipe Monteiro¹

No Ceará, as migrações para outras paragens do Brasil nos períodos de seca, sobretudo, para a região amazônica, eram recorrentes desde o século XIX², subsidiadas ou não pelas autoridades governamentais. Na década de 1940, contudo, essa migração para a Amazônia tornou-se uma política de Estado, sendo assinados diversos acordos entre Brasil e Estados Unidos, em março de 1942. E no intuito de explorar matérias primas, muitos trabalhadores foram recrutados, sobretudo do Ceará, para o trabalho nos seringais da Amazônia. Através do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA),

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal de educação de Fortaleza. Professora formadora, na modalidade à distância, no curso de História na Universidade Estadual do Ceará.

² Para entender melhor esse fluxo migratório para a região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2011; LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906). Tese de doutorado em História Social, USP, 2006; NETO, Edgar Braga. Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 2012, e BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884), Tese de doutorado em história social, PUC-SP, 2013.



em parceria com outras instituições, como, por exemplo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias (pousos e hospedarias), seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos, até a colocação nos seringais (SECRETO, 2007).

Construíram-se diversos recintos de hospedagem no Ceará, tais como, a hospedaria do Prado (Fortaleza), o pouso de Sobral, o pouso de Tianguá e o pouso de Iguatu. A “mais famosa”, contudo, era a Hospedaria Getúlio Vargas, principal referência ao migrante nordestino que chegava em Fortaleza nos períodos de seca.

Pois não foi para aí que se dirigiu dona Francisca Matias com a família, quando fugiu do sertão de Sobral na seca de 1970?! Pois foi. Dona Francisca Matias veio fazer o mesmo percurso de sempre, o percurso de seus antepassados, como se o tempo estivesse parado: chegar em Fortaleza e se acomodar na Hospedaria aguardando receber passagens para o Belém do Pará (ARAÚJO, 2000, p.75).

Os idealizadores da Hospedaria Getúlio Vargas, inaugurada em 15 de março de 1943, a denominavam de “modelo de organização” que deveria ser seguido pelas outras hospedarias e pousos existentes na década de 1940 nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo, a Hospedaria Tapanã, construída em Belém/Pará. Mas apesar do discurso, ao longo da existência da Hospedaria Getúlio Vargas (1943 a 1972), o respectivo recinto de hospedagem tornou-se um centro de conflitos e disputas na cidade de Fortaleza. Naquele “território da espera”³ esses trabalhadores migrantes vivenciavam diversos problemas, como superlotação do es-

³ Os historiadores Laurent Vidal e Maria Isabel Chrysostomo (2013) ao analisarem a hospedaria da ilha de Flores/RJ e a hospedaria de imigrantes de São Paulo, entre o século XIX e início do século XX, afirmavam que essas hospedarias se configuravam como “territórios da espera” para os imigrantes europeus em deslocamento para o Brasil, seja por motivos técnicos, administrativos, políticos ou climáticos.



paço, doenças, fome, motins, dentre outros. Assim, nossa proposta no artigo é problematizar sobre as experiências dos migrantes abrigados na respectiva hospedaria, buscando entender ainda quais suas trajetórias de migração para diversas regiões do país durante a década de 1950.

Na tentativa de fugir das agruras da seca em 1953, o senhor Gabriel Gomes de Lima migrou da localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, juntamente com a esposa Satina e seus seis filhos em direção à cidade de Fortaleza. Mas ao buscarem abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas, em março daquele ano, não conseguiram vaga naquele recinto de hospedagem, ficando recolhidos em um terreno baldio defronte à hospedaria embaixo de cajueiros. Passaram um mês nesse espaço, aguardando ansiosamente que alguém migrasse para que eles pudessem ser alistados. O filho mais velho do senhor Gabriel Gomes, Demétrio, diante das dificuldades encontradas na capital cearense “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (COUTINHO, 2015, p. 105). E tal como Demétrio, muitos eram aqueles migrantes que diante das dificuldades enfrentadas na hospedaria percorriam a cidade de Fortaleza, vendendo produtos ou mendigando pelas ruas.

Além desse episódio, os filhos do senhor Gabriel Gomes de Lima – José, Maria, Darcy e Demétrio – em entrevista à socióloga Priscila Coutinho relatam outras experiências vivenciadas no período que estiveram em Fortaleza, nas dependências (ou adjacências) da Hospedaria Getúlio Vargas. Um dos momentos mais marcantes para a família Lima foi o show que o cantor Luiz Gonzaga apresentou para os migrantes nordestinos abrigados naquele recinto. O show fazia parte de um projeto para arrecadação de donativos à população pobre nordestina, atingida pela seca. Luiz Gonzaga, de acordo com o jornal Diário de Notícias (RJ), após cantar para os abrigados na hospedaria

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria,



de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxílio aos flagelados. (Jornal Diário de Notícias/RJ, 21 de maio de 1953)

Os irmãos Lima relataram que o cantor Luiz Gonzaga chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria” (COUTINHO, 2015, p. 107). Percebe-se assim, a partir da reportagem e da fala dos filhos do senhor Gabriel Gomes, que o cantor Luiz Gonzaga protestava contra o desvio das verbas que, teoricamente, foram arrecadadas em vários eventos, mas que não chegaram até os nordestinos abrigados na hospedaria.

Além disso, o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família viveram momentos angustiantes durante o período que estiveram ao relento, nos cajueiros próximos à hospedaria, já que as crianças ficaram doentes. A alternativa foi “invadir a igreja” localizada nas proximidades. Como relata José Ramos de Lima, o vigia da hospedaria, diante da ameaça de invasão, “disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças” (LIMA, 2015, p. 107).

Quanto tempo o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família ficaram desabrigados, vivendo nas barracas improvisadas pelo Exército? Conseguiram se alistar nas dependências da hospedaria? De acordo com Ramos, a família conseguiu posteriormente obter passagens para viajar para a região Norte, no navio Poconé (companhia Loyde Brasileiro). Concluimos, dessa forma, que a família Lima conseguiu ser alistada como migrante na Hospedaria Getúlio Vargas, ficando abrigada até meados⁴ de 1953 naquele recinto. Passaram oito dias navegando em direção à Hospedaria Tapanã, em Belém/Pará, recebendo Gabriel Go-

⁴ Chegamos à conclusão que a família de Gabriel Gomes de Lima permaneceu até o mês de maio de 1953 nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, já que a família presenciou o show de Luiz Gonzaga em maio de 1953, em prol dos flagelados.



mes diversas propostas de emprego ao desembarcar naquele recinto de hospedagem. Mas, como relata José Ramos, seu pai recusou o trabalho na vacaria, “já que tava lá queria um negócio melhor”. Empregou-se posteriormente nas terras do senhor José Guedes, permanecendo ali por um ano. “Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe?”. (LIMA, 2015, p. 110).

Gabriel Gomes de Lima, diferentemente da maioria dos nordestinos que migravam para outros lugares, era alfabetizado e tinha bastante experiência na administração de propriedades rurais, já que havia possuído uma pequena propriedade no interior nordestino. Assim, recusou algumas propostas de emprego que considerou inadequadas, preferindo aguardar nas dependências da hospedaria. Isso o diferenciava também dos outros migrantes, pois a regra consistia em aceitar qualquer ocupação. Lima, após permanecer meses trabalhando na fazenda de José Guedes, estabeleceu-se em um lugar denominado Guamá (Pará), que naquele período desenvolvia um projeto do Governo Federal de colonização da terra, recebendo migrantes de vários lugares do Brasil e de imigrantes, sobretudo do Japão, para o desenvolvimento de várias culturas, destacando-se o arroz e a pimenta. Vale ressaltar que, apesar de Gabriel Lima ter conseguido se adaptar à região e conseguir desenvolver vários projetos na agricultura, retornou na década de 1960 ao interior do Nordeste, já que sua esposa Satina não teve o mesmo êxito nessa adaptação.

Os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, assim como Gabriel Lima, preferiam – caso houvesse a oportunidade de escolha – a região Norte para migrar, possivelmente porque havia uma longa tradição na migração entre o Ceará e a região amazônica desde o século XIX, sobretudo, nos períodos de seca. Essa migração, contudo, não ocorria somente nos períodos de estiagem, mas sobressaía-se quando havia as instabilidades climáticas. Mas o que fazer quando uma grande leva de



trabalhadores abandonavam suas ocupações, nas propriedades rurais, para migrarem para outras paragens? Uma das grandes preocupações dos governantes, políticos, fazendeiros, jornalistas e religiosos era o êxodo rural, que poderia desabastecer o Nordeste dessa mão-de-obra barata e abundante, esvaziando o campo. Dessa forma, houve um intenso debate em torno dessa problemática na década de 1950.

Em 1956, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, a Igreja Católica estava preocupada com os trabalhadores do campo dispersando-se com a migração para outras regiões, principalmente nos períodos de seca. E essa preocupação foi colocada no I Encontro de Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Campina Grande (PB), entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, discutindo-se “não somente o amparo aos ‘retirantes’, ‘pobres de cristo’, mas também a influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes” (FERREIRA, 2016, p. 35-36). A solução apontada nesse congresso para evitar o êxodo foi investir em políticas públicas desenvolvimentistas, com construções espalhadas pelo interior do país.

A migração surgia como a última alternativa na busca por melhores condições de vida, como, por exemplo, para o agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú no interior do Ceará. Este trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas durante a seca de 1958 viu-se sem a possibilidade de obter produtos da terra. Diferente dos companheiros, não se alistou imediatamente nas obras que o governo oferecia na região Norte do Estado do Ceará, preferindo vender lenhas para obter o sustento, pois ainda tinha esperança que houvesse chuvas até o dia de São José⁵, 19 de março. Mas suas esperanças foram desfeitas quando não houve chuva nesse dia. Assim, após a escassez das lenhas para o sustento da família, restou o alistamento na obra do Ria-

⁵ São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.



chão. Naquela obra sofria com os desmandos do fornecedor, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958).

E diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim – ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega” próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha”⁶ na década de 1940 e das maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, as árvores com frutos e da fartura).

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando,

⁶ Os trabalhadores recrutados pelo SEMTA passaram a ser denominados pela propaganda varguista e também se autodeclaravam “soldados da borracha”, já que lutavam, tal como seus companheiros soldados na Europa, pela vitória contra os nazistas. Para entender melhor sobre esses sujeitos ver, dentre diversos autores: GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013; e GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.



foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958).

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao Norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que nos documentos oficiais consta que dos 65 mil de brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram (Jornal de Brasília, 26 de junho de 1988). Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

Manoel percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses. A primeira dificuldade encontrada foi na Hospedaria Getúlio Vargas, que estava superlotada. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período que possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria – comprovam essa afirmativa: 23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque (ARAÚJO, 2000, p. 85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava em junho de 1958 com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. E com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes e ausência de condições sanitárias.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com sua parca economia, pertences e sua



família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações existentes na respectiva hospedaria (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958). Ao chegar, contudo, à Hospedaria de Tapanã em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza. Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola⁷. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958). Estabelecido no seringal, Manoel escrevia cartas para seus familiares no interior do Ceará, relatando sobre os infortúnios da viagem para o Norte e sobre outras amarguras do cotidiano na floresta amazônica.

Manoel, após passar por vários seringais, conseguiu estabelecer-se em um seringal no rio Purus (Amazônia). Soube que um deputado estadual, conterrâneo de Acaraú – havia votado nele –, José Colombo de Sousa tinha proposto uma lei que distribuía “um pedaço de terra para os retirantes na beira do rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem”. Possuir um pedaço de terra era a grande benesse que Manoel aguardava, desde o domingo que ficou encantado com as histórias de Florêncio sobre a floresta amazônica. Não seria mais obrigado a suportar fornecedores trapaceiros, trabalhos extenuantes em obras emergenciais do governo e poucos salários nas propriedades de outros. Nas cartas enviadas aos familiares dizia que por lá ficaria, “esperando que o governo fizesse com ele e seus companheiros o que fazia com os japoneses quando chegavam lá, todos eram bem tratados e com documentos de posse da terra” (Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958).

⁷ Tipo de embarcação usada na região amazônica.



As terras cultivadas por Gabriel de Lima, na região de Guamá, e por Manoel Antônio no Purus faziam parte de um projeto de recolonização do Governo Federal – iniciado por Getúlio Vargas e continuado por Juscelino Kubitschek – de algumas áreas do país, no qual os migrantes nacionais e internacionais (os japoneses) construíaam suas casas e desenvolviam diversas culturas nas propriedades do governo. Os principais núcleos coloniais foram estabelecidos no norte do Brasil, mas havia alguns no Nordeste, como, por exemplo, no Ceará. A migração dessa população nordestina, porém, como citado anteriormente, não era incentivada constantemente e em alguns momentos houve tentativas de coibir ou diminuir o fluxo de pessoas para outras regiões. O deputado estadual (São Paulo) Paulo Abreu em 1952 organizou um projeto de lei, nº 1710/52, que tentava regulamentar o êxodo das populações do Norte e Nordeste para a região do Sudeste, ou melhor, para São Paulo. O deslocamento dessas pessoas para a capital paulista, de acordo com o documento, seria regulamentado por postos de fiscalização em diversas localidades. O projeto, apesar de bem aceito em São Paulo, não foi aprovado.

Durante a seca de 1951-1953 houve outras tentativas de coibir a saída dos nordestinos para diversas regiões do país, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, já que o jornal “o Correio da Manhã do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem” (FERREIRA, 2016, p. 38). A ideia desses governantes, políticos e religiosos era cercear e regulamentar o deslocamento desses sujeitos pelo país, determinando quando e para onde poderiam migrar. Como salienta o historiador Paulo Fontes,

os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. (...) Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a



grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (FONTES, 2002, p. 54-55).

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste – a maioria, contudo, era proveniente do Estado da Bahia – utilizavam como transporte os caminhões pau-de-arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo poderia ser justificado somente pelas estiagens? Essa justificativa esvazia-se quando percebemos que durante toda essa década os nordestinos e, sobretudo, os cearenses recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Busca por melhores condições de vida, com salários dignos, acesso a direitos trabalhistas e/ou a posse de uma propriedade rural, possivelmente são as respostas mais plausíveis para esse deslocamento constante. Como salienta a socióloga Neyara Araújo, a partir da década de 1950 na cidade de Fortaleza, esses sujeitos, denominados anteriormente simplesmente como “retirantes” e/ou “flagelados”, passaram a ser percebidos como “deslocados da seca”, já que

corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, des-locados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das industrias novas, nas obras da construção civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acoissados pela vaga, alugavam caminhões e mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito (...) contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil (ARAÚJO, 2000, p. 83).



Em direção à Hospedaria Getúlio Vargas direcionaram-se milhares de “deslocados da seca” em 1958, causando temor nas autoridades governamentais e em outros sujeitos. O que seria possível fazer para resolver esse problema? A migração, apesar de ser questionada e evitada em diversos momentos, foi a solução encontrada para resolver o problema da superlotação nas dependências da hospedaria. O grande temor era a repetição de cenas de revolta registradas pela imprensa em maio de 1958, quando o administrador da hospedaria Waldemar Nepomuceno foi ameaçado e expulso do recinto de hospedagem pelos migrantes e a cozinha e outros equipamentos foram destruídos durante o motim. Assim, em dezembro de 1958 foi organizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização⁸ (INIC) uma força tarefa, denominada “Operação Flagelados”, contando com o apoio da Marinha, Aeronáutica e Exército, tendo como objetivo fazer o deslocamento, em curto prazo, de 12 mil migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas.

Aníbal Teixeira, diretor do INIC, argumentava que essa operação iniciara-se no dia 05 de dezembro de 1958, quando o navio Almirante Alexandrino transportou 600 migrantes para a hospedaria existente na ilha de Flores (Rio de Janeiro), que seriam destinados aos cafezais no Paraná e para a região de Goiás. Outros haviam sido enviados para Brasília e Anápolis (360), mas 80%, ou seja, 10 mil “desejava ir para a Amazônia”. Na região norte, muitos seriam alocados nos núcleos de colonização existente em Santarém e outras localidades próximas, desenvolvendo o plantio “em suas próprias terras, de malva, pimenta do reino, arroz, milho e outros cereais” (Jornal Diário de Notícias/RJ, 20 de dezembro de 1958).

Em 1958, contudo, a “Hospedaria Tapanã já está super lotada ‘com mais de quatro mil nordestinos’. Na Amazônia, as condições de vida e de trabalho podiam ser até piores do que aquelas deixadas para trás” (NEVES, 2000, p. 217). Os jornais opositoristas relatavam que essa

⁸ O INIC substituiu o DNI em 1954, existindo até a década de 1960.



“Operação Flagelados” visava somente escoar essa população pobre migrante para outras paragens, não havendo a preocupação de como seriam recepcionados nas outras hospedarias dirigidas pelo INIC ou onde os mesmos seriam empregados.

Noticias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, dizem que numerosas famílias de emigrantes já andam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino (Jornal Voz Operária/RJ, 17 de janeiro de 1959).

Vale ressaltar que, posteriormente à seca de 1958, os discursos sobre a regulamentação das migrações internas voltaram à pauta de discussão de governantes, políticos e religiosos. No II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal (RN) em maio de 1959, estabeleceu-se, dentre diversas propostas, que as hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus deveriam ser transformadas em hospedarias de zona rural, sendo constituído um grupo de trabalho para executar essa proposta. A ideia, apesar de não ter sido concretizada, nos possibilita problematizar que após essa grande estiagem da década de 1950, a preocupação com o deslocamento constante dessa população pobre migrante assustava sobremaneira os habitantes dos grandes centros urbanos do país, sendo necessário afastá-los de qualquer maneira para o campo e impedi-los de migrar quando houvesse outra instabilidade climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, ao analisarmos essa variedade de documentos (jornais, documentos oficiais, revistas, entrevistas, dentre outros) sobre as experiências e trajetórias dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas em



Fortaleza, sobretudo na década de 1950, esperamos contribuir para um aprofundamento das discussões que envolvem esses sujeitos, que em busca de obter melhores condições de vida, assim como para fugir de um sistema de trabalho opressor nas propriedades fundiárias de outros ou nas obras governamentais, enfrentavam dificuldades nas dependências ou adjacências daquela hospedaria (fome, doenças, ausência de condições sanitárias, etc.), os perigos da viagem até as regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e o futuro incerto em outras paragens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense**: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884). 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919). 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. **Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil**. Revista História, Ciências e Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, jun/2013.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950). 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.



FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais:** São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração:** estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944). 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva:** histórias da migração nordestina para a Amazônia. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará:** faces da sobrevivência (1889-1906). 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, José Ramos. Entrevista cedida à COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”:** Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumarã. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

SECRETO, Maria Verônica. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas:** “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, n.º. 40, p. 115-135, 2007.



MIGRAÇÃO E NECROPOLÍTICA: A CIDADE DO CRATO, CEARÁ, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

 Ronald de Figueiredo e Albuquerque Filho¹

INTRODUÇÃO

No presente artigo busco estabelecer uma relação entre capitalismo, migração e necropolítica, e, como essa relação tríade se estabelece no campo e na cidade, sobretudo nos espaços denominados Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1926-1937) e Campo de Concentração do Burity (1932-1933), ambos situados na cidade do Crato, que está localizada na região sul do estado do Ceará.

Para compreender esta relação não bastaria ir direto a estes dois espaços que aqui destaco, mas cabe verificar aspectos de como o Brasil integrou o que Immanuel Wallerstein chamou de sistema-mundo moderno². É necessário perceber as especificidades dessa integração, para que assim possamos ter uma compreensão mais abrangente desse fenômeno, percebendo a forma como foi forjada a nossa sociedade. Para o sociólogo estadunidense, Immanuel Wallerstein

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

² Quando o autor Immanuel Wallerstein trabalha o conceito de sistema-mundo moderno, ele está tratando do período que se inicia na modernidade no século XV, propondo que a partir de então as relações sociais da Europa se universalizam. Ver mais em Wallerstein, Immanuel Maurice. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 2007.



A história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a história da expansão dos povos e dos Estados europeus pelo resto do mundo. Essa é a parte essencial para a construção da economia-mundo capitalista. Na maioria das regiões do mundo, essa expansão envolveu conquista militar, exploração econômica e injustiças em massa. Os que lideraram e mais lucraram com ela justificaram-na a seus olhos e aos do mundo com base no bem maior que representou para todos os povos. O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização, crescimento e desenvolvimento econômico ou progresso (WALLERSTEIN, 2007, p. 29).

Esse modelo de desenvolvimento do sistema europeu que se universaliza não ocorre de maneira natural, mas é estabelecido como única maneira possível de se chegar a uma sociedade perfeita. Esse discurso em favor do sistema europeu se dá de formas distintas, como observa o próprio Wallerstein, seja pelas armas, seja pelo saber/conhecimento que gera verdades, seja de maneira mais sutil, porém eficaz, capaz de obter aceitação coletiva e universal como algo natural que se estabelece sem força, porém continuamente.

A Europa ao colocar para si o modelo padrão, o mais alto grau de evolução humana e a racionalidade humanista, desde o século XV, período que se convencionou chamar de moderno, ao mesmo tempo que houve a expansão da cultura europeia para o resto do mundo, se voltando também e sobretudo para o Atlântico, significou também o aniquilamento e a destruição de outras formas de viver, outras potencialidades, outras culturas. A teoria da racialização funcionou como tecnologia de dominação bastante eficaz para o europeu, criou uma hierarquia racial legitimada pela racionalização, característica da modernidade, tornando natural a ideia de inferioridade e superioridade de raças³.

³ Ver mais em QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>.



Para o poeta da *Negritude*⁴, o martinicano Aimé Césaire

Isso significa que o essencial aqui é ver claro e pensar claro, entender atrevidamente, responder claro à inocente pergunta inicial: o que é, em seu princípio, a colonização? Reconhecer que ela não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do Direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear pelas consequências, que na colonização gesto decisivo é o do aventureiro, e o do pirata, o do mercador de ouro e do comerciante, o do apetite e o da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (CÉSAIRE, 2010, p. 13).

A colonização epistemológica é fundamental no processo de dominação, visto que anula o conhecimento do outro, a cultura do outro, os seus símbolos, modos de representação, enfim, aniquila o outro ser e constrói um outro negativo, que precisa e que necessita aceitar aquele padrão eurocentrado, também forjado na racialização e na racionalização humanista Ocidental, mas como superior. Assim, o europeu forja um modelo civilizacional para se opor à barbárie. Quijano afirma que

A razão não é somente uma secularização da ideia de ‘alma’ no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a ‘razão-sujeito’, a única entidade capaz de conhecimento ‘racional’, em relação à qual o ‘corpo’ é e não pode ser outra coisa além de ‘objeto’ de conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 129).

⁴ Juntamente com o senegalês Léopold Sédar Senghor, criou o conceito de *negritude*, que seria uma resposta a inferioridade imposta aos negros e negras, pelos brancos europeus; uma forma de “reivindicação, uma negritude assumida” (FANON, 2008, p. 136).



O humanismo europeu forja a hierarquia social e racial, humaniza o branco europeu, possuidor de alma e razão, e põe em outro nível o selvagem, o bárbaro, aquele que possui apenas “corpo”, objeto da razão. De acordo com Frantz Fanon “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia” (FANON, 2008, p. 90).

Durante o século XIX o capitalismo se consolida como principal sistema econômico na Europa, momento que estabelece a chamada segunda revolução industrial. Percebe-se, a partir desse momento, a ampliação do alcance do sistema capitalista em regiões externas à Europa, agora como Estados independentes que vão buscar emergir no mundo, aceitando e buscando seguir o modelo europeu, visto como único aceitável. A ideia de civilização e barbárie permanece, porém, agora os Estados independentes podem “evoluir” ao nível dos países ocidentais europeus, desde que sejam influenciados pelos mesmos. Fanon afirma

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34).

Nesse sentido, o padrão imposto de civilização condena tudo aquilo e todo aquele que não estiver alinhado com a forma social hegemônica, burguesa e predominantemente europeia. É uma identidade forjada na negação da existência de um outro modo de vida, no aniquilamento de outros saberes e de outras culturas.

No presente artigo pretendo analisar tais construções e desconstruções de identidades e espaços forjados a partir desse interesse de modernidade no estado do Ceará, sobretudo na cidade do Crato com a efetivação do Campo de Concentração do Burity e o aniquilamento da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, passando pelo



processo de migração em massa a partir da segunda metade do século XIX e pela mentalidade “progressista” do século XX.

A LEI DA TERRA DE 1850 E A MIGRAÇÃO

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, foi integrado ao novo sistema-mundo como um país agroexportador, de forma que em meados do século XIX, o país começava a passar por uma série de mudanças sociais, e a Coroa, temendo maior radicalização dessas transformações, sobretudo no que diz respeito à posse das terras, tratou de pôr em lei o processo de posse das mesmas. De acordo com João Pedro Stédile

Foi nesse contexto que dom Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como ‘Primeira Lei de Terras’, que definiu como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil. Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantia em dinheiro à Coroa. Essa lei discriminou os pobres e impediu que escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir terras da Coroa ou para legalizar as que já possuíam (STÉDILE, 2011, p. 16).

Com a Lei de Terras de 1850, as terras passaram a ser cada vez mais valorizadas por conta da necessidade de ampliação da produção de matéria prima visando a industrialização – que ocorre principalmente nos países europeus -, fazendo com que houvesse maior ocupação da terra por produtos comercializáveis, de tal forma que não fica difícil concluir que a produção de subsistência, a qual não possuía sentido mercadológico, se tornou impossível de permanecer, segundo Stédile “a principal consequência dessa lei foi a consolidação do latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil” (STÉDILE, 2011, p. 16).



As desigualdades e contrastes sociais aumentaram e passaram a se tornar cada vez mais visíveis e um problema para o Estado. O capital que começa a entrar no país passa a ser investido no projeto eurocentrado de desenvolvimento urbano, de modernização e de civilização.

No estado do Ceará havia uma falsa ideia de que a cada vinte anos fechava-se um ciclo e uma forte seca atingiria esse estado. Em 1865, quando tal ciclo não se fecha, logo se tem a ideia de que não haveria mais estiagem. Passou a existir com isso certa confiança, favorecendo os investimentos no desenvolvimento urbano, sobretudo em Fortaleza, capital desse estado. O movimento migratório das pessoas do campo para a cidade que se urbanizava, passou a ser uma realidade difícil de ser controlada. Os trabalhadores e trabalhadoras sem propriedade, sem terra para o cultivo vê na migração uma alternativa. A situação se agravou com a chamada grande seca de 1877, Frederico de Castro Neves afirma que

Em um ano mais de cem mil desses ‘invasores’ esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinatos, antropofagia, mendicância (NEVES, 2004, p. 82).

Essa migração põe em risco o desenvolvimento da cidade que se queria efetivar a partir da mentalidade burguesa da época. Desordena e impõe insegurança aos habitantes da cidade que viam ali um espaço seguro. Por outro lado, a caridade cristã recebeu de braços abertos aqueles que foram definidos como “retirantes” - cria-se uma unidade sobre todos aqueles que migravam -, oferecendo-lhes assistências. No jornal *O Cearense* de 7 de dezembro de 1879, temos a seguinte notícia

A nenhum moribundo faltou ainda o doce consolo de nossa sancta religião, pois um sacerdote distinto a todos os respeitos, visita diariamente o abarracamento; refiro-me ao padre Prat,



digno lazarista e professor no seminário d'esta capital. Não tenho poupado sacrifícios á fim de bem desempenhar meu cargo de comissário e minha missão de médico. Não proferi ainda uma palavra que podesso molestar á qualquer retirante; colloco-me na condição d'elle e procedo para com esses infelizes da maneira que desejaria fizessem para comigo e os meus se porventura nos achássemos nas mesmas condições⁵.

A caridade cristã nesse primeiro momento de intensificação da migração de trabalhadoras e trabalhadores do campo servia como uma forma de aproximação perante ao Deus católico, uma vez que fazendo uma boa ação ao próximo necessitado estaria seguindo os preceitos da Igreja católica. Por outro lado, servia também como dispositivo de controle, já que o chamado “retirante”, com essa boa ação da comunidade católica, não teria motivos para cometer transgressões.

Nos períodos de estiagem seguintes, quando intensificava a migração, a prática da caridade cristã foi sendo substituída por outras formas de controle. O “retirante” não pertencia à cidade. Sem o espaço do campo do qual lhe foi retirado a possibilidade de viver, também passou a ser indesejado na cidade, espaço que também não era o seu. De acordo com Milton Santos

Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) que são portadores (SANTOS, 2010, p. 598).

⁵ O Cearense, Foraleza, 7 de Dezembro de 1879. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22retirante%22&pagfis=12502>.



O lugar novo para o migrante, é o lugar do desconhecido, “sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2010, p. 597). Para Milton Santos, ao chegar num espaço novo, em um primeiro momento, o migrante fica espantado, estagnado e nesse momento de inércia, ele observa e compreende a nova dinâmica, com isso busca táticas para se integrar nesse espaço que não é para ser o seu, mas que ele habita. Nessa integração, “o retirante” dá uma nova função social aos espaços, faz do Passeio Público sua morada, os jornais viram meios intermediários para adquirir o assistencialismo e, também são utilizados como forma para adquirir verba do governo central para as obras públicas da capital que visa se modernizar.

A “esmola” ofertada pela caridade cristã vai ser nesse novo contexto de estratégias mútuas entre o “retirante” e o cidadão, vista como elemento que acomoda o novo habitante da urbe, uma espécie de financiadora do ócio e da inutilidade desses corpos que poderiam e deveriam ser utilizados positivamente de alguma forma na cidade⁶. Vigiar, disciplinar e controlar essas pessoas era função social de todos os cidadãos e do Estado. De acordo com Rios

O discurso de socorro aos flagelados, na seca de 1932, indicava uma preocupação com o “mundo civilizado”. Nos jornais, nota-se a constituição de um projeto que mostra intenções de disciplinar os retirantes, levando-lhes, em certa medida, a ordem e a moral que também a cidade dos ricos queria para si (RIOS, 2002, p. 119).

O Brasil que era visto como uma sociedade dual; de um lado feudal ou semi-feudal, atrasada, arcaica, rural, por outro lado era uma sociedade que se modernizava, que estava em processo de “evolução” em seu desenvolvimento do tipo eurocêntrico. Não cabia aquelas pessoas “bárbaras” na sociedade “civilizada”, que caminhava linearmente para

⁶ Ver RIOS, Kênia Souza. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa universitária, 2014.



a sociedade modelo de perfeição, sociedade esta que negligenciava o que ela mesmo produzia: miséria, pobreza, fome, sub-vida e morte.

ASPECTOS DA NECROPOLÍTICA EM CRATO

Nos primeiros decênios do século XX, a cidade do Crato⁷, ainda que lentamente, começou a ter seus primeiros aspectos de cidade urbanizada. As noções de modernidade começavam a ser propagadas, influenciando a população local, principalmente a elite que outrora vivia nas propriedades rurais.

Esse início de transformação da cidade se dá pela mudança de mentalidade que paira o país, com as ideias vindas principalmente da Europa e que tomava as capitais do Brasil, tornando-as grandes centros urbanos e mais tarde grandes metrópoles. Porém, não foram apenas nas capitais que ocorreram mudanças na mentalidade da população e na estrutura física da cidade. Em algumas cidades do interior, como o Crato, por exemplo, que possuía contatos comerciais e recebia bastante influência de Recife e Fortaleza, capitais do Pernambuco e do Ceará respectivamente, traziam dessas cidades pensamentos modernos de cunho “progressista”, sobretudo, de uma elite intelectual que concluía seus estudos nos grandes centros do país.

A cidade do Crato nas primeiras décadas do século XX fazia coexistir aspectos modernos trazidos de fora e tradicionais que resistiam ao atropelamento total do novo sobre o antigo, que ainda não era tão antigo assim, visto que esta cidade se desenvolvia a partir da agricultura, principalmente dos engenhos de rapadura e da produção do algodão.

Escolas, alargamento das ruas, construção de casas com estilo um pouco mais moderno, praças, cassino, bar, cinema, luz elétrica, automóveis, estação de trem e maior quantidade de estabelecimentos comerciais são alguns dos aspectos iniciais da urbanização local. O comércio

⁷ Pela Lei provincial nº 628, de 17 de outubro de 1853, a Vila Real do Crato torna-se cidade.



da cidade do Crato, nesse início de século, ocupava o terceiro lugar do Estado do Ceará, ficando atrás de Fortaleza e Sobral. Esses aspectos do início da urbanização na cidade do Crato foram alvos de registros fotográficos. Uma curiosidade das fotografias que tivemos acesso é a ausência de pessoas de baixa renda nas ruas da cidade. Também tivemos acesso a livros escritos por memorialistas e nesses livros, igualmente às fotografias, pode ser também verificado esta não presença de pobres. Somente nos períodos de estiagem é que notamos a presença destas pessoas menos afortunadas nos discursos dos memorialistas locais, sempre utilizando o termo “flagelado”, exaltam as benfeitorias dos homens da “boa sociedade”.

Algumas dessas imagens foram utilizadas pelo engenheiro e arquiteto Waldemar Arraes de Farias Filho em seu livro “Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960”. Nesse livro o autor trata um pouco da história e dos modelos urbanos e arquiteturas em períodos diferentes da cidade do Crato. Segundo Farias, a partir do final do século XIX até meados do século XX, a arquitetura do Brasil possuía feições ecléticas, o que significa dizer que é usado elementos de variados sistemas estilísticos em um mesmo edifício, o que era considerado um aspecto de modernidade, e que, como as demais cidades do Brasil, a cidade do Crato tentava acompanhar esse processo e características da modernização, o que demonstra que a população cratense estava em consonância com o pensamento moderno da época o qual ia cada vez mais ganhando espaço nas cidades brasileiras, sobretudo nas capitais.

A cidade de Crato é posta como uma cidade que atrai pessoas, que fascina, conhecida por seus apelidos, “Princesa do Cariri”, “Oasis do Cariri” - como diz Luiz Gonzaga em música composta em 1963 intitulada *eu vou pro Crato*: “Cratinho de açúcar, coração do Cariri” -, notamos um desejo inspirador em torno desta cidade no sentido de coloca-la como cidade em desenvolvimento desde a segunda metade do século XIX.

Nessa mesma cidade, dois importantes eventos entre os anos de 1920 e 1940 contrapõem a versão anterior. O primeiro é a comunida-



de do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto que foi fundada no final da década de 1920, anterior ao período conhecido por Era Vargas (1930-1945), tendo como líder e articulador o Beato José Lourenço, que ao lado de trabalhadoras e trabalhadores rurais exerceu de forma autônoma, sem o controle do Estado, uma proposta alternativa às relações de dependência ocorridas em grandes propriedades rurais, onde vigoravam práticas clientelistas, tendo sua destruição decretada pelo governo no período do Estado Novo, em 1939. Essa comunidade abrigou cerca de três mil pessoas, advindas de diversas partes do Nordeste, sertanejos pobres que percebiam naquele espaço reformulado, reorganizado e ressignificado, uma alternativa para levar a vida.

O lema era trabalho e oração. Agricultores, carpinteiros, ferreiros, enfim, pessoas que estavam dispostas a trabalhar e que também buscavam realizar atos religiosos – como a construção de uma capela, orações e práticas de penitências. De acordo com Ramos, “era intenção do Beato proporcionar uma maior assistência religiosa à comunidade” (RAMOS, 1991, p. 63). Como em outros movimentos camponeses do final do século XIX e início do século XX, os chamados movimentos messiânicos, havia, nessa comunidade, um forte apego às lideranças religiosas, se tornando subterfúgio contra as relações de poder exercidas no campo. De acordo com Vargas Netto “as esperanças místicas, os problemas em relação à posse de terra e a resistência aos representantes do poder local são elementos constituintes desse tipo de movimento” (VARGAS NETTO, 2007, p. 223). Essa prática comum não era bem vista pelas autoridades representantes do Estado, que viam na autonomia daquela comunidade o enfraquecimento do seu poder.

Uma das justificativas dada para a destruição do Caldeirão era o temor que ali se tornasse uma nova Canudos. De acordo com o relatório feito pelo Tenente José Góes de Campos Barros “Canudos, Contestado e Joazeiro, lembram retrocesso e sangue. O governo, inteligente e bem intencionado que, atualmente, é responsável pela produtiva tranquilidade do povo cearense, viu e impediu a formação de uma tragédia futu-



ra, no sertão exausto e sofredor” (BARROS, 1941, p. 09). Aqui, verifica-se que as autoridades remetem a esse tipo de movimento, o qual tem como característica a religiosidade popular, como retrocesso, visto que nesse período o Brasil buscava aderir as ideias liberais, “modernas”. O que remete ao popular, ao campo e ao rural, era visto como algo obsoleto e ultrapassado, um obstáculo para o progresso e o desenvolvimento. Dessa forma se fazia necessário, para manter a ordem, uma ação do Estado para romper esse obstáculo e aniquilar o inimigo forjado, àqueles que viviam de forma autônoma ao Estado.

Outra justificativa elaborada era que a comunidade abrigava comunistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que era oposição ao governo de Getúlio Vargas e que em novembro de 1935 tinha entrado em conflito com as tropas varguistas, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Com a instauração do Estado Novo (1937), a Lei de Segurança Nacional foi reformulada e o país passou para um estado de guerra⁸, fazendo com que todos que eram vistos como uma ameaça para o governo, fossem perseguidos e presos. Naquele momento, o espaço do Caldeirão entrava em disputa. O Estado queria exercer seu poder naquele território. As casas foram incendiadas e sua população foi expulsa pelas autoridades. A ofensiva do Estado ao Caldeirão perdurou de 1936 a 1939.

Já o Campo de Concentração do Burity, criado em Crato no ano de 1932, foi institucionalizado a partir de uma articulação entre os governos Federal, Estadual e Municipal, contando também com a participação de alguns membros da elite local e da Igreja Católica. Cabe ressaltar que o Campo de Concentração do Burity foi um dos sete campos criados no estado do Ceará durante a seca de 1932, sendo que em 1915 já tinha sido construído o Campo de Concentração do Alagadiço⁹. Para Rios

⁸ Para este tema Ver PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930**: as incertezas do regime. In: O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. (Orgs): FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

⁹ Este campo está representado na obra **O quinze** de Rachel de Queiroz.



Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes (RIOS, 2014, p. 93).

Com isso, o Estado evitava a circulação de pessoas indesejadas na cidade, criava um território onde as relações de poder são postas a partir da exclusão, da disciplina e do controle sobre os corpos ali confinados. Essa prática do Estado, levou a exclusão e confinamento de dezenas de milhares de pessoas. De acordo com a Revista Bicentenária do Crato, dirigida por Oswaldo Alves de Sousa, o Campo do Burity “chegou a orçar por setenta mil flagelados” (SOUSA, 1964, p.180).

O discurso do governo para confinar pessoas em um campo de concentração era o do assistencialismo, um discurso da “salvação”. Para salvar aquela massa de “flagelados” se fazia necessário concentrá-los em um espaço que favoreceria o atendimento a estes “pobres coitados”, como podemos observar no próprio pronunciamento do então presidente Getúlio Vargas feito em Fortaleza no dia 18/09/1933: “organizaram-se, neste Estado, campos de concentração, por onde transitou mais de um milhão de pessoas, atendidas com serviços profícuos de higiene e assistência” (FREYRE, 1933, p. 169). A análise e a classificação de cada sujeito, leva a um saber sobre o outro capaz de julgar e determinar os espaços que este pode ou não ocupar. De acordo com Neves

No total, os campos chegaram a atender, segundo o Ministro da Viação, cerca de 105 mil flagelados. É curioso que o projeto de evitar grandes aglomerações chegasse a constituir populações maiores que praticamente todas as cidades cearenses no período, excetuando a capital. (...) A disposição dos campos pelo território



do estado revela uma nítida preocupação estratégica em proteger a capital das invasões de flagelados (NEVES, 1995, p. 110).

Os corpos que ameaçavam a sociedade que estava sendo forjada a partir de certos interesses de uma determinada classe hegemônica não poderiam conviver nos mesmos espaços destes, pois poria em risco o bom andamento da dada sociedade, sendo assim considerados um organismo nocivo para a população citadina e para a modernidade. Em entrevista a nós concedida, José Alves afirma:

A vida era ruim. José Américo trazia comida para o povo comer duas vezes por dia, só dava para comer uma vez e era pouco. O povo que juntaram lá adoeceram, a maior parte morreu. Morreu gente demais lá. Eu me lembro. Andava os carregador de gente morto, rua arriba, rua abaixo com a rede e pegando os mortos para botar dentro dos valados.¹⁰

Raimundo de Oliveira Borges¹¹ na revista *Itaytera* número 28 de 1984 afirma que “as epidemias indelévelas dizimavam, por outro lado, impiedosamente, os concentrados, com índice maior de óbitos entre as criancinhas, que eram enterradas ali mesmo em valas comuns de cemitérios improvisados” (BORGES, 1984, p. 103). Se de um lado, o campo de concentração possibilitou a vida na cidade, excluindo o organismo estranho, do outro gerou a morte de dezenas de pessoas que lutavam contra a miséria, doenças e descaso das autoridades. De acordo com Achille Mbembe

A ideia segundo a qual a vida em democracia é, no seu fundamento, pacífica e desprovida de violência (nomeadamente sob a forma da guerra e da devastação) não nos convence. É verdade que a emergência e a consolidação da democracia vêm a par de

¹⁰ José Alves, quando entrevistado em 2009, residia na cidade de Jardim, cerca de 50 km de Crato. O mesmo esteve concentrado no campo do Burity durante o ano de 1932.

¹¹ Ex-presidente do ICC (Instituto Cultural do Cariri).



imensas tentativas de controlar a violência individual, de a regulamentar e reduzir, suprindo nomeadamente as manifestações mais espetaculares e mais abjectas por reprovação moral ou por sanções jurídicas. Mas a brutalidade das democracias nunca foi senão abafadas. Desde as suas origens, as democracias modernas mostraram tolerância perante uma certa violência política, inclusivamente ilegal (MBEMBE, 2017, p. 33).

Ao contrário de Michel Foucault¹², para Achille Mbembe o poder exerce relação sobre a morte e não sobre a vida. É no aniquilar a possibilidade de existência do outro que se exerce o controle sobre os corpos, sobre a morte e sobre a vida. Podemos perceber aqui certa inversão na teoria da biopolítica expressada por Foucault, onde o mesmo afirma que o exercício do poder sobre a vida é cada vez mais disciplinar e regulamentador. O autor camaronês, em sua obra “Política da inimizade”, afirma

Não pretende já domesticar as populações, enquanto tais. Se ainda mantém uma triagem apertada de corpos (ou da aglomeração no interior dos perímetros que controla), não é tanto para os disciplinar como para deles extrair o máximo de utilidade e, por vezes, de fruição (nomeadamente escravatura sexual). Os próprios modos de matar são variados. Nas carnificinas, em particular, os corpos sem vida são rapidamente transformados em simples esqueletos, simples restos de uma dor não enterrada; corporeidades esvaziadas e insignificantes; estranhos despojos mergulhados numa cruel brutalização. Muitas vezes é, o mais impressionante é, por um lado, a tensão entre a petrificação das ossadas e a sua estranha frieza e, por outro lado, a sua obstinação em quererem forçosamente significar algo. Noutras circunstâncias, não parece existir qualquer serenidade nestes pedaços de ossos marcado pelo fracasso; nada, a não ser a ilusória recusa de uma morte que já aconteceu (MBEMBE, 2017, p. 62-63).

¹² Ver FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010.



Pensando a política neoliberal – fase contemporânea do capitalismo – Mbembe propõe em sua análise que não existe a preocupação em fazer viver, ao contrário disso, a política neoliberal caracterizada pela austeridade, pela precarização do trabalho e pelo interesse no lucro, a vida perde valor, uma vez que a vida de uns não possibilita mais o lucro para outros. Na impossibilidade de matar, expõe o outro à morte dificultando recursos à existência humana, ou o aprisiona ampliando o que conhecemos hoje por encarceramento em massa. Desse modo, o que vemos de acordo com Mbembe, é que existe um projeto em vigor que naturaliza e normaliza o estado de exceção¹³ em um dado segmento da sociedade, onde tudo é possível, inclusive tirar a vida ou as condições básicas de existência, expondo corpos à morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por analisar esses dois espaços criados com propostas distintas se deu por buscar compreender como eles foram apropriados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais que lá chegavam e de como se tornaram ambientes onde há a negação da vida de pessoas que não se encaixavam no sistema político, social, econômico e cultural que se queria estabelecer na época – entre as décadas de 1920 e 1940. Percebo o Caldeirão e o Campo de Concentração do Burity como espaços segmentados em que o Estado pode agir para destruir – no caso do Caldeirão -, ou ocultar assistência e serviços, quer dizer, simplesmente não operar como o faz na sociedade que se permite viver - aqui me refiro ao Campo de Concentração do Burity.

As cidades brasileiras, a partir do final do século XIX, vêm se forjando como espaços que têm certo destino a cumprir, um lugar da história a se chegar. Esse ponto de chegada em um certo processo evolutivo da modernidade, conhecido por “progresso”, é vislumbrado pelas

¹³ Ver MBEMBE, Achille. *Política da inimizade*. São Paulo: N-1 edições, 2021.



classes dominantes inseridas dentro das relações sociais capitalistas, onde o Estado é elemento necessário para a constituição e manutenção dessas relações.

Construir um modelo racional – a partir da razão europeia - que gere uma hierarquização social e racial – e de gênero¹⁴ -, que servem como tecnologias de submissão e dominação, a tal ponto de negar a existência do outro, seja essa negação política, cultural, epistemológica e até mesmo física, num processo de desumanização, que faz do outro apenas corpo, no qual a sua existência ou inexistência não se justifica, sendo assim, qualquer ação contra esse corpo é uma ação necessária para manter a ordem, o progresso e as relações sociais capitalistas. Compreendo que o desejo de construir uma sociedade associada aos privilégios de uma determinada classe hegemônica se faz concretizar sobre o aniquilamento daquilo ou daquele que se torna obstáculo.

REFERÊNCIAS

- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2ª ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Fortaleza: Província edições, 2007.
- NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. SOUZA, Simone de (Orgs.). **Uma nova história do Ceará**. 3ª. ed., Fortaleza: Demócritos Rocha, 2004.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte e ensaios, Rio de Janeiro, n. 32. p. 123 – 151, dez. 2016.
- MBEMBE, Achille. **Politiques de l'inimitié**. 1ª ed., Paris: Antigona, 2017.
- NEVES, Frederico de Castro. **Curral do Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. In.: Revista brasileira de história, vol. 15, nº 29. São Paulo, 1995.

¹⁴ Entendo a importância desse aspecto, mas para o presente trabalho não achei necessário me aprofundar.



PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime.** In: O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. (Orgs): FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 2, 2002.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri.** Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: ed. UFC, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Régis Lopes. **Caldeirão.** Fortaleza: EDUECE, 1991.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932.** Fortaleza: Imprensa universitária, 2014.

RIOS, Kênia Souza. **A cidade cercada: festa e isolamento.** In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Org.) Seca. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SANTOS, Milton. **O lugar e o cotidiano.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil.** 11ª ed. São Paulo: Atual, 2011.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A mística da resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos.** 2007. 390 f. Tese (doutorado em história) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O universalismo europeu: a retórica do poder.** São Paulo, Boitempo, 2007.



A SECA DE 1942 NO SERTÃO POTIGUAR E A MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

 Tuylla Rayane Tavares da Cunha¹

INTRODUÇÃO

O sertão do Nordeste brasileiro passou a ser visto como o espaço da seca e da miséria, em decorrência dos frequentes períodos de seca (alguns bastante rigorosos) que atingiam essa região brasileira. Cenas de fome e de escassez passaram a fazer aparições frequentes nos meios de comunicação pelo Brasil, denunciando os horrores provocados pela falta de chuvas e que penalizavam impiedosamente os trabalhadores do campo. Os jornais, inclusive, noticiavam saques e ações de massa no cenário urbano de diversas cidades dos estados nordestinos, cujos atores envolvidos tentavam escapar à fome.

Em virtude das consequências funestas da seca sobre as populações atingidas, e em virtude também dessas ações de massa que colocavam em risco a ordem cotidiana do espaço citadino, as autoridades municipais, estaduais e religiosas buscavam, dentro de suas possibilidades, encontrar soluções que amenizassem os efeitos da falta de chuva, de trabalho e de comida sobre essas famílias sertanejas. Por vezes, a solução posta em ação pelo governo federal se constituía no incentivo

¹ Mestre em História dos Sertões pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES/Campus de Caicó). Professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte.



à migração, com o propósito de que aquelas famílias vítimas da seca encontrassem trabalho em outras áreas do país e não se constituíssem em grupos saqueadores pelas cidades.

Tal cenário, presente na história de alguns estados nordestinos, veio a se repetir no ano de 1942, quando uma seca assolou vários municípios do Rio Grande do Norte, deixando diversas famílias sertanejas à mercê da caridade e das soluções propostas pelas autoridades potiguares e do governo federal. Nesse período, a proposta da migração para a Amazônia voltou a se fazer presente por parte do governo brasileiro, impulsionada por dois eventos de caráter mais amplo: o projeto de ocupação do Vale Amazônico, proposto pelo presidente Vargas, e o esforço de guerra nos seringais amazônicos, em virtude da Segunda Guerra Mundial e do ingresso do Brasil nesse conflito ao lado das forças aliadas.

Tais eventos, se desdobrando ao mesmo tempo em que acontecia a seca no sertão nordestino, serviram de justificativa para convencer as populações sertanejas de alguns estados a migrarem para a Amazônia, o que contribuiria para o crescimento nacional, para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, e para que as famílias castigadas pela falta de água e de trabalho construíssem uma vida próspera e digna nos sertões amazônicos.

A SECA NO SERTÃO POTIGUAR E AS AÇÕES EMERGENCIAIS NA NARRATIVA DO JORNAL *A ORDEM*

Em 1942, uma seca se abateu sobre os sertões potiguares, perdurando até 1943. Já em 1941, os sertanejos assistiam ao prenúncio que o ano seguinte não seria de boas chuvas. Na opinião do Pe. Eymard L'E. Monteiro, das enormes secas contemporâneas não se podia deixar de falar da de 1942. Segundo ele, em Caicó (um dos municípios localizados no interior do Rio Grande do Norte), “nestes anos, só não morreu muita gente de fome por causa das minas de scheelita que davam muito trabalho aos flagelados” (MONTEIRO, 1999. p. 89).



Guerra, por sua vez, relata o “ritual” seguido pelos sertanejos ao verificar, na experiência do dia de São José, se o ano será de boas chuvas ou não. E, no caso de ser concretizada a segunda opção, descreve o itinerário das famílias que se dirigem às cidades em busca de socorros:

Pela manhã, centenas de pessoas se espalham nos arredores do escritório, um QG da seca. A multidão heterogênea aguarda os acontecimentos, embalada apenas pela esperança. Aconteceu em 1942, por exemplo. A multidão se acomoda por perto. Muitos trazem mulher e filhos. Todos vêm no chefe (de serviços nas Agências do Governo) sua única esperança para escapar vivo e não passar fome. Mas o chefe, normalmente, ainda não tem condições nem ordem de empregar. Eles vão ficando. [...] Entre as medidas adotáveis como contra-ataque, até que se tenha lugar o alistamento oficial, estão o contato pessoal, a conversa promissora, a distribuição de um pouco de alimento (farinha ou pão e rapadura), com a condição de ‘sumirem’. [...] Uma tática é aceitar só os que já arrastam consigo a família, o que é prova de miséria. Outra, empregar só os que trazem qualquer ferramenta: uma enxada, uma pá ou foice. De início, só os casados. Havendo alguma terra disponível, muitos casos ficam resolvidos, pois os pequenos proprietários, neoflagelados, pedem primeiro ‘uma vazante’, depois pedem emprego. Evitam todos, quanto possível, pedir esmola. Enquanto isso, verificam-se ameaças e assaltos a barracões. Em 1942, em poucas horas, foram roubadas muitas toneladas de batata e mandioca dos campos irrigados. Movimentada a polícia, o roubo foi tomado e mais tarde distribuído a todos, com advertências. (GUERRA, 1984. p. 21-23)

Percebe-se, dessa forma, que a ação inicial das famílias atingidas pela seca constituía-se em buscar trabalho. Inclusive, os trabalhos nos quais essas pessoas eram inseridas funcionavam justamente como uma estratégia de oferecer alguma ocupação para os flagelados, em troca de uma remuneração. Para tanto, obras como construção de açudes, aberturas de estradas, reformas em determinados locais das zonas urbanas, entre outros serviços, eram empreendidos, utilizando-se, basicamente,



dessa mão-de-obra flagelada. Dispostos a trabalhar, esses sertanejos já se dirigiam aos órgãos que poderiam oferecer-lhes algum serviço de posse de seus instrumentos de trabalho, como enxadas, pás e foices, como o autor bem explicitou. A companhia de membros da família, como mulheres e filhos, também servia como elemento de convencimento para a oferta de trabalho, uma vez que ficava notório para as agências do governo que aqueles trabalhadores tinham a urgência de alimentar seus parentes. Dessa forma, na chegada iminente de uma grande quantidade de flagelados, a preferência para ocupar os postos de trabalho era dada aos homens casados.

No sertão do Rio Grande do Norte, em 1942, esse cenário de seca fez afluir, para as zonas urbanas, um número cada vez maior de flagelados oriundos das zonas rurais, tornando-se urgente os investimentos em obras públicas para absorver essa mão-de-obra que se encontrava, naquele momento, sem trabalho, sem terra e sem pão. Para tanto, as páginas do jornal potiguar *A Ordem* buscavam ajuda para as populações sertanejas martirizadas pela seca:

As chuvas caídas em alguns municípios, com a descida de rios e cheias de açudes, numa ou noutra localidade, não podem diminuir, da noite para o dia, os rigores do flagelo. Pode-se dizer, até certo ponto, que esse fato vem agravar a situação. Ainda ontem o dr. Aldo Fernandes, atualmente viajando pela região sertaneja em companhia do Inspetor das Secas, dr. Vinícius Berredo, comunicou ao sr. Secretário Geral interino, dr. Américo de Oliveira Costa, que em quase todos os municípios a crise continua implacável, notadamente, Assú e Mossoró. O prefeito do Município de Lages transmitiu ao Chefe do Governo informes de igual desolação, e as cenas de fome que se repetem exigem da sociedade do Rio G. do Norte a ajuda generosa e eficaz para tantos conterrâneos castigados pela calamidade climatérica. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Também foi marcante a intervenção do clero em prol dos atingidos pela seca de 1942 no Rio Grande do Norte, cujas ações eram noticia-



das através do periódico potiguar *A Ordem*, que noticiou o envio de um telegrama de autoria do Monsenhor Julio Alves Bezerra, endereçado ao presidente da República. Segundo o jornal, o telegrama apresenta o quadro de dificuldades em que as populações sertanejas se encontravam inseridas devido a falta de chuvas e a fome, que já fazia vítimas entre a população potiguar:

Governando esta Diocese na qualidade de Vigário Capitular, venho trazer ao conhecimento de V. Excia. a situação aflitiva em que se encontra nosso sertão, devida a sêca declarada - único flagelo como se sabe, destruidor da vida de nossos patrícios. A fome com todo o seu cortejo de misérias bate à porta de nossas populações, ocasionando já mortes em circunstâncias tristíssimas. Esta cidade, que, em todas as sêcas é centro convergente de flagelados deste e dos Estados visinhos, está neste momento recebendo numerosas levas de retirantes na mais completa calamidade. Apelo para V. Excia. no sentido de mandar socorros e trabalhos para esta martirizada gente. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Neste quadro angustioso em que vários municípios se encontravam, não apenas as autoridades religiosas entravam em ação para pedir socorros para as populações sertanejas, mas também as autoridades municipais e estaduais:

Continuam a chegar até os srs. Presidente da República, Interventor Federal e altas autoridades da República os angustiosos apêlos das nossas populações assoladas pelo terrível flagelo das secas. Ainda hoje, 'A República' estampa comoventes telegramas dos Prefeitos de Alexandria, Parelhas e S. Tomé, narrando a situação dos seus municípios. Por sua vez, o Exmo. Sr. Interventor Rafael Fernandes, na capital da República e o Exmo. Interventor Interino continuam a expor as urgentes necessidades do nosso Estado, neste quadro angustioso. Estão publicados no órgão oficial telegramas do Sr. Interventor Interino sobre o problema dos nossos vales húmidos, obra de tão extraordinário alcance econô-



mico e social, e sobre a necessidade da construção da barragem sobre o 'Laginha', no município de Lages e que resolveria o problema d'água não só para a população local, mas também para abastecimento das locomotivas. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

Como resultado da falta de chuvas, a sobrevivência da população rural, cuja principal fonte de renda era proveniente da agricultura e da criação de animais, ficou seriamente comprometida, o que se agravou quando os preços dos gêneros alimentícios alcançaram valores exorbitantes, dificultando o acesso dos famintos ao alimento. E não só os gêneros alimentícios sofreram carestia, mas também os instrumentos agrícolas. Diante dessa situação, grupos de pessoas recorreram aos saques para satisfazer suas necessidades mais imediatas.

O Monsenhor Paulo Herôncio, Vigário de Currais Novos, em telegrama enviado ao presidente Getúlio Vargas e reproduzido pelo jornal *A Ordem*, relata que muitas famílias estavam em situação angustiosa, além de mencionar uma tentativa de saque à feira no município de Jucurutu:

Minha consciencia sacerdote e brasileiro impõe dever mais uma vês apelar sentimentos humanitarios, cristãos, patrioticos Vossencia, diante quadro desolador populações famintas esta zona, motivado falta chuvas pt. Grande número chefes famílias abandonando lares, procura trabalho, deixando esposas, filhos situação angustiosa fome pt. Consequencia falta trabalho, cerca duzentas pessoas atacaram hoje feira Jucurutú, tendo presença Bispo Caicó, eventualmente ali, evitado tristes consequências pt. Peço Vossencia considerar situação aflitiva, tomando providencias momento exige. Respeitosas saudações. (a) Monsenhor Paulo Heroncio de Melo, Vigário. (*A Ordem*, 1942, p. 1)

A presença de retirantes pelas cidades era entendida como motivo de preocupação, uma vez que colocavam em risco a ordem cotidiana do espaço citadino, ao percorrerem as ruas pedindo esmolas, exibindo suas moléstias, ou ameaçando a tranquilidade das feiras, como exemplificou o telegrama do Vigário de Currais Novos, Monsenhor



Paulo Herôncio, reproduzido no jornal *A Ordem*. A respeito da presença dos retirantes ou flagelados nas ruas das cidades, Neves explica que se constituía não apenas num espetáculo contristador, mas também num

Momento de preocupação, pois, junto a ele, um conjunto de outros problemas iriam abalar o cotidiano dos moradores: criminalidade, mendicância, prostituição, doenças... A seca passou a ser um problema que afeta diretamente a população urbana e, mais do que isso, a coloca junto aos setores sociais que mais sofrem seus efeitos. Os retirantes exigem, com sua presença indesejada, uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas... [...]. (NEVES, 2000, p. 30)

Dessa forma, tornava-se urgente a liberação de verbas para a realização de obras públicas, capazes de absorver essa mão-de-obra ociosa e necessitada de remuneração e de alimentos. O periódico *A Ordem*, por seu turno, comunicava frequentemente a respeito as decisões do governo federal quanto às medidas tomadas para socorrer os sertanejos atingidos pelas dificuldades provocadas pela seca:

O presidente da República assinou três decretos, abrindo novos créditos para as obras contras as sêcas nos sertões nordestinos. O primeiro desses decretos abre crédito de 4.500 contos para as despesas com a construção de uma ligação rodoviária entre João Pessoa e Natal, passando pelas localidades sertanejas de Itapoá, Sapé, Araçá, Alagoinha, Guarabira, Pípirituba, Campestre, etc. O segundo decreto abre crédito de 2.000 contos para ser movimentado pelo Conselho de Imigração e Colonização para despesas com medidas de transporte e localização de trabalhadores nordestinos que queiram transferir-se para a Amazônia. O terceiro decreto abre o crédito de 1.800 contos, para a execução imediata de obras destinadas a melhorar as condições de navegabilidade da barra do porto de Natal. O Presidente da República determinou que todos esses créditos fossem imediatamente aplicados nas obras a que se destinam, para dar serviços aos sertanejos atingidos nas regiões da sêca. (*A Ordem*, 1942, p. 1)



Percebe-se, ao final da matéria, que o próprio presidente reconhecia o caráter de urgência com que deveriam ser tratados os temas envolvendo as secas no sertão nordestino, ao afirmar que os créditos citados deveriam ser aplicados de forma imediata em suas devidas finalidades. Além disso, é possível notar que uma das soluções propostas pelo governo federal para socorrer os flagelados, além da liberação de verbas para as obras públicas, era a oferta de passagens para a Amazônia, prática que já se fazia presente em outros períodos de seca vivenciados pelos estados nordestinos. No governo Vargas, entretanto, o incentivo à migração de nordestinos para a Amazônia esteve ligado a um projeto bastante audacioso: o de promover a ocupação do Vale Amazônico, considerado, até então, como um espaço “vazio”.

Diante disso, o governo federal propagandeava os benefícios que estava à espera daqueles que optassem por seguir viagem com destino à Amazônia, como fica bastante evidente na matéria a seguir:

Além das providências já determinadas e conhecidas para a assistência às populações nordestinas assoladas pela seca, o governo determinou várias outras para auxiliar e assistir aos trabalhadores rurais do Nordeste e àqueles que, premidos pela situação, pretendem emigrar. Com as medidas que estão sendo estudadas e já postas em prática, para o renascimento da Amazônia, os trabalhadores rurais que pretendam exercer sua atividade naquela região, terão asseguradas por ordem direta do presidente da República todas as condições de higiene e assistência técnica e econômica necessárias não somente à transferência para a Amazônia como à sua fixação no local. Sem nenhum otimismo, pode dizer-se que o trabalhador rural que pretenda fixar residência no vale amazônico terá assegurado, preliminarmente, um salário igual a 30\$000 por jornada de trabalho, além de contar, também, com toda assistência técnica, econômica e financeira, determinada pelo presidente da República, de acordo com as determinações com as quais traçou o plano para organização das colônias agrícolas nacionais. (*A Ordem*, 1942, p. 2)



Tal propaganda trabalhava em consonância ao interesse do governo federal de promover o deslocamento de grupos relativamente vulneráveis aos períodos de crise climatérica e, por isso mesmo, atores ativos das ações de massa em diversas localidades do Nordeste, para o povoamento de espaços distantes e tidos como desabitados, onde poderiam dedicar-se à atividades agrícolas ou a qualquer outra atividade que efetivasse sua fixação definitiva ao solo amazônico e, também, contribuísse para o crescimento econômico da Nação.

A respeito do processo migratório, Secreto explica, com base em estudos anteriores, que, na década de 40, isso foi chamado de “migração planejada”, uma vez que

Era necessário aceitar os movimentos dos sertanejos que, empurrados pelas secas, eram obrigados a procurar outros ambientes mais favoráveis à existência. O salutar e desejável, [...] seria que esse movimento se realizasse para outras zonas rurais e não para as cidades. Por isso as migrações planejadas eram [...] a melhor solução achada pelo Estado, ‘reajustando as populações dentro de seus territórios’. Exemplo disso seria o encaminhamento de trabalhadores nacionais, principalmente do Nordeste, para a planície amazônica. (SECRETO, 2007, p. 25)

Tal incentivo à migração de nordestinos para a Amazônia irá ganhar mais impulso com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial e com os Acordos de Washington, a partir do que será formado o Exército da Borracha, composto, majoritariamente, de trabalhadores nordestinos.

DE FLAGELADOS DA SECA A SOLDADOS DA BORRACHA

Em virtude de acordos assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, esses dois países estabeleceram o cumprimento de certos compromissos. Entre eles, estava o compromisso norte-americano de contribuir financeiramente para a modernização do parque industrial brasileiro,



como a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Além disso, investimentos no que diz respeito à obtenção de armamentos para o Exército brasileiro também estavam na pauta desses acordos. Por outro lado, permissão para a instalação de bases militares norte-americanas em pontos estratégicos do território brasileiro era um dos compromissos assumidos pelo Brasil. Através desses acordos – os Acordos de Washington – outra exigência ficava estabelecida pelo governo norte-americano, e que talvez tenha sido a que mais veio a envolver a população sertaneja do Nordeste no contexto da guerra: o fornecimento de matéria-prima para a indústria bélica dos Estados Unidos.

A borracha é um elemento essencial para a produção de itens automotivos, além da confecção de determinados objetos usados em contexto de guerra. As colônias britânicas na Ásia, que haviam se tornado grandes produtoras de látex, ultrapassando de modo extraordinário a produção gomífera do Brasil (concentrada na região amazônica), estavam sob o controle das forças japonesas, colocando em risco o suprimento de borracha para o bloco dos países aliados, e consequentemente, comprometendo sua indústria bélica. Dessa forma, tornou-se necessário buscar uma maneira que solucionasse tal problema, o que fez com que a Amazônia brasileira voltasse a ser o centro das atenções.

O Brasil, e mais especificamente a região amazônica, vivenciou um passado de grande prosperidade em decorrência da extração do látex, atividade essa que atraiu uma grande quantidade de nordestinos, desde o século XIX, em virtude, também, dos períodos de seca que assolavam o Nordeste brasileiro. Portanto, as ondas migratórias para a Amazônia, oriundas da região nordestina, não se constituíam em acontecimentos recentes, estando, inclusive, na pauta das soluções apresentadas pelas autoridades federais para auxiliar as famílias sertanejas nos períodos de seca. Por conseguinte, houve o declínio dos lucros obtidos com a produção gomífera brasileira, resultado da concorrência com o látex asiático, deixando a Amazônia mergulhada numa espécie de esquecimento, até que a Segunda Guerra mudou esse quadro.



Em 1942, como reflexo dos Acordos de Washington e da necessidade de abastecer a indústria bélica norte-americana do precioso látex, tornou-se necessário e urgente a formação de um grupo destinado especificamente a trabalhar na extração daquela matéria-prima nos seringais amazônicos. Nesse ínterim, também se tornava urgente a escolha da mão-de-obra a fazer parte desse grupo de trabalhadores. Em virtude da seca de 1942 no sertão nordestino e das constantes ameaças das ações de massa naquele espaço, o governo Vargas decidiu, então, iniciar uma campanha de convencimento da população nordestina a fazer parte daquele empreendimento de guerra.

De certa forma, o deslocamento desses trabalhadores nordestinos para o trabalho nos seringais também viria a colaborar com o projeto do governo brasileiro de promover a ocupação da região Amazônia e a fixação de famílias nordestinas naquela localidade. A esse respeito, temos que

Com a retomada da extração gomífera em 1942, [...] houve por parte do governo federal uma política revelada de incentivo à migração para suprir a necessidade de mão de obra da atividade extrativa da borracha. Neste curto período, houve um grande aumento populacional na região, uma vez da migração compulsória de pessoas de vários lugares do Brasil. Durante a década de 1940, o Pará, por exemplo, teve sua população tão aumentada que ultrapassou o número de um milhão de pessoas, chegando em 1950 com mais de 1,1 milhão de habitantes. [...] Os outros estados também apresentaram significativos incrementos populacionais, com destaque para as capitais. Destaca-se que boa parte dos trabalhadores que se deslocaram para a região amazônica para servir de mão de obra no segundo ciclo de extração da borracha era de origem nordestina. (OLIVEIRA; TRINDADE; MACHADO, 2012, p. 25-26)

A esses trabalhadores enviados para o trabalho nos seringais amazônicos no período da Segunda Guerra Mundial, chamou-se soldados da borracha. Tais soldados, por sua vez, compuseram aquilo que se de-



nominou, convenientemente, de Exército da Borracha, uma vez que a ideia era inserir um número bastante elevado de trabalhadores nesse grupo a ser enviado para o *front* de batalha nos seringais.

Para a seleção de trabalhadores que iriam compor o Exército da Borracha, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), responsável não só por realizar o processo de seleção, mas também de transporte dessa mão-de-obra até a capital do Pará, de onde os mesmos seriam distribuídos pelos seringais ou para qualquer outra localidade onde houvesse a demanda por trabalhadores.

Para a composição desse exército, foi necessário fazer uso da propaganda, elemento de grande relevância, uma vez que atraiu quantidade considerável de pessoas para integrar o Exército da Borracha, formado em grande medida por sertanejos que tiveram sua sobrevivência no campo comprometida pela seca de 1942 e pelas dificuldades dela proveniente. Segundo Barboza, a estratégia de propaganda foi bastante eficiente, pois fez uso de vários veículos de comunicação, como os cartazes e os jornais, além do rádio e do cinema, neste, através dos cinejornais que eram exibidos antes do início dos filmes. Também outros meios se mostraram eficientes para divulgar a Campanha da Borracha, tais como “o burburinho, o boato, a influência nas praças, ruas e becos das cidades, ou nas obras públicas, roçados, praças e igrejas no interior” (BARBOZA, 2017, p. 153).

No Rio Grande do Norte, boa parte da campanha em prol do Exército da Borracha se desenvolveu através da imprensa. O jornal *A Ordem*, por exemplo, divulgava entrevistas realizadas com o médico Aderson Dutra, chefe do posto de seleção de trabalhadores em Mossoró. Nessas entrevistas, o referido médico enumera os benefícios oferecidos pelo SEMTA para aqueles que optassem por seguir para a Amazônia como soldado da borracha:

A apresentação do trabalhador é feita em Mossoró. Lá, ele é submetido ao exame médico, e julgado apto, passa logo a receber a diária de Cr\$ 6,00, roupa, alimentação e um par de alpercatas. [...]



O transporte até S. Luiz é feito de caminhão e trem. De lá a Belém, de avião. Desde que seja localizado no núcleo de trabalho, o trabalhador aumenta logo a sua diária para Cr\$ 23,00. Recebe completa assistência médica e alimentar. E sua família, que poderá ficar no núcleo de concentração que vamos instituir ou nas suas residências, recebe, até 4 pessoas, Cr\$ 2,00 cada uma. [...] O trabalhador tem ainda 60% da produção da borracha, 50% da madeira, 50% da castanha do Pará e toda pesca e caça. (*A Ordem*, 1943, p. 1)

O clero potiguar também contribuía para a propaganda em favor da ida dos trabalhadores para a Amazônia, conforme o mesmo jornal:

O encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia é uma das preocupações mais insistentes das autoridades, no presente momento, afim de aumentar a produção da borracha, ao máximo. [...] Junto a estes trabalhadores da borracha estão alguns sacerdotes, prestando assistência religiosa, e animando os brasileiros na sua árdua tarefa. O pe. Helder Camara é um desses abnegados lutadores, em defesa dos interesses do Brasil e dos aliados. Atualmente em Mossoró, em missão de propaganda, está o ilustre sacerdote realizando discursos em praça pública [...]. (*A Ordem*, 1943, p. 1)

Percebe-se, portanto, que diversos setores da sociedade brasileira, inclusive a potiguar, esteve envolvida na Campanha da Borracha e atuando de forma a incentivar o ingresso dos sertanejos nesse esforço de guerra, capaz não só de fornecer a vida próspera na Amazônia para o trabalhador castigado pela seca, mas também de contribuir para a vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, e para o engrandecimento da pátria, sendo, assim, uma ação patriótica.

CONCLUSÃO

Diante das circunstâncias daquele ano de 1942, como a seca e as dificuldades por ela geradas, e a intensa campanha em prol da Batalha da



Borracha, com suas vantagens sendo alardeadas pelos jornais, rádios, cartazes, pelos discursos do próprio presidente Getúlio Vargas e pela ação do clero, milhares de trabalhadores nordestinos, entre eles, potiguares, ingressaram nas fileiras do Exército da Borracha, sendo promovidos, portanto, de flagelados da seca a soldados da borracha.

Passaram a ser destaque nacional, pois estavam contribuindo, com sua força de trabalho, para o crescimento nacional, ao povoar os espaços “vazios” e explorá-los, e para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra. Além disso, esses trabalhadores estavam a lutar pela própria sobrevivência, uma vez que, prejudicados pelas constantes secas nos sertões nordestinos, ficavam à mercê da caridade e das obras públicas, com o fim de aliviar – na medida do possível – suas necessidades mais imediatas. Dessa forma, o deslocamento para a Amazônia, naquele ano e contexto específicos, foi apresentado como sendo a solução mais viável e definitiva para aqueles sertanejos, que se lançaram em busca da “terra prometida”.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Entre narrativas, usos e abusos: migrações de cearenses para a Amazônia (1877-1945). In: CÂNDIDO, Tyrone A. P.; NEVES, Frederico de Castro. (org.). **Capítulos de História Social dos Sertões**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017. p. 143-158.

GUERRA, Paulo de Brito. **Flashes das secas**. Fortaleza, DNOCS, 1984.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **Caicó**: subsídios para a história completa do Município. 2ª edição (1ª edição 1944), Natal: Sebo Vermelho, 1999. p.89.

NEVES, Frederico de Castro Neves. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Barreto; MACHADO, Nathalia Menezes. **Borracha, nordestino e floresta**: a economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. In: Cadernos CEPEC/UFPA, v. 1, nº 1, p. 4-35, fev. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6773/5365>. Acesso em: 21 de janeiro de 2021.



SECRETO, María Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FONTE

(JORNAL A ORDEM)

Socorro aos flagelados. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01951, 17 de abr. de 1942. p. 1.

O clero se interessa por minorar os sofrimentos dos flagelados da seca. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01948, 14 de abr. de 1942. p. 1.

O flagelo da seca: novos clamores dos prefeitos do interior; açude para Lages; crédito para as obras dos vales úmidos. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01944, 9 de abr. de 1942. p. 1.

A aflição dos nossos sertanejos diante em face da seca: depoimento do vigário de Currais Novos. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01933, 25 de mar. de 1942. p. 1.

Três importantes decretos do Presidente da República, abrindo créditos para minorar os efeitos da seca no Nordeste. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01951, 17 de abr. de 1942. p. 1.

Vantagens à emigração de trabalhadores para a Amazônia. *A Ordem*, Natal, ano VII, nº 01946, 1 de abr. de 1942. p. 2.

Os nordestinos vão colaborar na Batalha da Borracha: o dr. Aderson Dutra, falando a *A Ordem*, explica as atividades do Semta no Rio G. do Norte. Completa obra de assistência ao trabalhador. *A Ordem*, Natal, ano VIII, nº 02210, 11 de mar. de 1943. p. 1.

O clero anima a “Batalha da Borracha”: o pe. Helder Câmara faz discursos, em Mossoró, na praça pública. *A Ordem*, Natal, ano VIII, nº 02207, 5 de mar. de 1943. p. 1.



BRAÇOS FORTES E DESVALIDOS: MIGRAÇÃO E TRABALHO NO PIAUÍ OITOCENTISTA

 Victória Régia dos Santos Lima¹

 Vívian Raquel dos Santos Lima²

Nas áreas pertencentes ao território denominada por sertão as relações sociais e econômicas eram moldadas a partir do fenômeno da seca e as implicações que estes acarretavam para o meio social. Apesar de ser um evento natural que ocorre periodicamente na região, as políticas assistenciais e de combate à seca só ocorriam quando as mazelas oriundas desse fenômeno reverberavam para além das fronteiras do sertão.

Como marco temporal da nossa discussão nos debruçamos sobre os anos de 1876-1879, recorte temporal marcado pelas intensas modificações nas estruturas sociais dos sertões ocasionadas pelo que ficou conhecido como a grande seca. Tamanho fenômeno trouxe para a Província do Piauí intensas transformações, a pequena e incipiente capital Teresina viu adentrar em seu território uma multidão de migrantes vindos de todas as partes em busca de melhores condições de sobrevivência, buscando reconstruírem suas vidas. Neste contexto de intenso trânsito

¹ Mestranda em Ensino de História (PROFhistória/UESPI). Graduada em História. Pesquisadora no Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista (CNPq). Docente da rede municipal de Valença do Piauí. E-mail: vick.regia@outlook.com.

² Graduada em Licenciatura plena em Pedagogia- UFPI. Membro colaboradora do Grupo de Pesquisa em Observatório vozes da EJA Brasil- África (CNPq). E-mail: raquelvivian2017@gmail.com.



de migrantes, a elite local enxergou a oportunidade ideal para controlar estes indivíduos, a partir da atuação das Comissões de Socorros Públicos. As ações destas Comissões apresentavam, bem mais do que um ideal de auxílio aos desamparados, uma oportunidade de enriquecimento das elites, que atuaram juntamente com as autoridades administrativas de maneira diligente e incompaciente na tentativa de controlar a multidão.

Diante disso, tem-se neste artigo a inquietude de problematizar os discursos da elite utilizados para justificar o emprego da mão de obra migrante nas construções públicas em Teresina, entre os anos de 1876 e 1879. Discutir como foi posta em prática a atuação das Comissões de Socorros Públicos em Teresina, focando na tentativa da elite de impedir os vícios da ociosidade. Defenderemos que as ações das Comissões estavam mais relacionadas aos benefícios que seriam acarretados para as elites, do que necessariamente, prestar assistência aos desvalidos.

Diante a problemática oriunda com a seca, as elites e o governo decidiram por criar as Comissões de Socorros Públicos, meios utilizados para a prestação de serviços assistencialistas, eram formados por pessoas nomeadas pelos presidentes provinciais que recebiam do governo imperial gêneros alimentícios e medicamentos para que as Comissões as distribuíssem entre os sertanejos.

As Comissões de Socorros Públicos foram financiadas com recursos do Ministério do Império requisitados diretamente pelo Presidente da Província sem a necessidade de aprovação prévia orçamentária, mobilizadas em casos de calamidades. Foram designadas 37 comissões para as localidades da capital e interior do Piauí, composta por autoridades locais, em geral: o pároco, o delegado, um coronel ou algum comerciante. Entre suas atribuições estava a compra e distribuição de alimentos entre retirantes e a remuneração pelo trabalho em obras públicas ou núcleos coloniais privados. (BARBOZA, 2013. p. 311).

As intervenções assistenciais, pautados nas fontes que trabalhamos, tiveram como base o emprego dos migrantes em obras públicas.



As comissões de Socorros Públicos serviam como meio de organizar as medidas emergenciais, eram a partir delas que se davam as medidas de intervenção, como a construção de obras públicas para o emprego de migrantes, a distribuição de alimentos e vestuários, como também o fornecimento de atendimento médico. No entanto, tais medidas eram incipientes, visto que eram realizadas na iminência de uma estiagem, não eram medidas mantidas constantemente, portanto não resolviam a problemática social advinda com a seca. Dentro deste contexto de pobreza, seca e migração ocasionados pelo fenômeno da seca de 1877-79, um importante conceito foi sendo integrado ao discurso da elite e dos governos para identificar os sertanejos.

O termo desvalido perpassa toda a história do Brasil, mas na metade do século XIX o termo passou a ser empregado associado a violência “nessa conjuntura político-social, o termo “desvalido” era basicamente empregado para designar alguém vítima de violência, que devido a sua condição de velho, mulher ou criança era considerado incapaz de se valer pelos seus próprios meios. (SOUSA, 2015. p.181). Com o advento da grande seca, o termo passou a caracterizar os sertanejos retirantes da região Norte. Dessa forma “o termo “desvalido” foi ressignificado, sendo associado quase que exclusivamente ao retirante fugitivo das estiagens.” (SOUSA, 2015. p. 182).

A partir de então as propostas e projetos governamentais passaram a utilizar a nomenclatura oficialmente para se referir aos sertanejos que passeavam pelas ruas das principais vilas das províncias e que seriam assistidos pelas comissões de socorros públicos. Araújo (2010) expõe que neste cenário de intensas modificações, decorrentes em grande medida pelo elevado índice migratório, a província do Piauí esteve situada no centro da rota de migração servindo de passagem para os retirantes que saíam das vilas do Ceará, fugindo da seca a procura de melhores condições de vida, indo em direção a regiões que eram acomedidas em menor escala pelos infortúnios da estiagem. Com a iminência da grande seca de 1877-1879 Piauí foi colocado no centro das discussões



imperiais e noticiários que versavam sobre os malefícios da seca para o povo e a sua economia.

No primeiro ano da catastrófica seca, a província piauiense passou quase que despercebida em relação às outras províncias da região, contudo, no ano seguinte a seca avolumou os problemas sociais, e de maneira vultosa causou complicações para a economia local que já passava por problemas. Em relação ao espaço físico da província que foi atingido pela seca, os municípios mais atingidos eram aqueles que faziam fronteiras com a província do Ceará e Pernambuco, no entanto aos poucos a seca se alastrou por toda a província. Com a chegada de retirantes, que vinham principalmente do Ceará, e de outras vilas do Piauí, a humilde província sentiu de forma intensa as dificuldades da seca, inicialmente manifestando-se na carência de víveres.

Como aponta a bibliografia piauiense, a cidade de Teresina sentiu de forma mais intensa a chegada dos retirantes por ser a sede do governo provincial e estar localizada as margens do Rio Parnaíba, entretanto, apesar de ter uma melhor localização, a atual capital do estado sentiu as perniciosidades da seca no intenso fluxo migratório em seu território, na carência de víveres, além do esgotamento das produções agropecuárias, a sua produção de gado foi sendo dizimada por epidemias que levaram as criações a morte, e as que escapavam ficavam impróprias para o consumo.

Com o aumento repentino do trânsito de pessoas pelas ruas das vilas da província, e sobretudo pela fixação de muitos retirantes neste território, o Piauí se deparou com o esgotamento de suas produções agrícolas e de gêneros alimentícios. Sem saída, os migrantes adentraram na empreitada de saques a pequenas mercearias, e principalmente, aos depósitos do governo, na tentativa de conseguirem saciar a fome. Com o intuito de retirar os retirantes das ruas de Teresina, os abarramentos surgiram como locais propícios para a destinação dos desvalidos, servindo como um local para abriga-los durante o período de seca. Configuravam-se como um “ajuntamento de retirantes que procu-



ravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha- através de Comissões de Socorros”. (CASTRO NEVES, 2000. p.99).

A primeira referência que temos notícias sobre os abarracamentos, foi durante a seca de 1845 em Fortaleza, quando Frei Serafim deu início a ideia de abrigar os retirantes enquanto durasse a seca, a fim de explorar sua força de trabalho em obras de utilidade religiosa. De acordo com Sousa (2019) esse provavelmente foi o primeiro abarracamento de retirantes construídos no Ceará, de forma que o formato serviu de modelo para aqueles construídos nas demais províncias da região, inclusive os construídos na província do Piauí.

Sua configuração arquitetônica remontava os aldeamentos jesuítas empregados nos séculos anteriores, durante a colonização portuguesa para gerenciar o trabalho indígena. Porém sendo construída no lugar da oca, a palhoça do retirante e no lugar da capela do vigário, o barracão do chefe da comissão. (SOUSA, 2019. p. 53)

A destinação dos retirantes para os abarracamentos alimentava o ideário de uma cidade rica e sem rastro de pobreza. A presença dos desvalidos nas ruas de Teresina interferia na sociabilidade, de forma que a presença dos migrantes resultou em um aumento significativo de pequenos furtos, e de mendicância. A saída encontrada pelo governo local foi retirar os indivíduos dos centros da cidade, a fim de “esconder” o rastro da pobreza. Os abarracamentos, na medida em que resolvia a problemática dos migrantes vagando pelas ruas da cidade, trazia a face uma questão sanitária. O aglomerado de desvalidos em condições higiênicas precárias acarretava na proliferação de doenças. As fontes explanadas nos demonstram parcialmente a situação calamitosa que Teresina se encontrava, visto a proliferação de doenças nos abarracamentos.

A segunda metade do século XIX foi marcado por uma intensa manifestação de epidemia que contribuiu para a elevação da taxa de



mortalidade, que atingiram principalmente as camadas mais pobres da sociedade. “A saúde pública, durante o século XIX, era quase inexistente, muitas vezes relegada à caridade e à assistência particular, o que permitia que a mortalidade infantil alcançasse números significativos”. (GADELHA; LIMA, 2017. P.112). Não havia a prestação de serviços de saúde regularmente, o que acontecia realmente, era o atendimento prestado durante o período de epidemias.

As epidemias também se manifestaram de maneira intensa na província do Piauí, as doenças vitimaram muitos migrantes nesse período, que eram agravadas pela condição econômica. Percebemos que durante o período de estiagem e epidemia, o presidente da província enviava através da Comissão de Socorros Públicos, médicos, medicamentos e até mesmo ambulâncias para o atendimento nas vilas mais carentes da Província. A morte, a doença e a fome estavam sempre ao lado dos sertanejos, mesmo daqueles que saíram de seu local de origem em busca de sobrevivência, essas três características marcaram o imaginário em torno da região Nordeste.

Os desvalidos que migravam de vila em vila, de província em província sob o regime do sol, enfrentando as intempéries do clima, sobrevivendo com o pouco que conseguiam pelas estradas, chegavam ao seu destino com as forças esgotadas. Acometidos pela fome, cansaço e todo o sofrimento que as longas migrações traziam, até mesmo a morte de seus familiares mais debilitados que não suportavam a caminhada, ao chegarem em seus destinos eram submetidos a condições higiênicas precárias dos alojamentos mantidos pelo governo, sem atendimento médico adequado e com a falta de medicações.

Em 1877, a seca ainda não havia prejudicado a lavoura e a criação de gado, todavia, de acordo com nossas fontes já havia a presença de migrantes e a prestação de serviços por parte das Comissões de Socorros. É notável a carência de médicos e medicamentos em algumas vilas da província, mas a comissão de socorros de Teresina nos parece ser a que possuía uma melhor situação, uma vez que percebemos que em



alguns momentos a comissão da capital envia às comissões de outras vilas uma ambulância carregada com medicamentos, a fim de atender as necessidades dos migrantes que padeciam de febre.

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

A comissão de socorros públicos desta capital, respondendo aos ofícios de vossa excelência de 5 e 10 do corrente cumpre a comunicar a vossa excelência que no dia 19 deste remeteu a comissão da Vila da Massas [?] a ambulância para ser aplicado ao tratamento dos doente emigrantes daquele município. Deus guarde a vossa excelência Teresina, 21 de setembro de 1877 lustríssimo excelentíssimo senhor doutor Francisco Bernadino Rodrigues e Silva. Digno Presidente da província. (APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.)

As comissões de socorros públicos recebiam do governo provincial as demandas financeiras que pontuavam como necessárias, e possuíam a autonomia de distribuírem os seus recursos internos da forma que julgavam procedente, como pontua essa instrução de Francisco Bernadino Rodrigues Silva, publicada no periódico *A Imprensa*, “as comissões procederão em sua economia interna como melhor lhe parecer distribuindo convenientemente o serviço entre os seus membros, conferenciando-se e reunindo-se na ocasião mais oportuna” (*A imprensa*, 21/08/1877, Noticiario “instruções” p.4).

Contudo, apesar de receberem do governo repasses financeiros para a sua manutenção, as Comissões não possuíam condições de atender toda a demanda dos desvalidos, era constante nos jornais da província anúncios, como o exposto seguir, onde as Comissões solicitavam doações de alimentos, “A COMISSÃO DE SOCORROS desta capital precisando de oito centas quartas de farinha, quinhentas ditas de arroz, duzentas ditas de feijão, duzentas ditas de milho, e de condução de 45 cargas dos mesmos gêneros[...] convida a quem quiser fazer o fornecimento[...]” (*A Época*, Teresina. 23/08/1877, Anuncios. p.4)



De acordo com Lia Monnielli Feitosa Costa (2015), o ano de 1878 foi um ano problemático para a produção agrícola piauiense, a carência de chuvas acarretou o esgotamento das sementes utilizadas para o plantio, de maneira que o governo provincial decidiu limitar o abastecimento dos núcleos coloniais a apenas o fornecimento de víveres, farinha, carne, e em poucos casos farinha.

É sabido das dificuldades que a administração das Comissões enfrentava para suprir as suas necessidades. É recorrente o envio de requerimentos solicitando mantimentos, principalmente gêneros alimentícios. O excedente de pessoas nos abarracamentos gerava um grande contingente de alimentos e medicamentos, o que por vezes não era suprido pelo governo local.

Pelo vapor “barulheiro [sic] Paranaguá” chegado a este ponto, a 23 do corrente recebemos com ofício do senhor inspetor [ilegível] na fazenda a quantia acima referida de cem conto de reis, e custa lembrar para que a importância de dois contos de reis recebida pela comissão já se acharão [esgotadas e lutara ela com embaraço para ocorrer] as despesas de dia para dia crescente por causa do crescido número de emigrantes conta-se até hoje 2310. Parte destas estás acomodada em baração que a comissão mandou construir, e outros por falta de agasalho [ilegível] o baração fica pronto no dia 12 do corrente [ilegível]. E divididas em 52 quartas as quais se acham todos ocupados. Despendeu-se com esta obra a importância de 472.40 reis tendo aplicado toda a economia e tido a vantagem de muitos auxílios particulares. Não é [ilegível] o estado [ilegível] dos emigrantes [ilegível] que é certamente devido os maus tratos por qual vem passando com a emigração exposta ao regime do sol, da fome e de [ilegível], de sorte que chegando tem sido acometidos de febre de diversos caracteres contornando-se [?] alguns casos graves. O médico doutor Almir José de Araújo, apresentou-se [sic] sempre voluntariamente ao tratamento, porém acaba de retirar-se, e suposto que o outro médico doutor Joaquim Eduardo da Costa Sampaio, continue a apresentar-se, todavia por ser só não pode acudir com pontualidade e prontidão os recla-



mador [?] emigrantes dentre, os que se acham aquartelados no baração [ilegível] da cidade, porém em grande número dispersos por toda a parte e que muito dificulta o seu tratamento. Tem sido crescido o receituário de forma que a pequena verba destinada para medicamentos aos pobres são tanto ineficientes. 42 Depois do que acabamos de expor a vossa excelência pedimos a vossa excelência que se ligue[?] das providencias para que seja a comissão habilitada em tempos com mais dinheiro para contermos [?] as despesas a seu cargo pois quanto a quantia de cem conto de reis dentro em pouco tempo estará esgotada. [O outro fim] a comissão pede nessa a vossa excelência para lembrar em vista da escassez que já temos de gêneros alimentícios pela grande exportação e de já cito a farinha a 100 [reis o litro] e não haver absolutamente feijão, nem milho, nem arroz, que vossa excelência dê suas renderes[?] para que seja entregue a comissão algumas sacas de farinha, arroz e de feijão dos gêneros [?] vindos ultimamente de Pernambuco[...] (APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.)

Apesar de extenso o texto exposto anteriormente é alto explicativo. Demonstra em suas linhas a condição frágil das Comissões. Os repasses do governo eram insuficientes para sanar todas as despesas e muitas vezes era necessário recorrerem a doações de particulares, a fim de tentarem conseguir um mínimo necessário para manterem os migrantes vivos, já que o bem-estar desses indivíduos não era o foco. Além da carência de alimentos e agasalhos, os repasses para a compra de medicamentos também eram insuficientes, o que aliado as condições higiênicas precárias dos abarracamentos, tornava a vida dos acolhidos ainda mais difícil, e por vezes levavam a proliferação rápida de doenças.

Mesmo não tendo sido atingida pela as perniciosidades da grande seca em seu primeiro ano, Teresina foi sendo maculada pelas dificuldades oriundas da migração e consequente aumento populacional, que alterou, principalmente o funcionamento do centro urbano, levando as autoridades a colocarem em prática medidas assistenciais para afastar



os desvalidos das ruas da capital, por mais que essas medidas não resolvessem a problemática dos migrantes, servia como uma “maquiagem” para encobrir a realidade, alimentando o imaginário elitista da época.

As Comissões apesar de terem um pequeno alcance e não possuírem condições de assistir a toda a população migrante que se encontrava em Teresina se configuraram como importantes meios de assistir a pobreza e, principalmente de manutenção de uma lógica social que pormenorizava os desvalidos. A situação financeira nos revela que a preocupação do governo não estava pautada, essencialmente, em uma prestação eficaz de assistência, o atendimento precário demonstra a pouca preocupação dos governos em propiciar condições que favorecessem o desenvolvimento humano e financeiro dos indivíduos alvos das medidas assistenciais. Nesse viés as construções que ficaram conhecidas por abarracamento, aliadas as explorações da força de trabalho se revelam com a “cara” das políticas assistenciais implementadas pelo governo no triênio da grande seca.

Teresina mantinha uma postura progressista frente a onda de modernização que espalhava-se pelo mundo no final do oitocentos e, as medidas de assistir aos desvalidos foram postas em prática como um caminho a ser seguido a fim de nivelar a condição da província, dando vazão a uma imagem de cidade desenvolvida as demais regiões do país.

MEDIDAS DE CONTROLE: O TRABALHO CONTRA A OCIOSIDADE

A existência e presença das Comissões de Socorros foram importantes para manter o imaginário social em torno de determinados comportamentos. Um desses comportamentos que nos chama atenção nas documentações utilizadas, é em relação ao trabalho. Sabemos que durante o século XIX a moralidade está intrinsecamente relacionada ao trabalho, a desempenhar uma função, manter-se ocupado. Na legislação e no meio social eram presentes discursos que pediam a proibição da vadiagem, característica que estava ligada a classe social que o indivíduo ocupava.



É presente nas fontes utilizadas o discurso de emprego dos migrantes nas construções de obras públicas, enxergamos essas narrativas de forma heterogênea, pois atribuímos a elas múltiplos significados. Primeiro, como já sabemos, essas medidas de socorro, e principalmente o emprego dos migrantes nas obras públicas são ações que carregam em si um interesse para além da caridade. Funcionando como uma moeda de troca, os migrantes trabalhavam, na maioria das vezes, por gêneros alimentícios que serviriam para alimento próprio e de sua família. Os açudes, construções para o reservatório de água, representaram um grande número das obras empreendidas pelos governos, teoricamente amparariam os sertanejos nos momentos de seca, entretanto, eram construídas dentro dos limites de grandes fazendas de gado, de forma que traziam mais benefícios para os fazendeiros, ou seja, a elite, do que para aqueles que mais sofriam com a estiagem, os sertanejos e migrantes.

Notamos que o emprego dos migrantes favorecia a manutenção de uma estética social nas cidades. Os pobres nesse contexto, carregavam o estereótipo de classe perigosa, os flagelos da sociedade, que viviam vagando pela província, provocando tumultos, realizando pequenos furtos ou atraídos pela caridade, mendigando pelas ruas das vilas. Desta forma, a construção dessas obras e o emprego dos pobres e migrantes afastariam esses indivíduos dos centros urbanos, contribuindo para a criação de uma cidade desenvolvida aos moldes das cidades da Europa.

No imaginário e desejo da sociedade teresinense e governo provincial havia a ambição da construção de uma cidade progressista e civilizada, sem rastro de miséria. Desse desejo nasce a necessidade de retirar os desvalidos das ruas e alocá-los em locais onde pudessem ser aproveitados de maneira conveniente. Explorar a força de trabalho desses sujeitos foi a medida posta em prática, assim um discurso em torno da moralidade presente no ato laboral começou a ser disseminado. Na visão das elites e do governo, o trabalho era um ponto primordial para assegurar a moralidade dos indivíduos, quanto mais dedicação a um



ofício, maiores são os atributos morais que estes possuem. Para reforçar esta ideia, as obras públicas eram desenvolvidas com o intuito de empregar a maior quantidade de migrantes possível, promovendo dessa forma uma oportunidade para os desvalidos de manutenção da moral.

[...] comunicamos a vossa excelência que já estão sendo empregados no aterro [de nome] baixão [este sendo] principal da cidade [ilegível] as enchentes do rio que é obra de grande utilidade. Vossa excelência levando em consideração resolverá como julgar [ilegível]. Levamos exposto e a comissão aguarda as [ilegível] de vossa excelência, em cujo desempenho empregará toda a localidade. Ilustríssimo excelentíssimo senhor doutor Francisco Bernadino Rodrigues da Silva. Mui digníssimo presidente desta província. APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.)

É necessário observar que é presente nas cartas o comunicado que já está sendo empregado em um “aterro” alguns migrantes, e que há a intenção de empregar mais, até que todos da localidade estejam engajados nessa obra. Em algumas cartas há explicitamente a justificativa que o emprego dos migrantes nessas obras se daria para evitar os vícios da ociosidade. As investidas governamentais de socorro indireta nos revelam uma face exploradora e pouco preocupada com os infortúnios da seca. As ações governamentais nos parecem esconder um desejo de exploração, ao invés do governo planejar e aplicar medidas preventivas que colaborassem com o enfrentamento das adversidades advindas com a estiagem, preferiu fazer da seca um fenômeno social, tirando vantagem dos desvalidos, explorando-os nas obras públicas.

Um termo digno de nossa atenção e que vale a tentativa de tentá-lo entender, é o sentido dado a ociosidade. O termo aparece em nossas fontes como uma expressão, os “vícios da ociosidade”, que deveriam ser evitados, já que eram vistos como comportamentos viciosos e que acarretaria em danos para a sociedade. O sentido aplicado e utilizado por



nós nesta pesquisa para caracterizar um ocioso, é aquele formulado por Sidney Chaloub (1983).

O ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum e nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. (CHALOUB, 1983. p.61)

Em nossas fontes o termo aparece repetidas vezes sendo utilizado, segundo o nosso entendimento, para justificar o emprego dos migrantes nas obras públicas, e até mesmo as condições precárias e cargas exaustivas que estavam submetidos, uma vez que o discurso dominante era pautado na defesa de que o trabalho era o elemento ordenador da sociedade, definidor da moralidade. O que antes era atividade de homens escravizados, tornara-se agora uma atividade dignificante. Afirmamos que respaldamos na seguinte nota de Francisco Bernardino Rodrigues, presidente provincial, em 21 de agosto de 1877, no jornal *A Imprensa*, “como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e da boa ordem, convem que as comissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projecto ou andamento, a fim de prevenir os máos effeitos da ociosidade”.

Afirmando o comunicado citado acima, trazemos o trecho de uma das nossas fontes que expõe justamente a orientação que o governo provincial emitia a organização das Comissões de Socorros Públicos. O emprego dos migrantes nas obras públicas seguia a lógica elitista de construção de uma cidade desenvolvida, sem a mácula da ociosidade.

Ilustríssimo excelentíssimo senhor Temos a honra de acusar o recebimento do officio de vossa excelência N° 343 de 15 do corrente ano em que communicou a esta comissão que naquela data manda-



ram para a sua disposição, na [ilegível] de farinha, mais a quantia de cem conto de reis, e recomendava que a comissão empregasse em obras de utilidade pública os emigrantes mantidos por conta do governo, a fim de prevenir os péssimos efeitos da ociosidade[...] (APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876- 1889. Caixa sem numeração.)

É possível notar que as diversas investidas do governo em proporcionar assistência aos migrantes eram permeadas de segundas intenções e partiam de interesses econômicos, e por consequência o enriquecimento e exploração da elite sobre os desvalidos. As políticas de assistência se encaixam em um molde patriarcal, que tende a oscilar entre a caridade e a, disciplina e controle dos corpos. O emprego nas obras públicas carrega um caráter disciplinador e mantedor da ordem, tinha-se a visão que a simples distribuição de alimentos e demais assistências favorecia o desenvolvimento da ociosidade entre os assistidos.

A caridade oficial não deixa de oferecer graves inconvenientes. Os indivíduos habituem se a viver da ração que lhe é ministrada, aos socorros que lhes são distribuídos, contentam-se com esse pouco, e deixam-se na ociosidade; a energias moraes se abatem, os costumes se pervetem, as inclinações se preparam, se encaminham para a pratica de crimes e elles vão já apparecendo em varias provincias. (A Imprensa, 30/08/1879.P. 3)

A simples distribuição de alimentos ou a prestação de serviços médicos aos desvalidos causariam, na visão da elite e governo local, uma habitualidade a receber assistência, alimentando nos assistidos um comportamento ocioso. Pois estariam reféns do pouco que recebiam de graça e não buscariam meios de dignificar a moral. Os manuscritos nos revelam que os termos ociosidade e trabalho foram sendo implementados nos discursos elitistas na tentativa de controlar os indivíduos, principalmente aqueles que viviam pelas ruas de Teresina.



As narrativas em torno desses sujeitos os caracterizavam como perigosos e importunadores da ordem. Sendo o trabalho o que estabeleceria a boa conduta e traria dignidade a estes indivíduos, a atuação das Comissões de Socorros Públicos pautou-se na inserção dos migrantes nas construções públicas, que possuíam um caráter ambíguo de exploração e assistência. Fica perceptível nas análises das fontes a preocupação mantida pelas autoridades em impedir o que eles chamam de “vícios da ociosidade”, ato praticado, de acordo com o que nos consta, pelos migrantes, que era visto com má olhos pela elite local, pois seriam a porta de entrada para cometerem pequenos delitos, uma vez que de acordo com Sidney Chalhoub (1986), a moralidade estava intrinsecamente ligada ao trabalho, ou seja, quanto mais o indivíduo exerce um trabalho mais atributos morais ele possuía, assim como o contrário o fazia desprovido de senso de moralidade.

Esse discurso favorecia a implantação de um regime de trabalho altamente exploratório, que colocavam os trabalhadores migrantes em uma relação de exploração, péssimas condições de trabalho, além da baixa remuneração. Mais tarde em 1890, o código penal brasileiro atribuiu em seu capítulo XII – Dos Vadios e Capoeiras, punição para os que praticassem a ociosidade, o que podemos julgar que favoreceu ainda mais a submissão dos pobres e migrantes ao jugo exploratório da elite.

As petições aqui trabalhadas detêm de um caráter social, pois possuem um potencial de descrever as dificuldades presentes no cotidiano dos sertanejos e o papel da Comissão de Socorros, oferecendo a possibilidade de se compreender como se dava o processo de assistencialismo. Em suas linhas, essas narrativas tratam de pedidos de alimentos, feijão, arroz, farinha e milho ao Presidente e, posterior envio aos migrantes; do envio de ambulâncias, medicamentos e médicos para o socorro dos migrantes nas vilas mais necessitadas. A partir da análise das cartas transcritas, observa-se que a assistência prestada pelo governo era insuficiente, os migrantes passavam pela carência de viveres, além de serem acometidos pelas epidemias e terem que conviverem com a carência de



atendimento médico. É interessante olharmos para essa narrativa construída em torno do trabalho lançando um olhar mais aguçado sobre as implicações que este discurso denota na vida cotidiana dos migrantes, refletindo de modo indubitável no local social ocupado pelos migrantes.

FONTES

Petições e requerimentos. APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.

A Época, Teresina. 23/08/1877.

A Imprensa, 30/08/1879. Discurso Pronunciado Na Sessão De 18/07/1877, Pelo Sr. Paranaguá.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e Pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010. 164p.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Zonas de contato no Piauí Oitocentista**: rotas de retirantes e escravizados. *Voices, Pretérito & Devir*. Ano 1, Vol 1, Num.2 (2013).

CASTRO NEVES, Federico de. A “capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. **Tempo**, núm. 9, julho, 2000. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. O Mesquinho pão das mil e uma dificuldades”: Imigrantes, abastecimento e tensões políticas no discurso do jornal piauiense “A Época” (1878). **Voices, pretérito & devir** Ano III, Vol. IV, Nº I (2015). Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. ISSN: 2317-1979.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GADELHA, Georgina da Silva, Lima, Zilda Maria Menezes. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2. 2017.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, 178 pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015.



REFLEXÕES INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DOS SERTÕES NA FRONTEIRA OESTE E AS RELAÇÕES ENTRE LUSO-BRASILEIROS E INDÍGENAS MBAYÁ-GUAICURUS DURANTE OS OITOCENTOS

 Dandriel Henrique da Silva Borges¹

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Intitulei essa comunicação de “Reflexões iniciais sobre o processo de dominação dos sertões na fronteira oeste e as relações entre luso-brasileiros e indígenas mbayá-guaicurus durante os oitocentos”. Essa apresentação é decorrente de pesquisas já finalizadas que originaram minha monografia, assim como de outras iniciais que pretendo trabalhar no desenvolvimento da minha dissertação. Essa proposta específica surge do momento em que me encontro, no qual estou objetivando ampliar meus conhecimentos historiográficos e a análise de fontes, antes de revisitar meu Pré-Projeto de Pesquisa para “fechar” propriamente os caminhos que seguirei na construção da dissertação².

¹ Mestrando em História pela Universidade Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: dandrielborges@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8508-7114>. Sob orientação da Prof^ª Dr^ª Marina Monteiro Machado.

² Para acompanhar minhas produções é só acessar plataformas de compartilhamentos acadêmicos (como o Academia.edu e o ResearchGate.net) e buscar por “Dandriel Henrique” ou pelo meu nome completo.



SOBRE O RECORTE ÉTNICO E GEOGRÁFICO

No centro do sul da América do Sul há uma região, majoritariamente formada de planícies, possuidora de uma diversidade de fauna e flora, chamada de Chaco ou Gran Chaco. Desde o século XVI, quando os primeiros europeus se aventuraram naquelas terras, já havia diferentes conjuntos indígenas que foram classificados de modo a associar com características como “caçadores”, “nômades” e, principalmente, “guerreiros”. Outro ponto pelo qual serão lembrados e que até virou um sinônimo desses indivíduos foi “cavaleiros”, pois desde as chegadas dos primeiros equinos trazidos por exploradores e colonos espanhóis, esses grupos capturaram, adestraram e transformaram os cavalos em parte essencial de seu modo de vida. Tendo isso em mente, não é surpresa que esses indivíduos não mantivessem moradias fixas, assim é muito complicado apontar para um ponto específico de um mapa e simplesmente dizer que aquele era o território dos indígenas estudados (HERBERTS, 1998; ESSELIN; OLIVEIRA, 2007). Não havia nem sombra de uma ideia de, por exemplo, um cercamento, e se as fronteiras culturais eram fluidas e mutáveis, o mais próximo de um limite territorial seria regiões dominadas por grupos inimigos. Ainda assim, vale apontar que em períodos mais próximos do que o que proponho nessa apresentação, esses indígenas já estavam localizados nos entornos do rio Paraguai, principalmente no que hoje é o limite entre o Paraguai e o estado brasileiro do Mato Grosso do Sul (que até parte de 1977, antes da divisão, ainda era o sul do Mato Grosso).

E por que ainda não mencionei o nome da etnia que estudo? Porque creio que deva pontuar uma coisa bem importante antes: eu parto, conscientemente, da perspectiva de não-indígenas sobre indígenas. Inclusive o nome pelo qual me refiro é aquele dado por europeus a partir dos termos usados pelo povo guarani, inimigo dos povos que estudo (HERBERTS, 1998). Sigo ele também por ser aquele mais recorrente-



mente usado pela historiografia³. Apresentado isso, segundo diferentes autores, mais ao norte no rio Paraguai havia os “mbayá”, enquanto mais ao sul estariam os “guaicuru”. Embora comunidades distintas, esses conjuntos de indivíduos se entenderiam enquanto membros de um mesmo povo (BESPALÉZ, 2015; HERBERTS, 1998; SILVA, 2014; VANGELISTA, 1993). Ainda pelo final do século XVII o povo do sul, mais próximos de Assunção, já teria “sumido”. Há quem defenda a hipótese de que foram extintos ou mesmo agregados aos companheiros do norte (HERBERTS, 1998). Seja como for, seguirei a historiografia ao chamar esse povo de “mbayá-guaicurus” ou, apenas, “guaicurus”. Na prática, esse era o nome que os luso-brasileiros davam a todos os indígenas da região com perfil de “guerreiros montados”.

O DEFINIDOR DO RECORTE TEMPORAL: O INÍCIO DE UM CONTATO MAIS RECORRENTE E NÃO BÉLICO ENTRE GUAICURUS E LUSO-BRASILEIROS

O ano de 1791 representa um marco nas relações entre a coroa portuguesa e indígenas mbayá-guaicurus, pois foi nesse ano que se estabeleceu o Tratado de Paz entre essas partes. Quatro anos depois temos a escrita de um relatório sobre esses autóctones, feito por Francisco Rodrigues de Prado, então comandante do Forte de Coimbra ou Presídio de Nova Coimbra, localizado no sertão fronteiriço entre o então sul de Mato Grosso e territórios espanhóis (atual Paraguai). Informações desse documento apontam que desde, ao menos, o início da criação de fortes portugueses na região, ainda na década de 1770, houve incentivo por parte de Governadores da Província para que os guaicurus recebessem presentes, buscando assim uma aproximação com eles que, após o citado Tratado, vão cada vez mais se deslocando para terras recém ocu-

³ Só conheço um historiador que destoa, Astor Weber, que em suas publicações, adiciona o nome originário, “eyiguayegui”, ao termo “mbayá-guaicuru”, formando “eyiguayegui-mbayá-guaicuru” (Cf. WEBER, 2007; 2008).



padas por forças da coroa portuguesa (PRADO, 1839). Assim começava a tomar forma, já desde o final do século XVIII, um processo que intencionava, nesse primeiro momento, que os guaicurus se aproximassem dos portugueses.

Ainda que os europeus e seus descendentes não vissem, ao menos na prática, os indígenas como seres humanos, buscaram construir uma maior afinidade desses povos consigo, do que com seus rivais que também estavam interessados naquelas terras, os espanhóis. A partir dessa aproximação assegurada, ao menos na teoria, pelo Tratado de Paz de 1791, objetivava-se então começar a consolidação do domínio, indireto, da monarquia sobre aqueles sertões, afinal, pela interpretação que os luso-brasileiros faziam daquele acordo, os “chefes” guaicurus e, conseqüentemente, seu povo, teriam jurado vassalagem à coroa (PRADO, 1839). Essa intenção fica ainda mais clara pois, embora num primeiro momento apenas dois chefes tenham “assinado” aquele Tratado, nos anos seguintes outros chefes guaicurus foram convidados a irem ao Forte e ratificarem o mesmo (VANGELISTA, 1993).

Tomando como base o livro clássico de Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (2000), somos levados a reconhecer que esse processo não foi exclusivo da fronteira oeste, mas também aconteceu na fronteira norte, estudada pela pesquisadora, sendo então um projeto aplicado em larga escala pela coroa portuguesa a partir da segunda metade dos setecentos. A própria Domingues afirma que legislações que reconheciam a liberdade de um povo e asseguravam uma relação de vassalagens deles para com a coroa foi um projeto geral e, via de regra, “a intenção era semelhante: formar um grupo de indivíduos que fizessem a ligação entre as duas sociedades, a colonial e a indígena, tanto pelo nascimento quanto pela formação (2000, p. 40)”. “Formação” é aqui entendida com o ensino e a aprendizagem da “civilização”, ou seja, dos modos europeus cristãos. Vale pontuar que, se no norte a influência educacional aconteceu desde do final dos setecentos, no oeste



mesmo nos oitocentos ainda haviam dificuldades marcadas. De fato, as fontes militares dessa virada do século se colocam enquanto bastante céticas quanto a possibilidade de “civilização” dos guaicurus. Claro que, com outros povos, como os terena, esse parece ter sido um processo menos trabalhoso aos portugueses.

A escassa presença de lusos nos sertões internos, ou seja, nas zonas mais periféricas do Império Português gerou toda essa nova política. Houve criações de fortalezas, como o próprio Forte de Coimbra onde foi assinado o Tratado de Paz e que se tornou o principal ponto de contatos entre as comunidades guaicurus e os luso-brasileiros. Só que apenas os esparsos Fortes, os soldados que iam servir neles e os raros moradores da região não conseguiriam por si só cumprirem os desejos territoriais da coroa, assim, a aliança com indígenas e sua promoção à súditos era um modo de assegurar os tais interesses. Além de ser também uma forma da coroa assegurar a segurança dos raros moradores luso-brasileiros e evitar confrontos bélicos, para além daqueles com forças espanholas. Em síntese, como afirma Domingues “o que, na segunda metade do século XVIII, estava em jogo era o estabelecimento da fronteira entre dois países europeus e, nesta disputa, era intenção dos poderes coloniais utilizar as nações indígenas na construção da fronteira nacional (2000, p. 223)”.

A PROTEÇÃO DAS TERRAS DOMINADAS, POR AQUELES QUE JÁ LÁ VIAM, OS PRÓPRIOS INDÍGENAS

Se as primeiras etapas do processo de dominação foram, quase indissociavelmente, o domínio dos territórios e o domínio das etnias, chega-se então a uma terceira etapa desse processo: com uma maior associação dos guaicurus aos luso-brasileiros e o governo considerando aquelas terras suas, a proteção delas, ainda que pelos próprios indígenas, era de sumo interesse da coroa portuguesa e, após, do Império brasileiro. O exemplo máximo dessa etapa é a participação dos guaicurus na Guerra do Paraguai.



Segundo Cirlene Corradini (2008) esse apoio aconteceu de diferentes formas. A primeira iniciada antes do conflito, aparentemente resultada do temor que autoridades brasileiras tinham de uma invasão paraguaia justa na região limítrofe que estamos estudando, foram rondas de patrulhamento de guaicurus, que em contrapartida recebiam pagamentos por parte do Império. O conhecimento que esses indígenas tinham da região pela qual circularam por séculos os tornavam ideais para essa função. Além disso, há relatos inclusive, com a Guerra já iniciada, de forças guaicuru em batalhões que invadiram o território paraguaio. Existindo ao menos uma notícia que traz o protagonismo de um “Capitão” (ou “Chefe”) guaicuru em uma situação de confronto. Fora isso, esses indígenas também teriam trabalhado com carregamento de cargas de alimentos e outras tarefas manuais, como abertura de covas.

APÓS A CONSOLIDAÇÃO DESSES SERTÕES COMO BRASILEIROS: A QUARTA ETAPA DA DOMINAÇÃO

Com a consolidação dos limites e passado o temor constante de interferências, primeiro de forças espanholas, depois paraguaias, aumenta os interesses de fazendeiros no então sul do Mato Grosso. Havia também toda uma disposição de gado “solto” pela província. Vale apontar que há relatos de guaicurus com gado, além de equino, também bovino, desde, pelo menos, meados do século XVII (PRADO, 1839). Só que esse gado era, assim como os indígenas, nômade, logo circulava junto com eles em seus deslocamentos. Chegando inclusive a serem usados em suas estratégias de combate. Lembremos que a ideia de propriedade tal qual os europeus já tinham naquela época, não era compartilhada pelos indígenas, seja em relação a terra, seja em relação aos animais. Eles não cercavam terras, faziam currais ou marcavam o gado no aço. Havia então tanto o gado que se perdia nas migrações, quanto o gado que se perdia durante conflitos, o que gerava todo o citado gado disperso pela região.



Somado aos dois fatores anteriores, o aumento da segurança e a disposição de gado, havia a ideia que era recorrente por todo o Brasil de que as terras dos sertões, onde viviam indígenas, eram terras “vazias”, ocupáveis por interessados não-indígenas. Só que no caso da região estudada há um agravamento, pois, devido as invasões paraguaias dentro do sul do território da província do Mato Grosso houve casos de indígenas que fugiram de suas terras involuntariamente. Tendo, por vezes, quando voltado, encontrado as mesmas sobre controle de posseiros (BRANDÃO, 1871).

Tendo em mente esses pontos “favoráveis”, um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos fazendeiros, era a pouca mão-de-obra disponível em relação à crescente demanda por ela, devido ao crescer da agricultura, pecuária e demais atividades comerciais da província (ESSELIN; OLIVEIRA, 2007). Outro fator que atrapalhou esses interesses não-indígenas foi a resistência de certos grupos de indígenas, como no caso de, ao menos parte, dos próprios guaicurus.

Compreendido esse cenário regional é importante também ter em mente que o Brasil, agora no segundo reinado, apresentava uma nova conjuntura política, diferente de momentos anteriores abordados nesse texto, marcada pela busca da consolidação de um projeto de nação baseado em ideais de “civilização” propagados pelas elites nacionais, com forte influência de valores tidos como europeus (GUIMARÃES, 1988). Assim sendo, não é surpresa que, nas décadas seguintes ao pós-Guerra do Paraguai, a província do Mato Grosso foi marcada pela expropriação de terras indígenas, somada da utilização da mão-de-obra deles, não raramente em regime de escravização. Ainda assim, tenhamos em mente que os indígenas que mais foram colocados nessas condições foram aqueles tidos como mais mansos e submissos, como parte dos terena. Sobre esse povo especificamente, Roberto Cardoso de Oliveira, chegou a afirmar que, como consequência dessa segunda onda de ocupação de não-indígenas (a primeira foi com a descoberta de ouro na segunda metade do XVIII), os terena foram engajados numa “economia de cará-



ter escravista (1976, p. 57)”. já numa conjuntura política diferente já no segundo reinado, com a consolidação da ideia de nação

Embora houvesse uma maior tendência a resistência por parte de indígenas com um *ethos* guerreiro, como os guaicurús, eles também serviram de mão-de-obra. Devido ao seu histórico na montaria e costume com gado, não raramente atuaram como vaqueiros. Para entender esse processo no caso dessa etnia há de se ter em mente que eles muito se enfraqueceram nessa segunda metade do século XIX, pelas perdas da Guerra e por uma peste ter atingido e dizimado quase a totalidade de seu rebanho e principal meio de subsistência (ESSELIN; OLIVEIRA, 2007).

Segundo o que é perpetuado pela maior parte da historiografia consolidada, os guaicurús, até pelo caráter reconhecidamente insubmisso, não teriam sido tão usados enquanto mão-de-obra de fazendeiros, para além do cargo de vaqueiro. Ainda assim há uma carta enviada pelo então Diretor dos Índios de Cuiabá, Thomaz Antônio de Mendonça Roiz, ao Presidente da província, Floriano Peixoto (futuro presidente do Brasil), denunciando o diretor responsável pelos kadiwéus (subgrupo dos guaicurús⁴), por “maus tratos, prisões e até castigos corporais infligidos por ordem” dele, além do emprego desses indígenas sem remuneração, só recebendo a alimentação necessária para a sobrevivência (ROIZ, 1885). Ou seja, ainda que não necessariamente em igual medida a outros povos, mesmo esses indígenas mais insubmissos e tidos como mais propensos a resistir e enfrentar os não-indígenas, também estavam submetidos a todo esse macroprocesso de dominação.

Quando pensamos na expropriação de terras especificamente ka-

⁴ Segundo a historiografia estabelecida sobre o tema, os guaicurús “desaparecem” ou são “extintos” no final do XIX, tendo restado apenas um dos seus subgrupos, os kadiwéus. Esse entendimento é baseado nos guaicurús pararem de serem referenciados nas fontes desse final de século, passando a haver menções apenas aos kadiwéus. Acreditamos que esse consenso historiográfico deva ser revisitado, mas esse não é o objeto dessa apresentação em particular. Quem sabe em algum trabalho futuro...



diwéus é esse mesmo diretor denunciado, o fazendeiro Joaquim Antonio Malheiros, que parece ter sido o principal responsável (FLORES, 2018). Há diferentes fontes que mostram que não só havia a expropriação e as violências aplicadas por eles e seus funcionários aos kadiwéus, mas que também não raramente ele (ou algum subordinado seu) solicitou auxílio de forças militares provinciais para seus interesses (CAMPOS, 1888; ANÔNIMO, 1898; ANÔNIMO, 1903a; SILVA, 1903b). Por duas vezes, já quase na virada para o século XX, ele teria conseguido auxílio de forças com artilharia para investir contra terras kadiwéus (RIVASSEAU, 1936).

Mesmo após esses episódios os sobreviventes resistiram e mantiveram-se em suas terras ou, ao menos, nas terras que ainda conseguiram manter sob seu domínio. Ainda assim, tendo em mente as perdas de vida decorrentes desses confrontos, somadas as mortes em consequência de epidemias, segundo Guido Boggiani (1975), viajante italiano que esteve entre os kadiwéus ainda no final do século XIX, estes encontravam-se bastante reduzidos, havendo apenas cerca de duzentos indivíduos nessa época.

CONCLUSÃO

Se a primeira e a segunda etapa desse processo de dominação dos sertões do oeste foram a dominação dos corpos e das terras indígenas e a terceira foi o uso desses corpos dominados⁵ para proteger as terras dominadas, a quarta etapa parece ter sido um tanto mais complicada.

Acreditamos que após o fim da Guerra do Paraguai e a consolidação daqueles sertões como brasileiros, somado a um crescente interesse de latifundiários naquelas extensões de terra, começa a ficar mais aparente uma certa ambiguidade na relação entre não-indígenas e os guaicurús: Por um lado os fazendeiros luso-brasileiros e brasileiros

⁵ E aqui não busco ignorar a faculdade da resistência indígena que, como já colocado no decorrer do texto, existiu e é por nós aqui reconhecida.



queriam expulsar os indígenas de suas terras e se apossar das mesmas; do outro, queriam usar da mão de obra deles, devido não só à baixa remuneração, mas a uma aparente carência de outras possibilidades de trabalhadores.

Segundo a historiografia estabelecida alguns grupos tidos como mansos ou mais submissos pelos não-indígenas sofreram mais dessas mazelas, mas como vimos, mesmo os guaicurus, tidos como insubmissos, também passaram, em alguma medida, por esse grande processo de dominação.

FONTES

ANÔNIMO. Notícias. **O Republicano**: órgão do partido republicano, Mato Grosso, n. 321, 8 dez. 1898.

ANÔNIMO. Roubo de gado. **A Reacção**: órgão do partido republicano de Matto-Grosso, Assunção, n. 33, 30 mai. 1903a.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EdUSP, 1975.

BRANDÃO, Antonio Luiz. Directoria Geral dos Índios de Cuiabá 9 de Novembro de 1871. In: CORRÊA, Lúcia. A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. **Tellus**, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

CAMPOS, Benedicto Mariano de. Commando da Fronteira do Baixo Paraguay, em Corumbá 17 de Outubro de 1888. In: CORRÊA, Lúcia. A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. **Tellus**, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

PRADO, Francisco. Índios cavaleiros ou da nação guaycuru. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 1, 1839. p. 25-57.

RIVASSEAU, Emilio. **A Vida dos índios guaycurús**: quinze dias nas suas aldeias (sul de Matto-Grosso). São Paulo: Companhia Ed Nacional, 1936.

ROIZ, Thomaz Antônio de Mendonça. Directoria Geral dos Índios em Cuyabá, 14 de Julho de 1885. In: CORRÊA, Lúcia. A fronteira indígena no Sul do Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. **Tellus**, ano 2, n. 2, p. 155-169, 2002.

SILVA, Bento Xavier. Índios Cadiués. **A Reacção**: órgão do partido republicano de Matto-Grosso, Assunção, n. 34, 10 jun. 1903b.



REFERÊNCIAS

BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena do Pantanal. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 45-86, 2015.

CORRADINI, Cirlene. Os guaikurú: patrulheiros da fronteira Brasil - Paraguai à serviço do exército imperial brasileiro. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 80-88, 2008.

DOMINGUES Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ESSELIN, Paulo; OLIVEIRA, Tito. Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 32, p. 37-56, 2007.

FLORES, José Manuel. (2018). Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. **Anuário Antropológico**, v. 43, n. 1, p. 285-314, 2018.

GUIMARÃES, Manoel. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

HERBERTS, Ana Lucia. **Os mbayá-guaicurú**: área, assentamento, subsistência e cultura material. 1998. 370 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 1998.

OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SILVA, Giovani. **A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984)**: memória, identidade e história. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

VANGELISTA, Chiara. Los guaikurú, espanoles y portugueses em uma região de frontera: Mato Grosso, 1770-1830. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, terceira serie, n. 8, p. 55-76, 1993.

WEBER, Astor, Os eyiguayegui-mbayá-guaicuru: o Tratado de Paz de 1791. **Revista História em Reflexão**, Dourados, vol. 2, n. 4, jul./set. 2008, p. 1-15.

WEBER, Astor. Encontro e confronto entre os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru e os luso-brasileiros na Capitania de Mato Grosso. **História e-História**, vol. 1, 2007, p. 1-13.



O RIO TAPAJÓS POR JOÃO BARBOSA RODRIGUES (1875): CABOCLOS, INDÍGENAS E O MODO DE VIDA NOS SERTÕES AMAZÔNICOS¹

 Francivaldo Alves Nunes²

INTRODUÇÃO

João Barbosa Rodrigues (1842-1909), filho de comerciante português e mãe brasileira de ascendência indígena, nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império. Aluno do curso de Bacharelado em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II, teve seus primeiros contatos com as Ciências Naturais em 1864. Nesta instituição chegou a exercer as funções de secretário e professor de Desenho. Na mesma época, teria conhecido o botânico Francisco Freire Allemão Cysneiros (1797-1874), com o qual aprendeu diversas técnicas e realizou algumas incursões pelo interior do Rio de Janeiro, à procura de orquídeas, cujos resultados foram publicados com o título “Genera et species orchidearum novarum”. Como bem destaca Magali Sá (2001, p. 900), o estudo como botânico era apenas uma das suas múltiplas habilidades, envolvendo-se “com temas tão

¹ Texto resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto “Ocupação de terra, paisagem e produção rural nos Aldeamentos e Colônias Agrícolas do Pará (décadas de 1840-1880)”, financiado pelo CNPq.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Universidade Federal do Pará, atuando no curso de História do Campus Universitário de Ananindeua e nos programas de pós-graduação em Ensino de História (Campus Ananindeua), História Social (Campus Belém) e Educação e Cultura (Campus Cametá).



diversificados, quanto importantes para época, como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a química e a farmácia”.

Em 1871, Barbosa Rodrigues recebeu autorização para realizar uma *Comissão Científica de Exploração e Estudo pelo Vale do Amazonas*, concedida pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por influência da Princesa Isabel (1846-1921) e de Guilherme Schüch, o futuro Barão de Capanema (1824-1908). O objetivo principal desta viagem era catalogar espécies de palmeiras para contribuir com a conclusão da obra “Flora Brasiliensis”, do naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius (1794-1868), que havia percorrido a região amazônica no início do século XIX.

A presença na Amazônia e o longo percurso pelos rios da região geraram alguns relatórios, posteriormente publicados na Corte do Rio de Janeiro. Para esta comunicação nos ocuparemos do relatório intitulado “Exploração e Estudo do Valle do Amazonas: rio Tapajós”, publicado em 1875, no qual Barbosa Rodrigues realizou, não só uma minuciosa descrição geográfica e hidrográfica deste rio, como também aspectos sobre a ocupação humana, destacando as formas de uso da terra e dos recursos florestais. O relatório, constituído de mais de 150 páginas e que foi dedicado ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, como expressava o autor, tratava-se de um documento em que ia “transcrever as notas que tomei desde que avistei as águas cristalinas, *pretas* dos naturais, do rio Tapajós; por isso sem belezas de estilo, fácil será o meu dizer, firmando-me em estudos e na veracidade dos factos que observei” (RODRIGUES, 1875, p. 5).

Nossa intenção aqui é compreender a relação entre o discurso construído em torno do modo de vida da população cabocla e indígena que ocupava os sertões amazônicos e as estratégias apresentadas como necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região, mediada pela elaboração de um conhecimento científico, construído dentro contexto político do Brasil do século XIX. Neste aspecto, os estudos de Barbosa Rodrigues e as observações e relatos que construiu



sobre o rio Tapajós dialoga com um pensamento da época, em que se pauta pela necessidade de maior conhecimento do espaço amazônico, das experiências de vida e trabalho como estratégia de construção de políticas públicas que promovessem um desempenho não apenas de manutenção da ordem, assim como elevassem os hábitos das populações interioranas, através da ciência. Nesse aspecto, o conhecimento científico, construído pela observação e registro detalhado das situações e eventos, presente no relatório, não apenas revelariam aspectos do modo de vida das populações locais. Expressaria também, a compreensão que esse agente, na condição de servidor público, desenvolve sobre esses grupos, assim como revela a defesa de projetos e convicções que constrói sobre a região e as pessoas.

Para darmos conta destas questões dividimos o texto em quatro momentos. No primeiro, procuramos descrever a região cortada pelo rio Tapajós, e algumas interpretações construídas por cronista, viajantes, naturalistas e intelectuais no século XIX. No seguimento posterior, nos ocupamos em compreender as interpretações, quanto ao modo de vida de caboclo e indígena, principalmente quanto às experiências na lida com a terra, a floresta, a vivência e condições dos aldeamentos, da mesma forma que as perspectivas construídas em torno dessa população. Por último, apresentamos alguns aspectos conclusivos pautados no que se compreendia sobre a região do Tapajós, mas principalmente os valores defendidos por Barbosa Rodrigues que geram aproximações e distanciamentos das experiências de vida dos que ocupavam os sertões do Tapajós.

O TAPAJÓS

Barbosa Rodrigues, procura demarcar seus estudos sobre o Tapajós aos moldes da ciência do século XIX, construída pela ideia da busca da veracidade dos fatos, expressas através da observação. Em registro inicial do relatório, revela a não preocupação com a beleza das palavras



e do texto, mas com o conteúdo, que expressaria a realidade dos acontecimentos, através de uma descrição pormenorizada dos acontecimentos observados (RODRIGUES, 1875, p. 5). Aqui pauta-se uma questão importante, e que nosso interlocutor constrói como pressuposto de sua investigação, no caso, a observação e abordagem como método fundamental para coleta de informações (KURY, 2001, p. 40). Essa estratégia vai permitir não apenas revelar aspectos da paisagem constituída pelo rio Tapajós, como também os hábitos das populações locais, questão que procuramos aqui revelar.

O Tapajós, visitado por Barbosa Rodrigues, se apresentava como uma região exuberante e promissora, com imenso potencial de produtos florestais, mas também muito dependente do extrativismo da borracha. Como advertia Laura de Moraes (2016, p. 26), embora uma diversidade de riquezas naturais fosse observada na segunda metade do século XIX, como o guaraná, a salsaparrilha, o cravo e a copaíba, as atenções se voltavam, de fato, com mais intensidade para a produção da goma elástica. Mario Monteiro (1958, p. 86) chegou a dizer que a borracha de excelente qualidade produzida na região teria provocado um rápido desenvolvimento do comércio de exportação e importação nas províncias do Pará e Amazonas.

Barbosa Rodrigues (1875, p. 151), afirmava que “o formoso e rico Tapajós, com os seus milhares de braços indígenas, promete um futuro grandioso, logo que o foco da instrução for ali sacudido, e espalhe sua luz brilhante pelos centros”. Muito do que era dito pelo nosso interlocutor, quanto as riquezas da região e a importância para desenvolvimento econômico da província, se somava às reflexões de outros naturalistas, como Henry Walter Bates (1979, p. 160), que esteve no Tapajós em 1852, principalmente quando identificava a extensão de 1.500 quilômetros de percursos, por ser o sexto rio em volume de água, considerando os afluentes do Amazonas, mas também pelas riquezas florestais presente na região, o que permitia criar expectativas para um futuro próspero de desenvolvimento da economia local.



Ao que se observa, Barbosa Rodrigues também conheceu os trabalhos do engenheiro Antônio Manuel Gonçalves Tocantins (1875). Em expressivo estudo sobre essa região, chamava atenção para a importância do rio Tapajós para a província do Pará. No caso, destaca a existência de quatro ramos que compunham a sua indústria, o da pesca, agrícola, pastoril e extrativista, sendo esta última composta pela extração da goma elástica que representaria a base principal do comércio de toda a província. Essas conclusões, permitiam a Barbosa Rodrigues criar convicção de que, em termos econômicos, a região era uma das mais importantes durante a segunda metade do século XIX e a coleta da goma elástica e de outros produtos naturais colocava ou podia colocar o Tapajós em um lugar de destaque econômico para a província e para o Império.

Alexandre de Belmar (1861), em “Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazones en 1860”, inclui um novo elemento de importância ao Tapajós, no caso, esta região seria de fácil navegação, bem como, uma excelente via de comunicação com outras regiões, a exemplo, com parte do Amazonas e do Mato Grosso, como se observa na figura 1. Sobre a questão, em 1871, o presidente do Pará Abel Graça, chamava atenção para esta comunicação pela bacia do Tapajós, não apenas apontando os produtos que podiam ser aproveitados e que até então estavam sendo explorados pela “mão [descuidada] e tosca dos índios”. No caso, fazia referência aos muitos peixes, tartarugas, caças, frutos silvestres, salsa, cacau, cravo e goma elástica. Afirmava-se que as margens dos rios eram formadas de matas gerais e campos. Algumas cercanias se achavam incrustações e tufos metálicos, cristais e esmeril, o que confirmava a tradição de serem lugares auríferos (GRAÇA, 1872, p. 20).

Como se observa, os esforços para navegação no rio Tapajós é ainda apontado pelos administradores como necessários para o comércio e civilização das duas províncias. No caso faziam referência ao Mato Grosso e Pará, sem contar as vantagens do governo imperial, visto que, abria “um caminho franco e seguro para o Mato Grosso, sem a depen-



dência das repúblicas vizinhas” (GRAÇA, 1872, p. 20). Pela Lei nº 678 de 29 de setembro de 1871, o governo do Pará era então autorizado a promover a incorporação de uma companhia que tivesse por fim a navegação a vapor entre as aldeias de Ixituba e a província de Mato Grosso pelo rio Tapajós, e a abertura de estradas necessárias para auxiliar e melhorar a navegação. Esta iniciativa era considerada o primeiro passo para o que Abel Graça entendia enquanto “empresa grandiosa, que quando realizar-se atestará as prodigiosas qualidades daquela região, onde a natureza espalhou em profusão todas as suas grandes riquezas” (GRAÇA, 1872, p. 21).

Os olhares sobre o Tapajós pautavam, se por um lado, no maior conhecimento sobre a região, inclusive identificando suas riquezas, revelou propostas que promovessem o desenvolvimento das práticas produtivas. Por outro, se propunha a avançar sobre a fronteira de produção, assegurar o melhor acesso aos locais de exploração dos recursos florestais na região. A exploração e estudos desenvolvido por Barbosa Rodrigues, ao que se registra, segue essas proposições, agregando outros olhares e novas perspectivas, como veremos posteriormente.

Figura 1: Mapa Geográfico da Capitania do Mato Grosso, 1802



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart233509/cart233509.jpg



ENTRE CABOCLOS (TAPUIOS) E ÍNDIOS

Um primeiro caso observado por Barbosa Rodrigues era o da vila de Alter do Chão, distante 4 a 5 léguas de Santarém. Esta povoação era apontada como estando em completa decadência, “reinando a miséria e às vezes mesmo a fome”. Constava de quarenta casas de palha, uma igreja, única construção coberta de telha, e uma escola pública frequentada por 28 alunos. A vila era habitada por 614 indivíduos, formando aproximadamente 100 famílias, sendo 317 homens e 297 mulheres. Os habitantes empregavam-se na pesca ou na extração da borracha, sendo a prática extrativa responsável por fazer os moradores abandonarem os seus lares. A crítica ao modo de vida da população local se justificava, pois, o entendimento era de que essa população apenas se envolvia na extração da borracha, sem atuar na lavoura, “a não ser algumas rocinhas de mandioca ou de bananas, para o sustento próprio, assim como não havia industria alguma, quando, entretanto possuíam terras férteis e a proximidade da cidade e do centro comercial os convida ao trabalho” (RODRIGUES, 1875, p. 50).

Para resolver esta situação anterior Barbosa Rodrigues (1875, p. 19) propunha a emissão de uma legislação provincial e imperial que proibisse de forma expressa a extração da borracha nas florestas públicas. O entendimento era de que esta medida, embora pudesse trazer nos primeiros cinco anos alguma paralisação ao comércio, acreditava que em tempos posteriores as rendas públicas seriam maiores, pois haveria progresso da lavoura, caminhando junto ao aumento da indústria extrativa. Entendia também que, com a proibição da extração da borracha em florestas públicas, inúmeros outros produtos vegetais que naquele momento eram desprezados, passariam a ser cultivados e extraídos. Um caso a destacar era o da madeira, que podia abastecer os arsenais e mercados de Santarém, Belém e Manaus. Para isso, defendia a implantação de serrarias nas margens dos rios, que auxiliassem na implantação de pequenos povoamentos formados por ca-



boclos atraídos pelo trabalho na derrubada da mata e beneficiamento da madeira.

As indústrias da madeira, como as serrarias, são apontadas também como importantes no processo de disciplinarização e melhor aproveitamento do trabalho dos tapuios, pois serviriam para mostrar “que os campos precisam ser roteados, expressando a necessidade pelo trabalho e evitando do ócio que o prenderia a rede, quando deixa os trabalhos no seringal” (RODRIGUES, 1875, p. 19). No relatório de Barbosa Rodrigues, essa população tapuia aparece, enquanto produto da política de aldeamento, cujo objetivo era a descaracterização étnica dos grupos indígenas, que, uma vez subjugados, eram domesticados, miscigenados e transformados em produtores rurais, de modo a servir no sustento do aldeamento. Tratava-se, portanto, de uma população que sofrera direta e indiretamente, as consequências dessa política, que resultou na sua miscigenação e na sua dispersão entre a população regional. Isso contribuiu para a invisibilidade dos tapuios, uma vez que, não sendo mais considerados índios, deixavam de ter proteção oficial sobre suas pessoas e sobre suas terras. Viram-se em meio a uma crise, pois eram estigmatizados, não sendo considerados nem índios e nem brancos, mas mestiços, caboclos (MOURA, 2006, p. 41).

A descrição das vilas e povoados nas margens do Tapajós, ocupadas por esses tapuios e visitados por Barbosa Rodrigues, eram quase sempre apontadas, como espaços de vida selvagens e pouco zelo ao trabalho e à produção. Um desses casos era o da antiga aldeia de Santo Ignácio, fundada no lago Uaicurapá, no canal Ramos ou Tupinambaranas pelo Padre Jesuíta Antônio da Fonseca, em 1669, com índios Tupinambás. A freguesia estava distante 186 léguas da capital, Belém, 24 de Santarém, 13 de Pinhel e 13 de Itaituba. Nos anos de 1870 estava composta de 40 casas de palha, uma igreja muito arruinada e com uma população composta de índios e tapuios. No caso, estava habitado todo o distrito por 103 famílias, com 600 indivíduos, dos quais 260 são homens e 340 mulheres, “que levados pela indolência natural, e os falazes



lucros da extração da borracha, deixam suas terras em abandono, nada cultivam, e contentes com alguma farinha que lhes dá algumas braças de terra roçada, vivem fora de toda a sociedade, desconhecendo os principais deveres de um cidadão” (RODRIGUES, 1875, p. 52).

As observações quanto ao modo de vida afeito ao extrativismo da borracha, marcado por uma não regularidade diária de tarefas, e a ausência de cultivo que permitisse uma produção para o comércio é mais uma vez recuperada para demonstrar o pouco zelo dessa população tapuia para com o trabalho, o que era responsável por fazer com que não cumprisse com os deveres associados a geração de riquezas e rendas para a província e para o Império. Embora o aspecto geral da povoação, no caso a aldeia de Santo Ignácio, fosse atrativo, estivesse bem situada e de baixa vegetação campestre que permitia a criação e o cultivo com maior facilidade, não apresentava indício algum de lavoura, o que demonstraria uma péssima educação para o trabalho e uma vida em liberdade, pouco aproveitada, pois “podendo plantar e coletar de tudo que a natureza lhe permitia, permaneciam presos ao ócio”. Como destacava, esses povos “amavam a liberdade, mas não a compreendem” (RODRIGUES, 1875, p. 52).

A inversão de que a liberdade dos caboclos e indígenas dos sertões amazônicos, pressupunha deixar o ócio e se dedicar ao trabalho, ou em outras palavras, de que o modo de vida dessas populações as tornavam prisioneiras dos rigores, ritmos e vontade da natureza, daí a necessidade da liberdade pelo trabalho regular e a conseqüente geração de riqueza, ocupava boa parte das reflexões de Barbosa Rodrigues. Essa questão foi observada quando da visita à freguesia de Aveiros, 193 léguas de Belém, 31 acima da cidade de Santarém e a 6 abaixo de Itaituba. A população era de 1.972 indivíduos, dos quais 915 eram do sexo masculino e 1.057 do feminino, formando 306 famílias.

A antiga povoação fundada pelo padre Antônio Pereira, com índios Sepeparus, Aveiros havia se tornado uma povoação em abandono cercada de matos, composta de uma só rua paralela ao rio, com 30



casas tendo só duas de telhas. De acordo com Barbosa Rodrigues (1875, p. 54), essa situação se explicava, pois, “proveito algum usufruem de suas terras e de suas matas, e a pesca que poderia ao menos prevenir a fome, é também desprezada”. A inatividade de áreas de cultivo e exploração mais significativa dos recursos florestais é associada a “inércia e semi-brutalidade em que vivem os tapuios”, uma vez que que não desenvolvia uma experiência de trabalho regular, somente se ocupando no verão, quando essas famílias partem “para a vida imoral e desregrada, que os lança na miséria e locupletar a outros, seguem para os seringais”.

Barbosa Rodrigues se mostrava crítico, não da extração da borracha, que inclusive gerava vultosas rendas ao governo, mas a forma como era concebida por caboclos e índios. Na verdade, a questão apontada era de questionar os hábitos da população local, que se contentava com apenas a extração do látex, não demonstrando interesses em incorporar na sua rotina de trabalho outras atividades produtivas, que poderiam ser feitas de forma paralela, como o cultivo e a criação.

Na extinta missão de Santa Cruz, a seis léguas de Itaituba, localizada em um ambiente descrito como pitoresco, “com praias aprazíveis e excelentes florestas que cobriam suas ubérrimas terras”, o extrativismo da borracha também é lembrado por Barbosa Rodrigues. Santa Cruz era uma das cinco missões que foram dirigidas pelos Jesuítas na região, tendo sido estabelecida sob o governo de Francisco de Souza Coutinho em 1799. Na época da passagem de Barbosa Rodrigues, possuía dezenove palhoças que acomodavam uma população de cem almas. Outrora mostrava-se mais populosa, com maior número de casas. Em 1855, por exemplo, tinha 609 indivíduos, sendo 349 adultos, 165 homens, 184 mulheres e 260 menores, dos quais 141 eram do sexo masculino. Habitava então esta população em 48 palhoças identificadas como “maloca de Mundurucus semi-civilizados, que aí vivem na ociosidade, quando não estão na extração da borracha”. Embora retome a crítica à prática extrativa da goma elástica, não deixava de registrar que em momentos



anteriores, havia se desenvolvido um importante comércio que faziam os índios com a salsa e o cravo (RODRIGUES, 1875, p. 55).

Uma légua acima da ex-missão de Santa Cruz, e a 34 de Santarém, ficava uma outra povoação, formada de índios e tapuios, que foi outrora uma outra missão. Estava assentada na margem esquerda do rio Cury, estando composta de um pequeno número de palhoças, das quais algumas estavam abandonadas. Novamente registra e lamenta a não existências de lavouras ou outra atividade industrial, entregues a população local “a indolência que professam esses índios uma moral que muito pouco abona a educação que foi legada pelos primeiros que comerciavam no Tapajós” (RODRIGUES, 1875, p. 56). Neste momento, Barbosa Rodrigues recupera a importância do comércio como necessário para promover um mínimo de disciplina e organização da produção, pois, a necessidade da troca de produtos e os compromissos assumidos com os comerciantes exigiriam desta população cabocla e indígenas maior empenho e disposição na lavoura e no extrativismo.

Passando a ilha das Pederneiras, contornando a ilha de Camarury, pouco acima se observa a povoação dos Mundurucus Uixituba, antiga missão, dirigida pelo Capuchinho Frei Egidio de Garezio, em 1849, que missionaria também os aldeamentos do Cury e Santa Cruz, sob o nome de missão do Tapajós. Barbosa Rodrigues recorria ao relatório de 1849, do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, na época presidente do Grão-Pará, para explicar as causas da extinção destas missões. No caso, não deixa de apontar a necessidade de maior fiscalização e controle das autoridades provinciais nesses aldeamentos, que se constituíam, embora sob os cuidados dos missionários, eram de responsabilidade da administração província. No caso, advertia para as constantes reuniões festivas em que os índios se entregam a excessos de embriaguez, tornando-se momentaneamente insubordinados. Alertava para pessoas estranhas que visitavam frequentemente as aldeias para disseminar a desmoralização, seduzir e lesar os índios. Chamava atenção ainda para maior controle quanto à cessão dos índios aldeados para serviços



particulares na condição de agregados, que em situação de expressiva exploração vivem com dívidas, pois, ao mesmo tempo em que esses proprietários de fazendas e engenhos, cobram preços exorbitantes por alguns produtos consumidos pelos índios que trabalham em suas terras, taxam os seus serviços em diminutos valores, de modo que é sempre o índio quem deve. Por este título de credores esses proprietários desconhecem a competência do missionário sobre os índios, se recusam entregá-los, o que são outras tantas causas de contrariedade para o aumento de tensões, falta de tranquilidade, e boa ordem nessas aldeias missionárias (RODRIGUES, 1875, p. 57).

Preocupações sobre “a desmoralização, seduções e traficâncias” eram direcionadas por Barbosa Rodrigues sobre outros locais da região, onde se observava tapuios e índios aldeados, ou em suas malocas. No caso, fazia referência ao que chamava de “corruptores dos indígenas”, numa referência às “canoas de regatões, mascates ou quitandeiros dos rios, que os cruzam, e penetram por todas as partes, incutindo falsas ideias no ânimo dos índios, iludindo-se com embustes, suscitando-lhes maus conselhos para os afastar da obediência do aldeamento regular”. Nesse caso, a crítica que se estabelece não é ao comércio que pode despertar a ambição de consumo aos tapuios e índios, importante para maior ânimo na produção agrícola e extrativa desses povos. A atenção se volta às práticas “ardilosas e perversas” de alguns regatões, como são chamados os comerciantes de canoas, que não mediam esforços de “conservar o exclusivo monopólio de suas relações comerciais, a fim de os poderem levar á vontade e impunemente, visto que os índios não têm claro conhecimento dos valores dos gêneros, que permutam” (RODRIGUES, 1875, p. 57).

A defesa da necessidade de controle sobre o comércio de regatões, assim como maior fiscalização e domínio da administração provincial nos aldeamentos indígenas, se somavam à perspectiva da ampliação do conhecimento sobre os produtos desenvolvidos pelos tapuios e indígenas. No caso, tratava de registrar essas experiências, testar a sua eficiência e o valor comercial. Na povoação de Uixituba, ocupada por



índios Mundurucus, contendo apenas uns vinte indivíduos que formavam três famílias, observou o preparo do tarubá, bastante apreciado. Extraído da mandioca ralada, Barbosa Rodrigues (1875, p. 72) não deixava de apontar a necessidade de estudos de suas qualidades como bebida. Na maloca do Acará, composta de 12 casas, chamava atenção de Barbosa Rodrigues o uso geral do guaraná entre os Maués. Desde as primeiras horas do dia, até o fim da tarde, “leva uma mulher, que é rendida quando está cansada, a ralar o guaraná, no centro do rancho, enquanto as outras cosem, ou catam-se assentadas em linha”. Quando se informa que o guaraná está pronto, “levantam-se homens e mulheres, cada um por sua vez, com uma pequena cuia, e vem bebê-lo, indo logo após para o seu lugar. Acabado este, começa logo novamente a fazer-se outra porção, e assim passam o dia, de minuto em minuto bebendo o guaraná” (RODRIGUES, 1875, p. 110). Esta descrição, não apenas revelava uma situação de dependência para com a bebida, mas que despertava em Barbosa Rodrigues a curiosidade quanto às propriedades do guaraná, que causava robustez aos Maués.

Os Maues, são apontados como hospitaleiros, inteligentes e mais espertos que os Mundurucus, sendo um tipo mesmo diverso. São descritos como mais claros e melhor feição, têm olhos mais vivos, sendo as mulheres mais bonitas. Empregavam-se não apenas na extração da borracha, como bem desejava Barbosa Rodrigues, mas também cultivavam alguns terrenos, dos quais colhiam o milho, a mandioca e algodão, que fiavam para o fabrico das suas redes (RODRIGUES, 1875, p. 110).

Outro grupo indígena positivamente registrado foram os Apiacás, localizados no Taguaralzinho, terras que ficavam na foz do rio São João da Barra. São apresentados como os melhores auxiliares da navegação, “vendendo aos navegantes os seus produtos e comprando os que precisam”. Atuavam ainda como guia de canoas e empregavam suas forças no transporte de cargas. Cultivavam a mandioca, a cana de açúcar, o algodão, a batata doce, a banana e o milho, que plantavam nas proximidades de suas cabanas, assim como desenvolviam a colheita da salsa

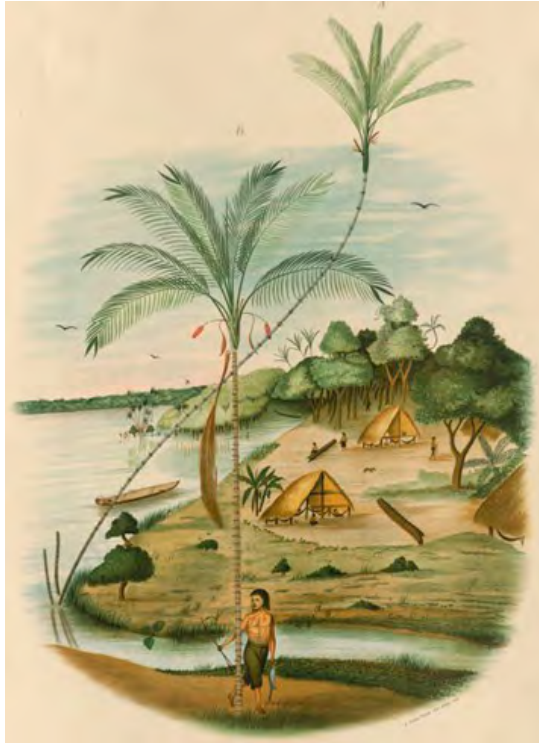


e da borracha. Um indicativo de boa conduta dos Maués, apontando por Barbosa Rodrigues (1875, p. 117), era que muito índios haviam saído da aldeia para emprego com particulares, embora não deixasse de registrar que a maior parte, não querendo estabelecer relações com os brancos, refugiavam-se no rio São Manoel, onde formaram uma nova aldeia, mais numerosa, com o nome de Parabitetés. Esta situação evidenciava que quando não estavam satisfeitos com as situações que vivenciavam na missão os índios desertavam para onde lhes convinha, mostrando certo nível de independência.

Um último registro é o da missão do Bacabal, abaixo da foz do rio Crepury, na margem direita, em que seu estado de ocupação era usado, por Barbosa Rodrigues, para demonstrar o bom êxito das experiências que buscavam o aproveitamento do trabalho indígena, o que associava o controle e disciplina desta população, produção de alimentos e extração de recursos florestais, assim como o desenvolvimento do comércio. Fundada em 1870 por Frei Pelino de Castrovalva e Frei Antônio de Albano, no lugar conhecido como Ponta Grossa, reunia cerca de 700 índios Mundurucus, missionados por esses dois capuchinhos italianos. Continha 16 grandes barracões, que serviam de alojamento, além de outras barracas com fornos para o fabrico da farinha de mandioca. Observava uma capela construída de pau-a-pique e duas casas para escolas, frequentadas por 45 alunos do sexo masculino e 40 do feminino. Uma grande casa de sobrado, envidraçada, servia de residência aos missionários. As terras eram férteis e os índios se empregavam na lavoura, e lavram um terreno de aproximadamente quatro léguas, em que os produtos serviam para alimentação da aldeia e para o comércio (RODRIGUES, 1875, p. 122).



Figura 2: Maloca de índios e tapuios por João Barbosa Rodrigues, 1875



Fonte: Rodrigues, 1903, Tome 2, Tab 72

CONCLUSÕES

O rio Tapajós e o seu entorno não apenas aparece na literatura da época como espaço de riquezas florestais, com predomínio do extrativismo da borracha. As reflexões produzidas por viajantes, naturalistas e agentes públicos que visitaram a região, incorporado nas reflexões de Barbosa Rodrigues, apontavam para o Tapajós como estratégico por ser um espaço de ligação entre as províncias do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Nesse sentido, os registros produzidos e as reflexões construídas por estas expedições exploratórias e sistematizadas em relatórios



tornavam-se instrumentos fundamentais de conhecimento quanto às riquezas geradas, podiam servir para justificar políticas públicas de desenvolvimento econômico, assim como utilizados para construção de estratégias que permitiam maior controle e domínio sobre as populações locais.

A necessidade de maior conhecimento e controle sobre a população local estão associados também a uma questão observada por Barbosa Rodrigues, que é a capacidade da região se tornar um grande centro de comércio e produção. Quanto à descrição do ambiente de floresta e áreas de cultivo, Barbosa Rodrigues procurou defender propostas de uso e exploração desses espaços. No caso das primeiras, este era utilizado para demonstrar as riquezas naturais e chamar atenção para a necessidade do exercício de exploração destes recursos. Sobre a presença de cultivos, procurava mostrar o apego do proprietário à produção agrícola e certa independência da exclusividade do extrativismo.

Barbosa Rodrigues se mostrou um crítico da forma como as populações de indígena e tapuia concebiam o extrativismo da borracha. Chegou, inclusive, a advertir que famílias inteiras abandonaram suas plantações e propriedades e seguiam para os seringais, o que era responsável pela constante diminuição da produção de alimentos e outros recursos florestais. Mesmo sabendo da sua quase impossibilidade de implantação, propôs a emissão de uma legislação provincial e imperial que proibisse de forma expressa a extração da borracha nas florestas públicas. O julgamento negativo ao modo de vida afeito ao extrativismo da goma elástica estava associado à ideia de uma não regularidade diária de tarefas, ocupando o trabalho apenas em uma parte do ano, no verão, mas também, porque essa população abandona as outras atividades como cultivo ou mesmo a extração de outros recursos florestais.

A questão anterior, associada a crítica ao extrativismo da borracha, se somava a uma compreensão inversa de que a liberdade dos caboclos e indígenas dos sertões amazônicos os permitia uma vida ociosa e dependente da natureza. Isso significa, que ao não se submeter a re-



gularidade do trabalho, essas populações se tornaram prisioneiras dos rigores, ritmos e vontade do ambiente natural. Uma saída apontada por Barbosa Rodrigues para tornar as populações indígenas e tapuias mais afeitas ao trabalho regular seria o comércio. O entendimento era de que a necessidade da troca de produtos e os compromissos assumidos com os comerciantes exigiram maior empenho e disposição na lavoura e no extrativismo. O comércio, portanto, podia despertar a ambição de consumo.

Barbosa Rodrigues mostrou, portanto, uma preocupação em descrever o Tapajós de forma que também fosse possível entender a atuação humana na região. Suas impressões apontavam seus posicionamentos políticos, como a defesa de um centro produtor de alimentos, a diversificação das experiências extrativistas, o trabalho como possibilidade de disciplinar índios e tapuios e o comércio como estímulo ao aumento produtivo, o ensino e o conhecimento técnico como propulsor de maior qualidade na produção. Foram propostas mediadas pela leitura que fazia da região. Embora estivesse preocupado com as plantas, como orientava a sua expedição de exploração e os trabalhos como botânico, permitiu nos seus registros que pudessem compreender aspectos do modo de vida da população que ocupavam os sertões amazônicos.

REFERÊNCIAS

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BELMAR, Alexandre de. **Voyage aux provinces bresiliennes du Pará et des Amazones en 1860**. Londres: Trezize, Imprimeur, 1861.

GRAÇA, Abel. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872**. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto Passos. **Ciência, civilização e Império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 29-54.



MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O regatão (notícia histórica)**. Manaus: Edições Planície, 1958.

MORAES, Laura Trindade de. **O poder simbólico das “bugigangas”**: índios e regatões na província do Pará (século XIX). Dissertação de Mestrado, PPGH/IFCH/UFPA, Belém, 2016.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações interétnicas dos tapuios. **Dimensões**, vol. 18, 2006, p. 28-48.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudo do valle do Amazonas**: rio Tapajós. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

_____. **Sertum Palmarum Brasiliensium**. Bruxelles: Imprimerie Typographie Veuve Monnon, 1903. Tome 2.

SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manuais**. Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), p. 899-924, 2001.

TOCANTINS, António Manuel Gonçalves. Estudo sobre a tribu Mundurucú, memória escripta e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro**. Tomo XL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.



AUTORREPRESENTAÇÃO DO RETIRANTE DA GRANDE SECA (1877-1879). ANÁLISE A PARTIR DO JORNAL O RETIRANTE

 José Gomes Ferreira¹

INTRODUÇÃO

A seca é o elemento central do semiárido nordestino, influenciado pelo povoamento, o desenvolvimento, a cultura e a identidade da região. O problema não é apenas climático, assumindo-se a seca social como referência historicamente relevante em que acabam intervindo vários componentes que repercutem nas representações sociais e nas políticas públicas de resposta ao problema. A literatura foi quem primeiro deu conta dos efeitos sociais da seca, destacando a fome, a morte e a condição de vulnerabilidade das populações sertanejas. Em *A Fome*, publicado em 1890, por Rodolfo Teófilo relata a saída de uma família outrora abastada de retirantes em direção a Fortaleza (Josefa, Manuel de Freitas e filhos), descrevendo que: “Foi n’a tarde de um desses dias, no ano de 1877, o ano da fome, que na Jacarecanga, um dos arrabaldes de Fortaleza, arranchava-se à sombra de um cajueiro uma família de retirantes, que, depois das torturas de uma viagem de cem léguas, vinham aumentar a onda dos famintos” (TEÓFILO, 1890, p. 4).

¹ Doutor em Sociologia, professor visitante do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jose.ferreira@outlook.com.



Em *Os retirantes*, José do Patrocínio, obra publicada em 1889, descreve o que acontece em uma comunidade até que se dá a saída dos seus habitantes, criticando os “comissários do governo que podiam zombar da calamidade que torturava a população” e as falhas na fiscalização. Relata que: “A fome deu alarma nas cidades, vilas e povoados, como nos mais humildes casais esparsos pelos tabuleiros e pelas charnecas do sertão, e o povo, rápido e ruidoso como a enxurrada, afluiu às estradas em demanda do litoral e da sede do governo (PATROCÍNIO, 1889, s/p). As Ciências Sociais, através da Sociologia, assumiram a seca como um problema social. Djacir Menezes afirmou décadas mais tarde no seu livro *O outro Nordeste*, que “A sêca é fenômeno sociológico mais que meteorológico...” repercutindo-se “no meio humano com tanto mais força quanto mais densas as relações humanas” (MENEZES, 1970, p.185). Menezes critica o fato de os políticos vinculados ao meio rural serem informados previamente dos projetos de irrigação e tomavam para si as terras beneficiadas pelas açudagens (MENEZES, 1970, p. 186). A interpretação do autor ganhou força em autores como Josué de Castro (1952), para quem os problemas do Nordeste não se resumem à seca em si, mas se repercutem na população as formas de dominantes da exploração fundiária e de mão-de-obra reproduzindo miséria ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder político, uma posição que muito se aproxima de análise de Celso Furtado (1998) para quem a seca também não era apenas uma questão climática, mas se relacionava à justa divisão da propriedade fundiária, reorganização econômica observando a formação histórico-política, os efeitos negativos desse fenômeno foram registrados em outras regiões do país devido a intensa migração nordestina.

Os fatos apontam para um adormecimento após a seca de 1945 que apanhou as populações desprotegidas (MONTEBELLO; SILVA, 2018), nesse sentido haviam sido registradas importantes transformações a serem consideradas. Dentre as quais, primeiro, é importante relembrar que o Brasil tinha se tornado independente há pouco tempo e estava ainda se organizando, tanto nas competências do governo dos municí-



pios, como no equilíbrio inter-regional. Por outro lado, embora tivesse passado despercebida, a Grande Seca teve uma magnitude verdadeiramente planetária e com grande impacto no Nordeste. De tal modo que, a cidade Fortaleza, que tinha com aproximadamente 25 mil moradores, recebeu 114 mil retirantes (SECRETO, 2020, p. 35). Os 32 anos sem seca permitiram a produção de alimentos suficiente para proporcionar um aumento populacional considerável e o desenvolvimento de várias cidades, que se beneficiavam igualmente do ganho de soberania do país. A população local aumentou com a vinda de estrangeiros e com a chegada de escravos de outras províncias.

Para Natalia Monzón Montebello e Marcílio Medeiros Silva (2018, p. 66) a partir da Grande Seca instala-se uma política populacional na resposta à seca resumida em três grandes gestos: os abarracamentos, os campos de concentração e as frentes de trabalho. Outros autores, consideram igualmente que a utilização de retirantes em grandes obras – frentes de trabalho - era uma prática para afastar as multidões de flagelados da ‘ociosidade’ e uma imposição àqueles considerados aptos para ter acesso ao socorro do governo (CÂNDIDO, 2012), os campos de concentração são questão pertinente a temática, mas não são o tema central da seca que faz parte dessa análise.

Em pesquisa recente, Francisco Ramon de Matos Maciel (2020, p. 167) descreve com rigor outro destino, a migração dos retirantes de Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte (RN) para colônias agrícolas na seca de 1877-1879, permitindo manter a coesão do grupo familiar e ocupação das terras devolutas para produzirem uma agricultura de subsistência racional. Para o autor, que aprofunda a pesquisa sobre as colônias agrícolas do Socorro (PE) e Sinimbu (RN), muitas das colônias não tiveram êxito em resultado de diversos problemas internos e externos relacionados à administração, desvio de verbas e conflitos entre retirantes e funcionários.

O Ceará destaca-se não só por receber a visita do imperador, mas também pelo fato de em 1878 ter aprovado a proposta *Pompeu-Sinimbu*



com o objetivo de dar trabalho aos flagelados e uma oportunidade do estado “corrigir o seu déficit de infraestrutura e urbanização em relação àquelas que progrediam subvencionadas pela Coroa” (SOUSA, 2019, p. 50). Por outro lado, o Ceará e Rio Grande do Norte eram quem mais respondia a solicitação de mão-de-obra para as fazendas de cafeicultura de São Paulo, sendo que durante as secas dos períodos de 1877-1879 e 1900-1901 o governo imperial pagou as despesas das passagens de trem para o deslocamento dos retirantes. A emigração não se limitava aos homens, tendo em vista que os fazendeiros defendiam a migração familiar por ser conveniente a combinação da mão de obra do homem, da mulher e dos filhos acima de 7 anos (GONÇALVES, 2014).

O presente texto integra uma pesquisa mais abrangente cujo objetivo geral é reconstruir o perfil do retirante e das representações na mídia regional, em documentos oficiais, nas pesquisas científicas, na literatura regionalista e narrativas de autores locais. Outro objetivo é o de recuperar essa figura para o atual debate climática, dando visibilidade ao problema e recuperando histórica e socialmente a figura do retirante ou flagelado das secas do semiárido nordestino. Para tal escolhemos para esta reflexão a análise das autorrepresentações dos retirantes a partir do jornal O Retirante.

METODOLOGIA

Na concretização dos nossos objetivos a pesquisa integra três componentes. Uma componente de coleta midiática, neste caso de coleta e análise das notícias publicadas no jornal O Retirante sobre esse drama no estado do Ceará. O jornal foi publicado aos domingos em Fortaleza nos anos de 1877-1878². O primeiro número foi publicado no dia 24 de

² Não nos vamos deter ao tema no texto, mas o jornal O Retirante pela forma como denunciava várias falhas no auxílio aos flagelados não tinha a aceitação de todos, podendo ler-se no jornal O Cearense, vários pedidos de publicações de contestação a notícias publicadas.



junho de 1877, conhecendo-se 37 números. O acesso foi possível através da Biblioteca Nacional Digital. O jornal dizia-se órgão das vítimas da seca e de combate à administração provincial de João José Ferreira de Aguiar e por consequência criticando igualmente o Imperador. A análise segue questões como a salubridade, o auxílio às vítimas, o estado de abandono e doença, a ida para as frentes de trabalho. Como segunda componente, além da identificação e análise das políticas públicas de resposta ao problema das secas e à situação dos retirantes foi realizada pesquisa documental em diversos arquivos. Foi ainda realizada pesquisa bibliografia sobre o tema, assim como identificação e leitura de literatura regional sobre seca e em particular sobre retirantes. Outra componente da pesquisa incluiu a coleta e análise de testemunhos de retirantes do Rio Grande do Norte.

A temática das representações e em particular da autorrepresentação dos retirantes a partir das notícias do jornal *O Retirante* resultam de forma abrangente da leitura e análise da literatura regionalista e de obras científicas, bem como do cordel, da pintura, e diversas imagens do Nordeste, surgida na própria cobertura jornalística e em diversos suportes. A presença de imagens, a cultura, a arte tradicional e os elementos citados pela literatura se enquadram no que Serge Moscovici (2007, p. 10) conceitualiza como representações, como entidades quase tangíveis que circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente em nosso cotidiano, impregnando as relações estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos e as comunicações que estabelecemos através de símbolos, vínculos, padrões, valores e ideologias perpetuadas na realidade social. Dessa forma podemos identificar esses elementos no cotidiano nordestino, desde obras como *A invenção do Nordeste*, de Durval Albuquerque Júnior (2011), até a pintura de Cândido Portinari, da mesma forma é contínuo esse encontro na xilogravura, na literatura regional e vários outros elementos que caracterizam a região.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados em publicação anterior (FERREIRA; PAIVA; MÉLO, 2020) mostraram que a Grande Seca (1877-1879) provocou milhares de mortos, mais de 50% da população do Ceará, podendo ter ultrapassado 500 mil (SMITH, 1879, p.421 apud MORENO, 2020, p.36), e que a situação trágica desta província foi motivo para a visita do então Imperador D. Pedro II, que em reação afirmou: “Venda-se o último brilhante da coroa, contanto que nenhum brasileiro morra de fome!”. A predisposição do Imperador não tem a concordância do jornal O Retirante, que apresenta crítica a viagem, aos custos avultados de tal empresa e a pouca atenção que o governo dá em resposta à seca. Sobre as discordâncias com a política imperial destacamos duas notícias de agosto de 1877. Do editorial do jornal do dia 19 destacamos duas afirmações.

A primeira critica os políticos que representam a região pela inércia e indiferença, relatando igualmente que “O ministro do Império, um tal de Costa Pinto, declarou no parlamento que não se devia acreditar em tantos infortúnios que a imprensa registra”. A segunda crítica é dirigida ao imperador e repetida em outras notícias, mas aqui apresentamos a redação do dia 19 de agosto de 1877 que diz o seguinte: “O Imperador vem de viagem, depois de ter gasto uma soma fabulosa. É tempo do país chamá-lo a conta, e estamos convencidos de que sua presença é antes de mais um flagelo do que um benefício”. A segunda notícia, de 26 de agosto de 1877, concretiza as críticas, ficando a saber-se que o orçamento do império atribuiu para o ano de 1877 o total de 1:165 contos de reis à família do rei, e para socorros públicos às populações afetadas pela seca a quantia de 250.

Não é apenas o Imperador que é alvo de críticas do jornal, em 1877 era também o responsável pelo Governo Provincial João José Ferreira de Aguiar. Um dos motivos de discórdia dizia respeito à questão da insalubridade da cidade de Fortaleza e ao do lugar do retirante nesse contexto. Os retirantes foram considerados pelo poder público importantes



focos de propagação de doenças no ambiente da cidade. O poder público acreditava que construir locais isolados e afastados era importante para a prevenção das epidemias e para a boa conservação do estado sanitário da cidade, surgindo assim os abarracamentos, de que falaremos mais adiante (GARCIA, 2006).

É nos editoriais que se pode ver as críticas mais contundentes, mas também os diagnósticos mais comoventes da evolução da seca e da condição dos retirantes. A título de exemplo, o editorial publicado no dia 1 de julho de 1877 tem seu início com as seguintes palavras:

Contempla-nos pasmo o século XIX e o precito ano de 1877. Lentamente trucida-nos n'um horrível cortejo de angustias. Já não é uma ilusão a seca nesta desditosa província. A ampulheta poluidora dos séculos acaba de recolher seis meses desta era, para as dobras de um sombrio passado. Tristes e aflitivas são as notícias, que nos trazem do centro todos os peregrinos, que, anualmente, de nós se aproximam. Coitados, trazem nos trôpegos e ávidos passos. Na pendida e amarelecida frente, no incerto e desvairado olhar, nas rotas vestes, que lhes cingem o corpo, na face deprimida e lívida - o verdadeiro cunho da miséria e da fome³.

Com maior ou menor destaque o jornal vai apresentado vários temas, alguns de forma recorrente outros pontualmente. Uma notícia recorrente refere-se à carestia dos produtos alimentares em Fortaleza, apelando às autoridades para exercerem a sua responsabilidade no referente à fiscalização. Mas entre temas recorrentes é a miséria, fome e doença que ocupam mais páginas. E a par da fome, como refere a notícia do dia 8 de julho de 1877, era a peste que ameaçava a cidade, deixando a população residente sobressaltada com casos de varíola e outras enfermidades. A varíola ocupa também o romance *A fome*, de Rodolfo Teófilo, e ocupará anos mais tarde a sua atividade profissional. Deixou-

³ Para facilitar a leitura atualizamos o português e a diagramação das citações.



-nos as seguintes palavras sobre o momento em que as personagens do seu romance, Manuel de Freitas e Josefa, chegam a Fortaleza e se deparam com uma epidemia de varíola:

Nada mais lúgubre do que a perspectiva de um lugar atacado de peste. Depois que vi os horrores da varíola em 1878 em Fortaleza, cujos óbitos subiam a mais de mil diariamente, é que avalio da fisionomia da minha pobre aldeia, edificada em um buraco, cercada de montanhas (TEÓFILO, 1890, p. 243).

A fome e a morte rondavam a cidade e as estradas de passagem com os corpos dos que padeciam em viagem. Em um dos relatos de 1877 ficamos a saber que em Lavras, Ceará, muitos retirantes tombaram de fome, a tal ponto que em vários sítios nos arredores da cidade tiveram que fazer sepultamentos no mato. As notícias são recorrentes quanto aos relatos de fome e contagem de mortos em várias cidades e na chegada de barcas vindas de vários pontos, sobretudo de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A situação era de tal ordem que, segundo notícia de 8 de julho do mesmo ano, na chegada a Fortaleza da barcaça Natalense um dos passageiros chegou morto e 168 chegaram famintos e cobertos de repugnantes trapos, ao ponto do encarregado da visita do porto, o Sr. Pedreira, cobrir com roupas de suas filhas uma menina de 10 anos, que saltou completamente nua para o cais.

São também constantes as referências à própria condição humana quando apontam que chegam em grande número e condição deplorável em busca de ajuda as vítimas da seca. Em um dos testemunhos como podemos ler na notícia publicada no dia 28 de outubro de 1877, é notório como a fome se repercutia tanto no vestir, quanto no aspecto físico. Diz-nos a notícia que um:

“grande bando de retirantes, pálidos, esfaimados, partidos de fadigas, uns andrajosos, outros quase completamente nus, esmolando de porta em porta, com o desespero de quem já não pode, mas ordena que lhe matem a fome, terrível, insuportável. Moças,



filhas e mães de famílias abastadas e felizes aconchegavam ao corpo, cheias de pejo, transidas de vergonha, uns mesquinhos e sujeitos farrapos que mal lhe encobriam as formas. As crianças apanhavam na rua cascas de laranjas, frutos podres, tudo enfim que lhe pudesse satisfazer as imperiosas necessidades do estomago.

Perante o cenário ganha destaque várias notícias sobre o auxílio prestado às vítimas das secas e sobre a organização de peditórios no Brasil e em Portugal. Em Portugal, uma notícia publicada no dia 2 de setembro de 1877 dava conta que, por proposta da Rainha D. Maria Pia o auxílio às vítimas somou o total de 80.000\$00 contos de reis para socorrer às vítimas da seca das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Pouco sabemos sobre a distribuição dos auxílios em dinheiro, ainda assim outra notícia no jornal O Cearense publicada em 24 de junho, citada pelo jornal O Retirante do dia 1 de julho de 1877, aponta que o bispo diocesano entregara a uma senhora a quantia de 600\$000 para distribuir com algumas famílias de Fortaleza, mas “essa senhora distribuía essa quantia com seis viúvas, suas parentas, três das quais moram sob o mesmo teto e ostentam faustoso luxo”. Outra notícia, essa de dia 29 de julho do mesmo ano, volta à temática, criticando o fato de alguns beneficiários não terem efetiva necessidade, deixando o seguinte desabafo de contestação: “Parece-nos que em seu ânimo só impera do patronato e afilhadagem”. Relativamente ao auxílio com doação de alimentos também nem tudo corria bem. Uma notícia do dia 29 de julho de 1877 conta que os alimentos acabavam se estragando por falta de distribuição e de condições de armazenamento, a tal ponto que o gorgulho engordava e o povo passava fome.

A falta de organização e a quebra de honestidade de alguns funcionários impedia que a ajudava chegasse a quem realmente precisava. O mesmo sucedia com o escoamento da produção autônoma de alguns retirantes, que sem conseguirem receber a venda também perdiam Em um desses episódios, contado no primeiro dia de 1878, em Mondubim, onde foi permitida a produção de tijolos em olarias, os retirantes viram



o próprio chefe de estação fazer desaparecer 3 mil tijolos, recuperando o dinheiro ao ser descoberto o desvio.

Além das notícias de desembarque de retirantes no porto de Fortaleza, O Retirante publicou um conjunto de notícias sobre o trânsito dos flagelados para as chamadas frentes de trabalho. O jornal é particularmente crítico para com as migrações para o Amazonas, considerando que a região não era exatamente o paraíso que se contava. Uma notícia publicada no dia 7 de novembro de 1877, afirma que, apesar da hospitalidade dos responsáveis das presidências do Pará e Amazonas, e hospitalidade dos seus habitantes, a emigração para o Amazonas era um sorvedouro de infelizes patrícios que por lá acabavam sepultados. Os retirantes eram ali abandonados à sua sorte pelo governo imperial, levados ao engano. A notícia de dia 24 de outubro do mesmo ano diz-nos que:

Naquele eldorado, como aqui, vivem inteiramente abandonados pelo governo, esmolando de porta em porta o duro pão da caridade e tendo unicamente por abrigo um velho e miserando edifício provincial onde, só depois de alguns dias de horríveis privações, mandou o presidente alojá-los.

A situação não era melhor quando o destino era o Maranhão, apesar de ser o estado que mais convinha aos hábitos do nordestino, a notícia de 7 de novembro de 1877 desaconselhava que fosse escolhido como destino da população retirante. Afirmava: “jamais deve encaminhar-se para ali, onde têm sido apupados e apedrejados nas ruas da própria capital, os nossos irmãos, sem respeito à profunda miséria que os aflige; e sem que a autoridade ou o espírito público manifestasse sua reprovação”

Entre os testemunhos de retirantes destacamos a preocupação da povoação das Areais, em Mossoró, enviada ao jornal em 4 de dezembro de 1877, relativos à insegurança pública, contando que além da forma era também a bala que trazia morte, no que pediam auxílio do governo para garantir a vida. Um dos testemunhos mais impressionantes pode



ler-se na edição de 15 de julho de 1877 e foi enviada de Sobral, no Ceará, da qual retiramos o seguinte extrato:

Pavorosa é a nossa atual situação! Abrasam-nos as chamas d'este sol dos trópicos, no extremo do seu furor. Morreu a nossa última esperança. O anjo do extermínio adeja sobre nossas cabeças e ameaça tragar-nos.

Aflitíssima é a situação de todos, sobretudo a da classe desfavorecida da fortuna. A seca, a ave sinistra de nossas desgraças, abrange sobre suas negras e longas azas toda a superfície deste solo outrora ubérrimo, que prodigamente distribuía-nos o pão.

Manadas imensas de gado caem como que fulminadas. Os próprios passarinhos tombam do espaço, o bico entreaberto, e veem despedaçar o peito de encontro à terra ardente; árvores colossais perdem as filhas e vê-se-lhe mirrar o majestoso tronco.

Por toda a parte o silêncio; em todos os semblantes a tristeza!

Ao contrário do evidenciado por pesquisas que recorrem a outras fontes, por exemplo, os relatórios provinciais e o jornal O Cearense (MAIA, 2021), o jornal O Retirante dá pouca atenção aos abarracamentos para acolher os retirantes. Em duas notícias fala em palhoças ou ranchos, mas não aprofunda o tema. A partir de outras pesquisas sabemos que a cidade de Fortaleza foi organizada em distritos, conhecidos como abarracamentos (MAIA, 2021, p. 240), cujas habitações precárias eram construídas pelos próprios retirantes de forma improvisada. A partir dos abarracamentos era feita a distribuição dos socorros em troca do trabalho dos retirantes. Sobre o tema Ana Karine Martins Garcia (2006, p. 307) afirma que os abarracamentos “serviram a um desejo de controle espacial e social dessa população e foram levantados em locais específicos, tendo ainda uma ligação funcional com a cidade”, de modo a facilitarem o deslocamento dos retirantes para os trabalhos, no caso, na pedreira e na estrada de ferro. Fato que respondia, de algum modo, às reivindicações da população residente no sentido de ser controlado o caos instalado com a chegada dos retirantes, afastando-os das principais áreas de contato com a população cidadina.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grande Seca não afetou apenas os mais pobres e fragilizados socialmente, mas repercutiu principalmente sobre estes. A análise sobre a questão deve levar em conta as principais transformações locais e na escala internacional. O próprio fato de Fortaleza possuir dois jornais que destacam todas as semanas o problema é uma questão a considerar na visibilidade do fenômeno e a possível comparação com secas anteriores, que embora sem registros na mídia, assim como na literatura regionalista, não conseguem o mesmo destaque por ausência de informação. Quanto a resposta posterior, percebeu-se o início de um novo ciclo a partir do conhecimento técnico adquirido e das respostas através de infraestruturas, sobre o qual André Rebouças escreveu durante a seca um conjunto de artigos comparando a seca do Ceará com a da Índia britânica, buscando um modelo de administração a ser seguido no Brasil (SECRETO, 2020), essa mudança de abordagem se refere à forma de acolhimento dos retirantes na nova cidade de Fortaleza que se tornava moderna. E são esses retirantes que estão presentes na mídia e na literatura.

Dito isto, a questão vai além da perspectiva do disciplinamento dos retirantes e a sua exclusão da cidade, pois muitas destas medidas que operavam na escala local e já estavam em vigor, foram agravadas nas secas seguintes e em 1877-1879 é que de fato conheceram a sua aplicação, mas é importante ressaltar que decorrem de um panorama mais abrangente. A aplicação de tais medidas agravaria a questão da salubridade e manutenção da ordem, dificultando a articulação dos poderes públicos e da assistência privada. Ainda que os abarracamentos fossem a antecâmara dos campos de concentração necessitamos de uma leitura mais aprofundada do tema capaz de ir para além da crítica foucaultiana à medicina social, que sendo importante não responde às transformações posteriores operada a partir da revolução sanitária registrada na transição da década de 1850 e do movimento sanitarista,



como mostramos em pesquisa anterior (FERREIRA, 2016), e que no Brasil se apresenta apenas a partir da década de 1910.

Isso não significa que as políticas públicas não tenham contribuído para esse disciplinamento e favorecido o aproveitamento da massa de trabalhadores por fazendeiros, como também em obras públicas e privadas. As próprias frentes de trabalho eram degradantes do ponto de vista humano e separaram muitas vezes as famílias, os excertos de notícias que trouxemos sobre a Amazônia e Maranhão confirmam essa dinâmica. Mas o que se apresentava naquele momento era isso ou a falta de opção, exposição a doenças, a fome e a possível morte.

Em vários casos as autorrepresentações refletem preocupações por ausências de políticas públicas e críticas dos editores do jornal ao governo provincial ou ao próprio Imperador, ao mesmo tempo que vão transformando a própria condição de abandono e de exclusão na cidade em uma autorrepresentação da sua condição social e do seu afastamento. Nessa pesquisa não vemos na mesma amplitude a referência a flagelados, provavelmente por estar mais próxima dos indigentes e dos outros, são essas as expressões que compõem as representações sobre os próprios retirantes.

A pesquisa sobre a Grande Seca deu os primeiros passos, e permitiu colocar em discussão o carácter global dessa seca, as transformações nacionais e regionais resultantes da independência do Brasil, assim como as transformações que chegavam na proposta da cidade burguesa, ampla e moderna, de grandes avenidas e arborizada. Denotando diferenciação quanto aos direitos de acesso à própria fruição na mesma cidade, razão pela qual abarracamentos são fora da cidade, quando não em outras cidades do estado, ocultando o flagelo da seca pela ocultação das suas vítimas. Do ponto de vista das políticas públicas a presença do Imperador deu visibilidade ao tema, sem conduzir necessariamente a respostas imediatas. Ainda assim, na sequência, avança a infraestruturação do território com açudes, mantendo-se a dificuldade em lidar com os retirantes. A criação de campos de concentração não



serve apenas para disciplinar o corpo e reivindicações dos retirantes, mas também para demonstrar que a administração pública tem dificuldades crônicas em saber lidar com a dimensão social dos problemas.

FONTES

O Cearense, 1877. Biblioteca Digital Nacional.

O Retirante, 1877-1878. Biblioteca Digital Nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CÂNDIDO, T. A. P. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (1877-1919). **Mundos do Trabalho**, 3(6), 176-193, 2012.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. 1925.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares. [1952] 1984.

CORREIA, D. C. Os desafios políticos e jurídicos da salubridade pública em tempos de seca no Ceará (1870-1890). José Alcebíades de Oliveira Junior e Marco Antônio César Villatore (org.). I Encontro de Internacionalização do CONPEDI. Barcelona: Ediciones Laborum, p. 461-485, 2015.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [1902] 2016.

FERREIRA, J. G. **Saneamento básico**. Factores sociais no insucesso da despoluição da bacia do rio Lis. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas. 2016.

FERREIRA, J. G.; PAIVA, A. L. de O.; MÉLO, A. de B. Representações dos retirantes das secas do Semiárido nordestino. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 55, p. 9-27, dez. 2020.

FERREIRA, L. de M. **O discurso médico e espaço urbano: relações possíveis**, Fortaleza no século XIX. 2018. In: Anais do XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1., 2018, Fortaleza. Anais [...] Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51845/1/2018_eve_lmferreira.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.



FURTADO, C. **Seca e poder** [Entrevista]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GARCIA, A. K. M. Fortaleza, habitação e higiene de 1877 a 1880. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 32, n. 1, 2006.

GONÇALVES, P. C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. **Revista Brasileira de História**, 34 (67), 283-308, 2014.

GUERRA, P. B. **A civilização da seca**. O Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Fortaleza, 1981.

MACIEL, M. Nordeste: **O semi-árido**. 4 Ação Parlamentar. Brasília, 1983. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496231/000064296.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 out. 2020.

MACIEL, F. R. de M. Trajetórias sertanejas: agenciamento, conflito e migração no Rio Grande do Norte (1877 a 1904). Tese (História), Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/56504/5/2020_tese_frmmaciel.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

MAIA, J. C. Exilados do sertão: migração cearense na seca de 1877. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 18, n. 31, p. 233-248, 2021.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Artenova, [1937] 1970.

MONTEBELLO, N. M.; SILVA, M. M. Retirantes flagelados no Ceará-da-seca. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 8, n. 21, p. 60-77, 2018.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PATROCÍNIO, J. **Os retirantes**. 1889. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000168.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

SANTOS, L. A. de C. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SECRETO, M. V. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.27, n.1., p.33-51, 2020.



HISTÓRIA DOS SERTÕES: A TERRA E A ÁGUA

SOUSA, J. F. O projeto Pompeu-Sinimbu e o desequilíbrio econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil (1877-1901). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 3, p. 49-67, 2019.

TEÓFILO, R. **A fome**: scenas da sêcca do Ceará. Ceará, GR Silva, 1890.



CONSTRUINDO IMAGINÁRIO E IDENTIDADE: A REPRESENTAÇÃO DO CONCEITO DE SERTÃO NOS JORNAIS DO BRASIL IMPERIAL (1830 – 1840)¹

 André Vilaça Guerra Monteiro²

 Maria Elisa Noronha de Sá³

O objetivo principal do artigo é analisar como o conceito de *sertão* foi representado durante os anos de 1830 a 1840, utilizando como fonte os jornais da época *O Comércio* e *O Sete D’Abril*. A pesquisa restringiu-se à cidade do Rio de Janeiro pois, como era a capital do Império, as principais decisões políticas eram tomadas na cidade, além dela ter uma função simbólica importante representando o modelo de civilização que se pretendia implementar em todas as províncias do Império, modelo esse baseado nas nações civilizadas europeias.

Os anos de 1830 a 1840 foram bastante intensos na história do Brasil com a abdicação de d.Pedro I em 1831 e o início do Período Regencial que durou até 1840. O Período Regencial ficou consolidado na historiografia como um período de desordem e anarquia ilustrado pelas diversas rebeliões que eclodiram nas províncias do Império, entre as principais a Cabanagem (1835), a Farroupilha (1835), a Sabinada (1837) e

¹ Este artigo é uma síntese do projeto da monografia Construindo imaginário e identidade: a representação do conceito de sertão nos jornais do Brasil imperial. elaborado por mim André Guerra e orientado pela Profa. Maria Elisa Noronha de Sá.

² Mestrando pelo programa História Social da Cultura (PUC-RIO) e bolsista CNPQ.

³ Professora do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).



a Balaiada (1838). Essa imagem negativa se deve aos escritos de autores conservadores do período, que atribuíram ao excesso de liberdade das províncias e à falta de autoridade do poder central os motivos da desordem. Posteriormente, Caio Prado Junior (Junior, 1933) analisa esse momento como a primeira experiência republicana do Brasil devido ao Ato Adicional de 1834, que entre diversas mudanças importantes, substituiu a regência trina por uma regência una, aboliu o Conselho de Estado e implementou as Assembleias Provinciais. Só mais recentemente, a partir dos anos 1970, novas temáticas acerca do período foram sendo exploradas pela historiografia, destacando os diversos partidos políticos, seus projetos, espaços de ação e o papel da imprensa no período. Em relação a essa perspectiva mais recente Basile escreve:

O mosaico regencial não se reduz, portanto, a mera fase de transição, tampouco a uma aberração histórica anárquica, nem mesmo a simples “experiência republicana.” A crise profunda, produzida primeiro pela oposição a d.Pedro I e depois pela disputa do governo regencial, aliada à vacância do trono e à falta de unidade até então observada da elite política imperial, ensejou a formação de facções distintas, portadoras de diferentes projetos. (BASILE, 2011, p. 97)

A partir de 1837, inicia-se o processo que foi denominado pela historiografia como *regresso conservador*, que de forma bastante simplificada foi a chegada ao poder dos conservadores e implicou a implantação de seu projeto político de nação. Este projeto político foi formulado tendo como base os ideários de ordem e civilização. Os conservadores acreditavam que o poder central encontrava-se descentralizado, não exercia sua autoridade e o resultado disso foram as diversas rebeliões que eclodiram durante a Regência.

O período Regencial pode ser entendido como um momento de disputas de projetos para a consolidação do Império. Os políticos e letrados que viveram naquele tempo tinham como objetivo construir



uma nação e uma identidade própria para o Brasil. A construção do Império do Brasil aconteceu num contexto que os sujeitos históricos estavam inseridos numa concepção do tempo histórico linear do progresso⁴. Segundo Koselleck (Koselleck, 2006) essa nova concepção de tempo é caracterizada pelo ideal do progresso em direção a civilização. Essa nova concepção fez com que os sujeitos históricos tivessem novas experiências em relação ao tempo, principalmente a da aceleração, modificando suas formas de agir, pensar e se relacionarem entre si. Nesse contexto o *sertão* adquire uma centralidade para realização desses objetivos, sendo representado como o lugar da desordem, da barbárie, do atraso, em outras palavras o lugar a ser modificado. No entanto, ao mesmo tempo que o *sertão* adquire esses significados negativos, é incorporado a ele uma expectativa de ser civilizado, de aderir a esse projeto de civilização e inserir-se no tempo histórico linear do progresso.

A seguir serão trabalhadas algumas fontes encontradas durante a pesquisa para analisar os significados atribuídos ao conceito de *sertão* nos jornais do *Comércio* e no *O Sete D’Abril*. A imprensa teve um papel fundamental nos embates políticos do período, pois foi através dela que os diferentes grupos políticos expressavam suas opiniões e projetos nos espaços públicos, ou seja, os diversos periódicos que circulavam nas ruas da cidade defendiam seus posicionamentos acerca dos assuntos debatidos nas instâncias governamentais, por meio de matérias. Esse aspecto é importante porque a circulação dos periódicos nesses espaços ocasionou o surgimento da *opinião pública*, que constituiu e modificou as relações dentro dos espaços públicos na sociedade imperial. Mesmo levando em consideração que a maioria da população era analfabeta e que poucos letrados liam os jornais, as informações eram repassadas através da oralidade, nas conversas no cotidiano e nas leituras coletivas nesses espaços públicos. Dessa forma, a parcela da população analfabeta tinha acesso às informações que estavam sendo debatidas. Os jornais

⁴ Não só o Império do Brasil, mas todas as nações americanas no século XIX.



são, nesse sentido, meios importantes para compreender como tais projetos políticos, em torno do conceito de *sertão*, foram mobilizados para a população, construindo um imaginário social sobre esse espaço.

Santa Catharina.

Cidade do Desterro.

Extracto de hum officio do Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Illust. Excel. Sr. – Tendo tomado posse da presidência do Governo dessa província no dia 14 de janeiro próximo passado, no dia 26 do mesmo me dirigi pessoalmente a visitar, e inspecionar a nova Colonia de povoadores Allemães denominada de S. Pedro Alcantara, sendo acompanhada a esta jornada pelo Commandante das Armas, o Intendente da Marinha, o Coronel Commandante do Districto, e outras pessoas mais, que voluntariamente quizerão hir comigo, e ver por seus olhos o estado daquelle estabelecimento (...).

Eu, e todas as pessoas que me acompanharão ficamos absortos e admirados de ver o trabalho imenso, e a incrível cultura, e infatigável gente tem feito em seis mezes em hum terreno bravio, e no estado selvagem da natureza... Elles se lanção avidamente ao trabalho: os rigores do tempo, a rudeza selvática do paiz, nada pode empecê-los: homens, mulheres e crianças, tudo trabalha com o maior acerto, e a mais acisada distribuição do serviço; em quanto os mais robustos derrubão, e queimão os mattos, e plantão as terras, os outros, e as crianças cuidão na construcção das suas casas, tecem os tectos de palha para as cobrir, tratão de toda economia doméstica, e assim como por encanto, no curto prazo de seis mezes apparece hum espaço de três legoas de comprimento sobre 200 braças convertido de *sertão bárbaro*, e intransitável em terreno cultivado coberto de seara de milho, trigo, e legumes, e todas as plantas do paiz, e de outras, cuja sementes trouxerão da Europa, assim como povoado de pequenas e commodas habitações, edificadas com huma facilidade verdadeiramente (...).

A vista do que deixo exposto conhecerá V. Ex. quanto he útil ao Imperio a acquisição de similhante gente; quanto ella se faz cre-



dora da proteção do Governo... A opinião pública da Província conhece perfeitamente, que a fundação de mais trez Colônias semelhantes sobre a estrada de Lages mudaria totalmente a sorte do paiz, tornando o de pobre, como he, em hum dos mais ricos do Imperio.

Deos Guarde a V. Ex. Cidade de Desterro 5 de fevereiro de 1830. – Illust. e Exel. Sr. Marquez de Caravellas. – Miguel de Sousa Mello e Alvim. (Conforme o original, grifo nosso.)

(ALVIM, Miguel de Sousa Mello. Santa Catharina. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 12 de Março de 1830. P1-2.)

A ocorrência foi retirada do *Jornal do Comércio* referente ao ano de 1830. O relator elogia o governador da província de Santa Catarina porque quando ele foi para a região de São Pedro de Alcantara observou um grupo de imigrantes alemães trabalhando na agricultura. O relator elogia a atuação do grupo, porque eles transformaram o “sertão bárbaro” em terras produtivas. Nesse depoimento percebemos a possibilidade de civilizar o sertão através da agricultura. O desenvolvimento da agricultura era uma das características desse projeto de civilização, porque fazia com que a terra se tornasse produtiva. É interessante que o autor destaca o trabalho na agricultura de um grupo de imigrantes alemães, lembrando que o projeto de civilização que se pretendia implementar em todas as províncias do Império era o modelo das nações civilizadas europeias.

Nessa outra reportagem:

Representação feita em 1833 pelo Sr. José Bonifácio de Andrade e Silva á assembleia Constituinte e Legislativa do Brazil, e mandada reimprimir pela Câmara dos Deputados, conforme o requerimento do Sr. Ernesto Ferreira França, na Sessão de 2 de Julho de 1833.

Parece muito útil até necessário, que se edifique huma nova Capital do Império no *interior* do Brazil para assento da Corte da Assembleia Legislativa e dos Tribunaes Superiores, que a Cons-



tituição Determinar Esta Capital poderá chamar-se Petropole ou Brasili.

Disse, que esta cidade não é só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões, em que me fundo. Sendo ella central e interior fica o assento do Governo e da Legislatura livre de qualquer assalto, ou surpresa feita por inimigos externos. Chama se para a província do *Certão* o excesso da Povoação sem emprego das Cidades marítimas e mercantis. Como esta Cidade deve ficar quanto possível for equidistante dos Limites do Império, tanto em Latitude, como Longitude, vai se abrir deste modo por meio das estradas, que devem sahir deste centro, como raios, para as diversas Províncias, e suas Cidades interiores e marítimas, huma comunicação, que de certo creará em breve tem hum um giro de Commercio interno de maior magnitude, visto a extensão do Império seus diversos climas e produções.

Ainda há outro objecto político, que aconselha esta medida muito útil, e necessária e vem a ser que deste modo acabão todas a rivalidades e pretenções que podem ser Capitaes das diversas Provincias que não querem ceder os direitos de Corte ao Rio de Janeiro. Demais, sendo a comunicação marítima entre o Rio de Janeiro ou mesmo Bahia, se esta passasse a ser Capital do Império com os Portos de Maranhão e Pará muito longe e difficilimo por causa do lançamento, e situação das Costas, pela monções, todos estes embaraços, e difficuldades cessavão pelas comunicações internas da nova Capital por meio das estradas já apontadas, por onde circularião com toda propntidão e regularidade as Ordens do Governo.

Mas onde acharemos nós este ponto central que corresponda a todos os fins propostos? Examinando se a Carta Geral do Brazil, e recolhidas todas as notícias Topographicas que pude alcançar, eu julgo, que a natureza assignalou o Districto, em que ella se deve edificar. A Comarca de Paracatú he aquella, que a natureza indica pela sua Latitude, e posição Geographica pela fertilidade do seu torrão, pela salubridade do seu clima e pelas mais vantagens, que offerece ao Comercio e a comunicação recipocra das diversas Provincias com a Corte. Pelos muitos rios que alli nascem, ou se cruzão, e engrossão, pode ella ter comunicação fluvial com as



Provincias de Goyas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Porto Seguro, e Espírito Santo. Pelos Rios Preto, Santa Rita, e Paraná, pode se passar por Tocantins, e vai se ao Amazonas. Pelo Rio S. Francisco faz-se comunicação com Pernambuco. Pelos Rios Jequitinhonha, e Arassuay (os quases reunidos formão o chamado Rio de Belmonte) abre se a comunicação com a Provincia da Bahia, e do Rio de Janeiro.

Mas que parte do Districto de Paracatú deve ser edificada a nova Capital do Grande Império do Brazil? A escolha final do local só pode decidir-se exatamente depois de trabalhos Geodesicos, e Sanitarios de huma Commissão composta de Engenheiros, Médicos, e Architectos, que levante a planta do terreno, e examine as mais circunstâncias locaes que o devem fazer digno de tal Cathegoria. Todavia seja permitido apontar desde já algumas posições particulares, por onde devem começar esses exames. Os sítios que me aparecem mais apropriados são: 1 as visinhanças da confluência do Rio das Velhas com o de S. Francisco: 2 as visinhanças em que o Rio Preto se reúne ao de Paracatú: 3 finalmente hum local qualquer da Peninsula, que formão os Rios de S. Francisco, do Sono, e de Paracatú. (Conforme o original, grifo nosso.)

(BONIFACIO, José. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 9 de Julho de 1833. p. 2)

A ocorrência é do *Jornal do Comércio* referente ao ano de 1833, e refere-se ao projeto, elaborado por José Bonifácio, para mudar a capital do Império para o *sertão*. A justificativa era que a cidade do Rio de Janeiro já se encontrava civilizada e que, portanto, precisava civilizar as outras províncias do Império. Todo um aparato administrativo seria transferido para o *sertão* com a mudança da capital. Além disso, a mudança também possibilitaria o povoamento do *sertão* porque um grande número de pessoas passaria a morar na nova capital. Nesse projeto o *sertão*, indiretamente, é representado como desordem, falta de autoridade e pouco povoado.

Em um outro relatório:



Comunicação.

(...) Os sorocabanos são dóceis e affaveis, valentes para a guerra, aptos e emprehendedores: huma parte destes occupão-se na carreira de portar animaes da Provincia de S.Pedro, aonde arrostão os perigos e a assaltos de selvagens povoadores daquelle *sertão*; (...). (Conforme o Original, grifo nosso)

(Comunicação. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1833. p.1.)

Esse trecho é de um relatório retirado do *Jornal do Comercio*, referente ao ano de 1834, remete-se à província de Santa Catarina. O autor, Feliciano Nunes Pires, escreve sobre educação pública, saúde e agricultura. O conceito de *sertão* aparece aqui relacionado à questão da agricultura, constatando que as terras no sertão são improdutivas, faltam indústrias e tem a presença de indígenas. O *sertão* é descrito como um lugar de perigo constante e pouco desenvolvido. Novamente a questão da agricultura aparece articulada com a civilização como um requisito para alcançá-la. Além disso, a presença dos indígenas ou selvagens, como muitas das vezes é referido nas fontes, eram vistos como um obstáculo para se alcançar a civilização e nesse sentido a necessidade de também serem civilizados.

O conceito de sertão também foi mobilizado no contexto das rebeliões como nessa reportagem:

Notícias do Pará

Pelo paquete ultimamente chegado do Pará, recebemos notícias dessa infeliz província. O *sertão* apresenta novos motivos de sustos e consternação: hordas de assassinos vagão por todo o interior, e com estes malvados marcha a devastação e a morte. No mez de Junho, foi assaltada uma canoa de gente da Legalidade acima dos Breves: onze pessoas forão victimas da sua ferocidade; e não contentes os canibae de haverem roubado a vida a estes infelizes, multilarão os seus cadáveres e lhes arrancaram as partes mais sensíveis do corpo, ao som de improperios !!! Por



felicidade dos Povos do interior, existe ali um homem dominado pelo sentimento de bem servir o seu Paiz: é este Padre Antonio Sanches de Brito, que, tendo noticia do bárbaro acontecimento, anima os seus concidadãos para a peleja e veloz corre em seguida dos malfeitores. Já se havia recebido na Capital a nova de que estes achavão cercados, e nós podemos avançar aos nossos leitores que eles não escaparão ao valoroso cidadão que com tanta honra e bravura tem sustentado os direitos da humanidade. É de notar que, enquanto os Povos do *sertão*, entregues a si mesmos, sofrião todos os males que produz uma guerra de extermínio, o Presidente da província se entregava a todos os prazeres e sem pejo negava socorro a parte mais interessante da província. Felizmente o motivo de semelhante comportamento está removido!! O barco do Sr. Andréa foi lançado ao mar !! e a expedição já vai deslisando as ondas do rio maior do Universo !! (Conforme o original, grifo nosso.)
(*O Sete D’Abril*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1837. p.3)

A ocorrência foi retirada do *O Jornal Sete D’Abril* referente ao ano de 1837. O sertão aparece como o local em que as tropas rebeldes estão localizadas na província do Pará, referindo à Cabanagem que teve início em 1835. O conceito de *sertão* é referido aqui como lugar da desordem e rebeldia. A Cabanagem não foi a única rebelião a ser noticiada nos jornais, as outras rebeliões também são mencionadas sendo mobilizadas junto com conceito de *sertão*.

Ao longo da pesquisa nos deparamos como uma série de fontes que criticavam a fala de um “deputado Marinho”⁵ que teria chamado o povo do sertão de massa bruta. O interessante é que esses documentos trazem uma perspectiva interessante sobre o *sertão*. Transcrevo um dos exemplos:

⁵ Acreditamos que esteja se referindo ao Padre José Antonio Marinho. Nascido em Minas Gerais, foi professor de Filosofia da Universidade de Ouro Preto. Filiou-se em 1837 ao Partido Liberal e foi eleito como suplente para Deputado em Minas em 1838. Mais informações disponíveis em: < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/joseamariinho.html> >. Acesso em 13 de maio de 2021.



INTERIOR

PROVINCIA DE MINAS GERAES

Resposta á Carta escrita pelo Ver. Padre José Antonio Marinho, em 18 de Março de 1838, ao Capitão Francisco de Paula de Proença.

Illm. e Revm. Sr. – Tenho presente a sua de 18 de Março p. p., para responder á qual terei de ser um pouco longo extenso e bastante franco, visto que a pesar de me pertencer ás massas brutas, que na opinião de V. Revm. habitão estes *sertões*, me julgo obrigado a não dissimular quando se trata de matérias tão transcendentas, como as que tenho de tocar. Diz V. Revm. que o resultado da Eleição de 11 de Fevereiro d’este anno n’este Collegio o surpreendera, e podia acrescentar que as de todos os Collegios d’estes sertões; que está por isso de que por estes *sertões* se tem espalhado bastantes illusões: é verdade, bastantes se espalharão em 1829, 30, 31 e 32, e ainda se pretende continuar, mas amargos fructos, que as espalhadas n’aquellas épocas produzirão, desenganarão as massas brutas, que apezar de taes, tem bastante senso commum para distinguirem o bem do mal e a verdade da mentira; e de certo não há mestre maior que a experiencia. A boa fé, meu Ver pode ser illudida; mas uma vez conhecido o engano não é fácil continuar-se n’elle. Diz o Sr. que não pode fazer uma pintura exacta do actual estado do Brasil: sei que é deplorável, e que já o foi mais, e ainda poderá ser peor, se aquelles que enganarão os Povos antes, conseguirem continuar a engana-los: depois consola-me estar certo, que as massas brutas d’estes Paiz não serão enganadas, nem concorrerão d’esta vez, e talvez nunca mais, para a desgraça da Patria. Qual o partido anti-liberal, em que V. Revm. falla? Será aquelle que imitando os Patriarcas da Revolução Franceza tem pretendido conduzir o Brasil, passo a passo, pelos mesmos tortuosos caminhos, que levarão aquella Monarquia á devastação e desgraças que experimentou e de que ainda se ressentem? Se é esse, saiba que o havemos, muito a nosso pesar, conhecido, e se quiser saber quem foi nosso mestre, responder-lhe-hei que foi Droz, a combinação de factos com factos, e as contradicções continuas das obras e escritos d’partido, que V. Revm. inculca liberal; e finalmente a experiencia pelos effeitos.



Para que V. Revm. não possa dizer que avanço asserções sem as estabelecer em factos, releia V. Revm. os seus próprios escritos, o seu periódico 'Opposição Constitucional', e n'elle achará, como no 'Argos' (que escrevêo) o Exm. Vasconcellos levado ás nuvens ou se é possível ao sétimo Céu e logo abatido ao ínfimo pó! Aí verá o mesmo haver sucedido a Mello e Souza; e porque razão? Pensa acaso, V. Revm. que se ignora ? Não, meu Rev. ! O que se trama nas trevas e nos conventiculos nocturnos se faz notório, quanto mais o que está patente! Também se não ignora a razão pela qual V. Revm. deixou de improperar Mello e Souza e continua com Vasconcellos: releia, V. Revm., finalmente, o 'Astro', como todos os escritos dos seus colegas de partido, e note quantas contradições encontra n'elles. Quando pretendião empoleirar ao Exm. Feijó deprimião o Exm. Holanda Cavalcanti, que era rival na candidatura, imputando-lhe quantos defeitos lembravão ou fingião; agora apparece o EXM. Holanda Cavalcanti, purgando de todos os pecados. Mentião então ou mentem hoje? E o que as massas brutas ignorão; e por isso não acreditão taes escritores. Ver. Sr. Marinho, os mãos advogados perdem as boas cauzas; e se ellas forem más, o que lhes succederá? Diga-nos, porque se sustentou no Posto, a que a Nação, ou antes a cabala elevou, o Exm. Sr. Feijó? Porque razão abdicou? As massas brutas são brutas, mas não tanto, que não conheção, que o Exm. Sr. Feijó só merece as benções da Posteridade pelo seu ultimo acto. Elle dêo uma prova, de que era, ou é um homem de boa fé! por que vendo que não possuía a sciencia e mais partes, que o habilitassem a fazer a felicidade do Brasil, e conhecendo que os homens de que se rodeou não queriam não sabião não podião salvar e fazer o bem da Patria, sim o mal; conhecendo que a maioria sensata dos Brasileiros não estava de acordo a querer republicas, deixou o Posto; e tanto elle conhecêo a posição falsa, a que havião arrojado, que não foi buscar para lhe succeder no Posto interinamente, um d'esses homens, que ladeavão, mas sim o Exm. Sr. Pedro Araújo Lima varão probo, sábio, independente e insento de partidos, por isso que V. Revm. e seus consócios o pretendem agora deprimir, porem creio, e crê a maioria dos brasileira, que em vão; porque homem a quem nunca se poderão assacar defeitos salientes, difícil é que em tão pouco tempo os desenvolvesse.



Qual o diabólico plano, que V. Revm. diz que trama o partido a que V. Revm. alcunha de anti-liberal? Será o do captiveiro dos homens de cor? Não foi esse partido a que V. Revm. allude que em 31 o inventou? Além de que essa não colla. Será a venda dos próprios nacionaes, que os intitulados liberaes tem pretendido fazer crêr, que são os cidadãos de que acima fallei? As massas brutas não são tão brutas, que não conheçam, que os próprios nacionaes são bens de raiz, ou outro qualquer gênero, ou espécie que a Nação possue. Eis, meu Rev., a sinceridade do partido a que chama de liberal, e quer que acreditemos?!

O *sertão* não teme as calamidades, com que V. Revm. o ameaça por se haver ligado ao partido do ingrato Vasconcellos (como V. Revm. o chama); o *sertão* se liga á sustentação da Constituição, do Trono e da Religião; e dai não espera, nem teme calamidades, pelo contrario já as experimentou; e se por se ligar ao partido do Trono, Religião e Constituição, soffrer calamidades, venhão muito embora, que os honrados *sertanejos* tem coragem para sofre-las e também para repeli-las quando sejam illegaes. É Vasconcellos ingrato? A Quem? Por que razão? Retrocedor de mau caminho, apartar-se de homens que arrojavão o Brasil ao abismo é ser ingrato? Bendita tal ingratidão; ella lhe rendêo os sufrágios de tudo quanto há de melhor, e verdadeiramente mais conspícuo na Provincia, e as benções de todos os bons Brasileiros; igual fructo colherão todos os desencaminhados, que sinceramente o imitamem. (Conforme o original, grifo nosso.)

(Francisco de Paula Pereira de Proença. Provincia de Minas Geraes, *O Sete D’Abril*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1838. p.1-2).

Neste depoimento Francisco de Paula escreve que o *sertão* está inserido na ordem do Império, isso significa, para ele, que os sertanejos são a favor do Império, de D. Pedro II, da Constituição, da religião Católica Apostólica Romana e contra a república. Ao mesmo tempo o autor admite que os sertanejos são massa bruta, que o *sertão* está atrasado em relação às outras províncias do Império e além de se referir a população do *sertão* como sertanejos, criando uma diferença entre eles e os brasileiros. É importante lembrar que esse contexto é marcado



pela tentativa de construir uma identidade e nacionalidade brasileira; e também é o período que inicia o *regresso conservador*, no ano de 1837. A questão central que norteia a análise desse documento é entender os objetivos e o porquê o autor mobiliza, ao mesmo tempo, de forma positiva e negativa o conceito de *sertão*. Como dito anteriormente essa é uma das fontes que criticam a colocação do Marinho, nesse sentido outra questão importante é compreender porque essa colocação teve grande repercussão na imprensa.

Ao analisar essas e outras fontes percebemos que a representação do conceito de *sertão* foi como lugar de desordem, criminalidade, atraso, entre outros, predominando significados pejorativos atribuídos ao conceito. Nesse sentido podem ser levantadas três hipóteses. A primeira que o *sertão* é um espaço de múltiplas temporalidades, porque ao mesmo tempo que o mesmo é referido como lugar atrasado e pouco desenvolvido; também é atribuído a ele projeções futuras do *sertão* ser civilizado e ser incorporado no tempo linear histórico do progresso. A segunda hipótese é que o *sertão* é um espaço de disputas políticas, porque os diferentes grupos políticos vão mobilizar o conceito atribuindo a ele uma centralidade nesse contexto de construção do Estado imperial. A última hipótese é que o *sertão*, dentro desse contexto de disputas de projetos de nação, não será apenas geográfico, mas também será um espaço construído no imaginário da população. No sentido que os significados que abrange o conceito ultrapassam os espaços geográficos ganhando as dimensões desses projetos e ideários em construção. Nas palavras de Sá;

(...) O *sertão* parece, nesse contexto, ultrapassar a sua mais óbvia dimensão espacial e aparece como um conceito temporalizado, carregado de projeções, imaginações, expectativas, valores e relacionando a diferentes temporalidades e experiências temporais. O *sertão* como o lugar da representação de uma tensão permanente, de conflitos, face a um processo de profundas mudanças pelas quais passaram os nascentes estados nacionais americanos ao longo do século XIX. (SÁ, 2019, p.4)



As notícias transcritas nesse artigo evidenciam essa passagem da autora sobre como o conceito de *sertão* foi mobilizado pelos sujeitos históricos, intelectuais e letrados, que atuaram na construção do Império do Brasil. Os jornais foram mais um dos vários espaços de atuação desses sujeitos históricos.

O *sertão* também pode ser compreendido também como um espaço de resistência para aqueles que se recusavam a ser civilizados ou não concordavam com o projeto político para a construção do império do Brasil. Percebemos assim a centralidade do *sertão* na construção da identidade do Império do Brasil, identidade que se espelhava nas nações civilizadas europeias e o *sertão* implementava o desafio de ser inserido nesse modelo. Em outras palavras o *sertão* era o espaço que desafiava a ordem e o progresso do Império e nesse sentido estava a necessidade de civilizá-lo. Os próximos passo da pesquisa pretendem analisar outros jornais, saindo do eixo da cidade do Rio de Janeiro, para perceber como o conceito de *sertão* foi mobilizado em outras províncias, nesse mesmo período, e traçar uma comparação com os resultados obtidos nessa primeira etapa da pesquisa. Ampliar o leque da análise permitirá ter uma noção mais abrangente sobre conceito de *sertão*, colocando outras questões e problematizações acerca do conceito e da construção do Estado imperial brasileiro.

FONTES

BONIFACIO, José. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro. 8 de Junho de 1833. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4263?pesq=sertão> . Acesso em 13 de maio de 2021.

CARAVELLAS, Marquez de. Cidade do desterro. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro. 12 de Março de 1830. p. 1 – 2. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/225?pesq=Sertão> . Acesso em : 13 de maio de 2021.

Notícias do Pará. **Jornal O Sete d’Abril**, Rio de Janeiro. 7 de Outubro de 1837. p. 3. Disponível em : <<http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2084?pesq=sertão>> . Acesso em 13 de maio de 2021.



O Jornal Sete d’Abril, Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1838. Interior, p. 1 – 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2492?pesq=sertão>>. Acesso em 13 de maio de 2021.

PIRES, Feliciano. Santa Catarina. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro. 29 de Janeiro de 1834. Interior, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/4927?pesq=sertão>. Acesso em 13 de maio de 2021.

REFERÊNCIAS

BASILE, Maecello. O labirinto da nação: a era regencial (1831-1840). In : GRIBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**: Volume II – 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. II, p. 53-120.

JUNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil**: Colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 1933.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro e passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

Sá, Maria Elisa Noronha de. **Os conceitos de sertão/litoral**: experiências temporais, representações espaciais e construção da nação no Brasil no século XIX (1830-1860). 2019.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Açude 21, 22, 23, 26, 33, 36, 37, 84, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 130, 139, 141, 205

Agrária 9, 51, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 190, 232

Água 1, 3, 4, 9, 10, 13, 21, 25, 31, 33, 37, 40, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 112, 115, 123, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 192, 196, 216, 236

Amazônia 11, 14, 64, 65, 66, 73, 146, 158, 164, 165, 166, 169, 172, 192, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 234, 263

B

Barragem 10, 13, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 101, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 135, 139, 196

C

Camponês 43, 66, 75

Cidade 11, 14, 17, 18, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 47, 48, 54, 56, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 110, 111, 113, 120, 124, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 163, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 190, 195, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 239, 241, 253, 256, 257, 258, 261, 262, 263, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 280

Conflito 65, 73, 104, 184, 192, 227, 265



D

DNOCS 24, 54, 59, 82, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 123, 204, 265

E

Espaço 6, 15, 40, 41, 43, 52, 75, 87, 88, 96, 97, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 123, 136, 159, 160, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 196, 198, 201, 209, 235, 247, 261, 264, 270, 279, 280

Estado 22, 26, 32, 36, 50, 52, 53, 55, 57, 64, 67, 72, 76, 78, 79, 81, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 107, 110, 112, 113, 114, 117, 122, 125, 126, 128, 135, 137, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 173, 176, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 195, 199, 209, 213, 218, 222, 223, 246, 254, 255, 257, 260, 263, 268, 270, 276, 279, 280

F

Flagelado 57, 78, 81, 182, 254

Fome 18, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 38, 44, 48, 56, 78, 79, 80, 151, 160, 164, 165, 171, 181, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 209, 211, 213, 239, 242, 251, 252, 256, 257, 258, 259, 263, 264, 266

Ffrentes de serviço 16, 20, 24

Fronteiras 4

H

história 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 21, 22, 26, 27, 29, 37, 38, 39, 44, 45, 56, 59, 60, 61, 75, 77, 78, 80, 85, 91, 92, 101, 106, 107, 108, 114, 129, 142, 156, 157, 158, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 204, 206, 208, 221, 222, 232, 250, 264, 265, 267

I

Identidade 14, 46, 63, 103, 109, 176, 232, 251, 267, 269, 279, 280

IFOCS 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 110, 112

Igreja 10, 13, 26, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 120, 152, 161, 163, 164, 179, 184, , 239, 240



Imprensa 10, 14, 109, 110, 116, 124, 137, 141, 142, 144, 148, 149, 156, 169, 180, 190, 202, 212, 218, 219, 221, 256, 268, 269, 279

Indígena 62, 74, 210, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 245, 246, 248

Irrigação 89, 97, 110, 113, 116, 117, 121, 252

J

Jornal 11, 14, 46, 49, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 108, 111, 113, 114, 120, 125, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 144, 148, 151, 155, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 178, 194, 195, 196, 197, 202, 203, 218, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 271, 273, 274, 275, 280, 281

L

Latifúndio 10, 13, 48, 49, 50, 65, 69, 71, 177

M

memória 10, 13, 31, 32, 34, 35, 71, 89, 92, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 124, 129, 142, 179, 232, 250

Migração 10, 11, 13, 14, 96, 98, 144, 146, 147, 149, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 167, 169, 172, 173, 177, 178, 179, 192, 198, 199, 201, 208, 214, 252, 253, 254, 265

Migrante 144, 147, 153, 159, 161, 170, 180, 207, 215

N

Natureza 6, 39, 49, 71, 74, 91, 92, 93, 100, 127, 131, 142, 238, 241, 248, 270, 272

Nordeste 4, 17, 27, 28, 33, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 63, 66, 78, 79, 80, 83, 86, 90, 110, 112, 116, 117, 126, 138, 142, 156, 159, 162, 163, 167, 168, 170, 183, 191, 198, 199, 200, 205, 211, 252, 253, 255, 264, 265, 266

nordestino 17, 39, 81, 113, 117, 159, 162, 192, 198, 201, 204, 251, 254, 255, 260, 264



P

Poder 10, 13, 16, 17, 23, 25, 27, 28, 31, 32, 36, 42, 49, 50, 55, 58, 64, 66, 78, 111, 117, 119, 128, 132, 133, 144, 147, 156, 173, 174, 180, 183, 184, 185, 187, 190, 225, 232, 250, 252, 256, 257, 265, 268

Política 17, 18, 20, 21, 25, 26, 29, 30, 33, 38, 46, 47, 50, 52, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 76, 81, 84, 87, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 122, 125, 138, 146, 148, 149, 153, 158, 187, 188, 189, 201, 226, 228, 229, 240, 252, 253, 265, 268, 281

Políticas públicas 10, 13, 26, 31, 36, 43, 92, 97, 98, 106, 112, 163, 235, 248, 251, 255, 263, 282

R

representação 11, 14, 61, 62, 144, 156, 175, 267, 271, 279

Resistência 10, 13, 30, 43, 46, 58, 62, 64, 70, 74, 120, 183, 190, 228, 229, 230, 280

Retirante 11, 14, 179, 180, 208, 210, 254, 256, 259, 260, 261, 264

Rural 9, 28, 31, 48, 61, 64, 65, 69, 70, 74, 75, 96, 107, 120, 155, 163, 168, 170, 180, 184, 196, 198, 233, 252

S

Seca 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 52, 55, 59, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 111, 112, 116, 144, 150, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 178, 180, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 221, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Semiárido 14, 26, 112, 116, 125, 126, 140, 141, 142, 251, 254, 264

Sertanejo 16, 19, 38, 42, 56, 79

Sertão 6, 9, 11, 14, 15, 18, 21, 25, 26, 31, 38, 41, 42, 44, 48, 89, 111, 113, 116, 117, 123, 124, 125, 143, 144, 145, 146, 159, 184, 191, 192, 194, 195, 198, 201, 205, 206, 224, 252, 265, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 281

Sertões 4



T

Tempo 6, 9, 17, 20, 33, 34, 35, 37, 39, 42, 46, 50, 51, 57, 63, 64, 66, 70, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 124, 127, 128, 138, 146, 157, 159, 161, 174, 179, 184, 190, 192, 214, 221, 244, 252, 256, 263, 268, 269, 270, 277, 278, 279

Terra 6, 9, 10, 13, 23, 39, 50, 51, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 92, 119, 124, 130, 141, 142, 162, 163, 166, 177, 178, 183, 193, 194, 204, 227, 230, 233, 234, 235, 241, 261, 264, 271

Trabalho 9, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 83, 101, 102, 111, 117, 121, 131, 136, 144, 152, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 183, 185, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 210, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 229, 235, 239, 240, 241, 242, 246, 248, 249, 253, 254, 255, 260, 261, 263, 270, 271



Realização



Apoio

